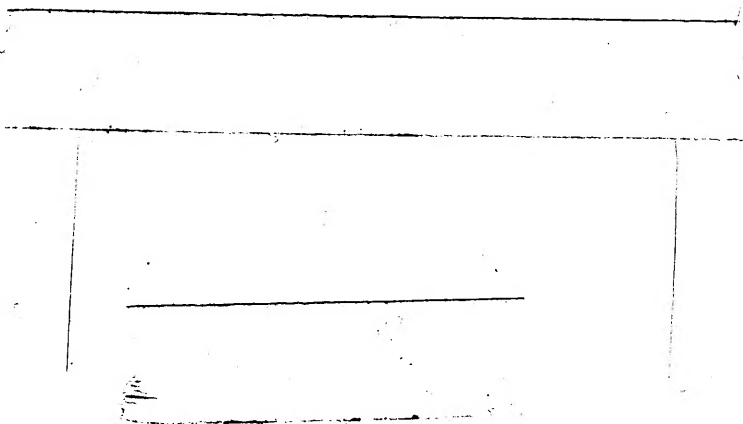


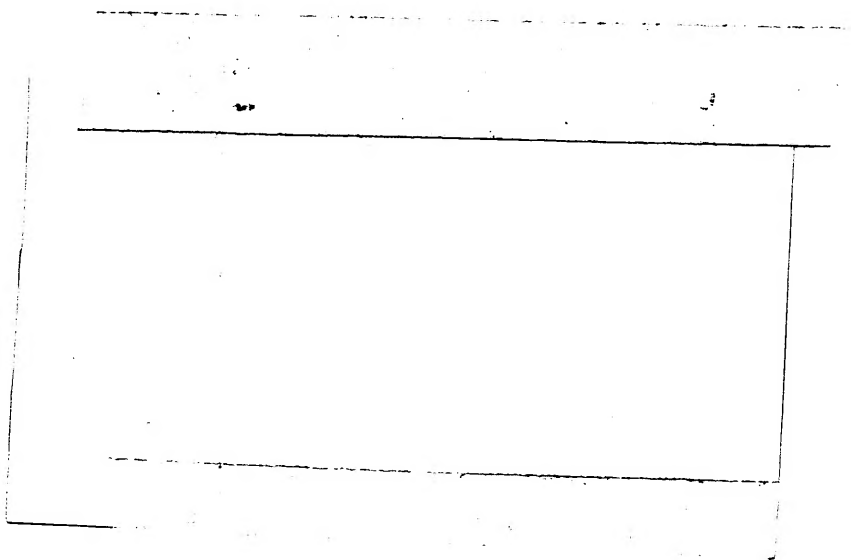
LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

NOMES DA TERRA

Geografia, História e Toponímia
do Rio Grande do Norte



FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO
1968



Primeira edição: 1968
Copyright © by Luís da Câmara Cascudo
Capa de
Daniel Azulay
FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO
Rio Grande do Norte
Printed in Brazil

*Ao Des. ANTONIO SOARES,
testemunho de quarenta e sete
anos de admiração afetuosa, este
livro é dedicado.*

O que é da terra, é da terra e fala da terra.

EVANGELHO DE SÃO JOÃO, 3,31.

Índice

Carta de Teodoro Sampaio	9
Prefácio	13
Primeira Parte	21
Toponímia do Rio Grande do Norte	63
Segunda Parte	135
Terceira Parte	151
Vocabulário Onomástico	271

Bahia, 16 de abril de 1931.

Meu caro Câmara Cascudo.

Deu-me prazer a sua carta de 7 do corrente por saber de suas noticias e porque della se depreheende que o meu bom amigo prosegue com os seus estudos litterarios, as suas investigações historico-geographicas. Está o meu bom amigo na idade propria dos trabalhos dessa natureza e não deve se furtar ao destino que o leva nessa direcção. Trabalhe, investigue e prepare o seu lugar na posteridade.

Remetteu-me, inclusa na sua carta, uma relação de toponymos de que me pede a tradução portugueza e aqui, na mesma relação, lh'a dou para bom numero desses toponymos, isto é, para os de procedencia tupi ou que me pareceram oriundos desse idioma.

Como bem sabe o meu caro Cascudo os indios contemporaneos da descoberta do paiz eram os tupis na zona litoranea e os tapuyas no sertão. No Rio Grande do Norte o facto era o mesmo. Dominavam a beiramar os Potyguares e Tobayaras que eram tupis, e o sertão ficava aos Cariris, considerados tapuyas. Os toponymos da beiramar, em grande parte, por esta razão, do tupi, os do sertão são cariri, se bem que não tão numerosos como aquelles. Durante muito tempo, depois da conquista, a lingua mais commumente falada entre os colonos era

o tupi pela razão de ser a lingua da multidão dos seus escravos, a lingua que servia á cathechese. Não se dava o mesmo com o Cariri, razão porque os toponymos desta procedencia são mais escassos. Esta circunstância deve-se ter sempre em vista, quando se nos apresenta um toponymos a traduzir. Muitos delles, por efeito da corrupção vulgar, se alteram tanto e tanto se confundem que, para se conseguir interpretar-os, mister se tornar investigar se são toponymos do sertão, se são do litoral. Apody, Caicó, Seridó, Cuó, são toponymos sertanejos e não são tupis, procedente sem dúvida do cariri. Entretanto, nenhuma duvida offerecem os do litoral, como sejam Guarahira, Acajutibiró, Aratipicaba, Inharé, Maxaranguape, que são tupis e todos da zona litoranea.

Não obstante a facilidade que ha em se obter o significado de um toponymos tupi, não raro se encontram citados na Historia nomes de lugares que ficariam incompreensíveis se não fôra a interpretação com o auxilio da philologia. Haja vista, por exemplo, esse toponymos Acejutibiró, constante da citada relação. Não teria significado se, pelo exame dos manuscriptos antigos e pela citação de autores diversos, não se viesse a verificar que o verdadeiro vocabulo se escreve — Acajutibiró. Este, sim, escripto como está, é a phrase tupi — Acajutybirô, onde a primeira parte — Acajutyb — Acajutyba, significa — cajual, ou melhor — o sitio dos cajús — e a segunda — ró — exprime — amargoso, ou de sabor desagradavel, e assim — Acajutybiró e não Acejutibiró significa litteralmente — sitio de cajús de sabor desagradavel.

Do mesmo modo se hade fazer com o vocabulo Adquinhon que, examinado nos seus componentes, se restaura no tupi pela forma — A tyqui-nhô e que dizer: — o que gotêja só — ou aquelle que corre a gotas. Assim tambem com o vocabulo Itapassaroca que, examinado nos seus elementos componentes, se restaura no tupi em Itapé-çoroca e significa — lage que se desfaz ou — lagêdo que desmorona. Convindo observar aqui que itá exprime — pedra, e itapé lage, lagêdo; corocá é o gerundio supino de corog e exprime — desfeito, desmoro-nado, rasgado, e assim Itapassa roca quer dizer litteralmente — lagêdo desmoro-nado.

O vocabulo Aretipicaba é simples corrupção do tupi.

Aratypicaba, cujos componentes são — Ará-typicaba e significa — tanque dos papagaios. Convindo notar que Ará é o papagaio grande, a arara, e typicaba é o substantivo verbal de typig, exprimindo acção de estancar, isto é, o estanque, o tanque, a represa.

O toponymos Maxaranguape é simples corrupção do tupi Moçarã-guapé cuja tradução é — no valle de escorregar, devendo-se observar que Moçarã exprime — escorregar, deslizar, desprender, soltar; guá exprime — valle, baixada, seio; pe é a preposição — em, que, no

tupi é verdadeiramente posposição, pois que vae sempre no fim da phrase. O vocabulo tupi — Moçaranguape (Moça-rã-guá-pe) pode assim dar os significados seguintes: — no valle de escorregar, ou então — no valle de soltar, e mui provavelmente — no seio ou manga da solta.

Não irei mais longe nestas minhas observações. Já disse o que basta para o meu amigo seja qual o processo logico que tenha seguido nessas interpretações de toponymos brasileiros. Adeus, mande as suas ordens ao seu amigo e sincero admirador

THEODORO SAMPAIO

Banco dos Ingleses, n.º 1.

P. S. Lembranças minhas ao nosso ilustre e bom amigo Dom Marcolino.

Prefácio

Luís da Câmara Cascudo dividiu este livro em duas partes. A primeira, dedicou aos LUGARES, isto é, à toponímia norte-rio-grandense, estudando a penetração que o homem fez sertão adentro, impregnando a terra, a mata, as aves, os animais, os rios, os lagos e lagoas com o sôpro vivificante da sua voz, da sua linguagem plástica e sonora. E, por isso, deu-lhe o nome sugestivo e breve: NOMES DA TERRA.

A palavra toponímia vem do grego e quer dizer: Topos (lugar) + onyma (nome) + ia. (CALDAS AULETE)

Nesta primeira parte, mostra, por exemplo, como se processou o povoamento, liderado por duas correntes migratórias, uma vinda do Rio São Francisco, através da Borborema, derramando-se pelo Seridó, outra vindo do Ceará, através da Chapada do Apodi, espalhando-se pelo sertão do Oeste da Capitania.

Matias Maciel, de saudosa memória, dizia que o nosso povoamento teria sido feito pelo sul da Capitania. Efetivamente, colonizadores, bandeirantes, vaqueiros, tangedores de gado que buscavam os sertões do Rio Grande do Norte, o faziam, ora pelo sul da Capitania, atravessando a região lindeira com a Paraíba, ora seguindo o curso do Jaguaribe, penetrando terras do Rio Grande do Norte, pela zona oeste.

Mas ninguém se lembrou ainda de fazer justiça aos pioneiros do litoral que, partindo do Forte dos Reis Magos, faziam incursão pelos

vales e várzeas do Ceará-Mirim, Capió, Cunhau, Maxaranguape, que formariam, mais tarde, o núcleo de resistência de toda a ação coordenadora para o devassamento dos sertões. Sem o Forte dos Reis Magos, não se teria evitado o avanço do francês para o extremo norte, como não teria sido possível prolongar o povoamento para o interior da Capitania. O autor deste livro examina, pela primeira vez, esse aspecto do nosso povoamento e mostra com abundância de pormenores como ele se fez, indicando os primeiros sesmeiros que, vivendo no Recife ou na Bahia, requeriam terras, e lá ficavam, governando-as quando governavam, através de prepostos nem sempre interessados no progresso da Capitania. Defendo, por outro lado, a tese de que o posseiro, aproveitando a ausência do sesmeiro negligente, ia deitando raízes na terra, advindo daí as grandes lutas em família, por questões de terra, em que o Estado foi sempre o grande ausente, dando lugar ao regime do bacamarte e do clavinote-bôca-de-sino. Para o autor deste livro, o verdadeiro colonizador do Rio Grande do Norte foi o posseiro, fundando os primeiros currais, as primeiras casas, fazendo os primeiros cercados, plantando as primeiras roças, construindo os primeiros engenhos de açúcar, fabricando as primeiras rapaduras, destilando aguardente nos velhos alambiques de barro, assentando afinal os primeiros fundamentos da nossa economia agrária e pastoril.

O posseiro, egresso, muitas vezes, das bandeiras e entradas que se internavam nos sertões à cata de índio, agarrava-se à terra, dominando-a e conquistando-a para possuí-la de modo amoroso e egoístico. E fazia mais: nas suas entradas pelo sertão, perseguindo a ferro e fogo o gentio brabo, batizava a terra, domava as feras, abria as picadas, veredas e estradas, vadeava os rios, subia e descia as serras, deixando por toda a parte o traço marcante da sua personalidade e do seu engenho. Rios, córregos e riachos, lagos e lagoas, poços e fontes, serras e serrotes, caminhos, veredas e estradas, cacimbas e vertentes, olhos-d'água, barreiros, árvores, astros, aves, vegetais e plantas, todos, à sua passagem, perdiam o estado de natureza selvática e adquiriam o estado de graça, ligando o seu destino a nomes de gente, de santos, de acidentes geográficos, de peixes, de árvores, de aves domésticas, de tudo. Assim nasceram Gaspar Lopes, Santana do Matos, Pedra Preta, Acari, Angicos, Galinhos. Luís da Câmara Cascudo vai além: examina neste livro a contribuição lingüística que herdamos do colono português, do índio e do negro. Numa área de formação tipicamente portuguesa como é a nossa, em que pèse a ação desintegradora do clima, modelando à sua imagem e semelhança o homem europeu, seria até de estranhar a ausência dos nomes portugueses na nomenclatura da terra norte-rio-grandense. Estes, felizmente, não faltaram e se conservam através

dos séculos, assegurando a nossa fidelidade aos fundadores da nacionalidade, como por exemplo, Estremoz, Macau e Arês. A contribuição do indígena, destruído em massa, ora para dar lugar ao avanço da civilização, ora para justificar a ganância dos preadores, se faz presente por uma grande soma de nomes assimilados e incorporados ao português do Brasil, que, nem o tempo, nem as constantes mutações por que tem passado a nossa toponímia conseguiram fazer desaparecer da nossa linguagem erudita e popular os vestígios da língua primitiva. Assim é que Assu, Apodi, Acari, Guamaré, Jucurutu, Maxaranguape, Mossoró, Parau, Patu, Upanema, Taipu, além de outros de introdução remota e recente, permanecem vivos na nossa linguagem escrita e falada, numa justa homenagem ao homem americano da classificação de Lund. Saliente-se, de passagem, a contribuição que traz em carta ao mestre de Natal, o eminente tupinólogo Teodoro Sampaio, confirmando as teses do autor de NOMES DA TERRA. A presença do negro na toponímia norte-rio-grandense mereceu igualmente do autor dêste livro estudo carinhoso e compreensivo, realçando a contribuição que o meloderma nos transmitiu através de três séculos de trabalho e de dedicação incondicional. Assim é que anotamos, nesta parte do volume, vários nomes de origem africana, batizando lugares e acidentes geográficos do nosso território, como Zamba, Zumbi, Catunda, sem falar em Coito, refúgio homizio, Mucambo, residência, Quilombo, moradia retrada, como diz o próprio mestre norte-rio-grandense.

Estudando a toponímia da Capitania, Província, Estado, não escapou, ao mestre querido de todos nós, a contribuição de outros povos, na sua incursão por terras norte-rio-grandenses. Refole e Ponta-Francesa denunciam a presença do francês, em Natal e Estremoz, como Alemão e Serra do Alemão são reminiscências do povo alemão no Assu. A propósito ainda de alemão, gostaria de sugerir que Baldum deve as suas raízes etimológicas ao esforço alemão naquelas paragens. E por que não falar na Ponta do Flamengo, na Praia do Flamengo, no Pôrto do Flamengo, no Morro do Flamengo, na Ilha do Flamengo, lembrando a presença do holandês na Capitania? O mesmo poderíamos dizer do Cemitério dos Ingêleses, ao lado esquerdo do Rio Potengi, recordando os naturais das Ilhas Britânicas. Os mesmos elementos que serviram de base à nossa formação antropológica, serviram de esteio à nossa formação lingüística. A contribuição tupi é mais acentuada no litoral, enquanto o cariri domina a zona do sertão. O negro estava em toda parte, sendo mais sensível na zonas agrícolas. A sua maior densidade era nas senzalas das casas-grandes, quer dos engenhos, quer das fazendas de gado. O português dominava tudo, absorvendo, por fim, os dois povos irmãos.

Quando um dia se escrever a história da Cultura e da Civilização no Rio Grande do Norte, ver-se-á, sem dúvida, a grande contribuição que o autor dêste livro nos legou, registrando, neste ensaio, boa messe de topônimos denunciadores do processo evolutivo da sociedade mediterrânea.

Quanto aos meios de transporte, poderíamos lembrar Carro Caído e Carro Quebrado, reminiscências do ciclo do carro de boi, de tão profundas repercussões na vida social e econômica da colônia, do império e da república.

No que se refere às vias de comunicação, não é menor o número de topônimos, destacando-se Estrada das Boiadas e Estrada do Fio, para culminar com os tipos mais modernos de estradas projetadas e construídas na fase do automóvel e do caminhão.

O ciclo do gado nos fornece por sua vez, grande número de nomes como Boi Selado, Lagoa das Bêstas, Rio dos Cavalos, Serra do Gado, Espera Nova, Cacimba do Viana, Curralinho, Alto das Ovelhas, Oficinas e tantos outros ligados à pecuária e ao criatório.

A gesta do caçador e do matador de onça não foi esquecida neste livro, estando bem representada por Santo Antônio do Salto da Onça e Gogó da Ema.

Livro de pesquisa histórica, geográfica e lingüística, êste primeiro tomo de NOMES DA TERRA revela ao mesmo tempo, o sociólogo, o tupinólogo, o etnógrafo, o historiador, sem deixar de ser também o poema da terra e da gente do Rio Grande do Norte.

II

A segunda parte, dedicou aos Municípios, em que estuda as primeiras sesmarias, os primeiros donos, requerendo as terras para criar o gado e onde fincaram as primeiras casas e os primeiros currais determinantes dos futuros arruados, povoações, vilas, depois cidades.

Não é êste, sem dúvida, o primeiro trabalho escrito na espécie. Antes, alguns historiadores e geógrafos se ocuparam do assunto. Manuel Ferreira Nobre, em sua Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte, 1877, já tratava dêste tema com as naturais deficiências do tempo e do meio, em que as pesquisas não haviam assumido ainda a importância que vieram a ter depois da sua estréia. No fim do século passado, 1897, dois outros "curiosos" da historiografia escreveram e publicaram pequenas monografias sobre os seus municípios. O primeiro foi Ulisses Telêmaco de Araújo Galvão, sobre Currais Novos e o segundo foi Bevenuto de Oliveira, sobre o Município e Vila de Caraúbas. No mesmo ano, um outro norte-rio-grandense, José Pacheco, publicava

dados históricos e geográficos sobre Ceará-Mirim. Luís Fernandes, velho historiador potiguar, autor de clássica monografia sobre A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte, 1832-1908, publicava, no mesmo ano, 1897, Notícia Histórica da Cidade de São José de Mipibu. Essas manifestações revelam um despertar de consciência em torno dos problemas da terra e do homem norte-rio-grandenses, que só viria amadurecer com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1902, e a publicação de O Rio Grande do Norte, 1911, de Tavares de Lira, autor de vasta bibliografia histórico-geográfica sobre o Estado, cuja importância não foi ainda suficientemente examinada. Em 1920, uma outra contribuição surge com a História do Rio Grande do Norte, de Tavares de Lira, para se acentuar, logo depois, com a publicação de vários trabalhos de natureza histórico-geográfica, como sejam Noções Sobre a História e Geografia do Município do Assu, 1921, de Antônio Fagundes, História do Estado do Rio Grande do Norte, 1922, de Rocha Pombo, Denominação dos Municípios, 1922, de Manuel Dantas, Cenários Norte-Rio-Grandenses, 1923, de Anfilóquio Câmara, Município do Rio Grande do Norte, 1928-1942, de Nestor Lima, O Município do Assu, 1929, de Pedro Amorim, Apontamentos Históricos, 1929-1930, de F. Veras Bezerra, Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1930, de Antônio Soares, Apontamentos de Geografia, 1934, de Alfredo Simonetti, Angicos, 1940, de Aluísio Alves, Mossoró, 1940, de Vingt-Un Rosado, Cenários Municipais, 1943, de Anfilóquio Câmara, Caicó, 1945, do Padre Eymard L'Erestre Monteiro, Geografia e História do Rio Grande do Norte, 1952, de Clementino Câmara, Seridó, 1954, de José Augusto, Monografia Histórico-Geográfica de Pau dos Ferros, 1956, de Alberto Mendes de Freitas, Município de Caraúbas, 1959, de Raimundo Soares de Brito, História do Município de São José de Mipibu, 1961, de Gilberto Guerreiro Barbalho, Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte, 1968, de Rômulo C. Wanderley, e todos quantos vieram depois dos trabalhos pioneiros de Tavares de Lira, Manuel Dantas e Nestor Lima.

Luís da Câmara Cascudo, dedicado durante toda a sua vida aos problemas gerais de cultura, nos campos da Antropologia Cultural, da Etnografia e do Folclore, não desprezou jamais os estudos regionais, nos quais deu contribuição inestimável ao Rio Grande do Norte, ao Nordeste e ao Brasil, nos mais diversos ângulos da cultura nacional.

Historiador por força do seu temperamento, publicou Histórias Que o Tempo Leva, 1921, López do Paraguai, 1927, História da Cidade do Natal, 1945, História da Cidade do Natal, 1947, História do Rio Grande do Norte, 1955, Notas e Documentos para a História de

Mossoró, 1955, *Notícia Histórica do Município de Santana do Matos, 1955, sem falar na vasta colaboração que manteve n'A República, in Acta Diurna, sobre assuntos de crítica e história norte-rio-grandense.*

Este segundo volume de Nomes da Terra, dedicado ao estudo da geografia, da história e da toponímia do Rio Grande do Norte, trata especificamente dos Municípios do Estado, aprofundando as pesquisas, ampliando os conhecimentos, desfazendo enganos, retificando datas, indo até às origens mais remotas, sem deixar dúvida quanto à veracidade dos fatos e dos acontecimentos.

Na introdução que faz ao estudo dos Municípios, acompanha o processo evolutivo das nossas comunas, as causas determinantes das suas aglomerações, as transformações correspondentes, o sentido de utilidade das suas criações, as mudanças interesseiras da política regional, a tudo imprimindo o sainete da sua cultura e da sua sensibilidade.

Nestor Lima, estudando os Municípios do Rio Grande do Norte, não foi além da letra M, focalizando apenas 22 dos 42 do seu esquema.

Anfilóquio Câmara, tendo à sua disposição o Departamento Estadual de Estatística com equipe de técnicos e funcionários, escreveu e publicou Cenários Municipais, 1943, arrolando apenas 32 municípios dos 42 existentes no seu tempo.

Luís da Câmara Cascudo, contemporâneo dêsses escritores, dedicado a estudos de cultura geral, sem perder o contacto com os problemas locais e regionais, trabalhando sozinho, sem auxiliares, sem ajuda de governos, sem grandes bibliotecas, sem arquivos organizados, empreende e executa, numa atividade intelectual ininterrupta, uma obra admirável, gigantesca, assombrosa, para ser realizada por um só homem.

Sem intenção de paralelo, porque neste caso venceria com vantagem, dada a universalidade da sua obra, só podemos comparar o seu esforço ao de um Barão de Stuart, ao de um Capistrano de Abreu, ao de outros expoentes da nossa cultura histórica.

Neste livro de saber e de pesquisa, que o Serviço de Cultura do Estado, em boa hora, vai editar, arrola o historiador Luís da Câmara Cascudo, 150 Municípios do Rio Grande do Norte, na sua maioria, recentemente criados, o que realça ainda mais o seu poder de percepção do processo evolutivo da nossa formação social, política e religiosa.

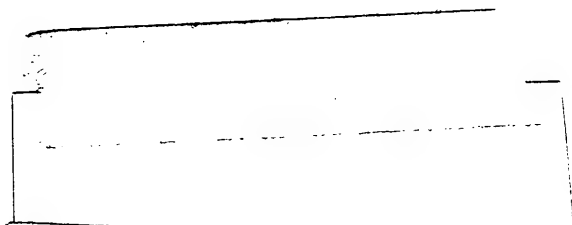
Luís da Câmara Cascudo, natalense da Ribeira, filho de comerciante e de político, convivendo com a gama da sociedade local, na transição de dois séculos decisivos para a História do Brasil capitalizou, através da gens norte-rio-grandense, os grandes conhecimentos que o tornaram no correr do tempo o maior escritor do Rio Grande do Norte, de todos os tempos.

*Esta, em parte, a razão da sua obra maciça, perdurável, eterna,
na história do seu e do nosso Rio Grande do Norte.*

Natal — Dia de São Sebastião,

20 de janeiro de 1968.

M. RODRIGUES DE MELO



I

Em 2 de julho de 1689, o Senado da Câmara de Natal informava a D. Pedro II, Rei de Portugal: — “Nos limites desta Capitania se têm descoberto mais de trezentas léguas de terra pela costa do mar, e para o sertão, tôdas estas mais capazes para criar gado e fazer outras muitas lavouras; tôdas estão dadas a quem as quizer pedir das mais Capitánias e desta; e há sujeito que possui vinte e trinta léguas, sem ter cabedal para as povoar e alguns moradores desta Capitania estão sem ter nenhuma, e demais disto há uma grande confusão nas demarcações e domínios, de que resultam dúvidas nesses sertões. . .”

Em março de 1695, avisava o mesmo Senado da Câmara, desta vez ao Capitão-Mor-Governador Agostinho César de Andrade, que *as terras da Capitania estavam tôdas doadas, com mais de cento e cinquenta léguas da costa.*

Já então os irmãos Nogueiras, Manoel e João, tinham gado ao redor da Lagoa Itaú no Apodi alcançando a do Apanha-Peixe, em Caraúbas. As *situações* curraleiras ladeavam o alto dos rios afluentes do Apodi-Mossoró e do Piranhas-Açu. Currais, roçarias, cavalos, criações *de miunças*, pelos vales. Se não houvesse o boi mugindo em 1687, cariris e tarairiús não atacariam, vendo nos rebanhos peças de caça disponíveis.

Mas eram ilhas no meio da solidão. As doações não foram sinônimos de ocupação útil. Sesmeiros da Bahia e de Pernambuco, pelo século

imediate, teriam extensos patrimônios incultos e desaproveitados. Competindo ao Governador-Geral do Brasil, estante na cidade do Salvador, direitos de doação, os amigos mais próximos se haviam aproveitado da generosa oportunidade. A terra estava realmente doada, mas seria *Desertaque latifundia*, sem sôpro de homem cristão. Sem um Boi, que o indígena dizia ser uma "Anta Estrangeira", a "Çoobaiguara", sem um *cabaru*, pronúncia tupi do "cavalo", sem um "Veado-que-faz-mé", a Cabra, "Çooaçumé", e a estimadíssima "Onça de criação", o "Jaguar-mimbaba", o Cão, o mais precioso dos animais aliados. Apenas refervia a fome-de-terra, *Inexblebilis tarrae aviditas* de Cícero, sublimando no reinol o antigo recalque do sentimento rendeiro, mero ocupante expul-sável nos fidalgos senhorios de Portugal.

A Carta Régia de 7 de dezembro de 1698 limitou a concessão da sesmaria, reduzindo-a três léguas de comprimento por uma de largo, 83.635,200 metros quadrados na taxa da *légua de sesmaria*, 2.400 braças, de 5.280, cada. Prazo de um ano para requerer confirmação a El-Rei. Demarcar e povoar dentro de um quinquênio sob pena de comisso.

- O Governador-Geral do Brasil, na Bahia, e o Capitão-Mor, em Natal, tentavam disciplinar a desvairada ambição pela terra, embora sem uso produtivo. Exceto nos casos de requerentes de alta plana social, as decisões, mesmo antes da Carta Régia padronizadora, iam criando louvável jurisprudência.

INQUIST A
SERTÃO
Em dezembro de 1678, Gonçalo e Joseph Leitão Arnoso, Lourenço de Faria Leitão, Jerônimo da Rocha, Antônio Lopes Leitão, Isabel da Rocha, Domingues Alves da Guerra e Jerônimo Sánchez da Silva, todos moradores nas Capitâneas de Pernambuco e Rio Grande, (não se usava ainda o do Norte), resolverão a povoar o sertão onde abita os gentios bravos ainda que seja com riscos de pessoa e fazenda, e requeriam ao Governador-Geral, Roque da Costa Barreto, cinco léguas de comprido por cinco de largo ao longo do Rio Upanema, para cada um dêles. O Provedor da Fazenda Real estava de acôrdo com os nobres intuitos, mas opôs embargos às dimensões solicitadas: — "Não tem lugar tudo o que os suplicantes pedem, porque dando-se a cada hum cinco leguas de largo e outras tantas de comprimento fazem vinte e cinco leguas quadradas a cada hum; e a todos oito, duzentas, que não he possível possam povoar; pois nestas eras, nem se vive nem se procrea tanto como nas de Adão e Noé." Opinava pelas três léguas por uma de largo, e foi esse o despacho do Governador-Geral, concedendo-as em 8 de dezembro de 1678. Registrado em Natal, com o *cumpra-se* do Capitão-Mor Geraldo de Suny, em 26 de fevereiro de 1680. Quase tôda essa terra caiu em comisso por falta de confirmação ou medição legal.

Quando chegou a Carta Régia de 1698, três anos antes, oficialmente, o Rio Grande do Norte não possuía terrenos devolutos. Estavam, na verdade, em percentagem decisiva, entregues às suçuaranas, veados e caborés.

O AUTO DE REPARTIÇÃO DAS TERRAS DO RIO GRANDE, (1614), documenta a penetração inicial. Trabalho e trabalhadores concentravam-se ao longo do litoral, maiormente no rumo do sul, de Natal à foz do Guaju.

Eram cento e oitenta e cinco "datas de terra" entregues, gratuitamente, ao esforço povoador. Vertentes do Potengi, Jundiá, Ceará-Mirim estavam ocupadas pelos plantios de mandioca, milho e feijão. Não muita galaria. Raros cavalos. Não se atingia ao Taipu, ainda em 1712, *ultima povoação da Capitania*, informava Domingos de Moraes Navarro, mas em novembro de 1709, o Coronel Manoel Rodrigues Coelho recebera terra na *parage chamada TAIPU GRANDE*. Para o sertão não se enxergava a Serra Caiada, então Pirasunum. Mas o sertão do Acauã fora atravessado pelas guerrilhas, olhando-se região que seria pedida para fundar-fazenda. Para o norte, praias solitárias, sem ranchos e sem coqueiros. A exploração das salinas, para o consumo familiar, sofrera solução de continuidade pela insegurança dos caminhos na orla marítima da futura Areia Branca, linde do Ceará-Grande na baliza do morro do Tibau. Nos derradeiros anos do Séc. XVII a chamada *Guerra do Gentio Bárbaro* obrigara o conhecimento topográfico pelas marchas militares da repressão.

Em 1676, em plena convulsão combatente, aparecem sesmeiros no Acauã, Currais Novos e Acari, sinônimo de toda a região, com Manoel Gonçalves Diniz, e em 1679 acelera-se o ritmo, no arranco de Luís de Souza Fuma, e os Albuquerque Câmara, Antônio, Lopo e Pedro, deixando nome nos riachos e olhos-d'água, dos Albuquerque, até Pau dos Ferros onde esbarram os Rocha Pita baianos.

O Séc. XVIII é a conquista do Seridó e do Apodi, na primeira metade, impulsiva. A chapada do Apodi, comum aos pés cearenses e paraibanos, povoa-se, terminando para a cordilheira o étimo melancólico, BORBOREMA, de *pora-pora-eima*, privada de moradores. Também do Açu, para a pancada do mar, os sítios, fazendas, "sortes" com currais, multiplicam-se, ganhando as praias de água viva, na pista do Rio Jaguaribe, ponteiro da penetração vizinha.

Começa uma História sem possibilidades documentais. Mais *story* que *History*. É a odisséia dos posseiros, homens sem títulos legítimos da estabilidade. Vinham do Ceará, da Paraíba, acompanhando os rios orientadores, Piancó, Rio do Peixe, Pinharas, fundidos no Piranhas, tornado Rio do Açu, caindo no Atlântico em Macau. Do

CON
DUIST
DO
SERTA

Jaguaribe, colmeia de vôos emigrantes e fecundadores pelo planalto do Apodi, onde se aninhariam onze municípios. Fugiam outros do litoral e arredores urbanos, investindo o deserto, saco às costas, facão à cintura, arma de fogo no ombro, seguido pela *cunhã* caçada a casco de cavalo, o cachorro farejante, e lá ia plantar choça de palha e taipa-de-bofete, matando onça a terçado e Paiacu a tiro de clavinote. Tangia um touro, duas vacas, casal de cabras puladeiras e o bode de cavanhaque, bufando de importância. Chegava e ia ficando, colono de si mesmo, alimentado pela esperança de sobrevivência.

Quando apareciam os vaqueiros, vanguarda do sesmeiro invisível, para situar fazenda, trazendo ponta-de-gado, "semente" das criações, os posseiros recusavam o acesso, brigando como uns danados, na intuição jurídica do *retinendae possessionis*. Tudo era lícito, permitido, natural. Agitavam as aldeias indígenas. Tocavam fogo no pasto. Vez por outra ganhavam o jogo. Em dezembro de 1701, El-Rei Nosso Senhor D. Pedro II aprovou a proibição feita pelo governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, que os quarenta vaqueiros de Antônio da Rocha Pita expulsassem da Ribeira do Açu os moradores das terras onde pretendiam fundar fazendas. Nesse 1701, Carta Régia de 11 de janeiro, o Rio Grande do Norte passara da jurisdição da Bahia para a de Pernambuco.

↙ Esses posseiros bateram primeiro nas várzeas e planalto do Apodi, tabuleiros e capoeirões do Seridó, batizando a terra *nullius domini* sem que deixassem pegada em livro da Real Fazenda e sim nos acidentes da serra, carrasco e caatinga, padrinhos dos riachos, serrotas e logradouros. Vêzes, já abastados, iam à cidade do Natal requerer domínio onde tinham posse imemorial. Pediam que o Capitão-Mor-Governador houvesse por bem conceder-lhes o que possuíam desde o *tempo dos tapuios* e das onças vadias.

Fácil de encontro nos livros de sesmarias as várias concessões de muitas "datas" numa única ocasião. Fazendas antigas, gadaria incalculável, família espalhada nos arredores, economia estável, firme, conceito de poder, e nenhum título oficial justificador daquele singular usufruto nas terras realengas d'El-Rei. Acende-se uma batalha entre eles e os novos requerentes, solicitando terras que não sabem onde ficam. Pedem os velhos posseiros as *sobras* entre as próprias sesmarias ou aquelas que corriam na testada das mesmas. Temiam os requerentes insaciáveis dêsses *sobrados*, entrando fatalmente em questões quando da demarcação exigida pelo Rei. Batalha tanto mais viva quando, vez e vez, a terra que se pedia era de posse antiquíssima. Indispensável conquistar a simpatia do Provedor da Fazenda que ia dar a "informação" sôbre a viabilidade do despacho. E a demora para registro e a

vinda da “confirmação” d’El-Rei, com seu real punho, feita na cidade de Lisboa, do outro lado do mar sem fim.

Havia fome das *sobras*, mesmo inexistentes. Na Bahia, os Garcia d’Ávila afirmavam-se senhores *de tôdas as sobras*, esquecidos das 250 léguas possuídas na margem pernambucana do São Francisco. Os herdeiros do Mestre-de-Campo Antônio Guedes de Brito tinham 160 léguas.

Essas *sobras* deram os topônimos *SOBRADO* e *SOBRADINHO*, nada parecendo com edifícios, como deduzira mestre J. Capistrano de Abreu num raro cochilo na perspicácia. No Rio Grande do Norte, o Capitão José Barbosa Leal e o Coronel Manoel Gomes Tôrres, em 11 de abril de 1706, requeriam *tôdas as sobras que se acharem entre os providos do Apodi e Jaguaribe té os providos da jurisdição da Paraíba, tanto do norte a sul como de leste a oeste*. E o Capitão-Mor Sebastião Nunes Colares concedeu, na doce credulidade da obediência passiva dos posseiros, compadres das furnas e afilhados dos bacamartes. Em julho de 1666, João Fernandes Vieira obtivera sesmaria na Ribeira do Ceará-Mirim até o Pôrto de Touros, dez léguas de costa e outras tantas para o sertão. Em 1607, os jesuítas mandavam em quatorze léguas de sesmarias solitárias. O Coronel Antônio da Rocha Pita, grande sesmeiro baiano no Rio Grande do Norte, possuía inúmeras propriedades. Na Ribeira do Apodi, em 1733, seus herdeiros registaram: MALHADA VERMELHA, SÍTIO DOS ALBUQUERQUES, PAU DOS FERROS, SÍTIO DA CONCEIÇÃO, SÃO MIGUEL, SÍTIO DO PASSARINHO, CAMPO GRANDE, SANTIAGO, SÍTIO DA TELHA, PASSAGEM VELHA, AROEIRA, SANTO ANTONIO, CACHOEIRA, SÍTIO DE SÃO JOÃO, tôdas na medida-velha, três por uma légua. E não eram as únicas. Em 1754, o vigário de Goianinha, Padre José Vieira Afonso, era senhor de 144 quilômetros de terra sem a mais longínqua utilização. Em novembro de 1765, o Doutor Antônio José Teixeira de Moraes, cujo título denominou a *SERRA DO DOUTOR*, aludia, em petição zangada, a voracidade do reverendo Afonso, desfrutando nove léguas quadradas sem se saber para quê: — *se têm passado onze anos com pouca diferença sem que tenha aproveitado nem beneficiado a dita terra, nem do produto delas dar lucro algum à Fazenda Real*.

Era um modêlo que o posseiro modificou à sua imagem e semelhança. Tornado fazendeiro, Sargento-Mor da Ribeira, vigiaria ciumentamente a propriedade obtida pelo *uti possidetis*. A reação oficial tentou diminuir a voracidade foreira, especialmente os requerimentos incluindo terrenos beneficiados pelo esforço e devotamento alheios. A Carta Real de D. José, em 20 de outubro de 1753, foi o estatuto básico, de pouco efeito, mas benemérito nas intenções humanas da justiça administrativa.

O Rei decidira "concedendo aos mesmos sesmeiros por uma nova graça tôdas as terras que êles têm cultivado por si, seus feitores ou criados ainda que estas se achem de presente arrendadas a nossos colonos nas quais se não devem incluir as que outras pessoas cultivarem ainda que fôsse a título de aforamento ou arrendamento, por não serem dadas sesmarias senão para que os sesmeiros as cultivem..." Ainda em 25 de janeiro de 1809, no Rio de Janeiro, num alvará-com-fôrça-de-Lei, o Príncipe Regente D. João repetiu as instruções minuciosas, fundamentando-se na Carta Real do seu avô, *evitando pleitos, litígios e perturbações dos direitos adquiridos anteriores*, e era "interêsse do bem-público no aumento da agricultura e povoação do vastíssimo Estado que muito deve promover e adiantar com a segurança e manutenção dos sagrados direitos da propriedade". Era a doutrina do Reino. No "Regimento" de 17 de dezembro de 1548 ao Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, D. João III recomendava: — *"e não dareis a cada pessoa mais terra que aquela que boamente e segundo sua posybilidade vos parecer que podera aproveitar"*.

Mesmo assim, as arbitrariedades eram constantes por parte dos Provedores, demarcadores, escrivães, pilotos, tôda a aparelhagem da Fazenda Real, incapaz de satisfazer-se com a tabela dos emolumentos e exigindo os proveitos maiores da ameaça intimidadora.

Lentamente, porém, o posseiro, destituído de garantias jurídicas, constituiu o elemento preferencial para a concessão de datas-de-terra. Esse auxílio d'El-Rei explica a multidão de sesmarias sem títulos de domínio, porque, ao final, temiam as autoridades distribuidoras o perigo físico das represálias. Com a pessoa do Rei residindo no Rio de Janeiro, desapareciam as delongas para a confirmação — e os remédios legais dos recursos, apelações e embargos nas demarcações seriam mais eficazes pela relativa presteza. O número de sesmarias depois de 1808 é vultoso. Muitos posseiros tiveram a coragem do requerimento sem obstáculos burocráticos. Antes, o desejo de alguém apossar-se das terras estranhas desvanecia-se com a possibilidade funcional dos clavinotes de tocaia.

O Séc. XVIII fôra a centúria do povoamento efetivo dos sertões e agreste, em ambas as dimensões territoriais: do norte para o Ceará; do sul, para a Paraíba, avivado pela osmose do Jaguaribe e do Piranhas.

O impulso era a pastorícia, profetizada por Diogo de Campos em 1614: — *A terra he franca mais para o gado e creações que para canaviaes e roças*. As roças vieram, suficientes e fartas, mas apoiando a família dos vaqueiros na *labuta do campo*. A linguagem dos requerimentos, notadamente depois da Carta Régia de 7 de dezembro de

1698, pede terras, pastos, amplidões para refrigério, acomodação e comodidade dos rebanhos.

Ao inverso da terminologia peninsular portuguesa, *campo não é lavoura* e o *trabalho de campo* não era agricultura. Jamais se empregou a palavra *lavrador*, tão comum e alta nos fastos históricos da economia ruralista de Portugal. FAZENDA limitou-se à propriedade pastoril. *Adereçar suas fazendas*, como aconselhavam as ORDENAÇÕES AFONSINAS, era o amanho do gado e não da terra. O título de fazendeiro equivalia, em prestígio e mando, ao do *senhor de engenho* nos vales úmidos do litoral.

Henry Koster, em novembro de 1810, hóspede do Coronel André de Albuquerque Maranhão, o futuro chefe e mártir da Revolução de 1817 no Rio Grande do Norte, registava: "A propriedade de Cunhaú é extensíssima, possivelmente a maior dessa região. Possui cêrca de 150 escravos, mas as terras podiam ocupar quatro ou cinco vêzes êsse número, mas o coronel dá maior atenção ao gado, com o qual seu pai ampliou a fortuna." E não era no sertão, mas na zona do agreste, perto do mar e já dominada pela cana-de-açúcar.

*Quem não cria,
Não tem alegria!*

Não era possível existir outro motivo determinador de júbilo. As glórias da família foram reminiscências da batalha, resistência e domínio do vaqueiro ao touro, às onças preadoras de bezerros, às sêcas devoradoras do mundo curraleiro. Por isso, os velhos nomes dados à terra testemunhavam essa presença, heróica e simples, defendendo a boiada.

* * *

II

As sesmarias sugerem Etnografia e História, com poesia e côr. João Leitão de Azevedo, em 1754, recebe terras na Ribeira do Apodi, entre os sítios dos PILÕES, hoje município, fazendas da Serra Branca e da Milhã, e fazenda do Saco, no *riacho chamado das Melancias*. Na segunda metade do Séc. XVIII essa cucurbitácea alcançara o alto oeste norte-rio-grandense, levada pelo pioneiro desbravador. Antes não havia.

José de Albuquerque de Souza e Teobaldo Lins da Silva, em 1737, têm sesmaria na Ribeira do Apodi: "Nas cabeceiras do riacho dos Encantos em uma Serra que divide para o Jaguaribe, em o lugar onde existião negros fugidos, os quaes plantarão bananeiras, macaxeiras e manivas."

Nos contrafortes da Borborema, pelo imenso Apodi, há a Serra de COUTO, COITO, COUTTO, (como se fôra patronímico), e região, próxima, do MUCAMBO. Nenhuma página da História falara nessa ocorrência. Surge a figura do negro cativo, evadido das fazendas iniciadas, criando refúgios longínquos, plantando roças, espalhando alimentos vegetais, deixando sinonímia denunciadora da passagem. COUTO, COITO, esconderigo, homizio; acoitar-se, ocultar-se. MUCAMBO, a residência africana, e no Brasil valendo *quilombo*, moradia retirada, pouso secreto do escravo, liberto pela fuga.

A geografia botânica expõe seus perdidos limites de expansão. PITOMBEIRA, MULUNGU, OITICICA, QUIXABEIRA, CARNAÚBAS batizavam trechos onde floriam e desapareciam. Substantivos portugueses correntes outrora, jamais lembrados na linguagem normal, DORNA, BUGIO, MANOINO, MINGOTE, ALVERCA, RUFAM. BEIRADA, em Arez, chamou-se LUANDA.

Ninguém sabe o que quer dizer BALDUM.

Africanismos legítimos em MASSAGANA, CUMBE, CAFUCA, CATUNDA, CASSANGE.

Os sufixos portugueses em colaboração fraternal com o tupi, GOIANINHA, PARAZINHO, UMARIZAL, CARNAUBINHA, JENI-PAPEIRO.

Um vocábulo veio do Pará, TARUMÃ; de Mato-Grosso, GUA-PORÊ; de Marrocos, MAZAGÃO; da China, MACAU; da África Oriental, MOMBAÇA; do Japão, CATANA.

Baltazar da Rocha Bezerra, em 1732, recebe data no Rio dos Angicos, *no lugar d'onde deixão os Paulistas os Tapuyas Potigí*. Ainda havia rescaldo da guerra indígena. O Têrço dos Paulistas, arrebanhando troços potiguares desarmados, deixavam-nos ficar em Angicos, entregues à pacificação das tarefas agrícolas, vigiadas a mosquete. Apenas, ninguém sabia a participação potiguar na sedição cariri e subsequente punição que a sesmaria registou.

José de Moraes Navarro, Sargento-Mor do Têrço dos Paulistas, em outubro de 1712 requerera terras *nas PENDÊNCIAS*, município em 1953. É um dos mais antigos documentos topográficos. Estava vivo onze anos depois. O registo de sua sesmaria em 1723 é um poema, digno do poeta e pintor Newton Navarro, seu descendente: — “Cabeceira dos Rios Camurupim e do Fogo, Pôrto de Touros, entre êles, no meio de carrascos, em uma lagoa grande, cheia de piripiri, canabrava, trapiazeiros e carnaubeiras, e com um serrote de frente dela, da ponta do Amargoso, na qual lagoa se avista o Cabogi, de uma parte, e da outra, a Serra do Trapiá.”

Em 1724, Antônio Moraes de Paiva teve sua data "entre os Rios Trairi e Jacu da Serra das Almas, em uma lagoa que tem falta d'água." Essa menção, a lagoa vazia, é uma pincelada na paisagem pioneira, tão evocadora como a da sesmaria n.º 197, de 1716, de Francisco de Souza Oliveira e Matias Cavalcanti, no riacho Maxinaré, futuro CURRAIS NOVOS, "fazendo pião de um *poço cercado de pedras*". Era a defesa humana, guardando a taça d'água preciosa na solidão sertaneja.

Espécies vegetais que perderam o nome. João da Costa Gomes, em 1757, na Ribeira do Upanema, "num ôlho-d'água ao pé de umas árvores chamadas SAMBAQUIXABAS". Sambaquixaba é o banco, depósito de ostras. Ninguém sabe mais informar-me que árvore é esta, viva em 1757, desaparecida em todos os livros consultados.

Em 1689, Aleixo de Lima Pacheco e mais seis companheiros terão 24 léguas na Ribeira do Upanema ou Mossoró, "principiando de uma penedia que está onde o rio nasce, a qual o gentio denominava SETE ESTRÊLAS".

Localização de velhas aldeias indígenas, dos plantios taraius. O Coronel Teodoro de Gracismán, em 1707, na Ribeira do Potengi, "no sítio a que chamam a *Paratiuba*, hoje *Pirituba*, começando a demarcação da ALDEIA DOS ÍNDIOS JANDUINS". As sesmarias ns. 201 e 209, na mesma Ribeira, referem-se a ROÇAS DOS TAPUIAS.

Caçara e *Curral* eram sinônimos em coexistência útil. O emprêgo não partia da iniciativa indígena e sim do sesmeiro. Aparece o vocábulo tupi nas zonas nitidamente cariris. Em 1713, o Capitão Gonçalo de Castro Rocha, na Ribeira de Mossoró, Rio Paneminha, tem duas léguas do rio para cima, e uma DO CURRAL para baixo. Sabe-se logo de quem era o curral. Antônio Dias Pereira, no Panema Grande ou Mossoró, "pegando de frente do CURRAL DA VIÚVA DE GREGÓRIO DO VALE (RESUMO DAS DATAS, ns. 158 e 159, 1713).

Em fevereiro 1712, Estêvão Velho de Melo requer sesmaria na Ribeira do Ceará-Mirim, "na parte onde o Coronel Antônio da Rocha Bezerra *fêz sua CAHISARA*". Em 1713, na Ribeira do Potengi, José Francisco de Souza, indicando confrontações, menciona *uma picada em a qual fêz uma CAIÇARA*. O Sargento-Mor João de Souza Banhos, em 1734, na Ribeira do Trairi, cita o "poço chamado CAIÇARA DE BAIXO compreendendo CAIÇARA DE CIMA". Na data-479, do Tenente Valentim Barbosa de Carvalho, há um "cítio chamado RIACHO DAS CAIÇARAS por detraz das Serras Negras no sertão do Seridó". Difunde-se "caçara" numa boa centena de topônimos, mais numerosos que o português "curral", embora com CURRAIS NOVOS, Currais Velhos, Curral Queimado, Curralinho, e na data-290, em 1732, de

Salvador Fernandes da Costa na Ribeira do Apodi, depara-se “o olho — d’água do CURRAL DA SERRA, buscando a Malhada Grande”. CURRAL DA VÂRZEA, primeiro nome da cidade do Upanema. A sede de São Rafael foi CAIÇARA. São Bento do Norte tem o Distrito de CAIÇARA. Há o município CAIÇARA DO RIO DO VENTO. São testemunhos da predileção antiga.

Em 1734, Ribeira do Jacu, Julião Borges de Barros é dono da sesmaria “pegando da SERRA BONITA para acima... “Na Ribeira do Potengi, data-455, em 1737, do Capitão Gonçalo de Castro Rocha, há “um olho-d’água chamado da Gameleira que corre para uma alagoa chamada ENCANTADA”.

Uma árvore era assinalação suficiente. Em 1734, na data-421 na Ribeira do Ceará-Mirim, o Capitão Agostinho Antunes recebia posse “pela parte do norte no lugar TAIPU pelo rio acima até o poço da Pirapora onde está uma grande aroeira”. Em 1727, data-249, de Gaspar Vaz da Costa, Ribeira do Seridó, distingue-se “um poço d’água, o qual poço tem em redor de si alguns pés de Trapiás”. Na data-209, Ribeira do Potengi, a característica está “num riacho formando uma varze de Carnaúbas”.

Noutras, há explicação do topônimo, com a data-410, de 1734, do Capitão Mário de Castro da Rocha, Ribeira do Jundiá, “pegando do POÇO DA CRUZ que tem para o nascente uma árvore grande chamada Jatobá... na árvore esculpirão uma cruz”. Daí, POÇO DA CRUZ. O jatobazeiro morreu, mas o nome ficou.

Pelas semarias fiquei conhecendo os caminhos históricos que a História não registou e o povo não esqueceu. Em 1716, *estrada que vai do Ceará-Mirim para o Açu... Estrada que vai do Apodi para o Jaguaribe*: (RESUMO DAS DATAS ns. 193 e 320). A data-745, posterior a 1764, é mais explícita: — “Ribeira do Apodi, na picada dêste nome, a qual vai para o Jaguaribe, na Serra dela.” Em 1734, a data-355, na Ribeira do Jundiá, indica a *passagem da maré na estrada que vai para o Certão*. O Capitão Tomás de Araújo Pereira, primeiro no nome, foi em 1734 senhor da data-592, na Ribeira do Seridó, “fazendo pião nas lagoas da *estrada que vai para a Paraíba*”. Esse caminho, passando pelo Acari, serve há muito mais de duzentos anos.

A data-787, na Ribeira do Apodi, cita um OLHO-D’ÁGUA DO ANJO. Que alemão teria dado nome a uma serra, ainda com essa denominação na Ribeira do Açu, SERRA DO ALEMÃO, citada em 1757? Provocou as desconfianças técnicas das autoridades do Exército em 1943. Talvez se tratasse de influência nazista. A FAZENDA DO ALEMÃO foi revis-

tada e seus proprietários submetidos a interrogatório, esquecidos ou ignorando os fiscais que o nome já era velho 185 anos antes.

E o CIRURGIÃO, padrinho de Serra no Apodi?

Comum os batismos de Pedra Preta, Pedra Branca, Pedra d'Água, Pedra Grande, mas PEDRA BARBADA, na Ribeira do Potengi, datas-524, 547, 583, merece lembrança.

E a SERRA FANHOSA no Apodi, data-168, 1715, com os tabuleiros tão citados? Vêzes a sesmaria é um desenho de soberba precisão evocadora. A data-480, da segunda metade do Séc. XVIII, de Estêvão Ribeiro Leitão na Ribeira do Seridó é um quadro inesquecível. "Entre as serras que se acham entre os sítios do Patacoró pelo nascente, Jucurutu pelo poente, e Salgado pelo sul, e a garganta pelo norte, entre as quais serras não há saída senão por um boqueirão que fica para a parte do cais (*era nome de uma propriedade*). Principia a medição de um ôlho-d'água chamado pelo gentio *Pega-Aradiró*, ficando de dentro dois olhos-d'água mais, chamados *Pacanhare* e *Quimquê*, tudo dentro das mesmas serras." O documento denuncia a presença dos Pegas cariris, fúgidos da Paraíba ou habituados à região no nomadismo cíclico, indo e vindo. Davam nome a um ôlho-d'água.

* * *

III

Não creio que a terra estivesse batizada em seus mínimos acidentes como agora, dividida e povoada. Os indígenas davam nomes aos rios, serras, nascentes, pousos de caça, os *tauás*, barreiros salitrosos onde os animais vinham lambe, aguadas velhas e consagradas pelo hábito dessedentador das bebidas noturnas, recantos preferidos para a postura das arribações, refúgio de cotias, mocós e preás, malhada de juazeiros, imburanas e oiticicas para veados e emas, no tempo em que o camarada cachorro era ignorado.

As águas valorizavam-se pela abundância do pescado, fartura das recolhas, regularidade das piracemas. Não havendo peixes, eram *Upanema*, *Puxi*, *Ipanema*. Fontes, lagoas, minadouros potáveis, perenes, saborosos, mereciam os batismos de *Icatu*, *Icarai*, *Iguatu*. Os homens que penetraram o sertão deram ou conservaram êsses anúncios de ruindade ou excelência das águas.

Os primeiros topônimos foram depoimentos de flagrância, notação permanente da observação imediata, acessos íngremes, travessias áridas, passagem perigosa nos rios de sumidouros, *perau*, *Paraú*, areia atoladiça, mato cerrado, espinhos, ~~matas~~ cipós, caminhos sem rumo, recantos

desabrigados, ausência de sombras, vultos esgueirantes de suçaranas, pulos de maracajás, caitetus estalando os dentes, roncões de guaribas, vaías de tetéus.

Os tupis, e não os escravos negros, foram a legião auxiliar dos brancos, situando fazendas, espavorindo feras, plantando moirões, tangendo a gadaria, espantando o gavião, o caracará, faminto pelos olhos das crias indefesas. Foram, sobretudo, os adversários dos cariris e tarairiús, ocultos nas brenhas, numa aliança consagrando as inimizades étnicas ou tribais.

Como todos, ou quase todos, falavam o tupi, tornado fácil e macia LÍNGUA GERAL pelo uso catequístico, as documentações iam aparecendo no idioma do penetrador, fixando-se o nhengatu num ambiente de outro idioma e raça. Assim são raros os topônimos dos indígenas do interior resistindo no sertão habitado por eles. Mais vulgar no Seridó ou Oeste a nomenclatura tupi que tarairiú ou cariri.

A divisão dos latifúndios provocou a novidade denominadora em português. O velho nome da sesmária diluiu-se no vocabulário favorito dos descendentes do desbravador, barbudo e grave, persignando-se às Trindades quando luzia no céu da tarde o brilho da Papaceia.

As serras e os rios, arquivos teimosos e surdos às seduções, resistiram e resistem ainda ao impacto mutilador. Possível mudar nome de rua, cidade, município, mas inverossímil uma homenagem humana concedida pelas cordilheiras, torrente pluvial, simples varjota, porque êsses topônimos serão o que Jean Brunhes dizia: — *les fossiles de la géographie humaine* os legítimos *signes à la seconde puissance*, de Michel Bréal. O homem muda o nome de uma cidade, mas não muda o nome de um serra. É que êle fez a Cidade mas a Serra independe de sua participação para viver.

* * *

IV

Olhando a terra, notamos que cada acidente tem sua história. — Podemos desconhecer-la presentemente, mas ela existiu e justificou o imperturbável apelido. Houve uma razão para viver e perdurar.

Temos dezenas dessas denominações curiosas, soando estranhamente aos nossos ouvidos: PASSA E FICA, (Nova Cruz), CABELO NÃO TEM, (Luís Gomes), FUMA CACHIMBO (São Gonçalo), PELO SINAL e SABE MUITO, (Caraúbas), BUNDA DA NEGRA, (Açu) LIVRE-ME DEUS (Lajes), FEIJÃO COM COCO, (Mossoró), CÂ TE ESPERO, (Augusto Severo), CAMALEÃO COTÓ, (Lajes), OCO DA COBRA, (Macau), CANTO DAS PARIDAS, (Mossoró), LOGO TEM, (Caraúbas), VENHA VER, (São Miguel), CABELO NA CUIA,

(Macau), VALHA-ME DEUS, (Santo Antônio), testemunhos de fatos passados, endossando perfeitamente o inusitado título.

Somente a ignorância é zombeteira.

Todos esses topônimos têm uma história, trágica, cômica, sentimental, impondo a curiosa alcunha. Às vezes, todo um romance se esconde no esquisito apelido. Toda a gente sabe por que *ATOLEIROS*, *IPUEIRA*, *CARNAUBAIS* têm esses nomes, mas ninguém explica mais a origem de *ALMAS*, *PERDIÇÃO*, *VELHACARIA*.

Sentimos a presença humana do fundador, proprietário, primeiro senhor, derrubando o mato, erguendo a casa, plantando o roçado, abrindo a picada. Nada, historicamente, poderia ter deixado de sua existência. Mas o nome ficou numa serra, num riacho, num travessão cortando-caminho, num logradouro, numa chapada deserta onde outrora mugiu o gado e vibrou o aboio. Nesse nome sobrevivente, a Morte respeita o trabalho do homem desaparecido, mas palpitando no esforço anônimo nos fundos-do-sertão-de-pedra: *SERRA DA JOANA GOMES*, em S. Tomé; *CACHOEIRA DE JOSÉ GABRIEL*, em Augusto Severo; *RIACHO DO TAPUIO JOSÉ*, em Pedro Avelino; *MENDES*, em São José de Mipibu; *BAIXINHA DOS VIEIRAS*, em Touros; *PAI DOMINGOS*, em S. Antônio; *COSTA DO VELHO JOSÉ*, em Macau; *SERRA DO GERALDO*, no Martins — são quase biografias. E também afloram vaguedades nominais, marcadas pela procedência longínqua ao meio: — *RIACHO DO PAULISTA*, no Patu; Apodi e Açú; *RIACHO DO INGLÊS*, em Santo Antônio; *SERRA DO ALEMÃO*, em Augusto Severo; *PONTA FRANCESA*, na Lagoa de Estremoz.

Somos filhos do grande ciclo de vaqueiros. O trabalho da pastoreia garantiu a Capitania, manteve a Província, obrigando-a a viver. Os topônimos, às centenas, denunciavam essa obstinação campeira. São os mais numerosos: *RIO DO GADO BRAVO*, *MALHADA VERMELHA*, *CANTO DO CURRAL VELHO*, *CURRAIS NOVOS*, *CURRALINHO*, *PORTEIRAS*, *CURRAL QUEIMADO*, *CAMPO GRANDE*, *PASTOS BONS*, *BOA ÁGUA*, *LAGOA DOS CAVALOS*, *POÇO DAS CABRAS*, *VACA BRABA*, *RIACHO DO GARROTE*, *VARZEA DOS BOIS*, *GRUTA DO BODE*, *PASSAGEM DO GADO*, estão evocando essa história, ardente e real. Lembram como o homem entrou para o sertão e o deparou, hostil, povoado de assombros. Esses *assombros* dominam, numa dimensão mágica, as cousas que êle descobriu: *SERRA DAS ALMAS*, *SERRA DO FEITICEIRO*, *PASSAGEM DA ONÇA*, *GAMELEIRA DOS MACACOS*, *PASSAGEM DO TAPUIO*, *SACO DOS VEADOS*, *ANTA ESFOLADA*, *SERRA DA APERTADA HORA*, *SALTO DA ONÇA*, *AROEIRA DO SAGUIM*, *APERTA-CABEÇA*, em Alexandria, *VALHA-ME DEUS*, *POUSA*, *DESCANSO DAS BANDEI-*

RAS, RIO DO VENTO. Aí construíram um curral, cêrca protetora da gadaria, uma *caçara* indígena, e ficou CAIÇARA DO RIO DO VENTO, hoje município. Uma oiticica onde gravavam os *ferros* identificadores, criou o município de PAU DOS FERROS. Os indígenas imprimem o rasto indelével no chão que outrora possuíram: CAICÓS, MOSSORÓS, PANATIS, JANDUÍS. Vemos os tuixauas, imóveis no tempo, ITAÚ, IPANGUAGUAÇU, FILIPE CAMARÃO, JACAÚNA, JAGUARARI.

Impressionava-os a Morte, o encontro dos corpos parados para sempre, apodrecendo na solidão: COVA DE DEFUNTO, em Serra Negra; BÊSTA MORTA, em Angicos; BOI MORTO, em Pau dos Ferros; VACA MORTA, no Açu, Lajes, Pau dos Ferros, Santo Antônio, Luís Gomes; CAVALO MORTO, em Pau dos Ferros; CACHORRA MORTA, no Apodi; DEFUNTOS, em São José de Mipibu. E mesmo um RIO MORTO, em Mossoró.

Marcam a presença do inimigo, o *caboco-brabo*, o tapuia indomado, numa interminável sucessão de evasões e de assaltos. A pegada sonoriza a recordação das tribos pulverizadas: SERRA DO TAPUI, RIACHO DO TAPUIO, PAU DO TAPUIO, PASSAGEM DO TAPUIO e, por tôda a parte, *cabocos*, serrotes, caminhos, capoeirões, córregos, lagoas. Os negros passam e perpassam, batizando lugares vividos: BOQUEIRÃO DOS NEGROS no Apodi; SERROTE DOS NEGROS, no Açu — e as personalizações onde há uma ternura saudosa; PAI JOSÉ, em Mossoró; BAIXA DO PAI MATEUS, em Goianinha; PAI JOÃO, no Açu; PAI DOMINGOS, no Caicó. Lembrança das velhas negras: MÃE LUISA, em Natal; MÃE ISABEL, no Açu; LUCRÉCIA, no Martins — hoje município.

Os nomes pregoam o encanto, a esperança, o sonho do futuro, tranqüilo e farto.

Há, no Rio Grande do Norte, lugares que se chamam FAZENDA NOVA, MORADA NOVA, SALVA VIDA, FUTURO, BOA HORA, NOVA VIDA, PARAISO, BOM DESCANSO, BOM BOCADINHO, onde nasceu a cidade de Sant'Ana do Matos. Há nomes como bênçãos de felicidade: REMANSO, SOSSEGO, BOM LUGAR, SEIO DE ABRAÃO, BOM PASSAR, MAVIOSO, BOA SAÚDE, ENCANTO, RETIRO, SERENO, ALÍVIO, PROVIDÊNCIA, AMOROSA, MARAVILHA, ALELUIA, BONITO, NAMORADOS... Outros fixam a paisagem acolhedora: SOMBRAS GRANDES, TERRA NOVA, BELO MONTE, MATO GRANDE, UMARI DA SOMBRA, VISTA ALEGRE, RAMADA, HORIZONTE, SERRA AZUL, VIRAÇÃO. Dizem o estado psicológico de conformação ou revolta, esperando ou enfrentando o macaréu: DESTÊRRO, AUSENTES, SOLIDÃO, DESEN-

GANO, SOLEDADE, PERDIÇÃO, REJEITADA, QUINTOS DOS INFERNOS, TARADO, ALMAS, MAL-ASSOMBRADOS. Fazem ironias, pillérias, sátiras, com as serras imóveis, os rios vivos, as fazendas nascentes: MANHOSO, LAGOA DOS VELHOS (município), POR ENQUANTO, BOBAGEM, IMPERTINÊNCIA, SERROTE DA VELHACARIA... Reminiscências da História Sagrada: PALESTINA, TERRA SANTA, CAFARNAUM, CANANÊIA, JERICÓ, CANAÁ, BELÉM, JERUSALÉM, EFRAIM, BETÂNIA. Sonho de terras distantes: — NEW YORK, BARCELONA, (município), CALIFÓRNIA, BUENOS AIRES, CANADÁ, TRANSWALL, VENEZA, BAVIERA, ATENAS, ALABAMA, TIROL, DINAMARCA. As guerras não foram esquecidas no registo toponímico: CANUDOS e MONTE SANTO, para a luta de Antônio Conselheiro. Para a *guerra de Montividéu*, apresenta-se no RIACHO DO VIDEÓ, no Baixo Açu, Lajes e Patu. Há uma CISPLATINA, em Augusto Severo. E a campanha do Paraguai, há cem anos passados, ressurgue em RIACHUELO e CERRO CORÁ, ambos municípios. Os confusos embates punidores da rebeldia — tarairiú e cariri atestam-se no município de PENDÊNCIAS, que o povo diz sempre no plural, AS PENDÊNCIAS. Há nomes provocando taquicardia lírica: — CACIMBA DAS MÔÇAS, em Currais Novos; MOITA DO ANJO, em João Câmara; CANTO DA MÔÇA, em São Gonçalo; RIACHO DOS NOIVOS, em Caraúbas; ILHA DAS MÔÇAS, em Goianinha. E haverá recordação mais orvalhada de ternura e graça que êsse nome de VERDE NASCE, numa propriedade velha no vale do Ceará-Mirim? Nomes que são depoimentos, confidência de reservas mentais, íntimas, solitárias, persistentes: GUARDADO, COBIÇADO, CONSELHO, MISERICÓRDIA, ESCONDIDO, MILAGRE, CANTINHO, AMBIÇÃO...

* * *

V

A nomenclatura é fundamentalmente portuguesa.

As diferenciações nacionalizam os vocábulos, dando côr regional nas peculiaridades da aplicação.

Não se diz CORDILHEIRA ou SERRANIA, mas CADEIA DE SERRAS. SERRA, SERRINHA, SERROTE, o diminutivo ignorado, SERROTA. Municípios norte-rio-grandenses, SERRA DE SÃO BENTO, SERRA NEGRA DO NORTE, SERRINHA. Um distrito de SÍTIO NOVO, SERRA DA TAPUIA.

VARGEM, VARJE, como antigamente em Portugal; "Vargem", distrito de Bragança-Paulista, e em Campos Novos, St. Catarina, e não *Várzea*, letuada, batizando os municípios de VARZEA e VARZEA DA CAATINGA, o campo plano e largo.

TABULEIRO, de "tábua", planície arenosa caracterizada pela horizontalidade, pouca vegetação. Diverso da sinonímia lusitana, campo ondulado, em degraus.

TABULEIRO GRANDE, município serrano, um dos trinta e três. Não há VALE, VEIGA nem PRADO.

RIO, RIACHO, CÓRREGO, brasileiroamente *Corgo*, como notava Saint-Hilaire em Minas-Gerais e Goiás. CORGO, um afluente do Douro em Portugal. *Corguinho*, município em Mato Grosso.

Não falavam em ARROIO, REGATO, RIBEIRO, RIBEIRÃO, mas RIBEIRA, nome de rio denominador de vertentes. Rios e riachos são padrinhos espontâneos de nossos municípios, Caiçara do RIO DO VENTO; São Bento do TRAIRÍ; São João do SABUGI; São Paulo do POTENGI; São José de MIPIBU — e UPANEMA, PARAÚ, PARANÁ, PARNAMIRIM, PARAZINHO, MAXARANGUAPE, RIACHO DA CRUZ, RIACHO DE SANTANA, AÇU.

LAGOA, "alagoa" nas velhas escrituras seiscentistas, padroeira dos nossos LAGOA D'ANTA, LAGOA DE PEDRAS, LAGOA DE VELHOS, LAGOA NOVA, LAGOA SALGADA. Alagoinha, Lagoinha, diminutivos para os tipos menores e de curta durabilidade. Lagoas de origem pluvial.

AÇUDE, AÇUDINHO, AÇUDECO, o pejorativo e ridicularizador *Barreiro*, forma inicial da represa artificial. "Barreiro" é também o *Taguá*, *Itaguaba*, *Tauá*, argilas salinas procuradas pelos animais na degustação noturna, pontos de caça-de-espera ou tocaia. Povoado em Caraúbas e um município no Ceará, TAUÁ. "Barreira" é a margem íngreme. "Barranca" quando escavada pela corrente fluvial.

ESTRADA, CAMINHO, PICADA, VEREDA, de onde veio o *vereador*, cuidador delas. ATALHO, PASSAGEM, que é o PASSO no Sul do Brasil; PASSO FUNDO, PASSO MANSO, PASSO LISO, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; PASSO DE CAMARAGIBE, em Alagoas, sobrevivência toponímica no Nordeste; PASSO DO FIDALGO, nos arredores do Recife. Vale também o sulista VAU nos rios cheios, no inverno. Para mim, o VADIAR originou-se de VADEAR, passar-o-vau, vaguear, ociosidade foliona, com a permanência lúdica da movimentação desinteressada, ir-e-vir, talqualmente sugere os trechos vadeáveis, vizinhos às povoações, sempre povoados pela alegria ambulatória dos meninos desocupados. Para todo sertanejo a frase *vadiar no rio* é uma recordação infantil de presença infalível.

O *vadum*, *vau*, *gué*, *ford*, *furt* foram lugares de fixação humana e de atração *vadia*, “vadeando” a passagem sem necessidade prática.

VEREDA e PICADA foram os primeiros trilhos intencionalmente destinados ao trânsito regular. *Abri a primeira Picada! Quando cheguei não havia nem uma Vereda!* eram informações orgulhosas dos plantadores de cidades. É o PIQUE, iniciando a andadura habitual, desbastado a facão, denominando as atrevidas estradinhas-de-alcance às seringueiras no Pará, Amazonas, Acre. E resiste na tradição da capital paulista, OS PIQUES. De *picar*, cortar, aparar o mato.

ESTRADA e CAMINHO não equivaliam na diferença da apreciação popular. Caminho seria notadamente inferior, primário, conquistado pela continuidade da marcha de viandantes e comboios de carga. Estrada é a consagração do *caminho batido*, alargado pela necessidade do tráfego mais folgado, orientando-se para a articulação aos lugares distantes economicamente úteis. ROUTE ROYAL. LONG WAY. Não lhe punham nome, exceto de função evidente, anônima e coletiva: — ESTRADA DAS BOIADAS, que ia para o sul, a Pernambuco, rumo às feiras de gado, e ao norte, ao Piauí, comprar as novilhas e poldros; ESTRADA DO FIO, acompanhando os postes com os fios telegráficos, no Rio Grande do Norte, depois de 1878: ESTRADA REAL, a primeira, histórica, *realenga*, “Estrada batida”, comum, conhecida, para onde convergiam os caminhos, ligando as Províncias vizinhas, Pernambuco, via-Paraíba, Piauí, via Ceará, pelo sertão velho.

Produziu um tipo social curioso, astuto, burlão, trapaceador, cheio-de-conversas, o *estradeiro*, enganando a todos. *Estradeirices*. É a dinastia de Bertoldo Till, Eulenspiegel, Pedro Malasarte.

A Estrada correspondia ao Caminho europeu, *Chemin battu*, a Via romana, as *estradas pruvicas* das ORDENAÇÕES AFONSINAS. O Caminho era a ROUTE, ROAD, WEG Estrada-velha. Caminhonôvo... Decorrentemente, as Estradas para o geral e os Caminhos no regional, fizeram nascer as *Passagens*: PASSAGEM DO GADO, PASSAGEM DA CAATINGA, PASSAGEM DA SERRA, PASSAGEM DOS COMBOEIROS. Algumas eram heranças de técnicas centenárias, PASSAGEM DA ONÇA, PASSAGEM DO TAPUIO. Valiam rotas-de-atalho, *cortando-lonjuras*, no piso mais seguro, experimentado, anos e anos: PASSAGEM DA CONCEIÇÃO em Mato Grosso, PASSAGEM DA MARIANA em Minas Gerais, PASSAGEM FRANCA no Maranhão, batizando um município na Paraíba, distritos cearenses e pernambucanos. Nosso município, PASSAGEM, desmembrado de Santo Antônio em 1963, é uma exposição dêsse motivo. A sede municipal de MARCELINO VIEIRA, (1953), chamou-se PASSAGEM DO FREIJÓ. Era um *vau* no Rio Apodi.

Além de *Passagem* determinar o *Passo*, provocou, na forma contrata do vocábulo, o PASSA-TRÊS, distrito do Rio Claro no Rio de Janeiro, PASSA-QUATRO, PASSA-DEZ, PASSA-VINTE, o primeiro e o último municípios em Minas Gerais, e o segundo, distrito no Bom Jesus do Galho, também mineiro.

Também as *Picadas*, abertas no matagal, rompendo carrascais e pedras sôltas, furando os capoeirões, pistas de rumo mais ou menos reto, evitando rodeios e voltas, são recordações pioneiras, *when men were men and rode on horse* — quando os homens eram homens e andavam a cavalo. E não sentados no automóvel, transportados como carga imóvel. PICADA HARTZ, em Sapiranga, Rio Grande do Sul. PICADINHA, em Dourados, Mato-Grosso. Os topônimos avivam essa lembrança: PICADA DE FRANCISCO JOSE, PICADA DA GAMELEIRA, PICADA DAS OITICICAS, BÔCA DA PICADA, ao começar. Eram abertas entre as Passagens, entre as Estradas, ou simples vias de acesso aos povoados. PICADA DO ROÇADINHO, PICADA DO LOGRADOR, PICADA D'OLHO-D'ÁGUA. *Bôca* é princípio. BÔCA DA MATA, BÔCA DO RIO, BÔCA DA LEVADA. No mesmo conceito em que os indígenas empregavam *IURUI* e *TIJURU*. No aumentativo dava *BOQUEIRÃO*, a chanfradura, o rasgão, o portão natural, aberto no obstinado impulso das águas de milênios, escavando o paredão granítico das serras: *BOQUEIRÃO DAS PARELHAS*, *BOQUEIRÃO DO CUÓ*, *SERRA DO BOQUEIRÃO*, pórtico rumeiro por onde passavam os indígenas nas campanhas de caça, guerra ou a procura de um nôvo aldeamento. Por ali mergulharam os sesmeiros, os posseiros sem nome, os mestre-de-campo combatendo cariris e tarairiús. O Boqueirão é uma coordenada geográfica no roteiro da penetração povoadora dos sertões. Era linguagem letrada do Séc. XVI: — *estamos aquém do BOQUEIRAM de Anboino*, em João de Lucena, contando a vida de São Francisco Xavier: — *A cidade de Brantão, que fica no meio do BOQUEIRÃO da Sunda*, escrevia João de Barros, na DÉCADA IV, falando das águas dos rios e do mar e não das serras. Brasileirou-se numa recriação lógica, a *Travessia*, viajar através de trechos descampados, inóspitos, sem água para os animais comboeiros. Permitiu topônimo e elemento no vocabulário sertanejo. Em novembro de 1810, Henry Koster lembra as 30 ou 32 léguas para a *travessia*, caminho em terras maninhas, *barren-crossing*, assustador: — *Which makes the TRAVESIA or barren-crossing...*

Para evitar essas "travessias" resseguidas, os vaqueiros e os desaparecidos e heróicos *passadores de gado*, estudados por Gustavo Barroso, procuravam os atalhos, TRAVESSA, TRAVESSADOR, TRAVESSÃO (distrito de Campos, no Rio de Janeiro), possivelmente mais hostis

e duros quanto ao terreno, mas afastando-se das angústias da sede e ausência de pastagem, dispensando-os de conduzir as *borrachas*, sacos de couro para líquidos, ensinados pelos portugueses caminheiros. BORRACHA denomina povoação e ôlho-d'água em Caraúbas e lagoa em Santo Antônio. A idéia da goma-elástica não se associava às *borrachas* de então, chamadas pelos indígenas mbipibu. Os topônimos *Borracha* referem-se à maniçoba, *Manihot glaziovii*, Mull, e não à seringueira, *Hervea brasiliensis*, Muell-Arg, totalmente desconhecida no Nordeste.

Ficou-nos de Portugal a FAZENDA, *Fazendinha*, *Fazendola*, numa aplicação diversa e restrita á pastorícia. Já não dizemos como registou Moraes, *fazenda de canas*, mas *Partido*, canavial, plantação de canas. Ainda ouvi *fazenda de algodão*. FAZENDA era privativa e típica da criação de gado. Jamais aludia ao estado financeiro, como se dizia em Portugal-Velho: — *homem de muita fazenda*, recursos, negócios, giro comercial. No Rio Grande do Norte, o título afirma-se, definitivamente, desde as primeiras décadas do Séc. XVIII. Valia, funcionalmente, a ESTÂNCIA, na acepção sul-rio-grandense do termo, no Nordeste e pelo Brasil-Central. Excelentemente estudada por Dante de Laytano. Em 1819, viajando por Minas Gerais e Goiás, Saint-Hilaire definia: "Fazenda é uma habitação rural de certa importância." Não apenas habitação, mas por constituir a *casa-grande* do domínio pastoril com o mesmo prestígio da *Big-House* nas plantações algodoceiras no Sul dos Estados Unidos.

RANCHO, para nós, é a choupana, casebre caracterizado pela cobertura vegetal, sumária, humilde, paupérrima. Saint-Hilaire anotou em Minas Gerais: — "Ranchos são alpendres destinados a servir de abrigo aos viajantes." Corresponde a LATADA nordestina, vizinha às vendas na beira da estrada. Ficou-nos, entretanto, a imagem de abrigo, *pedir arrancho*, *estar arranchado*, descanso para o almôço e defesa das horas mais quentes do dia. Jamais para a noite, então *pedir Dormida*, ou simplesmente *a Dormida*. Pelo Sul do Brasil, o RANCHO sugere pequena propriedade de gado: — *Rancho Alegre*, *Rancho Queimado*, municípios no Paraná e Santa Catarina, *Rancharia*, em São Paulo. Dizem mesmo, incluindo o Rio Grande do Sul, *Rancho* e *Rancheiro*, alusivos ao trato do gado. Influência em tôda a América Espanhola, onde *Rancho* e *Ranchero* derramaram-se, vivos nos Estados Unidos nas terras que pertenceram ao México, *Ranch* e *Rancher*. Para nós, não determinou topônimo e não se vulgarizou, além da significação de morada pobre, primária, rústica.

LUGAR é indicação localizadora e não designação topográfica.

LUGAREJO é pejorativo. Uma expressão genérica de amabilidade é dizer: — *Um lugar bonito!* Esse é o conceito do *BOM LUGAR*, hoje município de SEVERIANO MELO, desmembrado de Itaú, na chapada do Apodi.

SÍTIO, apenas para frutos, pequena agricultura, ausência do gado. A *Granja* em Portugal. Foi a imagem do princípio. Mais vulgar nas proximidades urbanas e suburbanas. Sinônimo de *lugar* como indicativo. *Sítio dos Albuquerque*s, *Sítio da Passagem*, sem características no plano da produção. *SÍTIO NOVO*, desmembrado de São Tomé, zona do "Agreste", era lavoura que passou ao plantio de algodoais. Gado para suprimento local.

ROÇA e *ROÇADO*, plantações e jamais residências. Valia apêdo zombeteiro aos moradores do interior: — *É da Roça!* Roceiro, sinônimo de *caboco-bêsta*, *Bocó*, toleirão. Dá nome a propriedade em São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro. Na sinonímia de caminhos não recebemos a portuguesa *AZINHAGA*, a mais estreita das comunicações rurais. Em zonas urbanas, outrora em Portugal, era a medida entre uma casa e outra, *azinhaga de vara* e *quarta*, permitindo abertura das janelas arejadoras em cada vizinho sem que constituísse alegação possessória.

Dizemos *SÍTIO DE FRUTAS* e não *POMAR*. *HORTA* é plantação de quintal, verduras e hortaliças, valendo legumes. Não há *horteleiro* nem *hortelão*.

Quando as casas se aglomeravam em área limitada, alinhando-se em rua, temos um *ARRUADO*. "Lagoa Salgada já é um arruado!" Depois, crescendo em volume moradio, *POVOADO*, com possível "feirinha", animando a semana, sacudindo o intercâmbio com os arredores, na sedução da convergência. *POVOAÇÃO* possuindo Cemitério, Capela, em cujo quadro se aguarda a "hora da missa", pecando contra o décimo mandamento da Lei de Deus. Quase sempre a Capela implica a ereção do Cruzeiro, onde pagam promessas rezando "terços" nas sextas-feiras. *CAPELA*, município em Sergipe, e um ex-município em terras do Ceará-Mirim. Também *IGREJA NOVA*, como em Portugal, aqui distrito de São Gonçalo. *IGREJINHA* em Carazinho e Taquara, no Rio Grande do Sul.

Cidade, Vila, Povoação, diz-se normalmente a *RUA*, na mesma forma do Moinho em Portugal. Em maio de 1934, o Prefeito de Luís Gomes, Antônio Gonçalves, quando perguntei se morava na então Vila respondeu: — "Tenho casa na *RUA*, mas assisto na fazenda!" Falava a linguagem de Tomás Antônio Gonzaga: "Tenho próprio casal e nêle assisto!"

Não conheço em uso rural pelo Nordeste os vocábulos *ALDEIA*, *VILAR*, *CASAL*, *POVO*, *HERDADE*, o *MONTE* do Alentejo e Algarve. *GRANJA* é de emprêgo recente, posterior a 1930 no Rio Grande do Norte, dada à propriedade ao derredor da Capital, e sem que haja a finalidade antiga de *granjear* o sustento, o *granjeio* da vida para os donos. Na maioria é recanto de recreio, um-pouco-de-tudo, sem decisivas intenções econômicas. No Ceará há o município de *GRANJA*, (1776) dando-se à povoação do Rio Coreaú denominação portuguesa: *GRANJA* no Concelho do Espinho, Pôrto, e outra no Concelho de Mourão, Évora. Não existiam, evidentemente, determinativas locais provocando o topônimo.

ALDEIA aplicou o português às vivendas indígenas. Mesmo depois da ocupação "branca" o nome resistiu nalgumas paragens e por algum tempo: *ALDEIA VELHA*, na margem esquerda do Potengi, distrito do município do Natal com o nome de Igapó.

CANTO é topônimo vulgar no Rio Grande do Norte, sítio, pequena propriedade com cultura especializada, frutas, legumes. Em Mossoró é uma pequena Granja, sendo "mossoroísmo", segundo Jerônimo Vingt-Un Rosado. "Canto do Buriti", município no Piauí.

CHACARA é residência sem função utilitária correspondente, casa de campo, confortável, terreno amplo, fruteiras e árvores de sombra, em zona suburbana.

QUINTA desapareceu de uso, simpático ainda nos finais do Séc. XIX. *Está numa de suas sete quintas!* situação de euforia e rega-bofe. Deu nome a uns antigos arrabaldes em Natal, *AS QUINTAS*, com a *Quinta Velha* de Pedro Gonçalves de Novoa em 1731, fundada por Antônio da Gama Luna, em 1717, terra foreira do Senado da Câmara, onde corria do Rio Coemaçu. Entre a *QUINTA* e *GUARAPES* estava o marco, extrema da jurisdição concelhia.

QUINTA e *GRANJA* também não alcançaram o sertão.

Confundem a denominação de uma antiquíssima propriedade rural em São Miguel. Não é *QUINTA* mas quintos. *QUINTOS DOS INFERNOS*, (Data-730), era nome de um riacho. O mais antigo proprietário seria o capitão Estêvão Alves Bezerra em 1757. Já teria encontrado o temeroso batismo.

Com a penetração territorial no Rio Grande do Norte nada deve ao movimento "bandeirante" pela razão irresponsível da perfeita ausência de minas de ouro e depósitos diamantinos, nem o número de indígenas existentes justificaria uma *entrada* para capturá-los, a pastorícia foi a explicação única e basilar. A terra não seria percorrida pelos acampamentos sucessivos mas possuída pelas *caiçaras*, título que antecedeu

ao *curral*. Temos o município de CURRAIS NOVOS, mas as "CAIÇARAS" são bem mais numerosas.

Para a estabilidade da FAZENDA, impunha-se a constância dos olhos-d'água, inapreciáveis numa região sem rios permanentes. Houve o regime das "cacimbas" na areia úmida dos leitos torrenciais, defesa dos poços, as inevitáveis reprêsas que começaram no apelido de *barreiros*. Depois é que foram ganhando promoção de açudes, fórmula que os árabes divulgaram na Península Ibérica, nome e uso, preferencialmente nas zonas secas de Espanha. "Cacimbinhas" era a denominação primitiva do município gaúcho de "Pinheiro Machado". Pelo determinismo do clima, mantivemos essa herança moura, o ciúme, a devoção pela água, necessidade essencial para a fixação humana. Poupar água, não desperdiçar água são recomendações primárias nos sertões.

As terras secas eram requeridas como possíveis reforços aos campos de criação na esperança do pasto nos meses de inverno, rápida e milagrosa floração, cobrindo da verde e macia *babugem* a face cinzenta do solo. Seriam os futuros *ariscos*, tabuleiros arenosos onde os riachos correm e sumem-se, absorvidos na avides sedenta do chão, queimado de sol. Os próprios rios, com maior volume e *carreira d'água*, "cortam", interrompendo o curso, sorvidos pela esponja insaciável do terreno combusto. É a região xerófila, de vegetação franzina e retorcida mas durável e tenaz, resistindo ao clima, ensinando ao homem o segredo da permanência. Esses *ariscos* foram mudando de classificação e terminaram confundidos com a zona úmida dos brejos, onde o subsolo conserva a vitalidade da circulação interna dos olhos-d'água invisíveis.

ARISCO e AGRESTE desmentem todos os dicionários nos tempos presentes. Nesse último possuímos trinta e dois municípios, algodão, gado, cereais, frutas, agave. O homem dominou a velha agrestia isoladora.

Os topônimos consagram essa diversificação geográfica, orientando-a no plano da utilidade para os rebanhos e serventia doméstica. Ao lado dos rios, riachos, lagoas e córregos, aparecem, inicialmente, os nomes alvissareiros do líquido incomparável: ÁGUA NOVA, um nosso município, desmembrado de Pau dos Ferros, BOA ÁGUA, ÁGUA FRIA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA AZUL. Depois os lusitanos *Poços* ou *Pocinhos*: POÇO DA PEDRA, POÇO VERDE, POÇO REDONDO, POÇO SALOBRO, POÇO BRANCO, município, desmembrado de Taipu; POÇO LIMPO, hoje município de IELMO MARINHO, outrora pertencente a São Paulo do Potengi. Depois as africanas *Cacimbas*: CACIMBA DO MEIO, DA MÃE-D'ÁGUA, DO VEADO, DA RAPOSA, DO BOI, CACIMBA DA VACA BRABA. De permeio, anteriores às cacimbas, os portugueses TANQUES, *Tanquinhos*, ("Tanque

d'Arca", município em Alagoas; "Tanquinhos" na Bahia), escavações, cavidades naturais no granito das lajes, lajedos, serrotes, lajeados, mantendo um estado potável, e por muito tempo, certa quantidade d'água das chuvas. Esses reservatórios, quase sempre ditos simplesmente os *tanques*, constituíam outrora segredos, com localização misteriosa, dificilmente revelada. Foram encontrados pelos antigos ocupadores da região, sesmeiros de duzentos e trezentos anos, vaqueiros *dando campo* aos barbatões e marruás fugitivos, caçadores perseguindo o rasto estonteante dos veados ou suçuaranas. Ficavam sendo um patrimônio familiar ou sabido apenas por restrito número de amigos. Ainda em 1811, entre o Açu e Angicos, Henry Koster registra a reserva mantida pelos sertanejos sobre a existência dos *tanques*. Não recusavam informar mas aludiam o menos possível ao assunto: — *He said: — we never refuse to give information, but we say little about it as possible.*

Os "Tanques" guardam, às vezes, ossos enormes de gigantescos animais de fauna desaparecida, gliptodontes e dinossauros, aí tombados e mortos quando procuravam beber, há centenas de séculos.

O vocábulo *FONTE* não foi aceito e *NASCENTE* refere-se unicamente às *CABECEIRAS*, *nascenças*, das torrentes fluviais, notadamente aquelas determinando, pela importância irrigadora, a *RIBEIRA*, bacia do rio principal com a rede dos afluentes colaboradores.

Popular e querido em sua perenidade animadora e doce, o *ÔLHO D'ÁGUA*, sempre com um nome apadrinhador: — *ÔLHO D'ÁGUA DOS BORGES*, município, *ÔLHO D'ÁGUA DO MILHO*, do *KATUNDA*, do *ARARÉ*, da *BORRACHA*, do *BONITO*, da *DORNA*, do *BUGIO*.

Os alagados, lagoeiros, águas estagnadas, ditas pelos indígenas *IGAPÓ* e por nós *IPOEIRA*, água-prêsa, deram topônimos: *IPOEIRA*, município desmembrado de São João do Sabugi, *IGAPÓ*, Distrito de Natal.

Indicativo de terras baixas, úmidas, abrejadas, *BREJINHO*, desmembrado de Santo Antônio.

SÍTIO era também qualquer espaço limitado na terra, com viabilidade produtora em plantio, não pecuária. Naturalmente essas denominações perderam a veracidade no conteúdo sob o domínio do braço humano transformador. *CAMPO*, destinava-se ao cultivo, aproveitamento imediato mesmo no estado natural. *CAMPO GRANDE*, primeiro nome do município de AUGUSTO SEVERO, aludia à sua utilização como pastagem. Assim nasceu *CAMPO REDONDO*, zona pastoral, hoje de plantio algodoeiro também, desmembrado de Santa Cruz, e outrora *SERRA DO DOUTOR*.

“Campo” e “Sítio”, durante muito tempo, mantiveram a distinção que lhes davam em Roma, a distância entre *CAMPUS E SITUS*. O encontro com a água, fonte, charco, lagoa, modalidades fluviais, prendia o homem à terra. “Situava” a FAZENDA. Criava a *situação*. Ficava, para sempre. Ainda hoje, apesar das mudanças, a quarta parte dos municípios norte-rio-grandenses é uma referência à água. Mossoró, Açú, Apodi, a região do Seridó sugerem os rios patronais. TANGARÁ foi Riacho. BARCELONA, *Salgado*. RUI BARBOSA, *Olho-d’Água*. TENENTE ANANIAS, *Ipueira*. A cidade de JANUÁRIO CICCIO era antes a Vila de Boa Saúde, nome da lagoa. SÃO VICENTE começa pelo riacho de LUÍSA. Santa Cruz era DO INHARÉ, tributário do Trairi. SENADOR GEORGINO AVELINO tem sede em SURUBAJÁ, *bagre-d’água-doce*. TIMBAÚMA DOS BATISTA vem de Timbaúba, afluente do Piranhas. — ITAÚ é uma lagoa. VÂRZEA DA CAATINGA é um rio que despeja no Umari e este no Apodi. JAPI é inseparável do Rio Jacu. Natal é o Potengi. A história da ocupação sertaneja, serrana, agreste e litoral, é a história da água Irmã Água, como a cantou São Francisco de Assis, *la quale é molto utile et humile et pretiosa, et casta*.

A VEREDA não contribuiu para a Toponímia mas, para mim, foi o primeiro de todos os caminhos existentes no sertão do Séc. XVII em diante. Inquieto, andejo, o Tupi, com seiscentas léguas de domínio no litoral, deslocava-se sem afastar-se demasiado das praias, sua zona-de-conforto e área-de-segurança. — Estavam, os Tupiniquins, por exemplo, em Pôrto Seguro e no vale de São Francisco, bruscamente estouravam nas terras futuramente paulistas de São Vicente. A marcha normal dos amerabas era um-atrás-do-outro, como Dante Alighieri evocava a dos frades franciscanos: — *N’andavam l’un dinanzi e l’altro do po*, falsamente apelidada *marcha indiana*, quando é universal. Jamais justificaria a *estrada larga* que Wilhelm Joost ten Glimmer, acompanhando André de Leão na primeira *entrada* partida de São Paulo para o sertão de Minas Gerais, (1601-1602), diz haver encontrado. O caminho era a *Vereda*, e os indígenas não precisariam de outra mais alargada via. A VEREDA, inominada e servil em sua atualidade, *vereda de gado, vereda de caça, vereda do vaquejador*, trilha estreita, sinuosa, irregular, quase imprecisa aos olhos estrangeiros, era o piso único para os bebedouros de animais noturnos, barreiros famosos pela assiduidade da caça, grutas íngremes onde a onça morava, tocaia de bichos ariscos e saborosos. A Vereda é a velocidade inicial da expansão geográfica. Por ela os indígenas guiaram as “Bandeiras”.

Na fase-de-comêço da *situação* da Fazenda, fazenda-nova em terra virgem, a Vereda denunciava a presença humana, afundando o chão

nas pegadas insistentes; subida em rampa suave para a morada, vinda do roçado e do ôlho-d'água, *a vereda da casa*.

Todo pé conhece a vereda de casa, dizia-se no sertão-velho.

* * *

VI

O topônimo nascia, normalmente, da característica local.

Vegetais numerosos, da mesma espécie, deram os municípios de CARAÚBAS, também antigo nome de CERRO-CORÁ, e assim UMARIZAL, JUNCO, CARNAUBAIS, ANGICOS, MACAIBA, MONTE DAS GAMELEIRAS, o distrito de Gameleira em Taipu, PAU DOS FERROS era uma oiticica, Baraúna em Mossoró, Pôrto dos Mangues em Carnaubais, os genéricos MATA de São Brás em Tenente Ananias, CANGUA-RETAMA, valendo região das matas, MATA, povoado de Luís Gomes, origem do município de JOSÉ DA PENHA, ou consagração aos fundadores CARNAÚBA DOS DANTAS, TIMBAÚBA, DOS BATISTAS. Inútil tentar a enumeração de povoados com nomes de plantas, Arueira, Mangabeira, Juremal, Juazeiro, Mulungu, Maniçoba, Pau-Ferro, velha denominação de PUREZA, município desmembrado de Touros.

Os minerais dão LAJES, LAJES PINTADAS, que são desenhos rupestres, PEDRA PRETA, PEDRA GRANDE, municípios evidenciando a vulgaridade designativa em povoações incontáveis, PEDRA D'ABELHA, município de FELIPE GUERRA, Canto de Pedra, Lajeiro do Cumaru, Pedra Comprida, Lapa, Pedra-d'Água, Pedra Branca.

Os animais representam-se em Sagüim, Tamanduá, Veados, Onça, Rapôsa, Garrotes, Bêstas. Mencionam-se os mutilados, Cavalo Manco, Anta Esfolada, nome de NOVA CRUZ até meados do Séc. XIX, Camaleão-Cotó.

Aves, nos municípios de JAPI, TANGARÁ, JAÇANÃ, GALINHOS, JUCURUTU.

Abelhas em JANDAÍRA.

Sem o falso pudor que indignava Montaigne, os "antigos" fixavam nomes estranhos em ressonância verbal: — COCÔ DA EMA, RABO DA BÊSTA, BAIXA DA ÉGUA, BUNDA DA NEGRA, velha predileção portuguesa se pensarmos que a Ilha BUGIO, no arquipélago da Madeira, chamava-se, no Séc. XVI, CUDEBUGIO.

Os nomes próprios, denominando municípios e distritos, excepcionam da tradição. As populações continuam dizendo os nomes antigos, como se não houvesse mudança.

Naturalmente os primeiros povoadores, como observou Leite de Vasconcelos, *para se firmarem melhor no seu nôvo domicílio, buscavam de comêço o apoio do Céu*, e daí quase todo o santoral católico ter acompanhado os pioneiros e crismarem as propriedades que se tornaram municípios: — BOM JESUS, NOVA CRUZ, VERA CRUZ, SANTA CRUZ, ESPÍRITO SANTO, SANTANA, SANTANA DO MATOS, SANTO ANTÔNIO, SÃO BENTO DO NORTE, SERRA DE SÃO BENTO, SÃO BENTO DO TRAIRI, SÃO FERNANDO, SÃO GONÇALO DE AMARANTE, SÃO JOÃO DO SABUGI, SÃO JOSÉ DE MIPIBU, SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE, SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, SÃO MIGUEL, SÃO PAULO DO POTENGI, SÃO PEDRO, SÃO RAFAEL, SÃO TOMÉ, SÃO VICENTE — e o triplo nas povoações.

Também o conjunto da paisagem batizava: AREIA BRANCA, ALTO DO RODRIGUES, BAÍA FORMOSA, CAMPO REDONDO, -----GROSSOS; nome de um capim, MONTE ALEGRE, VÂRZEA, VÂRZEA DA CAATINGA. E os JARDINS de louvor toponímico: JARDIM DE ANGICOS, JARDIM DE PIRANHAS, JARDIM DO SERIDÓ, ENCANTO. Lembranças típicas da vida rural, CURRAIS NOVOS e PARELHAS, a disputa de equitação entre cavaleiros.

* * *

VII

O TERÇO DOS PAULISTAS ficou trinta e seis anos no Rio Grande do Norte. De 1688 a 1724, quando a Carta Régia de 17 de outubro desse ano, extinguiu-o. Ficou reduzido a duas companhias, sediadas em Natal, servindo alternadamente na Fortaleza dos Reis Magos enquanto a outra descansava em Ferreiro Torto, Macaíba, onde fizeram um alojamento. Já então contaria com numerosos elementos locais, alistados durante a campanha contra os indígenas rebeldes e depredadores. Tornaram-se guarnição regular, perdendo o glorioso epíteto.

De comêço não tinham dado boa impressão. Com seis anos de convivência, o Senado da Câmara de Natal queixava-se a El-Rei D. Pedro II: “As duas tropas dos Paulistas que vieram a esta conquista se têm tornado sem efeito algum, servindo a sua vinda de maior dano a êstes perseguidos moradores” — Carta de 20 de julho de 1694.

Permaneceram nos acampamentos do Açú até finais de 1725, na administração do Capitão-Mor José Pereira da Fonseca. Cinco anos antes uma companhia dos Paulistas estava em Ferreiro Torto. A Carta Régia de 1724 teve seus efeitos por volta de princípios de 1726.

Numa petição de julho de 1706, o Padre-Mestre Manoel de Jesus Borges requeria uma data-de-sesmaria, alegando que *as terras que Sua Magestade que Deus guarde deu ao Terço Paulista nunca as conquistarão nem delas notícia tiverão por ficarem muito distantes no Certão do Açu adonde he a existencia do mesmo Terço, portanto pede a V. M. lhe faça mercê...* A sesmaria foi concedida em 13 de julho de 1706 pelo Capitão-Mor Sebastião Nunes Colares.

A petição do reverendo Borges é uma informação sôbre a confusa topografia da região ambicionada, por êle e seus dois companheiros, o Capitão-Mor Afonso de Albuquerque Maranhão e João Dias, que deu nome a um município, desmembrado em 1963 de Alexandria.

"Diz o Padre Manoel de Jesus Borges que elle suplicante tem noticia certa de alguns esconderijos e velhacoutos do gentio tapuya Canindé da nação Janduim aonde se escondem coando se lhes faz guerra e se livram das nossas armas, os cujos esconderijos ficão nos supés das serras e nas chans dellas de hua a outra banda que ficam nas nascencias e cabeceiras dos rios Tacima, Jacu, Pituaçu, a Caoam e entre o dito rio Acaoam e o rio Coramatú e por coanto elle suplicante quer povoar estas e terras devolutas e desaproveitadas que nunca foram dadas nem descobertas porque o dito Gentio as não quer descobrir dizendo que não tem aguas o que he falso porque tem pofsos (*poços*) nos ditos rios, alagoas e olhos d'agua nas serras e entre ellas que desagoam no rio Curimataú e nos ditos outros rios e para se poderem povoar e fazer Casas fortes para defesa dos povoadores e abitadores das ditas terras coando os Tapuyas os envadirem o que sem duvida farão por verem que são descobertos e povoados os seus esconderijos..."

As áreas da "conquista", luta e depois vigilâncias, seriam na Ribeira do Açu, indo às praias marítimas, e para o oeste até o possível sertão do Panema. Não há vestígios seguros de ação militar pelo Apodi. Para o Seridó, zona de encontros ocorreria entre Parelhas e Currais Novos, enfrentando a indiada vinda da Paraíba. A Ribeira do Açu, ao redor dos "presídios" fundados por Manoel de Abreu Soares em 1687 e Bernardo Vieira de Melo em 1696, seria o trecho de mais acurada e natural atividade bélica. Lembro que, em 1701, o Capitão-Mor Bernardo Vieira de Melo era proprietário no Paraú. Haveria um estado de pacificação sensível, sugerindo ao chefe do govêrno no Rio Grande do Norte pleitear terras para gado tão distanciadas da cidade do Natal. Velaria o Têrço dos Paulistas no Açu.

Muitos oficiais e certamente soldados paulistas ficaram, criando boi e plantando roças, onde haviam combatido em fogo e sangue.

Evoco uma dessas figuras esquecidas. O Sargento-Mor José de Moraes Navarro, do Têrço dos Paulistas, *natural de São Paulo*, em

outubro de 1712 era possuidor do "sítio Curralinho da praia da Ribeira do Açu, que pega da Lagoa *chamada AS PENDÊNCIAS*, para baixo". Foi o primeiro proprietário no futuro município de Pendências. Curralinho é o Piató de Cima. Onze anos depois requeria poéticamente terras nas cabeceiras dos rios Camurupim e do Fogo. Casara com uma parai-bana, D. Francisca Bezerra da Silva. Um filho, Capitão-Mor Joaquim de Moraes Navarro, era espôso de D. Maria Soares Correia, filha de Luís Soares Correia e D. Lourença d'Araújo Correia, moradores em Natal. Um neto, Lourenço-José de Moraes Navarro, (1786-1830), nascera em S. Gonçalo, casando com D. Joaquina Clara de Oliveira, filha do Alferes João Correia de Souza e Oliveira, e D. Isabel Francisca Rodrigues, gente de prol e mando. Esse Lourenço-José era Presidente da Câmara Municipal de Natal, e, na fôrça da lei, substituíra na presidência da Província o atribulado Tomás de Araújo Pereira, governando-a de 8 de setembro de 1824 até 20 de janeiro de 1825 quando terminou seu mandato camarário. É uma das fontes da contemporânea família NAVARRO, no Rio Grande do Norte.

O TERÇO dos PAULISTAS deixou topônimos: — PAULISTA, rio no Patu, riacho e lagoa no Apodi, rio e serra no Açu.

* * *

VIII

Não tivemos movimento "bandeirante" nem conseqüências dêle. *Bis repetita placent*. Os requerimentos de sesmarias insistem, em maioria sertaneja, nos descobrimentos feitos *com risco de vida e gasto de fazenda* e êsses trechos tornavam-se propriedade do descobridor venturoso. Conquista direta ou por intermédio de escravos fiéis, como o negro Jacó revelou a Luís Gomes a existência da Serra que tomaria o nome do amo. Como um indígena doméstico batizaria o SABE MUITO em Caraúbas. Partiam da iniciativa pessoal, com os recursos individuais. Não houve jamais, para nós, a característica definida por mestre Capistrano de Abreu: "Bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena."

Vez por outra, reaparece o vocábulo BANDEIRA numa apreciação sem exame. Em 1712, houve um levante indígena no Açu e deveram a vitória sôbre o motim ao auxílio guerreiro dos Paiacus, enfrentando a fúria Janduí. El-Rei D. João V mandou agradecer-lhes a colaboração, porque *serviam de guias às bandeiras e descobriam os inimigos nas serras incultas onde se acolhiam*: (Carta Régia de 24 de julho de 1715). Deduza-se que BANDEIRA queria então dizer uma expedição militar,

tropa de comando regular para determinada finalidade, uma “diligência” armada, com caráter repressivo e punidor.

Assim deve ser entendido o *DESCANSO DAS BANDEIRAS* na Ribeira do Açu, topônimo que resistiu mais de cem anos. Em 17 de dezembro de 1742, Francisco da Silva, morador em PRITUBA, leia-se *Pirituba*, “térmo desta Cidade”, (Natal), recebia terras *no lugar do sertão do Açu, a donde chamam DESCANSO DAS BANDEIRAS*. A denominação era muito anterior a 1724, para um local de refrigério das patrulhas andantes. Sombra e água fresca.

* * *

IX

A Capela e o Cemitério consagram e valorizam a Povoação. O simples Povoado ascende ao segundo pôsto de concentração coletivo, em plano estável, indiscutível e real, quando o viajante vê a cruz encimando a Capela e depara o cercado silencioso, povoado de túmulos, guardado pelo Cruzeiro espectral. É a evidência assistencial ao princípio e ao fim da vida humana, casamento e batismo nos júbilos da esperança, sepultura sagrada pelas primeiras orações ao morto. As garantias materiais ao repouso eterno.

Crianças e defuntos constituem as garantias da perpetuidade residencial. A impressão popular recebe o entêrro *no mato*, em solo sem bênção mesmo com a cruz anunciadora do traspasso cristão, como um anátema, exclusão da comunidade, castigo supremo, nivelando-o às alimárias. Os *malditos* pela Igreja Católica não têm direito à campa: (DIREITO CANÔNICO, Arts. 1239 e 1240), mortos sem batismo, apóstatas, maçons, suicidas, sucumbidos em consequência de duelo, heréticos, excomungados. O túmulo é o derradeiro e mais alto dos direitos tradicionais. Roma, Grécia, Oriente tinham a mesma devoção. Sem sepultura ritual, a alma tornava-se maléfica, agressiva, atormentadora. *Enterrado nos matos como um bicho*, apavorava o sertanejo. Os “antigos” erguiam o cenotáfio, o túmulo sem o cadaver.

Muitas Capelas nasceram da ausência dos cemitérios. João do Vale Bezerra, fundador da povoação de CAMPO GRANDE, hoje AUGUSTO SEVERO, construiu a Capela de Sant’Ana no inicial arruado porque fôra obrigado a enterrar o corpo da filha *nos matos*, retardado pelas inundações do Rio Paraú, não alcançando o Açu, onde havia campo-santo. Prometeu a Capela e decorrentemente o Cemitério, cumprindo o voto antes de 1756.

A presença da Capela anuncia a futura Freguesia, a Matriz com alteada sineira ornamental. Lugar de mais de uma torre, mais de uma igreja, é pregão de cidade-grande. Quando, em junho de 1927, o bandido Lampeão assaltou Mossoró, vindo do Alto da Conceição o imenso casario e as tôrres dos templos, disse alto aos do bando: *Terra com mais de uma torre não é para cangaceiro atacar!* Foi repellido. Dois dos camaradas, Colchête e Jararaca, caíram, abatidos pelos atiradores postados no alto da Matriz de St. Luzia.

* * *

X

Capela e Cemitério eram valôres espirituais, defesas e resguardos da alma. O elemento dinâmico para o desenvolvimento, propaganda, prestígio da povoação, era a *FEIRA*. Indispensável criar, manter, *animar* a Feira, provocando o comparecimento de vendedores que seriam compradores infalíveis ou mesmo permutadores pelo processo da barganha, escambo, alborque, aguçando as espertezas, os *tinós* no curso do ciclo cambiador, a *sabedoria* matuta, ladina e serena. Em princípios do século, na Feira paraibana de Campina Grande, alguém levou um papagaio, derradeiro penhor econômico. De troca em troca, de *volta*, excesso em moeda, em volta, ao cair da noite, o homem regressou montando cavalo de sela, puxando um burro de víveres, duzentos mil-réis no bôlso e o papagaio inicial, no dedo.

Tôdas as grandes e pequenas residências dos arredores *faziam a Feira*, adquirindo o que não produziam na fazenda.

Certas povoações, oficialmente instaladas, OURO BRANCO, SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, SANTANA, tiveram na Feira o ato inicial da vida coletiva. A cidade de SÃO VICENTE nasceu da Feira debaixo da quixabeira gigante do Capitão Cocó (Joaquim Adelino de Medeiros). Os pioneiros fundadores lutaram herôicamente para que a Feira não se interrompesse, denúncia expressa de colapso. Foi assim a dedicação de Justino Ferreira de Souza em BOA ESPERANÇA, ("Antônio Martins"), Manuel Osório de Barros em CARAÚBAS, ("Cerro-Corá"), o Padre Bento Ferreira de Maria Barros em PARELHAS, Marcolino Bessa em ANGICOS, ("Itaú").

As informações sôbre os fundamentos precípuos da povoação incluem, fatalmente, a existência da Feira, movimentada, sortida, frequentada.

Era a tradição portuguesa desde o Séc. XII. No "Regimento" de 17 de dezembro de 1548 que D. João III deu ao primeiro Governador-

Geral do Brasil, Tomé de Souza, está a mais antiga recomendação: — *E asy ordenareis que nas ditas Vilas e Povoações se faça em hum dia de cada somana ou mais se vos parecerem necessarios FEIRA a que os gentios posão vir vender o que tiverem e quizerem e comprar o que ouverem mester.* Desejava o Rei de Portugal que o costume reinol se tornasse hábito, mesmo entre os indígenas que o ignoravam. E reitera-se a ordem no "Regimento" de 8 de março de 1588. Tentava o Rei evitar a ida de traficantes e onzeneiros às aldeias, enganar o gentio, e sim viessem tratar das Feiras, a descoberto, publicamente, sob a fiscalização dos oficiais da Coroa, porque não se podia fazer Feira *sine permissu Regis.*

A FEIRA era o encontro amistoso, entabolamento de negócios, *tratos* mais diretos, boa-fé e ganância, alegrias companheiras de jogo, confidências e álcool. Havia tumulto, confusão, distúrbios. Assim começou SÃO BENTO DO BOFETE, hoje JANDUIS. "Feira de Mulungu, quem vai vestido vem nu!" "Ter de tudo, só na Feira!" Desafio de cantadores. "Lanterna Mágica" e Cosmorama. Ciganos irresistíveis. Especuladores astutos. Mascates com novidades atordoantes. Ourives com as reluzentes tentações. Curandeiros com *garrafadas* miríficas. Barbeiros na sombra das árvores. Ofereciam o cavalo esquipador, a mula baixeira, o quartau resistente. A Feira determinava emulação, rivalidade, confronto nas mercadorias expostas. O algodão em rama, os cereais, os *panos* vistoso para o *vestido na Festa*. Os ausentes estariam enfermos ou teriam morrido. "Há quarenta anos que não falto a uma feira!"

Também a Feira era o estrado da exibição cangaceira, do valentão. arrogante, do famanaz ébrio.

*Então, me diga onde estão
Os valentões do Teixeira?
Onde estão os Guabirabas?
Brilhantes, de Cajazeira?
Aonde vivem êsses homens
Que eu não os vejo na Feira?*

A Feira era a oportunidade do dinheiro-falso, do *encontro* brigão, da questão-de-terra, da tomada-de-contas, *satisfações* de faca na mão, *emendando* a fralda das camisas para a proximidade permanente do contendor. Mas era uma atração, um vício, uma mania, a sua frequência. Para ali convergiam o *estradeiro* burlão, o jogador de cartamarcada, os mendigos mentirosos, profissionais da preguiça. Também vaqueiros, vendedores de gado, caçadores contando pabulagens, com

as *meizinhas* raras, famosas, milenárias, banhas, raízes, sementes. Ali viviam as bebidas exiladas *da praça*, resistindo na fidelidade sávida do sertanejo.

A Feira era o abastecimento semanal e a conquista financeira para as despesas inevitáveis. Era, para a zona a que servia e no plano circulante, a economia suficiente.

Para alguns feirantes, era possível a imagem derradeira, evocada numa cantiga de Portugal: —

*Não me enterrem na igreja,
Nem tão pouco no sagrado;
Naquela praça me enterrem
Onde se faz o mercado!*

* * *

XI

Albert Dauzat lembra que os topônimos nem sempre guardam o sentido primitivo e cada geração quer explicá-los ao correr do próprio sentido contemporâneo. A sonoridade prosodial sugere versões inopinadas, aparentemente lógicas. As explicações populares, algumas tradicionais, possuem boa percentagem de inverossimilhança, de mistura com anacronismos, comicidade e pura invencioneiro pessoal, quando Deus é servido.

Há, na Guanabara, a serra AMAR-E-QUERER, vindo de *Mariquerê*, uma espécie de Cássia dormente, *mari-ker-ê*, o espinho propenso a dormir, ensina Teodoro Sampaio.

O famoso SOCUÇARARÁ, no Rio de Janeiro, permitindo as traduções mais esfusiantes, vem unicamente de um pernalta amarelo-tostado, louro-cendrado, o SOCÓ-SARARÁ, lembrando a côr da formiga dêsse matiz. Em Minas Gerais o planalto ARAXÁ, de *ara-çá*, “vista do mundo”, explica-se como frase de velho africano referindo-se às buscas de uma mina de ouro: — *are axá*, há de achar! *Oh! linda* “situação para uma cidade!” foi a origem da primeira capital pernambucana. *Campo Grande!* exclamou João do Vale Bezerra, aludindo à planície e sem querer batizando o futuro município no Rio Grande do Norte. Já comprara a fazenda dos Gondins com êsse nome. “É uma *porta alegre* do sertão!” disse o Juiz Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, subindo a serra, e PORTALEGRE nasceu. Os dois irmãos dividiam os lotes herdados, e o mais velho, tartamudo, afirmava: — “Êsse é pá-mim e êsse é *pá-tu!*” E assim veio o PATU.

Um topônimo vulgar no Brasil é a Pacavira, Paquevira, Praquevira, Bananeirinha-do-mato, Pacova, uma musácea, *Heliconia psittacorum*, Linn. No Rio Grande do Norte denomina uma lagoa em S. Antônio. Distrito de Canhotinho em Pernambuco. A inventiva arranja soluções imediatas. Uma dessas era a pergunta-surpresa do viajante vendo o seu comboieiro mudar inteiramente a direção da marcha ao passar pela lagoa: — PRA QUE VIRA?

Há em Pôrto Seguro o Rio Sernambitiba, que Gabriel Soares de Souza escreve *Sernanbitibe*, valendo depósito, lugar onde vivem as outras *sernambis*, correspondendo ao *Sambaqui*, *Tambaqui*. Aires de Casal, na sua COROGRAFIA BRASÍLICA, (1817) registra o “Rio de JOÃO DE TIBA, que foi o primeiro colono da sua vizinhança”. Teodoro Sampaio informa que aparece nos mapas roteiros como o “RIO SIMÃO DE TYBA”.

Aires de Casal promovera a ostra sernambi à classe humana de personalidade histórica.

Na ponta de Olinda ou no pontal de Boa Viagem, no Recife, demora o Cabo PARACAURI, de paracau-r-i, Rio do Papagaio, ou o Papagaio pequeno.

No ROTEIRO DE VIAGEM de Pero Lopes de Souza, 1531, aparece PARACAURI transformado em PERCAAURI, (Ed. crítica do Comte. Eugênio de Castro, Rio de Janeiro, 1940). O mapa de Gaspar Viegas, 1534, fixara o Cabo PARCUOARI. Num REGIMENTO E CONESENSA DA COSTA DO BRASIL, 1540, (publicado no 1.º tomo), lê-se PERO CABRIM. Gabriel Soares de Souza (Cap. XVII), passa a escrever, em 1587, PERO CAVARIM. João Teixeira Albernaz, autor dos mapas que ilustram o LIVRO QUE DÁ REZÃO DO ESTADO DO BRASIL, 1612, atribuído ao Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, (Ed. comentada pelo Prof. Hélio Vianna, Recife, 1955), desenha e nomeia o CABO CABARIGO. Em portulanos do mesmo Séc. XVII, PERO CAPARIGO e PERO CABARIGO. Anotando o TRATADO DESCRIPTIVO DO BRASIL, Varnhagem ensina: “O nome era naturalmente de objeto indígena e degenerou em outro que se poderia crer de algum piloto europeu.”

Um motivo curioso da História do Brasil, em sua fase inicial de povoamento europeu, é a figura de PEDRO CAPICO, situada ao redor dêsse local de tantos nomes. Discutem a localização exata e que missão desempenharia o misterioso enviado do Rei D. João III. Escrivão de sesmarias, teria vindo em 1516 com Cristóvão Jacques, autorizado a levá-lo para Portugal em sua jornada de 1526. O Prof. Pirajá da Silva, anotando Gabriel Soares de Souza, (I, Cap. XVII, S. Paulo, s. d. 1945), compendiou muita notícia no assunto.

Em 1922, na monumental HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL, os historiadores Carlos Malheiros Dias e Oliveira Lima sugerem a identificação dêsse PERO CAPICO com o denominador do cabo ou pontal pernambucano, em Olinda ou Recife, PERO CAVARIM, CABRIM, CABARIGO, CAPARIGO, um dos primeiros topônimos de origem individual, denunciando pioneiro na ocupação oficial do Brasil nordestino. Pelo exposto, o PARACAURI inicial, simples e legítimo PAPAGAINHO, ficara importantíssimo...

Homens de pêsso e respeito, pela circunspecção, idade e renome, deram-me justificativas espantosas. Um dêles consentiu-me ensinar-me que o nome REDINHA fôra dado por João Carlos Wanderley, recomendando aos numerosos hóspedes, de sua casa naquela praia fronteira a Natal, hoje seu distrito, que levassem as *redinhas* para dormir. De tanto insistir, o nome ficou. Ora, REDINHA é uma Vila de Pombal, Leiria, na Beira Baixa, em Portugal. Possuía foral no ano de 1162, suficiente para sua antigüidade. O nome nos veio de lá, inteiro, como Estremoz, Arês, Portalegre, Vila-Flor, sem que houvesse necessidade da menor estória local comprovadora. Tem uso regional aproximando-se de dois séculos e meio.

Em 5 de junho de 1731, oitenta anos antes de João Carlos Wanderley nascer, a viúva do Capitão Manoel Correia Pestana, dona Joana de Freitas da Fonseca, comprava à viúva Grasia do Rego o *citio chamado da REDINHA da outra banda do Rio desta Cidade, com toda terra da dita REDINHA até Pajuçara por comprimento e do Outeiro do Minhoto até o rio Guageru*. O Rio Guajiru é o que chamamos RIO DOCE, RIO DA REDINHA, desaguadouro da Lagoa de Estremoz, então denominada LAGOA GUAGERU. Fôra sempre zona com habitações permanentes embora casario esparso, porque era região de "sítios". Ainda em 1764, Caetano Pereira de Andrade requerendo terras no bairro da Ribeira, declarava-se *morador no sítio da REDINHA*. João Marques Moreira e Manoel Nogueira da Costa, em maio de 1798, nas confrontações da sesmaria requerida, citam a *alagoa de Pajuçara ou REDINHA*.

João Carlos Wanderley nasceu no Açu a 25 de julho de 1811 e faleceu em Natal a 2 de março de 1899.

Podia ter *criado* o nome de REDINHA?

Indispensável é a pesquisa nos *papéis velhos*, investigando as grafias anteriores do topônimo. O próprio mestre Teodoro Sampaio interpretara MAXARANGUAPE como provindo de "Maçaranguape", dando *no vale de escorregar, no vale de soltar, e mui provavelmente, no seio da manga da sôlta*. Não podia aplicar-se.

Encontrei depois o velho nome da região nos primeiros anos do Séc. XVII. Era BOIXUNUNGUAPE. A tradução mudou de rumo. *Mboi* ou *Boi* é a cobra: *xunun*, *xinunga* é soar, fazer rumor. A cobra que faz rumor é a cascavel, agitando a cauda, ornada de maracás circulares. BOICINUNGA é o nome tupi da cascavel. Cascavel em português é guiso, chocalhinho, por isso chamavam-na "Cobra-de-chocalho". GUA é o vale, baixio, tabuleiro, várzea. PE é a preposição *em que*, equivalente ao latim *in*. Lição de Teodoro Sampaio. Aplicando as regras ao BOIXUNUNGUAPE, de *mboi-xinungaguá-pé*, obtive nova versão: *no vale da cascavel*.

Teodoro Sampaio ainda leu e aprovou, jubilosamente, a minha indagação.

Outro caso foi o topônimo PARARI, traduzido: — PAPARY, *corr. pápá-r-y*, o rio saltado, ou encachoeirado; PAPAR-Y, o rio de contas. Não se ajustava a uma região minha conhecida desde criança.

Anos depois, deparei as esquecidas formas do nome PAPARI. Li, então, que eram escritas IPAPARY e UPAPARY. O problema findara. IPÁ ou UPÁ é o mesmo que "lagoa". PARI é uma armadilha de pesca, um covo de grades que se mergulha para prender o peixe. PAPARI quer dizer a LAGOA DO PARI, onde estavam muitos paris. Sendo zona de pescaria tradicional, provisionando aldeias indígenas dos arredores, nada mais intuitivo que os *piracasaras*, (pescadores), daquele tempo, povoassem a lagoa de paris estratégicos, tentando as curimãs. Teodoro Sampaio já havia falecido, mas estou convencido de sua ratificação cordial.

Acrescem essas confusões na pesquisa dos topônimos as dificuldades providas da *explicação* popular, linguagem da memória permanente. Minhas velhas jornadas pelos sertões do Nordeste confirmam a faculdade inesgotável de o nosso povo divulgar justificativas absurdas e pitorescas, ouvidas aos pais e êstes aos antepassados, tornadas quase sagradas pela fonte doméstica. Quem ousa duvidar do que *meu Pai me dizia* e do *meu Avô já contava*? Não há sertanejo velho que não ensine *por que* tal acidente geográfico tem determinada designação. CAMPO GRANDE, PORTALEGRE, REDINHA, SERRA NEGRA, NOVA CRUZ, PATU, SANTA CRUZ possuem razões que a História desconhece.

Os topônimos SOBRADO, lagoa em S. Gonçalo, duas em S. José de Mipibu, lugar em Portalegre, ilha em Areia Branca, serrote em Jardim do Seridó, e SOBRADINHO, tabuleiros no Agu, lugar em Pau dos Ferros e na Ribeira do Seridó, (1754), permitem exemplos. São as *sobras*, os sobrados das sesmarias, terrenos ainda devolutos entre as "datas" concedidas ou *correndo pelas testadas*. SOBRA, no comum,

SOBRADO, o-que não foi incluído na demarcação, SOBRADINHO, a pequena sobra. Em novembro de 1755 o Capitão João Leitão Arnosso, requerendo terras na Ribeira do Apodi, dizia-se possuidor de “um sítio de criar gado chamado “Pilloens”, e entre elle e a fazenda Serra Branca, *que he terra de Sobrados*. . .” Nada mais claro quanto a procedência da posse jurídica. Menciona o *sítio PILLOENS*, hoje município, desmembrado de Alexandria em 1963. Era terra excedente das medições sesmeiras. . .

SOBRADO, entretanto, não deu idéia popular de *sobras*, mas de edifícios com andares. Teriam existido, numa construção hipotética, imemorial, sem vestígios materiais, ou as serras circunvizinhas apresentavam conformação alusiva à imagem. Assim entendeu mestre J. Capistrano de Abreu, valorizando a lamentável indistinção: “Domingos Afonso, por alcunha o Sertão, partindo de um dos muitos *Sobrados* existentes no São Francisco, aos quaes se dá êste nome por causa de vagamente semelhareem um edifício. . .” (CAPÍTULOS DA HISTÓRIA COLONIAL, IX).

Desde as sesmarias de 1730 é de fácil encontro as *MARIAS PRETAS*, serra, riacho e localidades nas Ribeiras do Seridó e Jundiá. A promissora povoação *AS MARIAS*, no município de Macaíba, chamava-se outrora *AS TRÊS MARIAS PRETAS*. Evitaram *pretas* para não *agrar* as Marias. Ainda em 1930 diziam *AS TRÊS MARIAS*, presenteemente reduzido ao nominativo *AS MARIAS*. A tradição é que três escravas negras, tôdas três Maria, fugindo a um senhor brutal, ocultaram-se naquele recanto, plantando roças e frutas, vendendo-as aos raros viajantes, e assim foram vivendo, batizando o esconderijo que se tornava povoado.

A verdade é que as três Marias, escravas e pretas, nunca existiram. Naquele terreno erguiam-se três árvores chamadas *MARIA PRETA*, as “*Cordia salzmanni*”, DC, vegetação banal e secundária, que, agrupadas numa apresentação isolada, destacavam-se, fixando a atenção dos comboieiros que deram para citar *as três Marias Pretas* como ponto de arranco e dormida na encruzilhada dos caminhos, rota para o sertão do Inharé, Ribeira do Trairi, e para o rumo da Paraíba. É o mesmo processo denominador das caraúbas, angicos, umarizal, juncos, originarem nomes de municípios norte-rio-grandenses. Hoje dizemos *AS MARIAS* e a lenda das escravas fugitivas substituiu a presença das árvores desaparecidas, da terra e da memória dos homens.

A *Maria Preta* sempre fôra notada, constituindo elemento para distinguir locais. Numa sesmaria de 1734, de Pedro Gonçalves Estêves, leio: “Rio Jacu. Em um riacho que nasce das cabeceiras do Paraturá, e deságua no rio abaixo das cachoeiras do Japi-de-Baixo,

entre êle e o Japi-de-Cima, e o Rio Salgado, há um ôlho-d'água que fica no meio do riacho, e *tem uma árvore grande que chamam MARIA PRETA.*" Ainda na segunda metade do Séc. XVIII o Sargento-Mor Cipriano Lopes Galvão (REGISTO DE RESUMOS, Data n.º 635), de Currais Novos, recebia na Ribeira do Seridó "um ôlho-d'água de Sant'Ana abaixo do qual faz barra o riacho das Carnaúbas, tendo da frente do nascente *uma árvore chamada MARIA PRETA*".

Em Mossoró, há um CANTO DE MARIA NEGRA que talvez seja mais uma MARIA PRETA. As MARIAS PRETAS eram árvores e não gente.

MARIA GORDA é lagoa em Mossoró e JOÃO GOMES, rio em Pau dos Ferros e povoação em Mossoró. A primeira pesava mais de 120 quilos e comia um bode inteiro ao almôço. O segundo, de família velha de Currais Novos, fôra o primitivo dono do lugar. Pessoas perfeitamente conhecidas e fisicamente recordadas. A tradição oral poderia completar-se afirmando a contemporaneidade dessas criaturas, realmente constituindo uma única entidade... vegetal. MARIA GORDA e JOÃO GOMES são ervas portulacáceas, *Talinum paniculatum*, Gaertn; MARIA GOMES no Rio de Janeiro, JAN GOMES no Maranhão, MAJOR GOMES, MANJONGOME em Pernambuco, do quimbundo Jo-ngmhe, vaca, LÍNGUA DE VACA, (povoação em Caraúbas), CARURU, na Bahia, um bredo gostoso e macio, permitindo saladas cruas ou esparregado cozido, uma das raras vêzes em que o sertanejo *come verde*, arrancando-o dos roçados depois da queima, onde nasce espontâneamente, com as primeiras chuvas: (Renato Braga, PLANTAS DO NORDESTE, Fortaleza, 1960).

Impossível convencer ao que afirma o avô ter conhecido *Maria Gorda* e lembrar-se muito bem do *Major João Gomes*...

No Apodi há local RAPÉ, explicado como outrora sítio do plantio de fumo e subsequente fabrico do *torrado*, olente ao suavíssimo cumaru, reserva em tabaqueiros de chifre, os clássicos cornimboques de estalo.

A verdade é bem diversa. Quem dá nome ao local não é a *Nicotiana tabacum*, mas simplesmente a língua tupi, *pé*, *apé*, *rapé*, valendo a expressão *no caminho*, no sentido de rumo, norteammento, direção. Ali nunca houve plantio de fumo...

Em Serra Negra ficam riacho e serrote da CÂIMBRA. As investigações deram resultados confusos. Um caçador fora acometido de um longo e doloroso espasmo muscular. Recuperando-se, divulgou o episódio aos amigos que denominaram o serrote de *SERROTE DA CÂIMBRA*, e o apelido pegou. Mas por ali corre no inverno o riacho também *da Câimbra*, sem que se atine por que recebe o desagradável cognome. A maioria consultada ignora a explicação toponímica. *Besteira do povo*

— dizem. Mas todos os topônimos têm uma justificação etimológica, clara, evidente, natural. Não sabem contar a história do serrote e do riacho da *Câimbra* simplesmente porque não houve *câibra* alguma em seu derredor, impondo a curiosa alcunha. Trata-se apenas de uma corrutela de denominação geográfica portuguesa. *CÂIMBRA* é a prosódia errada de *CAMBRA*, povoação no Concelho de Vouzelas, Vizeu, na Beira Alta, em Portugal, batismo dado à propriedade ou mesmo ao sítio devoluto, compreendendo riacho e serrote.

XII

Este livro começou em junho de 1929 e terminou em setembro de 1952, em sua primeira denúncia. Lera o *TUPI NA GEOGRAPHIA NACIONAL*, (edição de 1928), e ficara colecionando topônimos contrerrâneos, tentando traduzi-los ou aproveitando o trabalho do mestre baiano. Vieram outras fontes, facilitando o apaixonante exercício.

Em abril de 1930, conheci pessoalmente, no Recife, TEODORO SAMPAIO, (1855-1937). Foram dez dias de curso intensivo, inesgotável de perguntas, arquivando as respostas insubstituíveis. Com os confrades cultivando o mesmo assunto, Mário Melo no Recife, Padberg-Drenkpol no Rio de Janeiro, Plínio Airoso em São Paulo, mantive animada correspondência, permutando as *caçadas*, com resultados falsos ou felizes.

O ensaio chamar-se-ia *TOPONIMIA NORTE-RIO-GRANDENSE*, e assim foi divulgado. Ficou, entretanto, esquecido numa gaveta durante quatorze anos. Em 1966, reencontrei-o, voltando o namôro, expresso na tarefa renovadora, multiplicando os verbêtes, retificando as versões apressadas, flôres do prematuro entusiasmo de *amador*. Novas leituras e viagens deram amplitude e clareza ao que estava feito, e subsequente continuidade.

Li as 1 020 sesmarias, 1600-1730, contidas nos nove volumes manuscritos, confiados pelo presidente do nosso Instituto Histórico, Dr. Enélio Lima Petrovich, à minha curiosidade. E mais o tomo *RESUMO DOS REGISTOS*, de valor inapreciável.

Deverão existir numerosos enganos quanto a localização atual dos topônimos. A divisão municipal em cento e cinquenta unidades territoriais, tumultuou-me a memória corográfica. Estarão fora dos justos locais. Pertenciam aos núcleos de origem, posteriormente desmembrados e subdivididos Tome-se por termo a ressalva.

Teodoro Sampaio traduziu vários topônimos, especialmente para este ensaio. O Prof. Oscar Ribas, de Angola, prestou-me colaboração generosa no tocante aos vocábulos quimbundos. Outros foram de verificação pessoal em Angola, Congo, Cabinda, Guiné, Moçambique. Incluí nomes da velha linguagem portuguesa, agora em desuso. Escrevo *CAATINGA*, *CABOCO*, *IMBU*, *JURUTI*, e não Catinga, Caboclo, Umbu, Juriti.

As designações geográficas, existência e definição referem-se ao Rio Grande do Norte, notadamente ao Nordeste, terreno de observação imediata e pessoal.

Natal, em 10 de janeiro de 1968.

L. da C. C.

ACARI: — Município, 1835: Peixe d'água doce, cascudo, acari-de-pedra, Loricáridas, abundantes nos poços no antigo sítio da cidade. De *caráí*, o que arranha, alusão às asperidades do peixinho. Cara. Parece ser a verdadeira origem do vocábulo *CARIOCA*, de *carioca*, a casa dos acarís, como foi registado em mapas do Séc. XVI.

ACAUÃ: — Rio em Currais Novos e Acari, desaguando no Rio Seridó. Denomina o vale margeante. "Ribeira do Seridó ou Cahuam" num documento de abril de 1745. Nome de riachos e serrotes. Sertão do Acauã, Cauã, voz onomatopaica da ave *Herpethotes cachinans*, respeitada pelos indígenas pela sua inimizade aos ofídios. Diziam-na mensageira do além-túmulo. Batista Caetano fazia provir de *acá*, decidido, resoluto, e um sufixo valendo "briguento". No Pará e Amazonas determina uma obsessão nas mulheres, modalidade histórica, obrigando-as a repetir, convulsivamente, na fase da crise, o nome da ave. Heretiano Zenaide, (AVES DA PARAÍBA, João Pessoa, 1953), encontrou no município paraibano de Sousa uma romeira de Alagoas, dirigindo-se ao Juazeiro, Ceará, sofrendo da mesma neurose. Stradelli afirma-o agoirento no Amazonas.

ACENON: — Riacho tributário do Rio Patanchoca, em Angicos. De *acei-nhum*, nas costas do campo, na orla do campo, na várzea. *Oxinoum*, em 1706. *Asenom* em 1757.

AÇU: — Nome norte-rio-grandense do Rio Piranhas, também Rio do Peixe, ao atravessar o território onde conflui com o Rio Seridó. É o mesmo Piancó, na Paraíba, onde nasce. Deságua em Macau. Município em 1788. A tradição, meramente literária, faz provir de *Tabaaçu*, aldeia preferida dos Tarairiús Janduís, que não falavam o tupi. José Leão Ferreira Souto, (1850-1904), poetava: —

*Assentou a Taba-Grande
O Índio, senhor outrora,
Aonde as ruas expande
A bela cidade agora.*

A origem exata será “çôo-açu”, a caça grande, referindo-se aos animais de vulto. “Uaçu, açu”. O uso popular, comum e velho, é dizer-se *o Açú*, numa reminiscência inegável ao *UAÇU* da língua-geral.

AÇUÍ: — Lugar no município do Açú. Como substantivo, *açu*, *çôo-açu*, é a caça grande, veados, de maior porte. O sufixo *i* vale diminutivo, e também “água”. Poderá ser água ou bebedouro dos veados, veado-pequeno ou Açú pequeno.

ADEQUÊ: — Riacho afluente do Rio Piranhas e serra no Caicó. De *a-ti-qui*, o que estala, o que rompe.

ADQUINHON: — Rio que, reunido ao do Cabo Brabo forma o Upa-nema, e serra em Augusto Severo. De *a-tiqui-nhô*, o que goteja, só, aquêle que corre as gôtas (TS). Possivelmente pela tenuidade do minadouro na Serra do Lima, Patu. Comparar com *ADEQUÊ*. A serra do Adequinhon em 1743 chamava-se “Serra Pintada”.

ÁGUA-MARÉ: — Guamoré, Guamaré, de que é corrutela. Em 25 de março de 1755 Inácio Gomes da Câmara obtinha terras “da Ponta dos Três Irmãos para a parte de ÁGUA MARÉ onde bate o mar de águas vivas”.

ALCAÇUZ: — Povoação em Nísia Floresta. Do árabe *arquessús*: “arque”, raiz, e a planta “Çus”. É a *Glychyrryza glaba*, Lin, de uso medicamentoso.

ALHEIRO: — Lugar à margem da Lagoa Piató, no Açú. Aquêle que cultiva, que vende alhos.

ALVERCA: — Confluência dos riachos Campestre e Sêco em Taipu. Significa reprêsa, paul, alagadiço, viveiro de peixe. Alberca. Data-884, *Alberca, entre Mineiro e Carnaubinha*.

ANACÉ: — Lugar povoado em Goianinha. De *anã-cê*, o parente chgado, o consanguíneo. Era o nome de uma antiga tribo do gentio brasileiro (TS.) Anacés ou Wanacés tiveram atuação belicosa no Ceará, envolvidos na confusa e sangrenta "Guerra do Gentio Bárbaro". Teriam acampado em Goianinha onde, em 1687, havia uma "Casa Forte" defensiva.

ANEQUEIRA: — Lagoa em Goianinha. De *anequim-rai*, o pequeno anequim, niquim um peixe *Styloti*, d'água doce, *Thalassophryne amazonica*, peçonhento, de ferroadada dolorosa, também denominado Mangangá.

ANGATURAMA: — Povoado em Macaíba. De *anga-catu-rama*, formoso, bem-parecido, agradável, aprazível.

ANGICOS: — Município, 1833. Lagoa em Portalegre e Touros. Riacho em Currais Novos. Serra em Santa Cruz, Povoado em Augusto Severo. Árvore piptadênias, de uso multiforme e predileção popular. "São José dos Angicos" é o nome, quase esquecido, da sede municipal.

ANINGA: — Povoação em Ceará-Mirim. De *a-nhêeng*, aquêl que fala ou sussurra. Alude ao murmúrio da planta, paludícola, *Monthichardia arborecens*, Schot (TS).

ANTA ESFOLADA: — Uma das mais antigas denominações de NOVA CRUZ. Em 3 de dezembro de 1754 o Padre José Vieira Afonso recebia terras na Ribeira do Curimataú no *lugar do POÇO DA ANTA ESFOLADA*. Uma anta, capturada, escapou-se das mãos do caçador, semi-esfolada ou totalmente sem couro. Tornou-se ente fantástico, espavorindo os arredores da povoação, já possivelmente conhecida por URTIGAL. O couro da anta, enterrado no areal, contaminou, por via mágica, os mananciais, fazendo-os salobros. Muitos anos depois um missionário ergueu uma NOVA CRUZ no centro do arruado, abençoando as fontes que voltaram a ser potáveis. O espectro da anta desapareceu.

ANUN: — Na Ribeira do Açu, data-435, no Rio do ANU até a barra do RUFAN. De *a-n-un*, o vulto prêto, o indivíduo negro. Nome de ave conhecida, (Crotophaga). Alt ANŪ (TS.)

APIPUCOS: — Serrote em Augusto Severo. De *apé-puc*, caminho dividido ou a encruzilhada.

APODI: — Município (1835). Rio que atravessa os municípios de Luís Gomes, Portalegre, Martins, Apodi e Mossoró, desaguando no Atlântico, no pôrto de Areia Branca, com o nome de Mossoró. Lagoa, outrora chamada Itaú, nome de um chefe paiaçu, ali residente. Serra

de 198 quilômetros de extensão, com as ramificações da Borborema constitui o sistema orográfico do Rio Grande do Norte. Nos documentos coevos lê-se indiferentemente *Podi* e *Poti*. A tradição é ter o Ouvidor Cristóvão Soares Reimão fixado a grafia em março de 1706, decidindo-se, oficialmente, por *Apodi*. De *a-podi* ou *a-poti*, cousa firme, altura unida, fechada, uma chapada, planalto. Não há relação alguma com *fumo*, *tabaco*, *petim*, *petum*, *pitim*. A chapada do Apodi localiza onze municípios.

ARAÇÁ: — Lugar em Macaíba. É o fruto do *Psidium*. Entre os indígenas designava, também, estação, época (TS). De *ará-çá*, estação, época, regista Batista Caetano.

ARACI: — Lugar no município de Alexandria. De *ara-ci*, mãe do dia, cigarra.

ARAGUAÇU: — Lugar no Açu e sítio à margem do Rio das Conchas, em Macau. De *ara-guá-açu*, o vale dos papagaios grandes (TS).

ARANUN: — Lugar e rio no município de Arez. De *ara-un*, arara negra; de *ara-nduo*, vozear dos papagaios, ainda de *arara-nhum*, o campo das araras. *Ara* é a denominação genérica dos Psitacídeos. Em 9 de maio de 1607, numa data de terra, o nome do rio aparece Araunu, arara negra.

ARAPUÁ: — Povoação e serra no município de Serra Negra. Lugar em Santana do Matos e Apodi. Riacho em Luís Gomes. Lagoa no Açu e S. Antônio. De *ira-poã*, mel redondo, ninho de abelhas arredondado, meliponídeos *Trigona ruficus*, Latr. (TS). Data-474, do Capitão Manoel Pereira Monteiro na Ribeira do Sabogi, “da Serra do Arapoá nas testadas de outra sua propriedade chamada *Arapoá*”.

ARAQUÁ: — Lagoa em Santo Antônio. De *ara-quá* por *quara*, onde vivem as araras, esconderijo, viveiro das araras.

ARARA: — Lugar em Caraúbas, Riacho em Luís Gomes. Onomatopéia designativa dos grandes papagaios que parecem dizer o próprio nome. Rodolfo Garcia prefere *ara*, como alteração de *guirá*, pássaro, dando *arara*, freqüentativo para exprimir um pássaro grande. Na língua aimará *arara* significa falador, palrador. Município na Paraíba.

ARARAÍ: — Rio de pequeno curso em Nísia Floresta. Riacho no Ceará-Mirim. De *arara-í*, rio da arara, bebedouro da arara, e ainda, arara pequena.

ARARAÚ: — Ilha no Ceará-Mirim. Lugar em Santa Cruz. Des. Luís Fernandes crê ter sido o nome de uma das vertentes do baixo Ceará-Mirim. De *arara-u*, onde as araras comem, comedouro das araras, ou de *arara-u* por *ubi*, arara azul. É a *Psittacus hyacinthinus*, linda arara azul com o ventre amarelo, outrora abundante no Ceará-Mirim e extinta pelos caçadores insaciáveis.

ARATUÁ: — Rio em Macau. De *aratu-a*, onde nasce o aratu, *Aratus pisoni*, Milne Edw, o pequeno caranguejo. O mesmo aratu.

ARERÉ: — Riacho afluente do Rio Curimataú em Canguaretama. Serrote em Upanema. Lugar em Currais Novos. De *ireré*, voz onomatopáica de certos pernaltas. Bento do Rêgo Barros, em 8 de janeiro de 1744, obtinha sesmária no riacho Areré, Currais Novos.

ARETIPICABA: — Nome indígena da BAÍA FORMOSA, município em 1958. De *ara*, papagaio, e *tipicaba*, tanque, bebedouro dos papagaios (TS).

ARMAZENS: — Denominação de OFICINAS no Rio Açu, janeiro de 1782, local de secamento e salga de carnes. — Ver OFICINAS.

BACUPARI: — Povoação e cabo em Canguaretama. De *iba-curupari*, o fruto cercado de pontas ou asperezas. Ibacupari, Abacupari. *Platonia insignis*, Mart (TS).

BADEJO: — Serrote em Caraúbas. Peixe serranídeo. Serigado. Vale, na linguagem popular, grande, importante, soberbo. Nome de peixe português.

BADULAQUE: — Lugar em Augusto Severo. No sertão-velho, bolsa de couro, levada a tiracolo, especialmente por estudantes. Coisas miúdas e sem importância. Refeição substancial dos frades antigos. Cosméticos femininos. São acepções portuguesas. Badulaque correspondia ao Badameco em Portugal, de onde o tivemos. No plural, vale catrevagem, inutilidades confusas, objetos disparatados.

BAGAÇO: — Ver QUIRAMBU.

BAIACU: — Camboa em Macau. De *mbaé-acu*, a cousa quente, venenosa: peixe peçonhento pelo seu fel. *Tetrodon* e *Chylomicterus*. Tribo Cariri, Baiacus, Paiacus, Pajacus, famosa pela resistência à dominação portuguesa: (Carlos Studart Filho, OS ABORÍGINES DO CEARÁ, Fortaleza, 1965). Maiacus. ITAÚ, o chefe tradicional do

Apodi, denominador de um município, era Paiacu. Há uma ave "Baiacu", *Haematopus palliatus*, Temm.

BALDUM: — Rio e povoação no município de Arez. O Rio Baldum é formado pelo Riacho Primeiro, Rio do Meio e o Urucará. Com o nome de Santo Alberto deságua na Lagoa de Papari no município de Nísia Floresta. Não é vocábulo indígena nem consegui identificá-lo.

BANDARRA: — Serrote em Serra Negra do Norte. Gonçalo Annes Bandarra, sapateiro de Trancoso, Guarda, Beira Baixa, em Portugal, viveu durante o reinado de D. João III, (1521-1557). Escreveu versos de obscura e cabalística significação, considerados proféticos pelos portugueses, com devota credulidade por mais de trezentos anos. No Séc. XVIII, Bandarra valia homem vadio, ocioso, namorado, folião. Possível influência de *bandurra*, espécie de viola, dando *bandurrear*, vadiar, patuscar, folgar.

BANGÜÊ: — Lagoa e serrote no Açu. Serrote em Serra Negra do Norte. Do quimbundo *nbanguê*, provindo do hindostânico *bangui*, liteira manual, carro-liteira com assento de couro. Na África Oriental e Ocidental é sinônimo de maconha, liamba, *Cannabis sativa*, e, no Brasil, padiola, fêretro para escravos. Também significa engenho de açúcar de tração animal, a fogo descoberto.

BAQUIPE: — Nome antigo do Rio Ceará-Mirim. De *baqua-pe*, o caminho veloz, a estrada rápida. Para mim, **BAQUIPE** é o **RIO DOCE** ou **RIO DA REDINHA**, desaguadouro da Lagoa de Estremoz, despejando no Atlântico na *Redinha de Dentro*. Era também denominado **RIO PEQUENO**. Não se ajustaria ao Rio Ceará-Mirim, com mais de 140 quilômetros de curso.

BARAÚNA: — Povoado em Mossoró. De ibirá-una, a madeira preta. *Melanoxylon barauna*.

BARBATÃO: — Lugar em Pedro Velho. Boi marrueiro, bravio, sem hábitos curraleiros, criado às soltas, livremente.

BARBELA: — Lugar em Goianinha. Cadeia de ferro prendendo, na parte inferior, a camba do freio. Antigo barbicacho de metal.

BARCELONA: — Município, 1958, desmembrado de São Tomé. Capital da Catalunha, Espanha. Denominação do povoado **SALGADO**, origem da cidade atual.

BARGADO: — Lagoa em Mossoró. De *bragado*, aquêle que usa *bragas*, calções. Diz-se do animal que tem as pernas de côr diversa do corpo.

BARRA DE INÁCIO DE GÓIS: — Foz do Rio Ceará-Mirim no Atlântico. Inácio Ferreira de Góis (1822-1902), residiu meio século no local, na sua propriedade “sítio BARRA”.

BATUQUE: — Lugar no Açu. Dança negra com instrumentos de percussão. Denomina instrumental e coreografia. Falso africanismo. Na África não há dança com o nome de *BATUQUE*, e esta é a denominação dada pelos portugueses aos bailados de Angola, sugerida pela *batida* dos tambores.

BERDROEGAS: — Lugar em Augusto Severo. É o brejo *Portulaca oleracea*, Linn, planta vinda de Portugal. Citado topônimo em 1734.

BOACICA: — Povoação em Touros. Rio em Nísia Floresta. *IMBOACICA*, nos velhos documentos. De *mboaciga*, o atalho, o corte, o caminho mais curto (TS).

BITU: — Serra no Patu. De *ibi-tu*, o vento, a nuvem, o ar.

BOBOCA: — Lugar em Portalegre, perto da Bica, nas vizinhanças da cidade, onde em certas ocasiões ouvem persistente e surdo rumor, escapando-se pelas fendas naturais, tomado como prenúncio de inverno. De *boboca*, terra rachada, gretada, fendida.

BODÓ: — Serra e distrito de Santana do Matos. De *boi-tó*, muita fôlha, segundo Coriolado de Medeiros. Parece-me cariri.

BODOQUE: — Lagoa em Santo Antônio. Do árabe *bondok*, antiga arma de arremêso, arco de pelouros em Portugal, clássica pelo Oriente e até o Séc. XV, participando do armamento regular militar na Europa. Os portugueses trouxeram-no para o Brasil onde se vulgarizou, notadamente como arma de caça infantil.

BOI-CHOCO: — Praia e povoação no Ceará-Mirim. Antiga rua na cidade de Goianinha. De *mboi-icog*, piolho-de-cobra, centopeia. O francês *BOIS CHAUD*, padrinho do topônimo, nunca existiu.

BOIXUNUMGUAPE: — Nome antigo do rio e vale do MAXARAN-GUAPE, sua grafia inicial. De *mboi-cinung-gua-pe*, no vale ou na baixa da cascavel.

BORBOREMA: — Cordilheira vinda da Paraíba, atravessando, com ramificações, o Rio Grande do Norte, constituindo seu sistema orográ-

fico. De *por-eima* por *poro-poro-eima*, privado de habitantes, sem moradores (*pora*), a solidão, o sertão (TS). Ver SERTÃO.

BORRACHA: — Povoação e ôlho-d'água em Caraúbas. Lagoa em Santo Antônio. A denominação refere-se à goma elástica da maniçoba, (*Manihot glaziovii*, Mull.), e não da seringueira, *Hervea brasiliensis* Muell-e-Arg. A borracha da maniçoba foi indústria tradicional no Nordeste. *Borracha* é o saco de couro, portátil, para líquidos, muitas vezes secular na Espanha e Portugal, de onde recebemos o nome. Significar goma elástica é aplicação brasileira.

BREJUÍ: — Riacho no Acari. Povoação em Currais Novos, famosa pelas minas de xelita. Erradamente, dizem BENJOIM. De *mbeiu-i*, o rio do beiju. Foi região do plantio cariri das mandiocas. Altera-se para BRIJUI.

BUGIO: — Lugar e riacho no Açú. Em julho de 1735, Domingos de Azevedo do Vale e o Capitão-Mor Joseph Ribeiro de Faria possuíam no Açú, *posse de muitos anos*, a propriedade RABO DE BUGIO, herança de Manoel Ribeiro da Fonseca, pai do primeiro e sogro do segundo. Em outubro de 1786, Dona Joseja Martins era dona, também no Açú, das fazendas MACACO e BUGIO. Lugar em Augusto Severo antigo. Em português era a denominação genérica de monos, símios, macacos, invariavelmente empregada nas Cartas Régias até a segunda metade do Séc. XVIII. Bluteau crê ter vindo da cidade de BUGIA, na Argélia, onde os espanhóis viram numerosos *bugios*. As Cartas Régias de março de 1559; março de 1560 e dezembro de 1574, isentavam *papagaios e bugios* de qualquer obrigação alfandegaria *que das ditas terras do Brazill vierem ter a allgus portos cidades vilas e lugares de meus reinos posto que os que os trouverem ou mandarem trazer não sejam moradores nem povoadores das ditas terras*. BUGIO denominou sempre propriedades de *brancos*, gente de fala portuguesa, de ascendência reinol, e nenhum local recorda essa designação sendo de origem indígena. Ver MACACO.

BUJARI: — Rio afluente do Curimataú e lugar em Nova Cruz. De *ibi-iari*, a terra solta, fôfa. É o Rio Curimataú-Mirim.

BULANDIM: — Topônimo vulgar, Gulandim, Gulandi. De *boriandi*, o que dá azeite, madeira oleosa, pau-de-óleo (TS). É a árvore *Colophyllum brasiliensis*, St. Hil.

BULHÃO: — Povoação no Acari. De bujão, jarro redondo.

BURITI: — Lugar em Jardim do Seridó. De *mbiri-t-i*, árvore que emite líquido. Palmeira *Mauritia vinifera*, Mart. Com o macerato das

fôlhas preparam saborosa bebida no Amazonas. Incisões na espadice e talos provocam a expulsão da seiva acre-doce, que tem seus apreciadores. Nos Muceques, arredores de Luanda, em Angola, há uma povoação denominada *BURITI*.

CAATINGA: — Topônimo divulgado pelo Nordeste e usual desde o vale superior do Rio São Francisco, grandes trechos de Minas Gerais e Bahia, até Piauí, sul do Maranhão e norte de Goiás. Significa região xerófila, de árvores lenhosas, de porte reduzido, perdendo a fôlha no verão, mas resistentes às precárias condições de umidade. Ausência de grupos vegetais, abundância de plantas espinhosas, cactos, bromélias, cipós rijos. De *CAA-TINGA*, mato branco, ralo, pouco denso, permitindo fácil travessia. O conde de Stradelli explicava "Caátinga. Mato branco, mata rala. A mata rala e raquítica que cresce nas terras arenosas e fica como uma mancha clara no meio da mata circundante." Beurepaire Rohan sugeria provir de *CAA-TININGA*, mato sêco, desfolhado. Mantendo a grafia original e legítima, *CAATINGA*, evita-se a confusão com a *CATINGA*, mau cheiro. Ambos os vocábulos são tupis mas o indígena prolongava a primeira vogal, determinando a imagem oral de *CAA*, mato, e não de *CATI*, odor desagradável, fartum, pixé, fedor. A característica da *CAATINGA* não é o terreno, mas a vegetação.

CABANO: — Lugar em Augusto Severo. Diz-se do animal de chifres voltados para baixo.

CABARU: — Lugar em Arez. É *Cavalo*, na prosódia tupi. *MORRO DO FLAMENGO*, ao lado do canal do *TIBAU*, desagudouro da Lagoa de Groaíras.

CABOCO: — Topônimo vulgar no Apodi, Serra Negra do Norte, Portalegre, Mossoró, S. José de Mipibu, Açu, etc. De *Caá-boc*, tirado ou procedente do mato (TS). No entendimento popular é a designação genérica do indígena, do *índio brabo*, *caboco do mato*, rústico, ignorante, crédulo. Aplicado as pessoas simplórias ou parvas. Lagoa em S. Antônio. Tôda a gente diz *CABOCO*, inclusive os letrados que escrevem *Caboclo*.

CABUGI: — Serra em Angicos. Imponente massa de gnaisse encimada por um pico de basalto, de forma cônica. Resto de um antigo vulcão. Teodoro Sampaio interpretou: — *Cab-u*, vespa negra, maribondo, *g-i*, água, fonte ou água do maribondo. Tomás Pompeu Sobrinho: — *caba*, vespa negra, *gi*, por *chi*, lustrosa, a vespa reluzente.

Há um ôlho-d'água no alto do Cabugi. Informou Nestor Lima: "No grande bôjo da serra fica essa fonte perene, que, nas grandes sêcas de 1791 a 1793, sustentou grandes manadas de criações." Será de *caá-bó-gi*, água ou fonte da folhagem, por estar cercada de vegetação. Ainda provirá de *cambugi*, água, fonte do seio, pela sugestão do cimo basáltico em forma de mama.

CACIMBA: — Lugar em Serra Negra do Norte, Nova Cruz, Augusto Severo, Pau dos Ferros. Africanismo, de Angola, onde se diz CACIMBO. O Prof. Oscar Ribas, de Luanda, informa: — "Cacimbo, s.m. Estação do frio. Inverno. Relento. Orvalho. Esta quadra, que principia a 15 de maio e acaba a 15 de agosto, é caracterizada por densos nevoeiros, mormente de noite. Ao orvalho que então se forma, bem como a poeira aquosa, dá-se o nome da própria estação. Mas, por vêzes, o nevoeiro reduz-se a uma tênue chuva. Constitui a época da sementeira. Aportuguesamento do quimbundo KIXIBU, resultante de KUXIBA (chupar). Alusão ao encolhimento das carnes do corpo" — (IZOMBA, Luanda, 1965). O mesmo na África Oriental. Em Portugal é chuva miúda. Na acepção de poço, depósito de água natural ou artificial, jamais ouvi empregar-se na África portuguesa onde estive justamente na época do *cacimbo*. O Dic. de Domingos Vieira (Pôrtó, 1873) regista *cacimba* do ambundo *quichima* (pronúncia *kixima*), como "cova em lugar húmido para n'ella se ajuntar a água que resuma". E cita Antônio Ferreira, aludindo às *cacimbas das praias*. Proviria de *ovasimba*, poço.

CAENGA: — Lugar-limite de Areia Branca e Mossoró. Salina. Canhenga. De *caá-nhêeng*, o mato sussurrante, rumorejante, ou simples corrupção de *quenga*, a metade sêca do endocárpio do côco?

CAFUCA: — Riacho e povoação em Sant'Ana do Matos. Africanismo. Cova onde queimam madeira para carvão. É o nome de uma povoação no Baixo Cunene, Angola. Data-528, Ribeira do Açu, "no lugar chamado Cajuca".

CAFUNDÓ: — Riacho no Martins. Lugar em Portalegre. Africanismo, do quimbundo *kafundu*, distância, êrmo, solidão. Ferreira Nobre (1877), informa sôbre o "CABUCI, 7 léguas ao Sul da Vila, nas imediações do CAFUNDÓ".

CAFUNGA: — Serrote no Martins. Do quimbbundo *Kafunga*, pastor de gado, vaqueiro. Há uma povoação CAFUNGO no México, Angola. Data-637, Ribeira do Apodi, "ôlho-d'água da Catunga".

CAIANA: — Lagoa em Touros. Povoação em Augusto Severo. De Cayenne, capital da Guiana Francesa, de 1808 a 1817 sob a dominação portuguesa. De lá nos veio a variedade de cana-de-açúcar que lhe guardou o nome.

CAIÇARA: — Distrito de S. Bento do Norte. Riacho em Luís Gomes, Pau dos Ferros e Portalegre. Lugar em São Tomé e Augusto Severo. Denominação primitiva de São Rafael, município em 1948. Antiga povoação de Lajes, Caiçara do Rio do Vento, município em 1963. De *caá-çara*, pau tostado, queimado; o cercado, o tapume, a estacada (TS). Em fevereiro de 1712, Estêvão Velho de Melo recebia terras no Ceará-Mirim, “na parte donde o Coronel Antônio da Rocha Bezerra fez sua cahisara. . .” Valia curral. Município na Paraíba.

CAICÓ: — Município, 1787. Topônimo cariri, ou tarairiú, indígenas aliados aos Curemas ou Panaticuremas, tiveram aldeamentos na região, determinando o nome, *Caicó*, provindo dos *Caicós*, como *Mos-soró* veio dos *Monxorós*. As interpretações tupis servem de simples curiosidade, sem aplicação lógica: — *Caá-icó*, monte escaldado, em vista dos serrotes circundantes da cidade; *Cai-icó*, macaco esfolado; *Caá-icó*, roça da capoeira (Prof. Valeriano Marques): *caí-có*, roça dos macacos, porque na mesopotâmia dos rios Seridó e Barra Nova, onde fundaram a cidade do Caicó, havia grandes árvores, povoadas por um macaquinho, arisco e tímido, *Caí*, o *Cebus azarae*: *caá-icó*, a fôlha do *icó*, *Capparis ico*.

CAICOCO: — Camboa em Areia Branca. Em 1706, Data-114 na Ribeira do Ceará-Mirim, cita-se “um poço d’água” que o gentio chama “Quimaycoco” que quer dizer *pedra preta*.

Não é vocábulo tupi.

CAIMBRA: — Riacho e serrote em Serra Negra do Norte. Corrutela de CAMBRA, povoação no concelho de Vouzela, Vizeu, em Portugal.

CAITETU: — Riacho em Luís Gomes. Lugar em S. Antonio, Nova Cruz, S. José de Mipibu. De *tai-tetu*, dente despontado, agudo. É o porco do mato, caracterizado pelas presas salientes e agressivas, *Tajessu tajessu*, L. Alt. Caititu, Catêto.

CAJÁ: — Riacho em Caicó e no Apodi. De *açã-ia*, o fruto de caroço cheio, gráudo, fruto que é todo caroço, *Spondias brasiliensis*. Acaia (TS).

CAJARANA: — Serra em Santana do Matos. Sítio-limite entre Nísia Floresta e Arez. De *acaiá-rana*, o cajá ou a cajazeira falsa, semelhante, parecido com o cajá, *Cabralea cangerana*.

CAJAZEIRA: — Serra em Florânia. Lagoa em Canguaretama. Hibridismo do tupi *cajá*, e o sufixo português. Árvore dos cajás. Município de Cajazeiras na Paraíba.

CAJU: — “Entre o Potigi-Grande e o Pequeno, um ôlho-d’água chamado, pelo gentio CAJU.” Data-220, 1713, ao Ajudante Félix Ribeiro Cabral. Denomina uma povoação no Cuanza e outra em Ambaca, Angola. De *acáiu*, o pomo amarelo; o ano; o tempo. Acaju. *Anacardium occidentale*s.

CAJUEIRO: — Serra no Patu. Povoação em Touros. Hibridismo — de *caju* e o sufixo português *eiro*, Árvore dos cajus. Escrevendo do Recife, Zacharias Wagener, secretário do Conde de Nasseu, 1637-1639, informava: “Todo o Brasil, é por assim dizer coberto desta árvore.” Também comum na toponímia CAJUAL, CAJUAIS. Data-278, 1730, buscando o poço chamado do Cajueiro. Ribeira do Apodi.

CAJUPIRANGA: — Povoação no município de Natal. Rio limítrofe de Natal e São José de Mipibu e Nísia Floresta. De *acaiú-piranga*, o caju vermelho.

CAMAPUM: — Povoado em Macau. De *camambu*, o seio erguido, excrescido, empolado, formando mamilhos. Recorda perfeitamente a forma redonda e cheia das Solâneas *Physalis angulata*. Altera-se para Camapu, Canapum, Camabum (TS.).

CAMARÁ: — Serra em São Miguel. Riacho em Angicos. De *caáambará*, a planta variegada, a planta de fôlhas de várias côres. *Lantana camara*, Lin. (TS). Cambará.

CAMARAGIPE: — Riacho em S. Tomé, S. Paulo do Potengi e Macaíba, desaguando no Potengi. *Camaragibe*, rio em Goianinha. De *camará-gi-pe*, no rio dos camarás (TS). Também chamado Rio Salgado.

CAMBOIM: — Praia no município de Natal. De *caá-mboi*, a fôlha, o fruto que se solta. *Eugenia crenata*, Vell. (TS). Cambui, o popular fruto silvestre. A Rua Prof. Fontes Galvão, em Natal, denominava-se Rua do Camboim.

CAMETA: — Lugar em Arez. De *caabo-oatá*, andar pelo mato. Nome do peixe *Cataphractus callicythus* que se transporta, através do mato, de uma para outra água por ocasião da estiação. Camboatá, Tamboatá (TS).

CAMIRANGA: — Morro de cima avermelhado, fronteiro a Guarapes. De *acá-miranga*, cabeça vermelha. Nome de uma espécie de urubu, com a cabeça vermelha ou de tons avermelhados.

CAMUANGA: — Morro a leste da cidade do Natal, na rodovia para Ponta Negra. Africanismo. Povoação em Lunda, Angola.

CAMUCIM: — Lugar em Arez. De *cambu-chi*, o vaso de água, o cântaro. Pode proceder ainda de *caá-mboci*, o fruto de duas partes juntas (TS). Era grande vasilha de barro de uso indígena, espécie de jarra, guardando bebidas. Serviam igualmente para o sepultamento dos guerreiros. Camotim. Município de Camocim no Ceará.

CAMURIM: — Povoação em Mossoró. É um peixe tipo robalo, de água salgada e aclimatável no ambiente fluvial. Camuri, Camuni, Cambori, Camburu. De *aca-mo*, por *moro*, *poro*, e *ri*, por *ti*, ter a cabeça branca.

CAMURUPIM: — Rio em Guamaré. Povoação e rio em Nísia Floresta, desaguadouro da Lagoa de Papari no mar, ou no Rio Trairi, na chamada "Barra Nova", (1816). É o peixe *Megalops atlanticus*, Cuv. Val. de *acamoro-pim*, ter a cabeça dura, rija.

CANAÇU: — Lugar em Florânia. Hibridismo do português *cana*, e o aumentativo tupi, *açu*. Gramínea, de colmos finos e longos, parecendo lanças. Canaflecha.

CANGAÍRA: — Serra em Caraúbas. De *acan-guaí*, cabeça riscada, listada. Um peixe de água doce, espécie de bagre.

CANGATI: — Riacho em Augusto Severo. De *acang-ati*, cabeça-pontiaduda, aguçada. É um bagre de água doce, *Arius luniscutis*, Thurston. Cangatá.

CANGUARETAMA: — Município, 1858. De *caá-guá-retama*, no vale das matas, onde há muitas árvores. Marcgrave, 1643, escrevia CARAGUATAÇANGA, ramal ou florescência de caraguatás, gravatás, carauás, resistentes. Há a sugestão de CANGARETAMA, de *canga*, côco, núcleo sêco, osso enxuto, e *retama* ou *tetama*, região, pátria, país, terra, dando "Região sêca" ou "Terra de coqueiros". CANGUARETAMA é região úmida e o coqueiro, (*Coccus nucifera*) foi trazido pelos portugueses. O indígena não o conhecia, e sim as palmeiras. Significar "Pedra de Sal" é etimologicamente possível.

CAPAUA: — Nome indígena do Rio Barra Nova no Caicó. De *caá-páua*, a orla do mato, onde o mato termina. Cuparaá, Caapauá, Quipauá (ver QUIPAUA). O Barra Nova banha a cidade do Caicó e está represado no Açude Itães, (1932-1935). A denominação sugere um curso d'água de tabuleiro.

CAPIM: — Lagoa em Areia Branca. Povoado no Ceará-Mirim. Topônimo vulgar. De *caá-pii*, a planta de folha fina; a erva miúda (TS).

CAPIM-AÇU: — Lugar em Nova Cruz. De *capim*, e o aumentativo tupi *açu*, capim grande. É uma gramínea, *Panicum mageston*, Schulth.

CAPIÓ: — Vale entre São José de Mipibu e Nísia Floresta. De *caá-pió*, a goma da planta, goma da árvore (TS). Denominam *capió* o buraco deixado no massapê pela cana-de-açúcar, mudada nas socas.

CAPIVARA: — Riacho em Currais Novos. De *caá-pii*, o capim, e *uára*, comedor, o comedor de capim. É o herbívoro *Hidrochoerus capybara* (TS). Data-949, no Ceará-Mirim, *Lagoa da Capivara*.

CAPOEIRA: — Serra no Patu. Nome primitivo da povoação de *Panelas*, depois Bom Jesus, hoje município com essa denominação, 1963. De *caá-poera*, mato extinto, mato cortado ou destruído. Costuma confundir-se com capueira, de *Cõ-poera*, roça extinta, roça velha, abandonada e já invadida pelo mato (TS).

CAPUÁ: — Riacho no Apodi. De *caá-puá*, mato alto, crescido. É o que se chama capão de mato, um pequeno bosque.

CAPUABA: — Lugar em Canguaretama. De *caá-poaba*, a cobertura de folhagem; obra de palha. É o abrigo na roça (TS).

CAPUNGA: — Lugar no Açu. De *caá-punga*, a beldroega, *Portulaca oleracea*, Lin, conforme Tastevin, atendendo-se à vulgaridade do bredo, estendendo-se por toda parte. Também virá de *caá-pong*, mato, planta rastejante, alastrante. É um africanismo. Duas povoações em Angola têm esse nome: uma em Lunda e outra em Cuanza-Norte.

CARACARÁ: — Lagoa em Nísia Floresta. Serrote em Caicó e São João do Sabugi. Pico ladeador do Cabugi em Angicos. Serra em Santana do Matos. De *carã-carã*, arranha-arranha, o arranhador, o gavião *Polyboros vulgaris*, Viell. Carcará. Ilha do Carcará, em Mossoró. Indígenas cariris do Séc. XVII no Rio Grande do Norte. Data-141, 1711, *Riacho do Carcará*.

CARAÍBA: — Lugar em Mossoró. De *caríua*; *cari*, mandado, mandar, e *iua*, origem, nascença; nascido para mandar, o branco, o chefe, o superior (TS).

CARAIBEIRA: — Lagoa e serrote em Serra Negra. Riacho em Currais Novos. Lagoa em Caicó. De *caraíba*, a acepção de forte, superior, resistente, e o sufixo português eira. Madeira de cerne consistente.

Alt. *Craibetra*, denominação de uma localidade em Nova Cruz. O mesmo que Caraúbas.

CARAMURU: — Lugar em Angicos. De *acará-mburú*, o cará-diabo, a moréia (AC-MM). A moreira não poder ser *cará* porque não tem escamas. A tradução tem apaixonados profissionais e amadores no plano erudito. Lembro o pertinente reparo de Beaurepaire Rohan: — “em todo caso, CARAMURU nunca significou, nem podia significar HOMEM DE FOGO, como o dizem Moraes e outros lexicógrafos-ignorantes da língua tupi”. Apelido dado a Diogo Álvares em 1510. Não creio que se tenha originado pelo estampido dum arma com que foi abatida uma ave. Mais convinável é a opinião do Pe. Rafael Galanti: — “Talvez lho dessem os indígenas por ser êle magro e alto, e por isso parecido com o *Caramuru*, nome de uma espécie de moréia grande, de dez e mais palmos de comprido, que se encontra dentro das locas de pedras à beira-mar. Eram os selvagens dotados de grande discernimento para deitar alcunhas.” O naufrago fora encontrado despido, magro, comprido, enlameado, escondido nas pedras da Mairagiqui, (Mara-gojipe), e a semelhança com a moréia impunha-se. Tanto é assim que muitos descendentes do CARAMURU usavam o nome MOREIA, deturpado depois em MOREIRA.

CARÃO: — Lagoa em Nova Cruz. Lugar no Açú. PORTO DO CARÃO, povoação à margem do Rio Açú em Macau. Não alude a ave aramídea dêsse nome, *Aramus scopaceus*, GM, mas a Antônio Barbosa CARÃO, grande influência na localidade. Noutros lugares refere-se à ave.

CARAPEBAS: — Vila de Angicos, AFONSO BEZERRA, em 1931, e com êsse nome elevada a sede municipal em 1953. De *acará-peba*, o cará chato, *Chromis acará*.

CARATÁ: — Rio desaguardo na lagoa de Estremoz, município do mesmo nome. De *acarátatã*, o cará resistente, volumoso. É o RIO MUDO ou RIO DO JORGE. Rio Acarata, na Ribeira do Seridó.

CARAÚ: — Lagoa no Apodi e Canguaretama. Lugar em São Rafael. De *acara-ú*, o bebedouro dos acarás. Nome de batatas e de carás anegados (TS).

CARAÚBAS: — Município, 1868. Lagoas em Portalegre, Ceará-Mirim e Apodi. Riachos em Caraúbas, Currais Novos e Pedro Velho. Povoação em Currais Novos denominada posteriormente CERRO CORÁ, município em 1953. *Caraúba da Praia*, povoação em Touros. Povoado em Parelhas. De *cará-iba*, forte, resistente, ou *cará-imbá*, fruto de

casca negra, *Tabebuia caraiba*, Bur. (TS). Também topônimo como CARAÛBINHA, singular e plural.

CARICÉ: — Lugar em Pau dos Ferros. De *acari-acé*, o macaco gritador ou o peixe roncador (Mário Melo). Se fôr africanismo valerá *cheirinho a sujo*, do quibumdo *ka-rise*, grafia exata em *carissé*, informe o Prof. Oscar Ribas, eminente etnógrafo de Angola.

CARNAÛBA: — Distrito e vila no Acari, CARNAÛBA DOS DANTAS, município em 1953. Povoado em S. Gonçalo e Pedro Velho. Riacho em Mossoró, Serra Negra do Norte e Acari. Rio no Caicó. Lagoa em Nísia Floresta e Serra Negra do Norte. Serra no Caicó. *Copernicia cerifera*, Mart. CARNAÛBINHA é topônimo vulgar. De *caraná-iba*, a árvore Caraná, escamosa, áspera, rugosa.

CARNAUBAIS: — Vila no Açú, antigo POÇO DA LAVAGEM e SANTA LUZIA. Em 1943, o nome atual. Município em 1963. Plural de CARNAUBAL. Lagoa em Portalegre.

CARUARU: — Lugar em Angicos. De *caruar-i*, alterando-se para *caruar-u*, água ou rio das caruaras. Mário Melo escreveu: "Teodoro Sampaio dá para CARUARA várias interpretações: a) uma espécie de formigas que dá nas árvores, cuja mordedura coça como sarnas; b) qualidade de abelha, cujo mel é nocivo; c) CARU-ARA, o que come ou corrói, comichão, sarina, boubas; d) moléstia que ataca o gado. Donde CARUARU é a aguada das caruaras; água que produz a moléstia, caruara no gado." O topônimo parece-me vindo de Pernambuco onde há a cidade de Caruaru. Sem nenhuma alusão ao local norteario-grandense.

CASSANGE: — Serra em S. Antônio. Lugar em Canguaretama. Nome de uma tribo de negros residente a leste de Malange, Angola.

CASSUÁ: — Lugar em Areia Branca. De *caá-açoiá*, a cobertura de fôlhas, o anteparo de folhagem, a trama ou tecido de paus ou cipós; ceirão de cipós para cangalha (TS). Cêsto para transporte. CAÇUÁ.

CATANA: — Lagoa em Santo Antônio. Do japonês *katana*, espada, alfange, terçado. As comunicações portuguesas com o Japão no Séc. XVI divulgaram o vocábulo em Portugal. Em fins do Séc. XVII empregava-o o poeta Gregório de Matos na Bahia. Ainda vulgar o *meter a catana*, na acepção de maldizer.

CATANDUBA: — Lugar em Mossoró. De *caá-diba*, o local do mato ralo, ou do cerrado: determinado terreno seco com mato de inferior qualidade. São Paulo, Minas Gerais (TS). CATANDUVA, no sul,

CARRASCO, na Paraíba e Rio Grande do Norte, **QUIPEMBE**, em Pernambuco, é a árvore *Piptadenia moniliformis* Benth, também *Catanduba* no Rio Grande do Norte. Uma espécie de angico.

CATINGA: — Ver CAATINGA.

CATINGUEIRA: — Riacho no Caicó. Lugar em S. Miguel, Angicos e Portalegre. É a grande árvore *Caesalpinia pyramidalis*, Tul, e também *euforbiáceas* denominam-se *Catingueiras*. Árvore das caatingas nordestinas. O Prof. Renato Braga escreve sobre a razão do nome, envolvendo a idéia de mau cheiro: "É uma das plantas sertanejas cujos gomos brotam às primeiras manifestações da umidade anunciadoras do período das chuvas. Então o gado procura as suas folhinhas com avidez, para pouco depois desprezá-las pelo cheiro desagradável que adquirem ao crescer." **PLANTAS DO NORDESTE**, 2.^a ed. Fortaleza, 1960. Deduz-se que a origem não proviria de **CAATINGA**, mato branco, ralo, pouco denso, mas de raiz **CATI**, odor nauseante, fedor. Ver **CAATINGA**.

CATOLÉ: — Lagoa em Touros e Macaíba. Riacho em Luís Gomes. Povoado em Santo Antônio. Lugar em São José de Mipibu. É a palmeira *Attalea humilis*. Teodoro Sampaio não julga o nome de origem tupi. Data-91, 1706, Serra do Catolé.

CATU: — Rio e povoado em Canguaretama e Goianinha. *Catu* é bonito, bom, agradável, aprazível, excelente. **CATUZINHO** em Canguaretama.

CATUNDA: — Serra e riacho afluente do Rio Currais Novos no mesmo município. Africanismo. Do quimbundo *katunda*, relativo ao sertão, referente às terras afastadas do litoral, mato, informa-me o Prof. Oscar Ribas, de Angola, onde há cinco povoações com esse nome.

CATURURÉ: — Lugar em Jardim do Seridó. De *catu-ruré*, bom de todo, totalmente bom, terra fecunda para qualquer plantio. O mesmo que *Quintururé*. Na data-53, em 1696, o *sítio Quintururé*, de André Vieira de Melo. Data-262, 1734, pelo riacho Seridó do Catururé abaixo.

CAUAÇU: — Povoação em Lajes. Riacho e lugar em Florânia e João Câmara. De *caá-açu*, mato grande, fôlha grande. É uma poligonácea, *Coccoloba latifolia*, Lam. **COAÇU**.

CAZUMBÁ: — Riacho e lugar no Apodi. De *cab-umbá*, a vespa muito preta, retinta, (TS).

CEARÁ-MIRIM: — Município, 1858. Deve nome ao rio, nascendo em Santa Rosa, entre Lajes e Angicos, atravessa êsses municípios e os de João Câmara, Taipu e Ceará-Mirim, despejando no mar na Barra de Inácio de Góis. *Seara, varge do Seara*, rio, mencionado em doze datas de terra entre 1602 e 1613. No mapa de Marcgrave, (1643), *rio Cearamiri*. Jacob Rabi, delegado holandês entre os Janduis, muitos anos residente no local, escreveu à volta de 1640, *SYARA MINOR*. Não seria, evidentemente, a imposição do diminutivo *mirim* fórmula distintiva para a vizinha província do Norte, *CEARÁ-GRANDE* no segundo têrço do Séc. XVIII. Em 5 de setembro de 1675, André Mateus e Jorge da Franca eram nomeados capitães dos distritos de *SYARÁ DE BAIXO* e *SYARÁ DE CIMA*, divisões administrativas. Em 1810, data-924, havia o *Sítio CEARÁ*, pertencente a José Ferreira da Silva, e em 1816, data-946, o *Ceará de Baixo*, de D. Joaquina Pereira de Gusmão. A explicação clássica do *CEARÁ-MIRIM* ter essa designação pela existência do *CEARÁ-GRANDE*, não me parece documentada. A necessidade foi local, na divisão do próprio vale das demais terras. Antes do *CEARÁ-GRANDE* já havia o *CEARÁ-MIRIM*. Marcgrave em 1643. Rabi, 1646. A tradução do vocábulo *CEARÁ* continua obscura e confusa, tendo dezenas de soluções. José de Alencar: *cê-ará*, fala ou canta o papagaio. Teodoro Sampaio: *Ceará* ou *cem-ará*, sai papagaio ou papagaio de saída, ou ainda papagaio da fonte ou do rio. Paulino Nogueira: *çôô-ará*, verdadeiro tempo de caça. João Brigido: *ciri-ará*, caranguejo branco. Capistrano de Abreu: água verde, rio verde. Tomás Pompeu Sobrinho sugeriu cinco versões: 1) não quer soltar; 2) saindo das balisas, serras; 3) muita gente pintada; 4) lugar que dá bastante espiga, fértil; 5) aqui está balizado. (O ciclo pesquisador segue seu curso.)

CERRO CORÁ: — Município, 1953. Antiga "Caraúbas", desmembrado de Currais Novos. Denominação recordadora do local onde morreu, a 1.º de março de 1870, o ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez. Cerro Corá, serrote do curral.

CHÁ DA QUIXABA: — Ver SAMBA-QUIXABA.

CHORÓ: — Nome antigo do Rio Mossoró, significando jorrar, verter. Enxurrada. Xoró, Toró.

CHUÍ: — João Freire Carneiro, em março de 1711, recebia sesmaria em "hum riacho que desagoa para o rio Trairi em o coal acharão hum olho de agua pela lingua do gentio se chama *Chuy*". De *chuí-i*, o rio dos chuís. Chuí, voz onomatopaica com que se designam vários passa-

rinhos, entre outros, o pintassilgo. Rio Grande do Sul. Pode ser ainda corrupção de *chué-i*, que quer dizer rio das tartarugas (TS).

CIPILADA: — Serra em Augusto Severo, também denominada SERRA DE JOÃO DO VALE, seu proprietário em 1761. CIPIADA e CIPIAPA, nos documentos velhos. Dizem ser corrutela de cepilhada, passada a cepilho, imagem que fantásticamente explicaria a horizontalidade dos cimos. Poderá provir de *cipapab*, particípio do verbo *cim̃b*, limpa, brunida, aspectos aplicáveis à serra. Ignoramos seu nome indígena. Era região cariri e a serra habitada pelos PEGAS, posteriormente aldeados em S. José de Mipibu, 1762. Os PEGAS eram cariris.

CIPÓ: — Riacho em Serra Negra e Currais Novos. Lagoa em S. Antônio. De *içá-pó*, o galho-mão, galho preensor, que tem a propriedade de se prender, de se enlear, de atar (TS). CIPOZINHO, lagoa em S. Antônio. Rio-canal onde deságua a Lagoa de Piató no Rio Açu.

CISPLATINA: — Povoado em Augusto Severo. Recordação das campanhas de 1825-1828 e 1851, com o Uruguai e Argentina. De *cis-platina*, aquém do Rio da Plata, Rio da Prata.

COBÉ: — Povoado e rio em S. José de Mipibu. Lugar no Açu. De *co-peb*, eis aqui o plaino, a planície (Coriolano de Medeiros). A existência, a vida (TS).

COCHITO: — Lagoa em S. Antônio. Diminutivo de *côcho*, *cochino*, porco e porquinho, em linguagem chula portuguesa. Chamavam aos porcos, dizendo: côche... côche...

COEMAÇU: — Riacho no município de Natal, o RIO DAS QINTAS, nos arredores da cidade. De *coema-açu*, dia-grande, hora do sol alto. Alt. Cunhácima, Cunhácimá, Conhaçu.

COITÉ: — Riacho no Taipu. Povoação em Pedro Velho. Riacho afluente do Rio Curimataú. Lugar em S. Miguel. Antigo nome da cidade da Macaíba. Serra em Jaçanã. De *qui-eté*, vasilha verdadeira, câbaz, cuia. *Crescentia cuyete* (TS). A grafia do Séc. XVIII fixava a pronúncia: CUHITÊ. Município na Paraíba.

COITÉZEIRAS: — Antigo nome do município de Pedro Velho: Vila de Coitézeiras (1890): Vila Nova de Coitézeiras (1902). De *Coité*, e o sufixo *eira*. Plantio, sítio de coités. Coitézal.

CONAPUTU-MIRIM: — Ver PORTO-MIRIM.

CORICAÚ: — Grafia de *Curicaca* em 1717. De *curica-ú*, onde as curicas comem ou bebem, onde vivem. Psitácidas. Data-321, Ribeira do Agu, 1733, *riacho da Coriquaca*.

CORINGA: — Serra em Macaíba. Timoneiro de barcaças de navegação costeira.

CORNICHAUÁ: — Riacho tributário do Rio Seridó em Parelhas. De *cekisauá*, o espichamento, ato de espichar, alusão à preparação das peças de caça, secamento de couros e peles às margens e na região do riacho.

COROATÁ: — Lugar no Patu. De *carauá-tã*, o carauá, caroá, caraguatá rijo, duro, resistente. *Bromelia karatas*, Linn. Cruatá, Caruatá, Croatá, Gravatá.

CAROBA: — Rio no Apodi. De *caá-rob*, planta, fôlha amarga. Caroba vulgar, *Jacarandá procera*, *Jacaranda brasiliiana*, Pers.

COTIA: — Povoado e lagoa em João Câmara. Lagoa no Ceará-Mirim. De *a-coti*, o indivíduo que se assenta, alusão ao hábito do animal sentar-se para comer. Desiprocta (TS). Data-596, *entre as praias da COTIA, Caiçara, Carnaúbas, correndo o rumo do mar*.

COUTO: — Serra e lugar no Apodi. Data-291, em 1732, *Riacho e Serra do COUTTO*. Também COITO, mais vulgar. Não é nome próprio mas refere-se à região de homizio, asilo, refúgio dos escravos fugidos, ocultos em acampamentos e aldeias improvisadas, *acoitados*, defendidos pela distância e solidão.

CRECA: — Riacho e local em Augusto Severo. Contração de *careca*. Já empregado como topônimo na primeira metade do Séc. XVIII.

CROAS: — “Fazenda das CROAS” em 1764. Contração de *Coroas*. Augusto Severo.

CRUXATU: — Lugar em Angicos. Denomina local em Quixeramobim, Ceará, zona de pastorícia. Não é vocábulo tupi.

CRUZETA: — Município desmembrado do Acari em 1953. Era na antiga fazenda “Remédios” onde *cruzavam* os Rios Salgado, Quimporó e o Riacho do Meio, formando o Rio São José, barrado em açude, 1928.

CUANDU: — Lugar em Currais Novos e Nova Cruz. É o ouriço-cacheiro, porco-espinho, *Coendu villosus*. De *quã-adu*, ligeiro e rumoroso (L.F.R. Clerot).

CUCURAI: — Olho-d’água e lugar em Augusto Severo. De *cuca-rá-i*, água da coruja pintada ou pintalgada. É o caboré *Glaucidium brasi-*

lianum, GM. O Sargento-Mor João do Vale Bezerra, em 1750, informava havê-lo encontrado.

CUCUÊ: — Nascente em Florânia. Do cariri, significando “ólho-d’água salgado”.

CUMARIM: — Lagoa em Canguaretama. De *cu-mbori*, o que excita a língua. Um dos nomes tupis da pimenta (TS). Cumari, *Capsicum frutescens*.

CUMARU: — Riacho no Patu. Lugar em Portalegre. Mesmo significado de cumarim ou cumari. *Dipteriz adotata*, Willd, que tem sementes de cheiro suavíssimo, empregadas para perfumar o tabaco torrado (TS).

CUMBE: — Lagoa no Açu. Lugar em Ceará-Mirim. Serrote e riacho em Caraúbas. Serrote no Martins. Africanismo. Povoações com êsse nome em Angola, uma em Ambrizete, no Zaire, e outra em São Salvador do Congo. Diz-se *Cumbi*. Em janeiro de 1754 o Coronel Bento Fernandes Lima recebia terras no CUMBE, cabeceiras do Apodi.

CUNHÃ: — Lugar em Caicó. Barra das Cunhãs em Mossoró. De *cu-nhã*, a língua que corre, a linguaruda. A mulher, a fêmea dos animais (TS).

CUNHÃ-ARI: — Riacho nascendo da lagoa Tapará deságua no Rio Jundiá, em Macaíba. De *cunhã-ari*, o coqueiral, o palmar das mulheres: *Astrocaryum ayri*.

CUNHAÚ: — Nome do Rio Curimataú atravessando Canguaretama. Lagoa em Pedro Velho. Barra do Cunhaú, povoação na foz atlântica. De *cunhã-u*, bebedouro, aguada das mulheres. Povoação em Canguaretama, tornada histórica pelo sacrifício de moradores às mãos dos jan-
duís, chefiados pelo delegado holandês Jacob Rabi, em 16 de julho de 1645, massacrados dentro da igreja por ocasião da missa dominical, celebrada pelo Padre André do Soveral, também assassinado, aos 73 anos.

CUÓ: — Serra em Augusto Severo, à vista da sede municipal. De *cuá*, o meio, a metade da distância, o meio entre os extremos, ou de *cu-ab*, corpo partido, dividido. A serra de Cuó é separada por um boqueirão, dando-lhe aspecto típico. A região era povoada pelos cariris.

CUPIM: — Lagoa em Angicos. De *copii*, o termita, a formiga branca (TS).

CURICACA: — Serra em Sant'Ana do Matos e Florânia. Voz onomatopaica da ave dêsse nome. Casta de Ibis, *Geronticus albicollis*. Ver **CORICAÛ**.

CURIMATAÛ: — Rio que atravessa os municípios de Nova Cruz, Pedro Velho e Canguaretama, desaguando no mar na Barra do Cunhaú. De *corimatã-u*, o rio das curimatãs. Virá curimatã de *quiri-mbatã*, o peixe tenro, delicado, fino (CM). *Prochilodus reticulatus*, Rio CRUMATAÛ. O peixe é denominado Corimbatá, Coromatá, Corumbatá, Crumatá, Crumatã, Soguá.

CURU: — Lugar em Jardim do Seridó. De *curu*, pedras pequenas, cascalho, pedregulho.

CURURU: — Rio e povoação em Nísia Floresta, atualmente CAMPO DE SANT'ANA. Lugar em Lajes. De *cururô*, o roncador, sapo grande, *Pipa cururu* (TS). Uma "data" de 5 de março de 1604, regista o primitivo nome, **CORURUOSU**, cururu-açu, o cururu-grande.

DENDÊ: — Lugar no Ceará-Mirim e Arez. É a palmeira *Elaeis guineensis*, Jacq, trazida do Congo. Fornece o azeite de dendê, azeite de cheiro, azeite de palma, para frituras. Em Angola e Guiné sempre ouvi dizer *dendém*. Outro topônimo conhecido é **DENDÊZEIRO**, árvore dos dendês.

DORNA: — Serra em Currais Novos, ramificação da Borborema. É uma grande vasilha de madeira, com aduelas, sem tampa, destinada à pisa das uvas ou ao transporte delas para o lagar. Tem o diâmetro da bôca maior que o da base (Portugal). O formato da serra sugeriu a imagem à imaginação de algum português. Lugar em Macaíba.

DOUTOR: — Ver **SERRA DO DOUTOR**.

EMA: — Lagoa em S. Antônio, Areia Branca e Serra Negra. Riacho no Apodi. TS não crê que seja tupi. *Rhea americana*, o avestruz brasileiro, chamado pelos indígenas *Nhandu*, *Nhanduí* e *Nhanduaçu*. No brasão holandês do Rio Grande do Norte (1639), figurava a Ema. **TOCAIA DA EMA**, em Mossoró. Cocó da Ema, lugar no Açu. Município de Emas, na Paraíba.

EMBURANA, UMBURANA: — Ver **IMBURANA**. O tupi *i-mb-u*, dará, evidentemente, **IMBU**, e não **EMBU** ou **UMBU**.

ESTIVA: — Povoação em Ceará-Mirim e Arez. Refere-se ao revestimento de paus, palmas, galhos com folhagem, etc., nos atoleiros e trechos arenosos, facilitando o trânsito.

EXU: — Serrote-divisa de Jardim do Seridó com o Estado da Paraíba. Lagoa e riacho em Pau dos Ferros e Apodi. Serrote em Portalegre. De *eich* ou *eira-chu*, abelha negra, fazendo um ninho rugoso, áspero. ENXU, INXU (TS). A espécie menor é o INXUI, *Nectarina lecheguana*, Latr. Batista Caetano faz provir *eichu* de *ei-hub*, busca mel ou pai das abelhas, abelha-mestra, espécie de abelhas negras. Nome dado igualmente à constelação das Plêiades ou Setestrela, *iací-tatá-eixu-iaba*, as estrelas chamadas abelhas. Nenhuma referência ao orixá sudanes Exu. Município em Pernambuco.

FLAMENGO: — Ponta e Praia do Flamengo, entre Ponta Negra e Pirangi do Norte, município do Natal, um dos possíveis pontos onde os holandeses desembarcaram em dezembro de 1633. *Pôrto do Flamengo*, no riacho Cunha-Ari no Uruaçu, Macaíba, localizando o massacre de outubro de 1645. *Morro do Flamengo*, ou Cabaru, ao lado do canal do Tibau, desaguadouro da Lagoa de Guaraíras no mar. *Ilha do Flamengo*, na mesma lagoa, em Arez, onde havia uma Casa-Forte holandesa, local de furiosas batalhas em janeiro de 1647 e agosto de 1651. *Flamengo* era sinônimo, errado e vulgar, de *holandês* no Séc. XVII. Município no Ceará.

GANGORRA: — Serrote e lugar no Apodi. Rio, em Pau dos Ferros. Lugar, manadouro, córrego e povoação em Areia Branca. Lugar em Martins e Macau. Lagoa em S. Antônio. Armadilha para animais grandes. Conhecido divertimento infantil, *João Galamastro*, e em Portugal, *Arre-Burrinho*. Em Areia Branca e Mossoró, lugar GAN-GORRINHA.

GARAPA: — Lagoa e lugar no Apodi. Data-475, de Manoel Ramalho, "o sítio da *Garapa* à margem da alagoa do Apodi". De *guarapa* de *guarab*, o revolvido, remexido; é a bebida adoçada com mel ou açúcar para refresco; designa mais especialmente o caldo de cana (TS). O vocábulo é de uso comum na África portuguesa, desde o Séc. XIX.

GARATUÍ: — Rio em Goianinha, desaguando na praia da Pipa. De *guira-tu-i*, o passarinho de bico pequeno. É um psitácida, também denominado *Tuí* ou *Tuím*.

GARATUBA: — Rio em Canguaretama. De *guirá-tiba*, as garças em abundância, o sítio das garças. O mesmo que GARATIBA e GUARATUBA.

GENIPAPO: — E derivados, ver JENIPAPO.

GERVÁSIO: — Lugar em S. José de Mipibu, assinalado com uma cruz de madeira, com antiga devoção popular, no caminho para Camorupim. Marca o local do assassinato de Gervásio Guilherme Martins, muito estimado pela população, em 2 de maio de 1863.

GIRAU: — Lugar em S. Antônio. De *i-rau*, suspenso da água ou da umidade. Construção sobre forquilhas para evitar os efeitos d'água ou da umidade. Estrado feito de varas (TS). Prateleira popular no sertão.

GITÓ: — Lugar em Canguaretama. De *ieti-ó*, a enterrada, a fincada, a batata, *Guarea tuberculata*, Vell. "Calcanhar de Cotia", planta drástica. Jitó.

GOIANINHA: — Município, 1832. De *guai-ana*, abundância de carangueijos, e o sufixo diminutivo português *inha*; a Pequena Goiana, distinguindo-a da Goiana Grande, de Pernambuco. Denominava antigo distrito no Ceará, no município de Missão Velha. Localidades em Pernambuco.

GRAMACIÓ: — Rio afluente do Catu, banhando Vila-Flor. De *ig-amam-coó*, rio do cerco da caça, onde a caça é cercada, assediada. Alt. IGRAMANCIO.

GRAMARÉ: — É o mesmo Rio da Redinha (distrito do Natal), Rio Doce, despejo da Lagoa de Estremoz no mar, diante da cidade do Natal. De *guami-ré*, o sabor das provisões, o gosto dos mantimentos; lugar onde se come a matalotagem, valendo o mesmo que *CUCAÛ*. GUAMARÉ, GUAMORE, ÁGUA-MARÉ. Ver GUAMARÉ.

GRARAMIME: — Primitivo nome do Rio Pitimbu. De *guará-mã-me*, no bando dos guarás. Ibidídeos.

GRAVATÁ: — Lagoa em Ceará-Mirim. De *carauá-tã*, o caruá rijo, duro (TS). De *carauá-tá*, com significação idêntica. *Bromelia fastosa*, Ldll. Topônimo vulgar por todo o Nordeste.

GROAÍRAS: — Grande lagoa entre Goianinha e Arez. De *guaraaíra*, o indivíduo riscado ou lanhado (TS). Algum bagre desconhecido. GROARAÍRAS, GUIRAÍRAS, GOAÍRAS. No Ceará há o município

de GROAÍRAS. De *guira-ira*, mel de pássaro ou de que os pássaros gostam, segundo Paulino Nogueira.

GROSSOS: — Distrito de Areia Branca em 1911. Supresso e apenas restabelecido em 1938. Município em 1953. É uma ilha no Rio Mosoró. Serra dos Grossos na Ribeira do Trairi (1787). Lugar em Santa Cruz, S. Antônio, Acari e S. José de Mipibu. Origina-se de um capim grosso, capim-açu, *Pas palum*, abundante na ilha.

GUABIRABA: — Lugar em Tingujada, Macaíba, Augusto Severo, Açu e Ceará-Mirim. De *guabi-rob*, a comida amarga; *Eugenia* sp. Mirtáceas. Guaviroba, guabirova, guamiroba, guabiroba, Data-78, 1706: — “Sítio da Tingujada: uma légua de largo começando da Pabuna, que entra no rio do Potengi, até o *pôrto da Guabiraba* que se mete no Rio Jundiá...”

GUAIMICOARA: — Espaço entre morros ao sul da cidade do Natal, cuja transparência anuncia chuva ou bom tempo. O nome tupi desapareceu no uso vulgar e persiste a exata tradução portuguesa: **BURACO DA VELHA**.

GUAJIRU: — “São Miguel de Guajiru”, aldeia dos jesuítas, de fins do séc. XVII a 1760 quando se tornou a VILA DE ESTREMOZ. Município até 1858. *Chrysobalanus iacco*, Lin. De *gua-iari*, o que tem cachos ou frutos em penca. (TS). Ajuru, ariu, aberu, guajuru, fruta rústica e vulgar.

GUAJU: — Rio-limite-sul do Rio Grande do Norte com a Paraíba. Tradução controvertida. *Guaiú*, supino de *ur*, a vinda, a chegada, a irrupção ou invasão, designando as formigas de passagem ou de correição (TS). *Guaiá-u*, rio dos caraguejos, ou *goagi-u*, rio da cabra montez ou do veado (CM). *Iguaá-iú*, na enseada do rio-de-beber. Grafias antigas, GUAICÍ, GOACÍ, GOAJII, GOAJEI.

GUAMARÉ: — Povoação de Macau. Município em 1963. Possível alteração prosodial de AGUA-MARÉ, com intercorrências do tupi GRAMARÉ, GRAMORÉ. Ver GUAMARÉ na segunda parte. *Guamaré* no LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL, 1612. Ver GRAMARÉ.

GUANABARA: — Lugar no vale do Ceará-Mirim e em S. Tomé. De *goanã-pará*, o lagamar (TS). Gôlfo, baía, enseada.

GUANDUBA: — Povoação em S. Paulo do Potengi. Tradução confusa. Virá de *endib-ai*, acende muito, madeira para lume que os espanhóis denominavam *espinillo*. Alt. Ianduba, Janduba. De *guandu*,

leguminosa, *Cajanus flavens*, de origem africana, o feijão guandu (Rodolfo Garcia), e *uba*, árvore, madeira. De *coandu* ou *guandu*, roedor coendídio, e *iba* ou *uba*, madeira, árvore dos coandus ou guandus.

GUAPORÉ: — Lugar no vale do Ceará-Mirim. Nome de um rio no Mato-Grosso, afluente do Mamoré, habitado pelos indígenas *Guaraporés*, que lhe deram a denominação.

GUARACI: — Serrote no Apodi. De *guara-ci*, a mãe dos viventes, o criador da gente, o Sol (TS). Mãe dêste dia (Stradelli).

GUARAHUG: — Um nome do Rio Piranhas ou Rio Açu segundo Diogo de Campos, (1612). De *guará-u*, rio dos guarás, ou *guirá-u*, rio dos pássaros.

GUARAMIRANGA: — Lugar no vale do Ceará-Mirim. De *guará-miranga*, a garça vermelha, *Ibis rubra*. Município no Ceará.

GUARAPES: — Lugar em Macaíba, povoação à margem do Potengi. Em 1706 era *sítio* pertencente ao Ordinando Antônio Álvarez de Souza. de *guará-pe*, o caminho dos guarás.

GUARARAPES: — Lugar em Ceará-Mirim. De *guarará-pe*, nos tambores. É a tradução de Frei Rafael de Jesus (CASTRIOTO LUSITANO, Lisboa, 1679): "Guararapes na língua do gentio, é a mesma que estrondo ou estrépido, que causão os instrumentos de golpe, como sino, tambôr, atabale e outros; e o rumor que fazem as agoas pelas roturas, e concavidades deles (montes) lhes deu o nome de GUARARAPES."

GUARATAMÁ: — Antiga denominação do Rio Guaju. De *guaratamá*, comer ostras.

GUARIBA: — Lugar em Goianinha. De *guar-aiba*, o indivíduo feio. É o macaco Alonata, desajeitado, canhestro, trapalhão e horrendo.

GUAXINIM: — Rio em Touros. Lagoa no Apodi. De *guá-xinin*, o que rosna, o rosnador, alusão ao hábito de êste animal rosnar quando se lhe toca na cauda. *Galictis vitata* (TS).

GULANDI: — Rio em Canguaretama. De *gua-nhandi*, o que é grudento. É a árvore *Calophyllum brasiliensis*, St. Hil. O mesmo Bulandim, Gulandi, Gulandim.

GURJAÚ: — Lagoa em Santa Cruz. De *guaru-ia-i*, o rio do viveiro dos sapos, onde se criam sapos (AC).

GURUPÁ: — Lugar em Angicos. De *corupá*, o sítio do plantio, o lugar das plantações.

IANDU: — Lugar no Açú. De *iandu*, *nhandu*, a aranha.

IAPUÁ: — Lagoa no Apodi. De *iapoi*, água empoçada, pântano, lameiro. Igapó.

IBIAPABA: — Lugar em Augusto Severo. De *ibiã-paba*, a estância da terra alta, ou da chapada, o escarpado ou alcantilado (TS).

ICÓ: — Lugar em S. Tomé. Serra no Apodi. Tribo cariri denominadora do município no Ceará. De *i-çó*, água ou rio da roça (Paulino Nogueira). De *iacó*, enfeitar-se. De *EICÓ*, descanso (Tomás Pompeu Sobrinho). Talvez pela abundância da planta "*Capparis ico*", Mart. Eichl, Icôzeiro, habitual nas catingas. Os ICÓS e ICÔZINHOS tiveram ativa participação durante a Guerra dos Cariris, nos finais do Séc. XVII no Rio Grande do Norte, notadamente na região do Apodi e Portalegre. Data-711, Ribeira do Apodi, 1757, *Serra do Icó*.

ICU: — Lugar no Açú. De *i-acu*, água quente. Data-463, Ribeira do Açú, *alagoa do Icu*.

IGAPÓ: — Povoado à margem esquerda do Potengi. Pertencia ao município de S. Gonçalo, passando para o de Natal em 1938. *ALDEIA VELHA*, onde residiam os chefes potiguares quando os portugueses chegaram para a ocupação colonizadora. De *ig-apó*: água que invade, enchente, alagado. Distrito de Natal.

IGARAPÉ: — Lugar em Ceará-Mirim e Caraúbas. De *igara-apé*, o caminho da canoa, o canal, o furo ou braço de rio, o esteiro (TS).

IGUATU: — Lugar em São Tomé. De *ig-catu*, água boa, potável, própria para beber (TS).

IMBÉ: — Lugar em Luís Gomes. De *i-mbé*, a planta rasteira, trepadeira, *Philodendron*. O conhecido cipó.

IMBOACICA: — O mesmo que o português BOA-CICA. Em 19 de setembro de 1782 o Alferes João José Machado recebia três léguas de comprimento por uma de largo na lagoa de IMBOACICA, testada do sítio do porto de Touros. Ver BOACICA.

IMBU: — Riacho em Currais Novos e Acari. Vulgar. De *i-mb-u*, árvore que dá de beber; alusão aos tubérculos grandes dessa planta, *Spondias tuberosa*, que nas raízes, segregam água e matam a sede aos

viajantes do sertão em tempo de sêca. Alt. Umbu, Ombu, Ambu (TS). Aconselhável a grafia *IMBU*, *IMBURANA*, *IMBUZEIRO*.

IMBUAÇUAPE: — “Entre Muriú e Maxaranguape”, 1737. Escrevia-se *em buassu apé*, por *amboã-açu-ape*, no caminho dos imbuás grandes. Miriápodes Julídeos e Polidesmídeos. Ambuá, Emboá, Imbuá, Gongolô. Ver MUÇUAPE.

IMBURANA: — Serra em Currais Novos. Topônimo popular. É a árvore *Bursera leptophylocos*, Engl. De *imburana*, parecido, semelhante ao imbu, o falso imbu.

IMUNA: — Povoação em Nísia Floresta. De *âmu-una*, o aliado negro, o parente, o associado negro.

INGÁ: — Serra e povoação no Acari. Povoação no Patu, São Tomé e Pedro Velho. Muito popular. De *i-gá*, o que é embebido ou úmido, alusão à polpa da fruta (TS). Reúne um gênero, o INGÁ, nas espécies de Leguminosas Mimosóideas, *INGAZEIRA*, denomina muitos lugares, serras e riachos. Município na Paraíba.

INHANDU: — Povoado, riacho e serrote em Taipu. De *nhandu*, a Ema, *Rhœa americana*; ou *iandu*, a aranha, dependendo da pronúncia.

INHARÉ: — Rio e região em Santa Cruz, nascendo no município e desaguardo no Trairi. De *i-nhã-ré*, tendência para água, o que vai para água. É uma árvore, *Poucouma mollis*. Santa Cruz do Inharé foi o antigo nome da sede municipal quando povoação. Em 20 de maio de 1741, João Moreira da Cunha recebia terras “num riacho que deságua no rio de Inharé, Ribeira do Trairi”.

INXUÍ: — Lugar em Augusto Severo. De *eixu-i*, a pequena abelha branca. Em abril de 1781, D. Francisca Josefa de Oliveira era “senhora e possuidora de hum sitio de criar gado xamado INXUHI na Ribeira do Panema”.

IPANGUAÇU: — Município, 1948, desmembrado de Sant’Ana do Matos onde constituía o Distrito de “Sacramento”. De *ipã-guaçu*, ilha grande, nome de um pajé e guerreiro potiguar que decisivamente auxiliou a fixação colonizadora dos portugueses no Potengi, possibilitando as pazes e subsequente fundação da cidade do Natal em 1599.

IPIRANGA: — Lugar em Florânia, Angicos, Augusto Severo, Pau dos Ferros, distrito em S. José de Campestre. De *i-piranga*, água vermelha, rio vermelho.

IPUEIRA: — Rio em Jardim do Seridó e Angicos. Povoação em Alexandria. Município desmembrado de S. João do Sabugi em 1963. Híbridismo de *iapó*, igapó, e o sufixo português *eira*. É a pequena represa natural, banhado, água estagnada, alagadiça. Município de Ipueiras no Ceará.

IRACEMA: — Lugar em Pau dos Ferros. De *ira-cema*, a saída das abelhas, o enxame (TS). Município no Ceará.

IRAPOÁ: — Lugar e riacho em Luís Gomes. De *ira-poá*, mel redondo, abelhas que fazem o ninho arredondado. O mesmo que Arapué.

IRAPURU: — Ver UIRAPURU, grafia certa. IRAPURU seria *mel enfeitado*, perfeito contra-senso, quando o vocábulo refere-se a *UÍRA*, pássaro, e não a *IRA*, mel.

IRIMUÁ: — Lugar em Goianinha e Arez, dito comumente *Limoal*. De *irumo-guaba*, a comida junto, a vida em companhia, a convivência, a sociedade, a companhia, o grêmio (TS). Irumoguá, Irunamoguá. *URUMOÁ* era a aldeia do chefe indígena Jacumaúba ou Jacumaúma em 1605.

ITABAIANA: — Lugar no Taipu. Em dezembro de 1745 mencionava-se um ôlho-d'água de *TABAIANA* na Ribeira do Seridó, pertencente a Henrique Nicolau Mendes da Cruz. De *taba-anga*, morada das almas, o cemitério. A cidade de Itabaiana, da Paraíba, está situada próxima a uma necrópole indígena (Coriolano de Medeiros). De *itá-wayana*, rio das pedras (Tastevin). De *tobay-yana*, inimigo fronteiro. A serra de Itabaiana, com êsse nome atual, é a mesma de outrora, chamada *TOBAYANA*, porque nela se refugiaram os "inimigos", ou "tapuyas", rechaçados do litoral sergipano (Teodoro Sampaio). *Taba-y-ana*, aldeia pequena dos coligados, aparentados (L.F.R. Clerot).

ITACOATIARA: — Nome indígena da Ponta da Pipa no litoral de Goianinha. De *itacoatiá-iara*, o lugar da pedra pintada. Pedra de letreiro, com desenhos rupestres.

ITAMARATI: — Lugar em Angicos. De *itá-marã-ti*, a torrente por entre pedras sôltas. Pode também provir de *itá-moroti*, pedras alvíssimas (TS).

ITAPAÇAROCA: — Povoado no Ceará-Mirim. De *itapé-coroca*, lajedo desmoronado, lajedo desfeito (TS). *TAPASSAROCA* em 1810. Em 1817 era propriedade do Padre João Damasceno Xavier Carneiro, um dos mentores da Revolução Republicana.

ITAPACURÁ: — Documento de junho de 1822, referente a Vila Flor, cita a "lagoa de Itapacurá, dos Veados ou Tacima". De *itá-apé-curá*, no empedrado da agressão, no vau do insulto, recordando alguma querela indígena. Escreve-se, noutros documentos. *TAPACURÁ*, nome que se conservou. Ver *TAPACURÁ*.

ITARETAMA: — Denominação dada em 1943 ao município de Lajes, restituído o antigo nome em 1953. De *ita-retama*, região de pedras, de lajes.

ITÃS: — Lugar em Augusto Severo. Lagoa e riacho no Açú. Local nos arredores da cidade do Caicó onde foi construído (1932-1935) um açude represando o rio Barra Nova. De *itã*, concha grande, lacustre, (*Mytilus*). Alt. Intão. (TS). Também poderá originar-se de *ii-tã*, a rã forte, alusão ao coaxar do animal que imita o som do martelo na bigorna. É a rã de chifre, *Ceratophrys dorsatus*, Neuw. Alt. Itanha, Itania, Intanha (TS). Rã-ferreiro.

ITAÚ: — Município, 1953, desmembrado do Apodi. Grande lagoa local. De *itá-u*, pedra preta. Nome de um chefe dos Paiacus, indígenas tarairiús, aldeados na mesma paragem nos finais do Séc. XVII.

ITU: — Povoação no Açú e Ipanguaçu. De *i-tu*, a cachoeira, queda d'água, o salto das águas. Data-459, Ribeira do Açú, *Alagoa do IITU*.

JABURU: — Serrote e lagoa em Angicos. De *já-abiru*, o indivíduo repleto, de papo cheio. É o pássaro *Nycteria americana* (TS). Tapucajá, Jabiru.

JAÇANÃ: — Município, 1963, desmembrado de Coronel Ezequiel. Lugar no vale do Ceará-Mirim. De *ia-çá-nã*, o indivíduo que grita alto, o gritador. É a ave aquática *Parra jaçana* (TS).

JACARACI: — Lagoa em São José de Mipibu. O mesmo que *JACARACICA*.

JACARACICA: — Lugar em Santa Cruz e Nísia Floresta. Rio em Goianinha. Data-137, em 1711, *Serra da Jacaracica*, na Ribeira do Trairi. De *iacaré-icica*, a baba do jacaré (TS).

JACARÁ-MIRIM: — Lagoa em São Paulo do Potengi. De *iacaré-mirim*, jacaré-pequeno. Data-866, 1792, *Rio JACARAMIRIM*.

JACARANDÁ: — Lugar em Caraúbas. De *i-acã-rantá*, o de âmagô ou cerne rijo. Árvore de madeira negra, preciosa, incorruptível. Coração de Negro.

JAVARI: — Lugar em Luís Gomes. De *iauí-r-i*, o rio da onça (TS).

JATOBÁ: — Serrote em Serra Negra do Norte e Pau dos Ferros. Lugar em Augusto Severo, S. Antônio e Angicos. Data-285, 1731, ôlho-d'água do JATOBÁ. Data-315, 1733, *poço do JATOBÁ na Ribeira do Apodi*. De *iat-ibá*, o fruto do *iataí*. *Iat-ibá* é contrato de *ia-tai-ibá* (TS). *Hymenaea courbaril*, Linn. De sua resina, *Jutaicica*, os indígenas envernizavam a louça. Fruto comestível, em polpa esfarinhada e doce. É o Jataí do Sul.

JENIPABU: — Praia e povoação em Ceará-Mirim. De *jenipab-u*, — comer jenipapo, onde se come jenipapo.

JENIPAPEIRO: — Povoação em Portalegre. Lagoa no Açú. Árvore de jenipapos.

JENIPAPO: — Lagoa em Ceará-Mirim e Mossoró. De *iandi-ipab*, fruto das extremidades que dá suco. De *iandi*, suco, óleo, o que reçuma, e *ipab*, *ibá-pab*, fruto da ponta, do extremo, alusão aos frutos do jenipapeiro serem tantos quantos as extremidades de seus galhos (TS). *Genipa americana*, Linn. Com o sumo os indígenas pintavam o corpo, *ornamentando-se* e defendendo-se dos insetos.

JIA: — Serrote no Apodi. De *jíi*, a rã grande, de côr escura. (TS).

JICURI: — Ver JUCURI.

JIQUEI: — Rio, lagoa, povoação no município de Natal. Rio em Canguaretama. Rio de Touros, contornando a sede municipal. De *i-iké-i*, aquele em que se entra, armadilha para peixe, covo, nassa. Alt. GEQUI, JUQUI, JEQUI. (TS).

JIRIMUM: — Lagoa no Açú. Lugar em S. José de Mipibu. De *juru-m-un*, pescoço escuro. Variedade de abóboras grandes. *Cucurbita maxima*, D. (TS). Designava as abóboras nativas, diferenciando-as das trazidas pelos portugueses. Registo a prosódia popular e normal.

JIRITANA: — Riacho em Apodi e Portalegre. De *ieti-rana*, a batata falsa, o que semelha a batata (TS). É a convulácea *Argeyeia alagoana*. GETIRANA é a pronúncia letrada.

JUÁ: — Riacho em Caicó. De *a-iú-á*, fruta colhida do espinho. (Ziziphus, J). (TS).

JUAZEIRO: — Topônimo vulgar. De *juá* e o sufixo português *eiro*, árvore dos juás.

JUBA: — Lugar em S. José de Mipibu, “Logradouro do Juba”. Nome do proprietário em 1834, João Patrício da Silva Juba, deputado provincial.

JUCÁ: — Lugar em Santo Antônio. De *iucá*, verbo *matar*. Era com essa madeira que os indígenas fabricavam os tacapes de guerra, bastões de combate. *Ceasalpinia ferrea*. É *madeira que cupim não rói*, preferida pelos desordeiros e valentões, Renato Braga informa: “A entrecasca, posta em infusão, serve para tôda qualidade de contusões e feridas, bem assim para combater a tosse crônica e a asma.” Município de JUCÁS, no Ceará. Data-647, Ribeira do Potengi, *ólho-d’água do JUCÁ que despeja no Potengi*.

JUCURI: — Lugar em Florânia e Mossoró. Lagoa em Santo Antônio. De *iucuri*, salmoura, água saturada de sal. Os indígenas não usavam, praticamente, o sal marinho e sim a lixívia de plantas, especialmente as Mimosáceas, com que obtinham uma espécie de sal. Daí chamarem ao sal *juqueri*, de *iu-quer-i*, o espinho propenso a dormir, como traduziu Teodoro Sampaio. JICURI, em Currais Novos. Juqueri em São Paulo.

JUCURUTÁ: — Lagoa em Canguaretama. Voz onomatopaica da coruja *Strix clamator*. Poderá ser corrupção de JACURUTÁ, que é uma Penélope.

JUCURUTU: — Município, 1935, desmembrado do Caicó. Voz onomatopaica de uma coruja, *Bubo megallanicus*, existente no local, denominando o riacho da antiga propriedade circunvizinha. Havia um bailado popular com êsse nome.

JUNDIÁ: — Povoação em Goianinha. Topônimo vulgar. De *iu-ndi-á*, a cabeça armada de barbatanas. Peixe d’água doce, *Platystoma spatula* (TS).

JUNDIAÍ: — Rio afluente do Potengi, embora mais volumoso. Banha a cidade da Macaíba, reúne-se ao Potengi em Três-Bôcas, desaguando no Atlântico em Natal. De *iu-ndi-á-i*, o rio dos jundiás.

JUREMA: — Serra no Martins. Lugar em Augusto Severo. JUREMAL, JUREMINHA, topônimos vulgares. De *iu-r-ema*, o espinho suculento, árvore espinhenta do sertão, da qual o gentio extraía um suco capaz de dar sono e êxtase a quem o ingeria. *Acacia jurema*, Mart. (TS).

JURUMENHA: — Lugar em Caraúbas. É vila do concelho de Alandroal, Évora, Alentejo, Portugal, originando o topônimo. Von Martius,

JACARAÚ: — Lagoa e povoação em S. Paulo do Potengi. De *iacaré-u*, onde os jacarés comem, comedouro do jacaré, onde vivem. Município na Paraíba.

JACARÉ: — Povoação e praia marítima em João Câmara. Data-222. "Entre o Potigi e o Trairi, em um riacho chamado JACARÉ". De *ia-caré*, aquêle que é torto, sinuoso. *Crocodilus scrolops* (TS).

JACAÚNA: — Lugar em Caraúbas. De *iacu-una*, o jacu preto. Nome de um chefe potiguar na primeira metade do Séc. XVII. Diziam-no irmão de Felipe Camarão.

JACOCA: — Povoação no Ceará-Mirim. De *iacu-oca*, casa ou morada dos jacus.

JACU: — Rio em S. Antônio, Arez e Goianinha. Povoação no Martins. De *iacu*, esperto, cuidadoso, desconfiado. Ave no gênero Penélope. Batista Caetano diz significar *o que come grãos, i-a-cu* (TS). A grafia antiga (1603, era mais fiel: — *Jacuhu*, água ou rio dos jacus. Popular topônimo no diminutivo, JACUZINHO em Goianinha. JACU-MIRIM, rio e povoação em Santo Antônio. Data-104, 1705, *Ribeira do JACU*. Data-788, 1779, *Olho-d'água do JACU*, na Ribeira do Apodi.

JACUMÃ: — Povoação e praia em Ceará-Mirim. Lugar em Angicos. De *iacumã*, timão, leme, pôpa, por analogia, piloto, proeiro da jangada. Data-925, 1804, o *sítio JACUMAN*.

JACU-MIRIM: — Riacho em Santo Antônio, De *iacu-mirim*, o jacu pequeno.

JACURUTÃ: — Lagoa em Canguaretama. De *iacu-r-utã*, o jacu resistente, volumoso, apetecível. É um dos maiores Penélopes.

JAGUARARI: — Lugar no bairro do Alecrim na cidade do Natal. De *iauarar-i*, rio dos jaguares, rio das onças. Nome de um guerreiro potiguar do Séc. XVII, famoso pela sua fidelidade aos portugueses.

JAGUARIBE: — Camboa à margem esquerda do Rio Potengi, diante da cidade do Natal. De *iaguar-i-be*, no rio das onças (TS). O mesmo que Jaguarari.

JAMBEIRO: — Olho-d'água em S. José de Mipibu. Árvore do jambo, *Eugenia malaccensis*, Lin. Mirtácea, vinda da Índia.

JANDAÍRA: — Município, 1963, desmembrado de Lajes. Ilha em Areia Branca. Riacho em Caraúbas. Lugar no Patu e João Câmara. De *iandi-eira*, abelha de mel, a melífera. Alt. Jandira. Abelha de muito mel.

JANDUIÍS: — Município, 1963, desmembrado de Caraúbas. De *nhandu-i*, a Ema pequena, o corredor, o veloz. Os indígenas JANDUIÍS, da raça Tarairiú, tomaram essa denominação do nome do chefe, guerreiro poderoso, aliado aos holandeses, JANDUI, JANDUIM, JANDOVIVUS, JAN DU WY. A Ema seria o *totem* da tribo. No escudo holandês do Rio Grande do Norte, concedido em 1639 pelo Conde de Nassau, figura uma Ema, com o dístico *Velociter*, suficientemente esclarecedor. JANDOIM, povoação em Macau.

JANGADAS: — Riacho no Açú. “Canto das Jangadas”, lugar na cidade do Natal. Data-821, Ribeira do Açú, 1784, *riacho chamado DAS JANGADAS ou dos Porcos*. Do dravidiano *Janga, balsa, Xangga*, do tamil, tâmul, tímulo, divulgado pelos malaios. A jangada de maior porte dizia-se XANGADAN nas Índias Orientais, de onde os portugueses trouxeram o vocábulo para o Brasil. As jangadas indígenas denominavam-se PIPERI e IGAPÉBA.

JAPARANDIBA: — Lugar em Arez. De *iapara-t-iba*, madeira de arcos, porque com ela os indígenas faziam essas armas de guerra e caça. *Gustavia brasiliensis*, D. C. Japaranduba, Jandiparana.

JAPECANGA: — Povoação em Macaíba e S. José de Mipibu. De *iu-pe-canga*, a castanha seca de espinhos, a epiderme enxuta e espinhenta. É a salsaparrilha do Brasil (TS). *Smilax japicanga*, Griseb.

JAPI: — Município, 1958, desmembrado de São José de Campestre. Povoado em Canguaretama e Nova Cruz. De *ia-pu*, o barulhoso, o ruído, o que faz rumor. É o nome tupi do Xexéu, *Cacicus persicus*. Japim, João Conguinho, Guiratangeima.

JARACATIÁ: — “Terras de Jaracatiá, terras dos índios” (1806), Ceará-Mirim. Localizar-se-ia nos VEADOS. De *ia-ra-cati-á*, o que é de exalar (TS). O perfumoso. Nome indígena do mamão do mato, *Jaracatia dodeca phylla*, D.C.

JARAMATAIA: — Riacho no Apodi. Lugar e rio afluente do Ceará-Mirim em Lajes. Floresce na coroa dos rios sertanejos, dando fruto negro e comestível, preferido pelos caprinos e suínos. *Vitex gardneriana*. — Armindo Guaraná traduziu: — “jara por uara, o que come; mã, forma contracta de *mbaê*, cousa, objeto: taia, picante, ardente: o comedor de cousas, de alimentos picantes”. Tamanca. Tamanqueira.

JAÚ: — Lugar em Santana do Matos. De *ia-u*, aquele que devora. É o grande peixe fluvial do sul (*Platystoma*). O mesmo que Sorobim, Surubim (TS).

julgando-o tupi, traduziu-o como provindo de *jerumu-meeng*, dar, produzir jirimuns, abóbaras.

JURUPARI: — Olho-d'água, *poço do Jurupari* no Açu, sesmaria de 22 de janeiro de 1737, do Ten.-Cel Antônio da Rocha Bezerra. De *iuru-pari*, bôca fechada, segundo Teodoro Sampaio. Demônio do pesadelo, atormentador, conforme a doutrina dos missionários no séc. XVI, formalmente desmentida pela Etnografia contemporânea. Foi um reformador religioso, criador de "costumes novos", austeros e simples. O centro da dispersão do culto de Jurupari foi o Rio Negro, Amazonas.

JURUTI: — Lugar em Nova Cruz. De *iuru-ti*, o colo branco, o pescoço, a garganta branca. *Leptoptila rufaxila*. O povo diz certo, *JURUTI*, e não *JURITI*.

LIMA: — Ver SERRA DO LIMA.

LUANDA: — Primeiro nome da povoação de *BEIRADA* no município de Arez. Capital de Angola, na África Ocidental, Província Ultramarina de Portugal.

MACACAÚ: — Lugar em Canguaretama. De *macacu-u*, onde o macuco se alimenta, come; espécie de nambu, *Trachypelmus brasiliensis*. Não há alusão aos *macacos* e sim aos macucos, aves tinâmidas. Foi nome imposto porque na avifauna norte-rio-grandense não há macucos. *MACUCAÚ*.

MACACO: — Lugar em Mossoró, na cidade, hoje "Alto da Conceição", em Macaíba, Florânia, Apodi, Goianinha. Riacho em Pau dos Ferros. Riacho e boqueirão no Açu. Lagoa em Augusto Severo. Olho-d'água em Currais Novos. Discutem-se *MACACO* é africanismo ou voz sul-americana. Não encontrei *MACACO* em livro português do Séc. XVI, nem mesmo no admirável Gil Vicente nem nas Cartas Régias até finais do Séc. XVIII. Na Carta Régia de 11 de dezembro de 1756, lemos: — *BUGIOS, sagüins e tôda a casta de animais que se costumam transportar*. Invariavelmente *BUGIO* e não *MACACO*. Fôsse africanismo, os negros que eram multidão no Portugal daquele tempo, tê-lo-iam divulgado. Teodoro Sampaio informa que *MACACO* é *vocábulo tomado dos Galibis da Guyana*. O *simio*, na língua dêsses índios, é *MACACA*. Em Benguela e Cunene, Angola, há duas povoações denominadas *MACACA*. São regiões africanas de ativo intercâmbio brasileiro no tráfico da escravidão. O vocábulo seria transportado do Brasil. A substituição da vogal A pelo O impunha-se pelo característico da masculinização do

substantivo. Não conheço outros topônimos pela África do Atlântico. Ver *BUGIO*.

MACAÉ: — Lugar no Apodi. De *maca-é*, a macaba doce (TS). — *Acrocomia sclerocarpa*, Mart. Fruto da macaíba, macaibeira, a palmeira exótica, para nós do Rio Grande do Norte, denominadora de um município.

MACAIBA: — Município, 1877. Antiga *POVOAÇÃO DO COITÉ*. Tomou o nome em virtude de uma *MACAIBA* plantada no local. De *macá-iba*, árvore da macaba, Macaúba, Macaiúba, Bocaiúva, Côco-de-catarro, pela viscosidade da polpa comestível.

MACAMBIRA: — Topônimo vulgar. De *mã-cambira*, o mólho pungente, cheio de espinhos. *Bromelia laciniosa*, Mart. característica nas caatingas.

MACAPÁ: — Serrote em Martins. Lugar no Ceará-Mirim. De *macá-pa*, contração de *macá-paba*, a estância das macabas, o palmar das macabas (TS). Macaibal.

MACASSA: — Lugar em Nova Cruz e S. Antônio, Variedade de feijão originário de Macassar, nas antigas Índias Holandesas, Malásia. *Vigna sinensis*, Endl. Teria sido introduzido no Nordeste brasileiro durante o domínio flamengo. *MACASSÁ*.

MACAXEIRA: — Topônimo vulgar. De *mbai-caeira*, a cousa queimada. Os indígenas comiam as raízes preferencialmente assadas. *Manihot dulcis*, Pax. Aipim.

MACAU: — Município, 1847. Ilha de Macau, 1797. Do chinês *A-ma-ngao*, abrigo ou pôrto de *AMA*, a deusa dos navegantes, dando *Amacau* e *Macau*. Fernão Mendes Pinto escrevia *Amaquá*, em novembro de 1555. Província ultramarina de Portugal na China.

MANOEL GONÇALVES não foi deparado como sesmeiro. O mais antigo registo, data-148, menciona a *BARRA DE MANOEL GONÇALVES* em 1712. Trata-se de pilôto da costa, famoso na primeira metade do séc. XVII. Alexandre de Moura, falecido em Portugal depois de 1621, governando Pernambuco, 1603-1605, escreveu *Roteiro da jornada que fez com o piloto Manoel Gonçalves, desde Pernambuco até o Maranhão*, registado no *DESAGRAVOS DO BRASIL E GLORIAS DE PERNAMBUCO*, do beneditino dom Domingos de Loreto Couto, falecido depois de 1757, Alexandre de Moura, em novembro de 1615, expulsou definitivamente os franceses do Maranhão, e mandou ocupar a foz do Amazonas, fundando a povoação de N. Sr.^a de Belém, origem da capital paraense.

MACAÚBA: — Lugar em São Miguel. O mesmo que MACAÍBA.

MACEIÓ: — Povoação em Touros. De *maçai-ó*, o que aterra o alagadiço, banhado raso, provocado pelas marés ou chuvas. Lagoeiro. Escadouro.

MAMAMGUAPE: — Lugar onde o Rio Espinharas penetra o município de Serra Negra do Norte. De *mamã-gua-pe*, na bebida, no bebedouro. Município na Paraíba.

MANAIRAMA: — Nome que, de 1944 a 1948, usou o distrito de OURO BRANCO, município em 1953, então pertencente ao Jardim do Seridó. De *amandá-rama*, abundância de algodão, região algodoeira. Não mereceu repercussão popular.

MANDACARU: — Lagoa em S. Antônio. De *manda-caru*, o feixe ou molho pungente, cheio de espinhos (TS). “*Cereus jamacaru*”, P.DC.

MANDIOCA: — Serra em Caicó. De *mã-iba*, mandiba, a planta de entorpecer, referência ao ácido cianídrico das raízes. De *mani*, a entidade mística que criou, com o próprio corpo, o tubérculo, e *oca*, casa, *Manihot utilissima*, Pohl.

MANDU: — Nome de duas lagoas em S. Antônio. Informa Teodoro Sampaio: — “Modo incorreto de pronunciar *Manuel*, entre os índios catecúmenos. Era o nome de uma espécie de fantasma que, nas mascaradas das aldeias, se apresentava envolvido em palha, como peixe de fôlhas secas. *Mand-u*, o feixe que vem, ou anda. Designa, também, uma ave pequena, impassível, da família das *Bucconinae*, chamada “Mandu-Tolo”.

MANGABEIRA: — Povoação em Macaíba e Arez. Árvore da mangaba, *Hanconia speciosa*. Mangaba vem de *mongab*, o visgo, pegajoso, viscoso.

MANGANGÁ: — Lugar em Santa Cruz. De *mang-ã-caba*, contrato de *mang-ã-cá* que significa — a vespa do giro alto (*mang-ã*), o vespão. Mangangaba (TS).

MANGUARI: — Lugar e lagoa em Ceará-Mirim. De *mbaguari*, o tardo, o vagaroso, o que anda pausado. É nome genérico de cegonhas e garças em tupi (TS). Jaburu-moleque, Cegonha, Maguari.

MANIÇOBA: — Lugar em Augusto Severo, Patu, Serra Negra do Norte e Santo Antônio. Rio em Currais Novos. Serra em Lajes e Martins. De *manioc-oba*, semelhante, parecido com a mandioca. Eufor-

biáceas do gênero “Manihot”, *Manihot glaziovii*, Mull, fornecendo borra-cha e constituindo indústria tradicional nordestina. MANIÇOBAL, rio no Açu, também conhecido por PAULISTA.

MANINBU: — Camboa no Rio Potengi, diante da cidade do Natal. Lugar no vale do Ceará-Mirim, S. José de Mipibu e Goianinha. De *maninb-u*, olho-d’água, nascente, minadouro do algodão.

MANOINO: — Riacho no Apodi. Rio no Caicó, afluente do Piranhas. De *manioio*, cada uma das porções iguais da linha formando os espinhéis. Espinel ou espinhel é uma longa corda prendendo linhas com anzóis. Essas linhas são os *manoinos*. Processo de pesca que veio dos Algarves, Portugal, para o Brasil.

MANUÊ: — Lugar no Patu. Espécie de bôlo preto, de goma de mandioca, côco e rapadura. Africanismo. Manoê.

MAPIRUNGA: — Riacho tributário do Cipó em Currais Novos. De *mbae-pir-unga*, o que tem a pele anegrada. Mirtácea de bagas pequeninas, negras, comestíveis. Planta de tabuleiro. Mapurunga.

MARACAJAÚ: — Povoação praieira de Touros. De *maracaiá-u*, o rio ou a bebida dos maracajás, *Felis pardalis*, New, gato-maracajá. Por sesmaria de 7 de junho de 1808, D. Ana Teresa de Jesus, viúva do Tenente João Remígio da Silveira, foi proprietária de MARACAJAÚ. Distrito de Paz em setembro de 1847.

MARACANAÚ: — Lugar em Augusto Severo. De *maracanã-u*, onde comem, vivem, as maracanãs. *Psittacus nobilis*, Illig.

MARACUJÁ: — Riacho em Angicos. Lugar em S. José de Mipibu, Goianinha, Parelhas. De *maraiú-ia*, o fruto do maraú. De *ma-rá-u*, a cousa de sorver, ou que se toma de sorvo. *Maraú* é o nome tupi do maracujá. *Passiflora edulis*, Sims.

MARAJÁ: — Lugar em Canguaretama. De *mbaraiá*, o que se come. Palmeira do gênero *Bactris*. Maraiá, Maraial.

MARI: — “Pôrto do Mari em Goianinha, margem da Lagoa Guaraíras.” O mesmo que UMARI, MARIZEIRA. Data-47, em 1689, no riacho do Umari ou Marizeira na passagem dêle. . .

MARITACACA: — Ilha em que se fundou a Povoação de Areia Branca, margem direita do Rio Mossoró. Lugar em S. Antônio, Angicos, Santa Cruz, São José de Mipibu, Açu, Augusto Severo. De *iara-tic-aga*, o que pode arrojar fétido. *Mephistis suffocans* (TS). Jaraticaca,

Cangambá, Tacaca, Mariatacada, Jaritacaca, Maritafede, Zorrilho, Jabitacá.

MAROBÉ: — Lugar no bairro das Rocas, Natal. De *maru-bé*, caminho das mósas.

MARRECAS: — Lagoa em Angicos e S. Antônio. Aves anatóideas, de hábitos aquáticos; caça disputada: marrecas, patos, paturis. Vocabulo português.

MASSAGANA: — Povoação em Ceará-Mirim. Era antiga em 1894. Africanismo. Em quimbundo diz-se *Massagano* e não *Massagana*, valendo confluência; junção de rios, Cuanza e Lucala, em Angola. Há outro, no Pôrto Rico e S. Antônio do Zaire, também em Angola. E em Moçambique, no Baixo Zambeze, perto de Tete.

MASSAPE: — Serrote no Apodi. Topônimo vulgar. Argila compacta, negra, extremamente fértil. Há uma gramínea, *Imperata brasiliensis*, com o mesmo nome. Município no Ceará.

MASSARANDUBA: — Riacho e povoação em Macaíba. De *mo-caran-d-iba*, árvore que faz escorregar ou deslizar. *Mimusops elata*, Fr. All. Fruta silvestre e popular. Município na Paraíba. Gabriel Soares de Souza, em 1587, chamava-a *maçarandiba*, informando: "Fruto doce e muito saboroso e quem come muito desta fruta, pegam-se-lhe os bigodes com o sumo dela." Maçaranduba.

MATURI: — Lugar em Carnaúbas. De *ma-turi*, a coisa que está para vir. Fruto ainda muito tenro do cajueiro. Alt. Moturi, Muturi (TS).

MAXARANGUAPE: — Vale e rio no antigo município de Touros. A fonte é no lugar PAU-FERRO, denominado PUREZA em 1891 e MAXARANGUAPE em 1943, voltando a PUREZA em 1963, quando elevada a vila a município. A foz no Atlântico é a BARRA DO MAXARANGUAPE, município em 1958. Ver BOIXUNUNGUAPE.

MAXINARÉ: — Lugar em Angicos. Nome cariri do Rio Currais Novos.

MAXIXE: — Lugar no Apodi e Augusto Severo. Lagoa em Vila Flor. Nomeia fazendas e riachos pelo Seridó e zona oeste. É o *Cucumis anguria*, Linn, presente em tôdas as hortas, indispensável na culinária tradicional. Discutem sua origem, nativa ou africana. Há, na África Oriental, um pôsto administrativo na circunscrição de Homóine, distrito de Inhambane, Moçambique, de nome MAXIXE. Nunca o avistei nos

mercados populares de qualquer região africana. O Conde de Ficalho, (*PLANTAS ÚTEIS DA ÁFRICA PORTUGUESA*, Lisboa, 1947), citando o *Machiche*, considera esta espécie americana. John Grossweiler não o incluiu na sua *FLORA EXÓTICA DE ANGOLA* (Luanda, 1950). Parece ter vindo da América Central e Antilhas. Não é, evidentemente, vocábulo tupi.

MAZAGÃO: — Lugar em São Rafael. Mazagão era uma cidade fundada pelos portugueses no início do Séc. XVI em Marrocos. Os moradores, por ordem do Rei D. José, abandonaram a praça em 1769, vindos para o Brasil, localizando-se no Pará, margens do Rio Maracapucu, erguendo a Vila de Sant'Ana do Mazagão em 1770; habitada pelos que haviam deixado a costa africana. Desta Vila de Mazagão, já brasileira, veio, o topônimo para o Rio Grande do Norte.

MENDOBIM: — Lugar no Açú. Começou por Fazenda já existente em 1784. De *mand-obi*, o estôjo ou o rôlo pontiagudo. *Arachis hypogea*, Linn. Alt. Mendobi, Mondobi, Mundobi, Amendoim, Mendoim; Midobim, Miduim (TS). A grafia antiga regista a prosódia ainda vulgar.

MERAL: — Lugar em Canguaretama, onde o Rio Pituaçu despeja no Rio Curimataú. Lugar dos meros, onde há meros. *Promicrops guttatus*, um peixe percóide. Vocábulo português.

MEREJO: — Rio em São Miguel. De *marejar*, ato de reçumar, transudar, porejar as gôtas, lenta e continuamente, Merejar é a pronúncia popular.

MIASSABA: — Rio em Macau. De *mbiaçá*, *mbiá-açá*, a gente atravessa, ou cruza. Nome dado a ponto do caminho, quando atravessa um rio; pôrto onde sai o caminho. Altera-se para Mbiaçaba, Biaçaba, Piaçaba, Piaçá, Embiaçá, Biaçá (TS).

MILHÃ: — Rio tributário do Mossoró. Riacho e lagoa em Angicos. Rio em Pau dos Ferros e Santa Cruz. Gramínea, de várias espécies. A milhã popularizada é a *Cetaria verticilata*. Vocábulo português, denominando muitos acidentes geográficos norte-rio-grandenses.

MINGOTE: — Lugar em Jardim do Seridó. De *minguado*, miúdo, pequeno, insignificante, e o sufixo *ote*, pejorativo, humilhante: meniote, molecote, cavalote, boiote.

MIPIBU: — Município de São José de Mipibu, 1762. Riacho atravessando a aldeia indígena onde nasceu a cidade. De *mpi-bu*, o que

surge, emerge, inopinado, súbito, alusão à fonte do rio, brotando do seio de um bosque. É o mesmo *RIO DA BICA*.

MIUNS: — Serra em São Miguel. De *mi-un*, pés, assento, fundamento. Também vale dizer o preto, escuro, negro. Alt. Minhus (TS). Espécie de *Ficus*, moráceas.

MOCÓ: — Lugar no Açú e Mossoró, onde existe uma *Bôca de Mocó*, lago. De *mo-coó*, o bicho que rói, animal roedor. É o *Cavia rupestris* (TS). Caça e alimento de velha predileção sertaneja. Pequena bôlsa para provisões. Algodão-mecó, porque as sementes semelham as fezes do mocó. *MOCÓS*, lagoa em Santo Antônio.

MOFUNBO: — Lugar em Augusto Severo. *Combretum leprosum*, Mart. Arbusto dos aclives serrenos e baixios, empregado na terapêutica popular.

MOLEQUE: — Ponta marítima e enseada em Goianinha. Africanismo. Jacques Raimundo diz provir do angolano *muleke*, menino ou mção de serviço.

MOMBUCA: — Lagoa em S. Antônio. Lugar em Nova Cruz. De *mo-mbuca*, que faz furos, perfurante. Nome de uma abelha melipônida, *Melipona capitata* ou *Trigona mombuca*. Chamam-na também *Mombucão*, *Papa-terra*, *Fura-bôca*. No Açú há um lugar *FURA-BÓCA*.

MONIN: — E não MORIM: — lugar em Canguaretama (Vila Flor). Lagoa em Goianinha. O nome verdadeiro é *MONIM* ou *MUNIM*, na prosódia vulgar. De *mo-n-in*, o enrugado, encrespado, ondeado, referência à superfície da lagoa, constantemente crispada pelo vento. *MONIM* foi propriedade histórica do tenente de Milícias, José Inácio Marinho, nas últimas décadas do Séc. XVIII, nela residindo em 1817. Em 1819, data-991, João Moreira Cordeiro Castelo Branco possuiu em terra-de-agregados em Vila Flor sobras do sítio *Jiqui* ou *MUNIM*, e não *MORIM*. *MORIM*, do malaio *muri*, alude a um pano fino de algodão, originariamente feito em Madrastra, Índia, chamado também por êsse nome ou *Madapolão*, por vir, em princípio, de Madavapalam, igualmente na Índia. Confusão entre *MORIN* e *MONIM*.

MOQUEM: — Lugar em Pau dos Ferros. De *mo-caê*, faz que seque, o secadouro, o assador; gradeado de varas sôbre brasas para assar a caça ou o peixe (TS). O moquém, *moqueando* caça ou pescado, era o único processo indígena para a conservação dos alimentos azotados. Não era preparação culinária.

MORIM: — Ver *MONIM*.

MORORÓ: — Lugar no Apodi. Árvore, *Bauhinia forticata*, Lk. De *moró-rô*, produzir nutrir, porque as folhas são alimentícias (Paulino Nogueira).

MOSSORÓ: — Município, 1852. Origina-se o topônimo dos indígenas cariris do grupo MONXORÓ ou MOUXORÓ, habitantes na região, denominando o Rio Apodi ao penetrar no território. Sendo torrencial, era *xoró*, *xororó*, *tororó*, designativo da espécie mas sem influência no nome. O documento humano e real, indiscutível e lógico, dispensa as indagações etimológicas e folclóricas de mera recreação. Processo idêntico ao Caicó, morada dos cariris CAICÓS. Lugar em Serra Negra.

MUCAMBO: — Lugar em Goianinha, Apodi, Patu, Pau dos Ferros. Riacho em Luís Gomes. Africanismo. Casebre, cochicholo, baiúca, arribana. Denomina povoações em Angola; no Moxico e Bié. Em 3 de agosto de 1733 foi concedida ao Ten.-Cel. Francisco Teixeira Seixas a *data do Mocambo, descoberta e povoada por ele na Ribeira do Apodi*. Município no Ceará.

MUÇUAPÉ: — Praia e povoação em Ceará-Mirim. De *mbuçu-apé*, nos muçus, ou caminho dos muçus. A grafia IMBUAÇUPÉ talvez fôsse a primitiva, usual em 1737. Ver Imbuaçupé.

MUCURI: — Riacho em Pedro Velho. De *mo-çooó-r-i*, água ou rio dos mocós. *Cavia rupestris*.

MUCURIPE: — Lugar no vale do Ceará-Mirim. De *mucuri-pe*, no rio dos mocós, perto de suas moradas. TS traduziu: de *mo-curi-pé*, o caminho dos mucuris, Mucuri significa *faz desejo*, o que é desejado, indicando os frutos amarelos e saborosos da Platônia. Não há mucuris no Rio Grande do Norte, mas o nome poderia ter vindo sem a planta.

MULUNGU: — Riacho no Apodi, Acari e Angicos. Serra em Parilhas e Serra Negra. Povoações em Ipanguaçu e Currais Novos. Lugar em Sant'Ana do Matos, Lajes, Macau. Árvore *Erythrina aurantiaca*, Ridl: E. *glauca*, Willd: E. *velutina*, Willd, papilionóidea. Africanismo. Welwitsch estudou em Angola uma *Erythrina suberifera*, chamada *MO-LUNGO*, e Gossweiler cita a *Erythrina indica*, servindo para adubação das terras e abrigo contra os ventos dominantes. Nenhuma tem a importância, porte e projeção útil dos nos-mulungus. Surpreendente é lembrar o *MULUNGU*, nome de Deus pela África Oriental, não ter a menor presença religiosa nos cultos dos escravos bantos, vindos daquela região. A Rita-Ferreira, *BIBLIOGRAFIA ETNOLÓGICA DE MOÇAMBIQUE* (Lisboa, 1962), informa: "O termo *MULUNGU* é empregado para designar o Ser Supremo em vinte e cinco línguas e

dialetos do Este africano, desde o Baixo Zambeze até ao lago Vitória e da costa até o Rio Luangua. Esse Ser Supremo é vulgarmente tido como Criador e associado ao trovão, ao relâmpago e à chuva." No Brasil, *MULUNGU* não teve a menor influência. Explicar-se-á, pela mais rápida e poderosa ascendência dos orixás sudaneses ou ausência numérica devocional. Município no Ceará e na Paraíba.

MUMBAÇA: — Serra no Martins. Lugar limítrofe de S. Antônio e Nova Cruz. Africanismo. Nome de uma ilha da África Oriental. Mumbaça ou Mombaça pertenceu até 1651 a Portugal. Município de Mombaça, no Ceará.

MURICI: — Lagoa no Apodi e em S. Antônio. De *mborici*, faz resinar, resinente, grudento (TS). *Byrsonima crassifolia*, H.B.K.A. A polpa, diluída na água, misturada com farinha, faz a *cambica de murici*, muito saborosa. "Mantimento de pobre", dizem no Ceará.

MURIÚ: — Povoação em praia marítima do Ceará-Mirim. De *morouú*, onde há água de beber. *Moro* ou *poro* vale *haver*, e *iú*, beber (TS). Conhecido desde princípios da colonização no Séc. XVII. Nos finais do Séc. XVIII foi *posse* do Tenente Antônio Gomes de Betencourt que, sem título legal, residiu em casa própria, fazendo plantações. A viúva vendeu-o ao Tenente João Manuel de Carvalho, requerendo êste, em maio de 1804, a data-de-sesmaria, compreendendo PITU-MIRIM. Adquiriu a propriedade o Ten. José Gomes da Costa, obtendo confirmação em 13 de janeiro de 1806. Construiu moradas, venda para negócios, plantando mil e noventa coqueiros. Foi o verdadeiro fundador da povoação, que o esqueceu.

MURZELAS: — Lugar em Goianinha. De "murzelo", cavalo côr de amora preta. Antiga denominação portuguesa do Séc. XV referente à pelagem equina.

MUSSUSSUAMA: — Rio no município de Natal, passando as Quintas do Rodolfo, seis quilômetros a S.O. De *mbussu-assu-rama*, região dos grandes mussus. Mussu, ou muçu, é uma enguia negra, de água doce, *Symbranchus marmoratus*.

MUTAMBA: — Povoação em Jucurutu e Açú. Riacho em Sant'Ana do Matos, Açú e Jucurutu. Topônimo vulgar pelo Rio Grande do Norte. Árvore *Guazuma ulmifolia*, Lam. Os indígenas chamavam-na *Ibixuna*. É africanismo, de Angola, embora a árvore no continente negro não seja a mesma. Getúlio César (*CURIOSIDADES DE NOSSA FLORA*, Recife, 1956), escreveu um delicioso ensaio sobre a Mutamba. Mutambeira, lugar em Angicos.

MUTUCA: — Riacho no Acari. De *mu* (por *mi*), mover-se, e *tuca*, genitivo de *tu*, bater, ferir; move-se, agita-se ferindo. É a conhecida mósca tabânida (TS). O indígena retratou a mutuca no simples nome.

NAMBUTIÚ: — Nome indígena do Rio do Meio em Arez. De *nhum-bitu-u*, campo do rio do vento, campo varrido pela ventania. No mapa de Marcgrave, 1643, está *Nhambitiji*.

NITERÓI: — Lugar em S. José de Mipibu. De *Iteronne*, *Iterô*, *Nictheroi*, mar escondido.

OFICINAS: — Lagoa em Nova Cruz. Povoação e lagoa em Pedro Velho. Lugares históricos às margens dos Rios Mossoró e Açu onde estavam instaladas, na segunda metade do Séc. XVIII, *OFICINAS* de preparação da carne-sêca e salgada, aproveitando a proximidade das salinas e abundância do gado bovino. Exportavam para Bahia, Pernambuco e Paraíba, com navegação direta de sumacas e barças. As *OFICINAS* do Rio Mossoró localizavam-se no atual PORTO FRANCO, próximo à foz, então denominado ILHA DAS OFICINAS e PORTO DAS OFICINAS. O Sargento-Mor Antônio de Souza Machado e seu conchudo e sócio José Alves de Oliveira, foram as grandes figuras animadoras, à volta de 1770. As *OFICINAS* do Rio Açu, motivando a mais antiga povoação nesse município, serão anteriores a 1763: (sesmaria de João Crisóstomo de Oliveira em 20 de junho de 1763), quando existiam os *ARMAZENS*, depósitos do produto, topônimo substituído por *OFICINAS*, mencionado no requerimento do ajudante Francisco Carvalho Valcacer em 18 de janeiro de 1782. Esse ajudante Valcacer era o proprietário da Ilha de MACAU. As *OFICINAS* do Açu ficam entre as Pendências e Logradouro, na margem do rio, município de CARNAUBAIS. A região iniciou a indústria, sendo comum a vinda de estranhos viajantes para *fazer carne*, em finais do séc. XVII. Certos topônimos denunciavam o trabalho, CAMBOA DOS BARCOS, ILHA DO PISA-SAL, e não se sabe desde quando a ilha de MANOEL GONÇALVES iniciara charqueadas, considerada empório, freqüentada por incontável número de barcos.

OITICICA: — Um dos mais espalhados topônimos. De *uiti-ici-ca*, a resina do oiti, o oiti resinoso. *Pleragina umbrosissima*.

OITIZEIRO: — Povoação em Nísia Floresta. Lugar na cidade do Natal. De *ui-ti*, a massa apertada e comprimida, alusão à polpa granu-

losa, úmida e rija da fruta (TS). E o sufixo português *eiro*. Árvore dos oitís, *Moquilea tomentosa*, Bent.

OITI: — Riacho no Caicó. Ver OITIZEIRO. Data-766, ano de 1775, *sítio do Oiti*.

OURICURI: — Lugar em Augusto Severo. De *ari-curii*, o cacho amiudado ou repetido, o que dá cacho de contínuo. *Coccos coronata*, Mart. (TS). Uricuri, Licuri, Aricuri. Município em Pernambuco.

PABUNA: — Lagoa ou banhado na margem esquerda do Rio Potengi, diante de Natal. De *ipab-una*, lagoa negra, de águas escuras. O Capitão João Rodrigues Colaço, em 9 de janeiro de 1600, requeria ao Capitão-Mor Manoel de Mascarenhas Homem “2 600 braças duma água que chamam da Pabuna em diante...” Pavuna. Foi a primeira sesmaria no Rio Grande do Norte.

PACATUBA: — Lugar em Macaíba. Riacho em Serra Negra do Norte. De *paca-tiba*, o bando de pacas, a reunião, o ajuntamento, o sítio das pacas. PACAS, lugar em Pau dos Ferros, é a correspondência em português. Município no Ceará.

PACÓ: — Lagoa no Apodi e Caraúbas. O mesmo que *Pacoba*, de *pac-oba*, a fôlha de enrolar ou que se enrola. Nome comum das musáceas (TS). Banana-da-terra. Data-282, *riacho Pacó*, 1732, na Ribeira do Apodi.

PAJEÚ: — Lugar em Angicos, São Tomé, Santa Cruz e Lajes. De *paíé-u*, o pajé, o feiteiro como ou vive. Nome de planta, *Triplaris pachau*, Mart. (TS). Em Lajes há uma *Serra do Feiteiro*, dando imponente impressão. Não sabemos o nome indígena dessa serra. Devia incluir elementos do topônimo aqui registado. Os portugueses cognominavam *feiticeiro* ao *pajé*. Riacho do Feiteiro no Ceará-Mirim.

PAJUABA: — Lugar em Luís Gomes. De *ipá-gúab*, a lagoa em que se bebe, lagoa de água em constante potabilidade, que não salga.

PAJUSSARA: — Rio afluyente do Trairi. Lugar em S. José de Mipibu, Goianinha e São Gonçalo. Três lagoas em S. Antônio. Povoado em Macaíba. Lugar na margem esquerda do Rio Potengi, diante da cidade do Natal. De *ipajuçara*, lagoa da palmeira Juçara, *Euterpe edulis*, Mart. Denomina comumente locais de lagoas e alagadiços.

PANATIS: — Serra em Pau dos Ferros. Denominação de VITÓRIA 1890, VILA DOS PANATIS em 1943, município de MARCELINO

VIEIRA, 1953, saído de PAU DOS FERROS. Fôsse vocábulo tupi provinha de *paná-ti*, água ou rio das borboletas ou borboletas brancas. A origem é outra. Os PANATIS, indígenas *Tarañriús* como os Paiacus do Apodi e os Janduis do Açu, foram empurrados da Paraíba, na primeira metade do Séc. XVIII, fugindo à conquista curraleira do Espinharas e do Piancó. Estabeleceram-se na região, dissolvendo-se étnicamente. Creio tratar-se dos mesmos "Curemas", do boqueirão paraibano. Carlos Studart Filho cita os "Panaticuremas". Os Curemas eram Cariris.

PANGUÁ: — Lugar em Arez. De *póguaa*, o ôco da mão, a região palmar, a mão aconcheada, um punhado. Seria uma medida indígena. Zona de antigas roçarias de mandioca e milho.

PANON: — Lagoa no Açu. De *pinon*, a onda, a ruga, a marola, a ondulação na superfície líquida.

PAPACU: — Lagoa em Santo Antônio e S. José de Mipibu. De *ipa-pocu*, lagoa comprida. Em S. Gonçalo, Macaíba, Portalegre, Ceará-Mirim, Pau dos Ferros existe LAGOA COMPRIDA. É a PAPACU em português.

PAPAICU: — Lagoa, riacho e serra no Açu. De *ipa-pa-icú*, lagoa enlodada de água tépida, alagadiço de água morna. Em 1735, a data-412, na Ribeira do Açu, menciona o *despejadouro da alagoa chamada Papaycu*.

PAPARI: — Município, 1852. NÍSIA FLORESTA em 1948. O nome primitivo da lagoa era PARAGUAÇU, rio grande. Os velhos documentos de 1607 registam UPAPARI e IPAPARI, definindo a tradução. De *upa* ou *ipa*, lagoa, e *pari*, armadilha de pesca. PAPARI, lagoa do pari, onde existem paris, fixando a pesca com tapumes nos recantos piscosos. Nestor Lima recolheu uma outra versão: "Conta-se que os selvagens que ali demoravam, ignorantes de meios ou armadilhas de pescar, organizavam pequenas balsas de madeira, amarradas de cipós ou embiras; punham sôbre elas ramos de cajueiro ou mangabeira, e, então assim aparelhados, vadeavam a lagoa, muito piscosa, maximé nas épocas primitivas, e, agitando as águas com varas, provocavam o salto do peixe que caía entre os ramos sôbre as balsas e embaraçava-se nelas, fazendo dêste modo os indígenas as suas pescarias. A essa operação chamavam os selvagens *Paspary*, que quer dizer: "salto de peixe". Com a fusão das línguas tupi e português, o nome se modificou para o de PAPARY, com o qual foram denominadas a Lagoa e a Vila. O salto-do-peixe diz-se PIRA-PUREUA e não PASPARY. O processo da batção no rio denomina-se POTECA-PARANA, e ainda usado no Amazonas e

Pará. Os indígenas empregavam muitas armadilhas de pesca, *jiqui*, *pari*, *matapi*, etc. As formas anteriores da grafia PAPARI, sendo IPAPARI e UPARI, forma documentos decisivos para a tradução exata.

PAPEBA: — Povoação e lagoa em Arez. De *ipá-peba*, lagoa rasa. PAPEBINHA, em S. José de Mipibu e Nísia Floresta. Em Portalegre há uma LAGOA RASA, perfeita tradução do vocábulo.

PAPIRANGA: — Rio em Canguaretama. De *pe-piranga*, a casca vermelha, a crosta escarlate (TS).

PAPITUM: — Lagoa e povoação em S. José de Mipibu. De *ipá-petum*. A voz indígena está esquecida mas vive a versão — fiel: — LAGOA DO FUMO.

PAQUEQUER: — Lugar em Augusto Severo. De *pac-ker*, as pacas dormem, ou a dormida das pacas (TS).

PAQUETÁ: — Lugar em S. Gonçalo e Goianinha. De *paca-etá*, as pacas. *Cuniculum paca*. A correspondência em português é o lugar PACAS em Pau dos Ferros.

PAQUEVIRA: — Lagoa em S. Antônio. É uma musácea, *Heliconia psit tacorum*, Linn. Alt. Pacavira, Praquevira, Pacova, Bananeirinha do mato. De *pacó-v-ira*, a pacova do mel, atraindo abelhas durante a floração.

PARACATUBA: — Lagoa em S. Antônio. De *pirá-cá-tiba*, abundância de peixes, afluência de cardumes, piracemas, ou de *paracaiá-tiba*, o sítio das árvores Paracaiás, *Couepia chrysocalyx*.

PARAGUAÇU: — Nome primitivo da lagoa de Papari. De *pará-guaçu*, rio grande, ou *pará-guá-açu*, grande enseada, baía dilatada, ampla.

PARANÁ: — Lugar no Apodi. Povoação em Luís Gomes, município em 1963. De *pará-nã*, semelhante, parecido com o mar (TS).

PARARACA: — Lagoa em S. Antônio. De *pará-raca*, o rio colhe, agarra, corre, onde as águas passam rápidas; a corredeira.

PARATI: — Serrote em Pau dos Ferros. De *pará-ti*, a jazida do mar, o lagamar, o golfo. Confunde-se com *pirá-ti*, peixe branco, a tainha, *Mugil liza*, Cuv (TS). "Tainha" é nome de peixe português. Creio que o topônimo repete o nome da cidade fluminense de Parati.

PARATURÁ: — Ver PATURÁ.

PARAÚ: — Rio e povoação em Augusto Severo, município em 1963. De *perau-u*, o rio do paraú, dos buracos submersos, onde se perde o pé. Sumidouro. Citado em 1734.

PARAZINHO: — Povoação em João Câmara, município em 1963. De *mbará*, *mará*, *pará*, *i-pá-rá*, *águas-tôdas-colhe*, coletor das águas, rio volumoso, rio de grande caudal, ou apenas rio. E o sufixo diminutivo-português *inho*, Pará pequeno, o rio pequeno, o riozinho. Não deduzo que o Tupi, povo do interior vindo para o litoral, tivesse vocábulo significando o mar.

PARNAMIRIM: — Vila do município de Natal, 1948. Município em 1958. De *paraná-mirim*, rio pequeno, riozinho. O mesmo que PARAZINHO. Resta uma lagoa insignificante, espécie de banhado pluvial. Município em Pernambuco.

PATACHOCA: — Rio em Angicos. Ver PATAXÓ. Conserva-se uso verbal de *Patachoca* em Angicos e Açú. "Pataxoca" em 1768, 1787, 1795. "Patachoca" em 1706. Não encontrei a grafia *Pataxó* em documento algum do Séc. XVIII, sempre *Patachoca*, *Pata-xoca*.

PATACORÓ: — Lugar em Florânia. Topônimo cariri. Ver PINTACORÓ.

PATAÍRA: — Lugar em Pau dos Ferros. De *pati-ira*, a palmeira do mel, que atrai as abelhas.

PATANÉ: — Povoação em Arez. De *pati-hé*, a palmeira ruim, imprestável, de frutos acres ou prematuramente mirrados. Possível variedade da palmeira Ariró.

PATAXÓ: — Rio em cuja margem esquerda está a sede municipal de Angicos. O mesmo Rio Santa Maria, rio de Angicos, rio Patachoca. Nasce no município, desaguando no Rio do Açú. Os *Pataxós* são indígenas do grupo Jê, situados outrora entre os rios das Contas e o Pardo, e serra dos Aimorés, na Bahia. Exceto o nome, no rio não existe nenhuma documentação histórica de sua passagem nas terras do Rio Grande do Norte. Nem nos Estados vizinhos. Jamais encontrei a grafia *Pataxó* em documentos do Séc. XVIII.

PATU: — Município em 1890. Conhecido pelos indígenas Cariris e Tarairiús. *Patu* é denominação cariri, de tradução ignorada. As explicações locais são faceciosas. Em tupi poderia provir de *iba* por *ibi-ã*, a terra alta, chapada, e *tu*, soar, ser sonante, batido: a serra do estrondo, o planalto, a chapada sonora, explicando desta forma os fenômenos

de repercussão, conhecidos e tradicionais na região. Lugar em Portalegre, onde penetra o rio de Pau dos Ferros, o mesmo Apodi.

PATURÁ: — Riacho em Arez. O nome antigo era PARATURA, como se lê na sesmaria de Pedro Gonçalves Estêves, em 1734, concedida ao começar do Rio Jacu em Goianinha, aludindo-se às cabeceiras do Paraturá. De *pará-torá*, rio tapado, rio coberto de vegetal aquático. Há uma gramínea, abundante nas praias, com esse mesmo nome, brotando perto do mar.

PEGOARA: — Grafia de PANGOÁ em 1717. De *apé-guára*, mórador do caminho, a trilha habitual para os aldeamentos.

PELEGO: — Lugar no Patu. Pele de carneiro servindo de coxim para a sela. De *pele*.

PELONHA: — Lagoa em Mossoró. PELONINHA, outra lagoa próxima. Corrução de APOLONIA.

PENDÊNCIAS: — Povoação em Macau, município em 1953. O povo diz sempre no plural. As *Pendências*. Rio no Apodi. Lugar em Alexandria e Santo Antônio. Citada em 1712 a *Lagoa das Pendências*. Significa luta, briga, rixa, contenda. Possível lembrança da guerra do *gentio bárbaro*, das duas últimas décadas do Sec. XVII às primeiras da imediata centúria.

PEQUEÇABA: — Lugar em Macaíba. De *piqui-açaba*, a travessia, o caminho dos piquis: *Caryocar brasiliensis*, Camb. Piquitaba.

PEREREBÁ: — Lugar em Goianinha. De *pirêra-ibá*, o pau de cascas, conhecido por *Pau Pereira*, *Geissospermum vellosi*, Pert. All. O Jundiá-Perereba corresponde ao atual Jundiá-de-Cima. Pertencera inicialmente a Lucas Gonçalves e se tornara *tapera*. Aí foi aldeado o chefe Canindé, com seus principais, derrotado no sertão da Acaia e batizado com o nome de João Fernandes Vieira. Finais do Séc. XVII.

PERICÓ: — Lugar em Florânia. De *piri-cô*, campo de lavra de juncos.

PERIQUITO: — Antigo nome da povoação EQUA, hoje a PARELHAS, município em 1963. Do português, *periquito*, diminutivo de *perico* e este de *Pero* (paqueta). Batista Caetano dizia-o vindo do guarani *periquito* (quero verde ou azul). **PIRIQUITINHO**, lugar em PARIQUITO.

PERNAMBUCO: — Lugar em Areia Branca. **PERNAMBUCUI-**
NHO, em Goianinha. De *paranã-mbuc*, o furo ou entrada do lagamar,
ou *paranã-pucu*, rio comprido.

PEROBA: — Povoação em Touros. De *ipê-roba*, a casca amarga.
Aspidoperma polyneurom, Mull. Arg. (TS).

PIABAS: — Lagoa em Macaíba. De *piã-mba*, o que é manchado,
enodado, o peixinho fluvial, *Leporinus* esp: piaba, piabinha, ou *Brycon*
stratus, que no Sul dizem Guarú.

PIATÓ: — Grande lagoa no Açú. Rio em Caicó e também Piatózinho.
Será vocábulo dos Tarairiús-Janduís, povoadores da região. No idioma
tupí seria *ipia-a-tó*, a lagoa da casa, a lagoa da morada, alusão à velha
residência tradicional na fazenda de gado, uma das mais antigas à
margem da lagoa. "Piató, 'a morada primitiva, que lhe deu o nome e
era fazenda de criar" (Nestor Lima).

PIAU: — Povoação em TIBAU DO SUL. De *pi-iau*, a pele man-
chada. Peixe de água doce, *Leporinus conirostris*.

PIAUI: — Serra em Currais Novos, S. Vicente e Lagoa Nova. De
pi-iau-i, o rio dos piaus. Os piauienses recusam essa etimologia alegan-
do a inexistência dos piaus no Rio Piauí. De *piau-í*, piaba pequena
(Stradelli).

PIAUI: — Rio em Currais Novos. De *apicuí*, a rolinha, a pomba
branca. Município na Paraíba.

PINDOBA: — Serra em Santana do Matos. De *pind-oba*, a fôlha
da palmeira, corrução que dá também, a fôlha do anzol; aquela que
talo serve para vara de anzol. *Attalea compta*, Mart. (TS).

PINGUI: — Lugar no Açú. De *pim-gui*, por *gi*, água que vai e vem,
a corrente de água em certos rios com remanso.

PINHA: Denominação popular do Rio Espinharas, banhando
Serra Negra e afluindo ao Rio Piranhas, acima de Jardim de
Piranhas. O plano de Medeiros provém de *pin-ar-a*, o ras-

PINTACACHORRO: — Santa Cruz. De *pindá-xorô*, o rio, a torren-
te, a enxurrada. Dizem-no Rio PINTACACHORRO.

PIQUI: — do Gurimataú e povoação em Cangua-
retama. Pequi, Piqui.

de repercussão, conhecidos e tradicionais na região. Lugar em Portalegre, onde penetra o rio de Pau dos Ferros, o mesmo Apodi.

PATURÁ: — Riacho em Arez. O nome antigo era PARATURÁ, como se lê na sesmaria de Pedro Gonçalves Estêves, em 1734, concedida ao começar do Rio Jacu em Goianinha, aludindo-se às *cabeceiras do Paraturá*. De *pará-torá*, rio tapado, rio coberto de vegetal aquático. Há uma gramínea, abundante nas praias, com esse mesmo nome, brotando perto do mar.

PEGOARA: — Grafia de PANGOÁ em 1717. De *apé-guára*, morador do caminho, a trilha habitual para os aldeamentos.

PELEGO: — Lugar no Patu. Pele de carneiro servindo de coxim para a sela. De *pele*.
PELONINHA, outra lagoa próxima a Mossoró.

PELEGO: — Lugar no Rio para a sela. De *pele*.

PELONINHA: — Lagoa em Mossoró. outra lagoa próxima. Corrução de APOLÔNIA.

PENDÊNCIAS: — Povoação em Macau, município em 1953. O povo diz sempre no plural. As *Pendências*. Rio no Apodi. Lugar em Alexandria e Santo Antônio. Citada em 1712 a *Lagoa das Pendências*. Significa luta, briga, rixa, contenda. Possível lembrança da guerra do *gentio bárbaro*, das duas últimas décadas do Sec. XVII às primeiras da imediata centúria.

PEQUEÇABA: — Lugar em Macaíba. De piqui-açaba, a travessia pelo caminho dos piquis: *Caryocar brasiliensis*, Camb. Piquitaba.

PEREREBÁ: — Lugar em Goianinha. De pirêra-ibá, o caminho dos piquis: *Caryocar brasiliense*, cascás, conhecido por Pau Pereira, *Geissospermum vellosi*, Fl. Jundiá-Perereba corresponde ao atual Jundiá-de-Cima. Pertenciam especialmente a Lucas Gonçalves e se tornara tapera. Aí foi criado o Canindé, com seus principais, derrotado no sertão da Paraíba com o nome de João Fernandes Vieira. Finais do século XVIII, Florânia. De piri-cô,

PERICÔ: — Lugar em Florânia. De *piri-cô*, de juncos.

PERIQUITO: — Antigo nome da povoação a PARELHAS, município em 1963. Do nhola, *periquito*, diminutivo de *perico* e é tes). Batista Caetano dizia-o vindo do verde ou azul. PERIQUITINHO.

PERNAMBUCO: — Lugar em Areia Branca. **PERNAMBUCO** NHO, em Goianinha. De *paranã-mbuca*, o furo ou entrada do lagamar, ou *paranã-pucu*, rio comprido.

PEROBA: — Povoação em Touros. De *ipê-roba*, a casca amarga. *Aspidoperma polyneurom*, Mull. Arg. (TS).

PIABAS: — Lagoa em Macaíba. De *piá-mba*, o que é manchado, enodado, o peixinho fluvial, *Leporinus esp*: piaba, piabinha, ou *Brycon stratus*, que no Sul dizem Guarú.

PIATÓ: — Grande lagoa no Açu. Rio em Caicó e também Piatózinho. Será vocábulo dos Tarairiús-Janduís, povoadores da região. No idioma tupi seria *ipia-a-tó*, a lagoa da casa, a lagoa da morada, alusão à velha residência tradicional na fazenda de gado, uma das mais antigas à margem da lagoa. "Piató, a morada primitiva, que lhe deu o nome e era fazenda de criar" (Nestor Lima).

PIAU: — Povoação em TIBAU DO SUL. De *pi-iau*, a pele manchada. Peixe de água doce, *Leporinus conirostris*.

PIAUI: — Serra em Currais Novos, S. Vicente e Lagoa Nova. De *pi-iau-i*, o rio dos pias. Os piauienses recusam essa etimologia alegando a inexistência dos pias no Rio Piauí. De *piau-i*, piaba pequena (Stradelli).

PIAUI: — Rio em Currais Novos. De *apiciuí*, a rolinha, a pomba ena. Município na Paraíba.

PIROBA: — Serra em Santana do Matos. De *pind-oba*, a fôlha feia, corrução que dá também, a fôlha do anzol; aquela que para vara de anzol. *Attalea compta*, Mart. (TS).

Lugar no Açu. De *pim-gui*, por *gi*, água que vai e vem, em certos rios com remanso.

Denominação popular do Rio Espinharas, banhando e afluindo ao Rio Piranhas, acima de Jardim de Volano de Medeiros provém de *pin-ar-a*, o ras-

Santa Cruz. De *pindá-xorô*, o rio, a torrente, dizem-no Rio PINTACACHORRO.

PERNAMBUCO: — Lugar em Areia Branca. PERNAMBUQUINHO, em Goianinha. De *paraná-mbuca*, o-furo ou entrada do lagamar, ou *paraná-pucu*, rio comprido.

PEROBA: — Povoação em Touros. De *ipê-roba*, a casca amarga. *Aspidoperma polyneurom*, Mull. Arg. (TS).

PIABAS: — Lagoa em Macaíba. De *piã-mba*, o que é manchado, enodado, o peixinho fluvial, *Leporinus esp*: piaba, piabinha, ou *Brycon stratus*, que no Sul dizem Guarú.

PIATÓ: — Grande lagoa no Açú. Rio em Caicó e também Piatózinho. Será vocábulo dos Tarairiús-Janduí, povoadores da região. No idioma tupi seria *ipia-a-tó*, a lagoa da casa, a lagoa da morada, alusão à velha residência tradicional na fazenda de gado, uma das mais antigas à margem da lagoa. "Piató, a morada primitiva, que lhe deu o nome e era fazenda de criar" (Nestor Lima).

PIAU: — Povoação em TIBAU DO SUL. De *pi-iau*, a pele manchada. Peixe de água doce, *Leporinus conirostris*.

PIAUI: — Serra em Currais Novos, S. Vicente e Lagoa Nova. De *pi-iau-i*, o rio dos pias. Os piauienses recusam essa etimologia alegando a inexistência dos pias no Rio Piauí. De *piau-i*, piaba pequena (Stradelli).

PIAUI: — Rio em Currais Novos. De *apicuí*, a rolinha, a pomba pequena. Município na Paraíba.

PINDOBA: — Serra em Santana do Matos. De *pind-oba*, a folha da palmeira, corrução que dá também, a folha do anzol; aquela que talo serve para vara de anzol. *Attalea compta*, Mart. (TS).

PINGUI: — Lugar no Açú. De *pim-gui*, por *gi*, água que vai e vem, a corrente circular em certos rios com remanso.

PINHARAS: — Denominação popular do Rio Espinharas, banhando Serra Negra do Norte e afluindo ao Rio Piranhas, acima de Jardim de Piranhas. Segundo Corrêa de Medeiros provém de *pin-ar-a*, o raspador de cabelos.

PINTACORÓ: — Rio em Santa Cruz. De *pindá-xorô*, o rio, a torrente, a enxurrada do anzol. Dizem-no Rio PINTACACHORRO.

PIQUI: — Rio afluente do Curimatá e povoação em Canguaretama. De *piqui-r-i*, o rio dos peixinhos. Pequí, Piquí.

de repercussão, conhecidos e tradicionais na região. Lugar em Portalegre, onde penetra o rio de Pau dos Ferros, o mesmo Apodi.

PATURÁ: — Riacho em Arez. O nome antigo era PARATURA, como se lê na sesmaria de Pedro Gonçalves Estêves, em 1734, concedida ao começar do Rio Jacu em Goianinha, aludindo-se às *cabeceiras do Paraturá*. De *pará-torá*, rio tapado, rio coberto de vegetal aquático. Há uma gramínea, abundante nas praias, com êsse mesmo nome, brotando perto do mar.

PEGOARA: — Grafia de PANGOÁ em 1717. De *apé-guára*, morador do caminho, a trilha habitual para os aldeamentos.

PELEGO: — Lugar no Patu. Pele de carneiro servindo de coxim para a sela. De *pele*.

PELONHA: — Lagoa em Mossoró. PELONINHA, outra lagoa próxima. Corrução de APOLÔNIA.

PENDÊNCIAS: — Povoação em Macau, município em 1953. O povo diz sempre no plural. As *Pendências*. Rio no Apodi. Lugar em Alexandria e Santo Antônio. Citada em 1712 a *Lagoa das Pendências*. Significa luta, briga, rixa, contenda. Possível lembrança da *guerra do gentio bárbaro*, das duas últimas décadas do Sec. XVII às primeiras da imediata centúria.

PEQUEÇABA: — Lugar em Macaíba. De *piqui-açaba*, a travessia, o caminho dos piquis: *Caryocar brasiliensis*, Camb. Piquitaba.

PEREREBÁ: — Lugar em Goianinha. De *pirêra-ibá*, o pau de cascas, conhecido por *Pau Pereira*, *Geissospermum vellosi*, Fr. All. O Jundiá-Perereba corresponde ao atual Jundiá-de-Cima. Pertencera inicialmente a Lucas Gonçalves e se tornara *tapera*. Aí foi aldeado o chefe Canindé, com seus principais, derrotado no sertão de Acauã e batizado com o nome de João Fernandes Vieira. Finais do Séc. XVII.

PERICÔ: — Lugar em Florânia. De *piri-cô*, campo, plantio, lavra de juncos.

PERIQUITO: — Antigo nome da povoação EQUADOR, pertencente a PARELHAS, município em 1963. Do português, com origem espanhola, *periquito*, diminutivo de *perico* e este de *Pero* (Antônio Nascen-tes). Batista Caetano dizia-o vindo do guarani *piriauiti*, passarinho pequeno verde ou azul. **PIRIQUITINHO**, lugar em Nova Cruz. Alt. **PRIQUITO**.

PIRACABU: — Praia e povoação marítima em Touros. De *piracabu*, por *cabo*, o peixe chega, onde há peixe.

PIRACINUNGA: — Serra em Currais Novos, também denominada Imburanas. De *pirá-cininga*, o peixe rumentado, ou o peixe ronca, o ronca peixe (TS). Nome indígena da SERRA CAIADA.

PIRANGI: — Povoação e praia entre Natal e Nísia Floresta. O Rio Pirangi, desaguando no Atlântico, divide o Pirangi-do-Norte, Natal, do Pirangi-do-Sul, Nísia Floresta. De *pirã-gi-pe*, no rio das piranhas. Em documento de 1564 encontra-se referência *ho dito porto dos Búzios que pella lingua dos indios se chama PYRAMGYPEPE*. O pôrto ou praia dos Búzios fica no Pirangi-do-Sul.

PIRANHAS: — O mesmo RIO DO AÇU, tomando essa denominação ao passar o "Estreito", em Jucurutu. Rio PIRANHAS é o nome com que vem da Paraíba. Despeja no Atlântico, em Macau. De *pir-ai*, o que corta a pele, o esfaimado e veroz peixe fluvial, *Pygocentrus* e *Serrasalmus*.

PIRAPIRA: — Lagoa em Caraúbas. De *pirá-pirá*, peixe-peixe, abundância de pescado. A repetição exprime, no tupi, fartura por frequência ou multiplicação.

PIRAPORA: — Lugar em Mossoró e à margem do Rio Ceará-Mirim, referido na petição de João Carneiro da Cunha, Capitão-Mor dos Santos Cosme e Damião da Igaraci, em janeiro de 1737. De *pirá-pora*, a morada do peixe; o que contém peixe (TS).

PIRAQUIRÁ: — Lagoa em Caraúbas. De *pirá-quirá*, peixe gordo. Data-774, Ribeira do Apodi, 1777: *fazendo pião no riacho chamado PIRAQUEIRÁ*.

PIRARI: — Lugar em Pedro Velho. de *pirá-r-i*, rio do peixe. Em junho de 1767, Antônio de Souza Barros tinha "hum sitio chamado PYRARI a onde tem fabrica de hum engenho de fazer asucar".

PIRIPIRI: — Lugar em Macaíba. Lagoa em Goianinha. De *piri-piri*, junco-junco, o juncal, abundância de juncos.

PIRITUBA: — Lugar em Macaíba. De *piri-tiba*, o lugar dos juncos, onde abundam os juncos, o juncal. O mesmo que PIRIPIRI. PARATIUBA e PIRITUBA em 1707.

PITANGUI: — Lugar em Arez. Povoação praieira no Ceará-Mirim. De *pitang-i*, o rio vermelho. Pitangi.

PITIMBU: — Rio em Macaíba e Natal. Povoação no município de Natal. Nos antigos documentos do Séc. XVII encontra-se *Putumbu*, *Potumbu*, *Potombu*, *Potãobu* e jamais *Pitimbu*. Não virá, evidentemente, de *petimbú*, água ou nascente do fumo, tabaco, rio do fumo, e sim de *potim-bu*, água, nascente, rio, manadouro do camarão. As grafias anteriores mostram invariavelmente o radical *poti*, camarão, e nunca *petim* ou *piti*, tabaco, fumo. O topônimo acusa alteração através de cópias ao correr dos finais do Séc. XVIII. As “datas” concedidas em 6-1-1605 e 23-7-1606 citam o POTIMBU como sendo *Rio Guaramime* e *Rio do Guaramime*, nome desaparecido. Município de Pitimbu na Paraíba.

PITITINGA: — Povoação e praia em Touros. De *pi-ti-tinga*, a pele alva-alva, muito alva ou prateada. É uma espécie de sardinha de sabor delicado (TS). Altera-se para Piquitinga. Creio tratar-se da mesma *Manjuba*, a *Menidia brasiliensis*, Cuv & Val.

PITOMBEIRA: — Lugar em Augusto Severo. Riacho no Acari. Árvore sapindácea, *Sapindus esculentus*, St. Hil. No DIALOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL, terminado em 1618, fala-se nas *pitombas*, que são semelhantes a ameixas. Bajulação de Brandônio.

PITUAÇU: — Rio em Canguaretama. A sede municipal assenta-se à margem desse rio. De *pi-t-u*, pele ou casca escura, um camarão de água doce, e o aumentativo *açu*, grande: camarão grande, o grande pitu. Data-742, *sítio Pituaçu* na Ribeira do Trairi.

PITUBA: — Lugar em S. José de Mipibu e Macaíba. Significa o bafo, o sôpro, o hálito, a exalação. Também pode valer o fraco, inane, esgotado (TS).

PITU-MIRIM: — É a mesma Ponta de Jacumã, em Touros. *Pitu*, camarão, e o diminutivo *mirim*: camarãozinho, o pitu pequeno, pituzinho.

PIUM: — Rio em S. José de Mipibu e Nísia Floresta. Povoação no município do Natal, rio e pequena lagoa. De *pi-u*, o que pica ou morde derreado, agachado. É o mosquito miúdo de mordedura mui acre (TS). Alt. Pinhum.

PIXORÉ: — Lugar em Santana do Matos. Será voz cariri. Popularmente significa o pequeno, minguado, desprezível pelo tamanho reduzido. Corresponde ao tupi *Baepeba*, o baixote, o curto. Quixoré em 1686. Pixoré em 1784.

POAÇÁ: — Povoação e lagoa no Açu. De *peaçá*, onde vem o caminho à beira d'água, o atalho para água (TS).

PORAQUÊ: — Lugar em Florânia. De *póra-quê*, a gente adormece ou entorpece. É o peixe elétrico, *Gymnotus electricus*. Piraquê, Poraquê (TS).

PORÉ: — Lagoa no Açu. Lugar em Augusto Severo. O Capitão Manoel Martins Viana numa petição de terras no Apodi em novembro de 1755, refere-se: "a Serra chamada entre os brancos *SERRA DO FRADE* e por língua de gentio *PORÉ*". Toré, Boré. É a gaita indígena.

POROROCAS: — Lugar em João Câmara. De *pororog*, o que arre-benta com estrondo. É o macaréu (TS).

PÔRTO-MIRIM: — Povoação em Ceará-Mirim. Denominou-se inicialmente *CONAPOTU-MIRIM*, (1602), nome de riacho local, passando a *POTU-MIRIM*, e finalmente ao nome atual, embora não haja *pôrto* nenhum. Era aldeia do chefe potiguar Jacaúna, filho de Potiguaçu, o *tuixaua* de Igapó, no Potengi, "Camarão-grande". De *coná-poti-mirim*, "agora aqui o pequeno Poti". ("Camarão"). Exceto a tradução, acompanhei o raciocínio do saudoso Des. Luís Fernandes, (1856-1935).

POTENGI: — Rio em cuja margem direita está a cidade do Natal. O mesmo Rio Grande do Norte, dando nome à Capitania, Província e Estado. De *poti-gi*, rio dos camarões. Os Potiguares tinham aldeamento principal nas margens esquerdas do Potengi e eram apelidados *comedores de camarões*, de *poti-guara*. O chefe potiguar dom Antônio Felipe Camarão, foi agraciado com brasão d'armas, o *dom*, *têrça* e comenda de Cristo em 1633, chamando-se *POTI* a tradução oficial consagra-lhe a legitimidade do nome de *Camarão*. No Ceará há o município de Potengi, antigo IBITIARA.

POTÓ: — Lugar em S. Miguel. Besouro estafilínideo, segregando um líquido extremamente ácido, dilacerante e enodoante da epiderme.

PRATAGI: — Rio e povoação em Touros. Ilha em Macau. De *pará-tagi*, canal, braço do rio, ou *pirá-tagi*, braço de mar, canal onde há peixe. A segunda versão concorda com o local. Data-717, Ribeira do Açu, *buscando o Pratagi*.

PREÁ: — Ilha em Goianinha, *PREAS*, lagoa em S. Antônio. De *apé-reá*, mora no caminho, o que de contínuo se encontra nos caminhos, encontradiço. *Cavia apereá* (TS).

PUNAÚ: — Rio e povoação marítima em Touros. De *paná-u*, rio das borboletas. Em 1777, Manoel Gomes Tição possuía o “sítio Zumbi na praia do Punahu”.

PUXI: — Lagoa em Nísia Floresta e S. José de Mipibu, com o nome de *Lagoa do BOM-FIM*. De *ipu-xim*, a fonte, o manadouro brilhante, faiscante, pelo aspecto das águas transparentes; ou *i-poxi*, água má, imprestável, por não ser piscosa. Uma lagoa sem peixes mereceria todo o desprezo indígena. Era ainda sua denominação oficial em 1762, quando se fundou a Vila de São José. *HUPOCHY* em 1607. Frei Serafim de Catania mudou o nome de *PUXI* para *BOM-FIM* em 1863.

QUANDU: — Ver CUANDU.

QUATI: — Lugar em Luís Gomes. De *qua-ti*, o que é riscado ou lanhado, o que tem riscos pelo corpo (TS). Procionídeo, com muitas variedades, *Na sua solitaria*. Segundo documento de agosto de 1723 seria a denominação tupi do Rio Seridó, nome cariri. Francisco Fernandes de Souza, naquela data, requeria terras “entre a Serra da Borema e o Rio do Seridó e *Coaty pela língua do gentio*”.

QUEBRA-QUILOS: — Lugar em Serra Negra do Norte, também, chamado “Oitica”. Reminiscência da revolta popular, de fins de 1874 a meados de 1875, contra o sistema métrico decimal. Possível repercussão dos motins havidos na cidade do Príncipe, (Caicó), em 1875.

QUILOMBO: — Lugar em Pau dos Ferros. “Habitação clandestina nas matas e desertos, que servia de refúgio a escravos fugitivos”, informa Beaurepaire-Rohan. Africanismo. Do ambundo, de Angola, *kilombo*, acampamento, moradia afastada, arraial solitário.

QUIMPORÓ: — Rio em Florânia. Julgo vocábulo cariri, ocorrendo na região do Seridó, domínio do grupo étnico. De *quiê-poró*, esvaziar, tirar na estrada ao aproximar-se, ao chegar: cacimbas rasas, poças mais profundas determinadas pelas chuvas; água dos poços.

QUINQUÊ: — Serra em Florânia. De *quiquê*, aqui perto, ao pé, próximo. Era a serra mais avizinhada das primitivas moradas da povoação “Flôres do Vossurubu”. Data-634. Ribeira do Seridó — “Riacho Quimquêzinho que nasce na Serra da Dorna, o outro riacho Quimquê que nasce na serra do Jucurutu”: sesmaria do Capitão-Mor Cipriano Lopes Galvão e de seu irmão o Sargento-Mor José Lopes Galvão.

QUINTIMPROÁ: — Rio em Lajes. *Quintimproá-choiô*. De *qui-quiê-poá-xoró*, o rio enxurrada, torrencial, mais próximo, subentenden-

do-se às povoações. Creio, porém, topônimo cariri. Data-734, de 1764, fazenda *Quintinproha*, entre o Ceará-Mirim e Potengi.

QUINTURURÉ: — Povoado no antigo município de São Gonçalo. Data-53, *Quintururé*. Ver CATURURÉ.

QUIPAUÁ: — É o nome indígena do Rio Barra Nova no Caicó. Altera-se para *Capauá* e *Cupauá*. De *caá-pauá*, na orla, na beira do mato, entre matos. Denominação adequada a um rio de tabuleiro, afluente do Seridó. Ver CAPAUÁ.

QUIRAMBU: — Antiga fazenda em S. José de Mipibu, depois conhecida por BAGAÇO em razão de o proprietário Antônio Miranda espalhar sem ordem os *bagaços* do seu “torcedor” de cana-de-açúcar, funcionando no local. Denominou-se MONTE ALEGRE nos finais do Séc. XIX. Distrito com esse nome em 1938. *QUIRAMBU* de 1943 a 1948 quando voltou a ser MONTE ALEGRE. Município em 1953. De *quiri-imbú*, o cipó aquoso, que conserva água. A data-de-sesmaria n. 602, de João Francisco Ribeiro, primeira metade do Séc. XVIII, era em *Quirimbu*, *Ribeira de Goiana*, Cipó-d’água.

QUIRI: — Povoação em Ceará-Mirim. De *quiri*, delgado, franzino. Cipó-quiri, *Cordia goeldiana*, Hub. MATA-QUIRI, lugar em S. José de Mipibu.

QUIXABA: — Lugar em Mossoró, Macau, S. Tomé, Nova Cruz. Topônimo vulgar nos derivados, QUIXABEIRA, QUIXABINHA. De *quixab*, o corte, a cortadura, referindo-se aos espinhos agudos da *Bru-melia sertonum*, Mart. Rompe-gibão.

QUIXADÁ: — Lagoa em Macaíba. Tribo cariri no Ceará. De *quixa*, o que corta, dá por *etá*, pedra que corta ou pedra cortada (Tomás Pompeu Sobrinho).

QUIXERÁ: — Rio em Caicó e Serra Negra. Vocábulo cariri. Quixoré e Quixodé, rio em Florânia.

RAPÉ: — Lugar no Apodi. De *ra-pé*, no caminho.

REDINHA: — Distrito-vila, à margem esquerda do Potengi no município de Natal. A *Redinha-de-Fora* é o local arruado. A *Redinha-de-Dentro* fica na foz do Rio da Redinha, Rio Doce, Rio Guajiru, desagadouro da lagoa de Estremoz. Topônimo conhecido desde o primeiro terço do Séc. XVIII. De REDINHA, vila em Pombal, Leiria, na Beira Baixa, Portugal.

REGO MOLEIRO: — Povoação em S. Gonçalo. De “Rodrigo Mo-leiro”, seu fundador à volta de 1770. Em 1798 já se dizia *Rego-Mo-leiro*. Em 1910, a Intendência Municipal denominou-a *ALBERTO MARANHÃO*, não se divulgando na retentiva popular.

RIACHUELO: — Município em 1963, desmembrado de S. Paulo do Potengi. Antiga povoação em S. Gonçalo. Reminiscência da batalha naval de 11 de junho de 1865, em que o almirante Barroso destruiu a esquadra do ditador Francisco Solano Lopez, do Paraguai. *Riacho*, e o sufixo diminutivo castelhano, *elo*: o riachinho, o pequeno riacho.

RUMFÃO: — Povoação em Sant’Ana do Matos. *Rumfam*, em 1755, então sítio no Açú. Antigo jôgo em Portugal.

SABE-MUITO: — Tradicional lugar, fazenda, riacho, povoação, em Caraúbas. Nestor Lima registou a origem do topônimo. O pernambuca-no Antônio Pinto Coutinho ouviu de um seu *agregado*, um *caboclo domesticado*, indígena, quando punha em dúvida o descobrimento de um ôlho-d’água ao pé do Serrote: — *EU SABE MUITO!* Não se informa a época. Pinto Coutinho teria o sítio por compra e não data-de-sesmaria. Já em 1706 tinha êsse nome. Em 1733 seu dono era o Sargento-Mor Dionísio da Costa Soares. Em SABE-MUITO nasceu o eminente magistrado e erudito pesquisador da História do Rio Grande do Norte, desembargador Luís Manuel Fernandes Sobrinho, (1856-1935).

SABIÁ: — Riacho em Angicos. De *coó-biã*, o animal aprazível, ma-vioso. *Turdus sabiá*. Rodolfo Garcia, (NOMES DE AVES EM LIN-GUA TUPI, Bol. Museu Nacional, vol. V, n. 3, Rio de Janeiro, 1929), traduziu: — *haã-piy-har*, aquêlê que reza muito. A primeira versão é de Teodoro Sampaio.

SABUGI: — Município, SÃO JOÃO DO SABUGI, nome atual em 1890, desmembrado de Serra Negra do Norte em 1948. Rio nesse município, e serra. Rio no Caicó. De *capó-gi*, o rio das raízes. “Terra detrás da Serra do Sabogy”, data-49, de 1689.

SAGI: — Rio e povoação em Canguaretama. De *uça-gi*, rio dos *uçás*, dos caranguejos *uçás*. *Oedi pleura cordata*. *Osá*, no Amazonas, segundo Stradelli.

SAGU: — Povoador em Santa Cruz. Do malaio *sagu*, *Metroxylon laeve*, Hart, de que se utilizava a substância amilácea do miolo, tornado farinha, para papas e mingaus revigorantes. Planta exótica no Brasil.

SAGÜIM: — Serrote em Angicos. Lugar em Florânia. “Aroeira do Sagüim” no Açu. De *çóó-coim*, os olhos inquietos, vivos. Pronunciam também *souim*, que é corrução de *çóim-im*, o bichinho, o animalejo (TS). Soím, Sauím, Sonhim, Sauí. Hapalídeos.

SAMAMBAIA: — Serra em Santa Cruz. Localidades limítrofes de Barreto e João Câmara. De *çama-mbai*, o trançado de cordas, cordas entrelaçadas formando parapeito, cordas emaranhadas, alusão à trama confusa dessas plantas sociais, invasoras. *Filix herbacea*. No Norte do Brasil a *Samambaia* é uma *Tilandsia*, vulgarmente conhecida por *Barba-de-Velho*, composta de filamentos emaranhados (TS). Barba-de-Pau.

SAMANAÚ: — Serra em Santa Cruz, S. José de Campestre e Caicó. De *cama-na-u*, a colina, a elevação, a misturada de preto, listrada de negro (TS). Recebeu-a o padre Manoel Gomes de Azevedo em maio de 1799, a do Caicó. Samanaiú. Semanayhu. Nome do Rio Paneminha. “Entre o Rio Seridó e a Serra Samanaiú”, data-224, 1723, a Manuel de Sampaio Coelho.

SAMBAQUIXABA: — Riacho no Açu e Acari. Camboa em Areia Branca. De *tambá-quixaba*, jazida das conchas, o depósito, o banco das conchas (TS). Sambaqui, tambaqui, ostreira. *Chã da Quixaba* é inadmissível. Nome de uma árvore, mencionada na sesmaria n.º 635, na Ribeira do Seridó, segunda metade do Séc. XVIII: — um pé de *samba-quixaba*.

SANHARÓ: — Lugar em Luís Gomes. O mesmo que *Sanharom*, *Sonharão*. Ver SONHAROM. Município em Pernambuco.

SANHAROM: — Lugar no Apodi. De *çóó-nharom*, o bicho bravo, animal agitado. É uma abelha preta, mordaz. *Trigona amalthea*, Oliv (TS). Sanharó, Torce-cabelo, Tujumirim, semelhante à nossa Irapuá ou Arapuá.

SANHOÁ: — Lugar em João Câmara. É o peixe *Genyatremus luteus*. Caicanha. Sanhauá.

SAPÉ: — Povoação em S. José de Mipibu. De *eça-pé*, ver caminho, aluminar. É a gramínea conhecida de que se fazem fachos e tectos de habitação. *Sac charum sape* (TS). Município na Paraíba. Em 1821 o sítio do *Sapé* pertencia a Estevam José Dantas.

SARAPÓ: — Lugar em S. José de Mipibu. De *carã-pó*, o que escapa ou escorrega da mão. É o nome de um peixe de água doce em forma de enguia (TS). *Carapus fasciatus*.

SARIEMA: — Topônimo vulgar, aplicado a tabuleiros, várzeas, baixios. De *cari-ama*, a crista levantada, alta. É a *Dicholophus cristatus*, Ill (TS). Siriema, Simiema.

SAUÊ: — Lugar em S. José de Mipibu. De *içau-é*, a formiga mestra, diversa, a saúva de outra espécie (Alfredo de Carvalho).

SAÚNA: — Lugar em Macaíba e Serra Negra do Norte. De *eça-una*, ôlho prêto. Mugilídeo, do tipo tainha, *Mugil inciles*. Sajuba.

SERIDÓ: — Região compreendendo vinte e dois municípios, tendo nome do rio que, atravessando Parelhas através do boqueirão, despeja no Piranhas, além do Caicó. Os municípios de Jardim do Seridó, (1959) e S. José do Seridó, (1963), conservam o topônimo. De *ceri-toh*, sem folhagem, pouca folhagem, pouca sombra ou cobertura vegetal, segundo Coriolano de Medeiros. Município na Paraíba.

SERRA DO DOUTOR: — Pertencente à cordilheira da Borborema nos municípios de Campo Redondo e Currais Novos. Alusão a um proprietário na região, Antônio Joseph Teixeira de Moraes, português de Trás-os-Montes, Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra em 1750. Em 1760 estava no Rio Grande do Norte, casado com D. Maria d'Anunciação de Jesus, filha do Capitão-Mor Félix Ferreira da Silva e D. Francisca Corrêa Ferreira, tendo três filhos. Morreu assassinado em Arez a 25 de dezembro de 1765.

SERRA DO LIMA: — Nos arredores da cidade do Patu, famosa pela Capela de N. S.^a dos Impossíveis, construída em 1758 pelo Coronel Comandante do Regimento de Cavalaria de Ordenanças das Várzeas do Apodi, Antônio de Lima de Abreu Pereira. Deu nome à Serra DO LIMA. Em 1788 ainda vivia (ver PATU). Ignora-se quando e onde faleceu. Era casado com D. Paula Moreira Braba, ou Braga, e não deixou filhos. O sobrinho e herdeiro, Manoel da Cunha Camelo, falecido em 1866, remodelou a Capela, e adquiriu nova imagem, que é a atual. Já em 1760 a Capela, no alto da Serra do Lima, era lugar de peregrinações.

SERTÃO: — Topônimo vulgar, mormente no diminutivo, *Sertãozinho*. Significa unicamente o interior. Região oposta ao litoral. Nenhuma sugestão de deserto, despovoado, solidão. A etimologia de *sertão* é imagem literária do Séc. XIX. Na carta de Pero Vaz de Caminha, maio de 1500, aprende-se o sentido verdadeiro: "não duvido que por êsse sertão haja muitas aves. . . Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande". O Rei D. João III, no "Regimento" dado em 17 de dezembro de 1548 ao primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé

de Souza, fixa a tradução: "Porque averei por muito meu serviço descobrir se o mais que poder pelo sertam adentro da terra da Bahia". João de Barros, (DECADA, I): — "a ida destes espertou os de dentro do sertão". Damião de Goes, (CRONICA DE D. MANOEL): "Hamed, o qual o mais do tempo estava dentro no sertão." Padre Antônio Vieira, (CARTAS, 15): "E não só não desceriam do sertão." Na linguagem das sesmarias, desde o Séc. XVII, e sinônimo da dimensão transversal, largura. Sesmaria n.º 126, 1708, na Ribeira de Mossoró: "Três léguas de comprimento e uma de largo, começando do Morro do Tibau, correndo para o sul pela costa e uma de largo para o sertão."

SIBAÚNA: — Rio em Canguaretama. De *tambá-una*, a concha preta, molusco de água doce, ou de *camaíba*, árvore de corda ou que tem fibra que dá cordas. *Eriodendrum samauma*, Mart (TS).

SIRI: — Lagoa no Açú. De *ciri*, o que corre, ou desliza. Crustáceo conhecido. Seri.

SOROCABA: — Lugar-limite de Upanema com Governador Dix-Sept Rosado. De *corocab*, a ruptura, o rasgão, em alusão às rasgaduras naturais em torno da cidade no Estado de São Paulo (TS). Ignoro as justificativas locais do topônimo.

SOROROCA: — Lagoa no Apodi e Mossoró. De *coó-coroca*, o animal rasgado, lanhado, riscado, alusão à pele do peixe, *Scomberomurus maculatus*, a cavala-pintada ou cavala-pinima. É também uma planta musácea, *Rayena la guyanensis*, Bent. (TS).

SUAÇUNA: — Riacho em Luís Gomes. De *çóð-açu-una*, o veado prêto.

SUATÁ: — Lagoa e povoação em S. Antônio. De *çóð-atã*, a caça forte, carne rija.

SUÇUARANA: — Lugar em Augusto Severo e Parelhas. Rio em Currais Novos. Riacho em Luís Gomes. De *coó-açurana*, parecido com o veado, tendo a côr do veado. É o felino de pele parda, *Felis concolor* (TS). Onça parda.

SUÇUATÁ: — Lugar em Goianinha. De *çóð-açu-atã*, o veado resistente, de carne dura. É o veado-galheiro, o de maior porte. Citado na Ribeira do Trairi em 1707.

SUCUPIRA: — Lugar no Apodi. De *cibepira*, a alisada, a esfregada. Alusão à madeira pesada que não fende e recebe bom polimento. *Bowdichia virgioides* (TS).

SUCURU: — Lugar em Goianinha. De *çucu-iiú*, a sucuri, cobra-d'água, *Eunectes Marinus*. De *çuu-curu*, por *curi*, morde rápido, atira o bote (TS).

SUMARÉ: — Lugar em Goianinha. De *çumã-ré*, tende a ligar, o ligamento; o grude, a cola. É a orquídea *Lytopodium grutiniferum*, Badd, que dá um suco como cola, muito usado no fabrico de instrumentos de corda (TS). Rabo-de-tatu.

SURUBAJÁ: — Rio comunicando a lagoa de Papari em Nísia Floresta com a de Goaraíras; povoação em Arez; sede do município Senador Georgino Avelino (1963). De *çurubi-iá*, por *rá*, senhor do peixe surubi ou bagre; lugar de muito bagre. J.A. Padberg-Drenkpol, respondendo a uma minha consulta.

TABAJARA: — Lugar em Macaíba. De *taba-iara*, senhor, dono das tabas. Tribo tupi que habitou o Ceará e a Paraíba.

TABATINGA: — Lagoa em Angicos. Povoação em Nísia Floresta, Macaíba e Alto do Rodrigues. De *tauá-tinga*, o barro branco, barreiro de argila branca. BARRA DE TABATINGA em Nísia Floresta ou BARRA DE ESTÊVÃO RIBEIRO, a "Barra Velha".

TABOCA: — Lugar em Nova Cruz. De *ta-boca*, a haste furada, o tronco ôco (TS). *Guadua tagoara*, Kunth. Bambu. TABOQUINHA, lagoa em S. Antônio e S. José de Mipibu. De *taboca* e o diminutivo português *inha*. *Panicum latifolium*, Linn. Conhecidas gramíneas.

TABORDA: — Lugar em S. José de Mipibu. Nome do antigo proprietário em 1706, Manoel Rodrigues Taborda, membro do Senado da Câmara de Natal.

TABUA: — Lagoa em Augusto Severo e Angicos. Povoação em Touros e Taipu. Nome de uma ciperácea, *Cyperus giganteus*, Vahl, que fornece material para cestos e outros trabalhos de espartaria. Existe também uma tifácea, *Typha dominguenensis*, Pers, que dá celulose quase pura para o fabrico de papel translúcido. As tifáceas também prestam colaboração vultosa nas obras de trança. O nome é português e não indígena. Denomina uma vila em Ponta do Sol, Funchal, Ilha da Madeira.

TACIMA: — Riacho da Bôca da Tacima, em Arez, (1819). Lagoa em Vila Flor, (1822). Tradicional via de acesso na SERRA DE SÃO

BENTO, município em 1958, "Estrada da Tacima". De *itá-cim-a*, a pedra polida, lustrada, lisa. Município na Paraíba.

TAIPU: — Município em 1891, desmembrado do Ceará-Mirim. De *itá-ipu*, a fonte das pedras, ou de *itá-i-pu*, a pedra ressonante, pedra-de-sino, fonólito. Em 21 de novembro de 1709 o Coronel Manoel Rodrigues Coelho era proprietário de terras *na parage chamada TAIPU GRANDE*, onde havia um poço d'água perene.

TAMANDUÁ: — Lugar em Augusto Severo. Rio em Currais Novos e Ceará-Mirim. De *tamondudá*, o caçador de formigas. O componente *tá* é a forma contrata de *taci*, formiga. É o nome tupi dos Mirmecófagos (TS).

TAMARINDO: — Lugar em Serra Negra do Norte. Do árabe *tamar-hindi*, tâmara da Índia, *Tamarindus indica*. Os portugueses trouxeram-no da Índia para o Norte do Brasil nos finais do Séc. XVI ou princípios do XVII. Em 1587, não havia na Bahia e em 1618 frutificava na Paraíba. Tamarino.

TAMATANDUBA: — Povoação em Pedro Velho. De *tamatan-tiba*, o lugar dos tamuatás, o peixe *Cataphractus callicythyds*. Camboatá, Camuatá, Cametá, Tamatá, Tamuatá. Ver CAMETÁ. Entre essa povoação e Cunhaú ficava a famosa LADEIRA DO SUSPIRO, recordando a luta feroz entre Antônio Pereira de Brito Paiva, (1811-1901) e André de Albuquerque Maranhão Arco-Verde, (1797-1857), de 1838 a 1844. Transitava-se pela sinistra passagem anunciando-se pelo canto ou assobios, sob pena de ser alvo das descargas dos assalariados das duas facções, ocultos nas margens da estrada. Lagoa em S. José de Mipibu.

TANGARÁ: — Antiga povoação RIACHO, município em 1958, desmembrado de Santa Cruz. De *atá-cará*, o que anda aos saltos, o que dança aos saltos, o pulador (TS). É nome dado a diversos Piprídeos, especialmente à *Chiroxiphia caudata*, Swainson. É tradicional e famosa a *dança dos tangarás*. Não pertence à avifauna norte-rio-grandense.

TAPACURÁ: — Lagoa em Santo Antônio. Significa os cueiros, as ligas, a jarreteira, as ataduras (TS). As donzelas indígenas usavam uma liga abaixo do joelho, *tapacurá*, somente desfeita depois do matrimônio. "Lagoa de Itapacurá, dos Veados ou Tacima", em 1822, em Vila-Flor e Arez. Ver ITAPACURÁ.

TAPAIUM: — Lugar no Apodi. De *tapuia-una*, o tapuia negro, o bárbaro negro, possível denominação pejorativa aos escravos africanos

que acompanharam os irmãos Nogueira na conquista da região, nas últimas décadas do Séc. XVII. Ou virá de *itapé-una*, o lajedo negro. Ver ITAÚ.

TAPARÁ: — Lagoa em Macaíba. De *tá-pará*, rio prêso ou colhido. É como se chama no Amazonas a água da enchente que permanece estagnada, dentro da mata, logo que se declara a vazante, e onde o peixe se acumula de modo prodigioso à medida que, com a sêca, a estagnação se reduz. É citação de Alberto Rangel interpretada por Teodoro Sampaio. Documento de março de 1735 citava: "A grande lagoa do Junco que hoje chamam TAPARÁ".

TAPERA: — Riacho em Angicos e Caicó. Lugar em Augusto Severo. De *tap-éra*, a aldeia extinta, a ruína, o lugar onde existiu uma povoação (TS). Tapera é também a casa arruinada, em escombros. "A tapera de Lucas Gonçalves. . ." (1695).

TAPERUBU: — Lagoa em Goianinha. De *taper-obi*, a ruína verdejante ou invadida pelo mato. Pode ser também corrupção de *taper-obi*, a terra das ruínas ou das taperas (TS). Creio mais aplicável a primeira versão.

TAPIATÁ: — Antigo nome da localidade POUSA, no Taipu. De *itá-piatá*, pedra do descanso. Lugar de *arrancho* dos "comboios", demandando o litoral.

TAPIOCA: — Praia em Macau. De *tapi-oca*, tirado ou colhido do fundo; o sedimento, o coágulo, o resíduo do suco da mandioca. Alt. Tapioca (TS). Bôlo sêco de goma da mandioca.

TAPITANGA: — Povoação em Macaíba. De *itá-pitanga*, a pedra vermelha. Data-865, 1792, nos testados da Tapitanga.

TAPUIO: — Rio no Apodi. Lugar e riacho no Açú. Serra no Caicó. Riacho em Lajes. Lugar e riacho em Governador Dix-Sept Rosado, com minas de gesso. No singular e plural, topônimo divulgado. Na classificação primitiva era o habitante do interior, o bárbaro, o indígena não-tupi. Sob esse nome reuniam os indígenas de tôdas as raças com o título vago de *Tapuia* que, para o povo em comum, é sinônimo genérico do aborígene, como ainda ocorre no Pará-Amazonas. O *tapui* ou *tapuia* sempre foi entendido como o *não-civilizado*, refratário ao convívio dos *brancos*, dos *cristãos*, caboco-brabo, "largado no mato". A divisão etnográfica de outrora dividia a região entre *tupis no litoral* e *tapuias no interior*, no sertão, "nas brenhas". Essa é a imagem instintiva e geral (Stradelli, Tastevin, Teodoro Sampaio), modificada atualmente quan-

do se verifica a não-existência de *tapuios*, como grupo humano específico e culturas caracterizadas. Pelo Nordeste, nos Séculos XVII e XVIII, a menção do *tapuio* era uma alusão ao cariri, ao tarairiú. As denominações originavam-se desse conceito.

TAPUIPARACEITABA: — Nome antigo da Ponta da Pipa, Goianinha. De *tapui-pará-renda-ba*, o rio dos tapuios, dos indígenas inimigos.

TARUMÃ: — Lugar em Goianinha. Árvores verbenáceas vulgares no Amazonas. Não existem no Rio Grande do Norte. É uma recordação do extremo-norte.

TATAÍRA: — Lugar em Pau dos Ferros. De *tatá-eira*, abelha de fogo ou mel de fogo, *Trigona tataira*. Mul; de mel picante e desagradável. A tataíra é extremamente brava. Alt. Abelha caga-fogo (TS).

TATAJUBA: — Antigo local no bairro da Ribeira, Natal, no cruzamento das Ruas Padre Miguelinho e Ferreira Chaves, onde havia uma *Maclura tinctoria*, Endl, abrigando pequena feira diária e matinal, desaparecida, recordada nas tradições populares. De *tatá-iba*, pau de fogo, pelo amarelo escuro da madeira. TATAJUBEIRA.

TATU: — Lugar em Augusto Severo. De *ta-tu*, o casco encorpado ou grosso, couraça. *Dasypus* (TS).

TAUÁ: — Lugar em Caraúbas. De *taguaba*, pedra ou argila de comer, o barreiro (TS). Barro salgado que os animais costumam lamber, sendo ponto escolhido para caça noturna, de tocaia. Com esse nome os tupis denominavam a côr amarela. Município no Ceará.

TIBAU: — Canal da lagoa de Guarairas para o mar, entre Arez e Goianinha. Povoação desmembrada desse último, tornado município em 1963, TIBAU DO SUL. Distrito de Areia Branca 1938, hoje Vila do município de Grossos, 1935. O Morro do Tibau é o limite com o Ceará. Povoação em Mossoró. De *tipaum*, entre duas águas, ou entre dois rios.

TIÇAO: — Lagoa em Angicos. De Manoel Gomes Tição, seu proprietário em 1777.

TIÇURU: — Rio na cidade do Natal, depois RIO DO BALDO (1761), atravessando a Praça Carlos Gomes. Era a principal fonte de abastecimento d'água para os moradores durante mais de dois séculos. Em sua vizinhança ficou a CRUZ DA BICA, limite sul do *sítio da Cidade*, e que se tornou centro de devoção popular, a *Santa Cruz da Bica*, com festas em 3 de maio. De *ti-ruçu*, água grande. Alt. *Tiuru*.

TIJURU: — O mais antigo nome da lagoa de Estremoz. De *ti-iuru*, a bôca, garganta, barra do rio (Séc. XVI).

TIMBAÚBA: — Lagoa em S. Antônio, Serra Negra do Norte e S. João do Sabugi. Lugar em Sant'Ana do Matos, Augusto Severo, Jardim do Seridó e Açú. Rio em Currais Novos. Povoação em Jucurutu e no Caicó, **TIMBAÚBA DOS BATISTAS**, município em 1963. De *timbó-iba*, árvore de espuma. O fruto da timbaúba, *Enterolobium contortisiliquum*, Morong, tratado com água dá espuma, servindo ao povo de sabão (TS). Orelha de Negro, Tamboril, Tambori. — Município em Pernambuco.

TIMBÓ: — Povoação em Nísia Floresta. Lugar no vale do Ceará-Mirim. Significa o bafo, a fumarada, o vapor d'água. Planta cujo suco mata o peixe. *Paulinia pinnata* (TS). O chamado Timbó-de-peixe é a *Serjania cuspidata*. Lagoa do Timbó em 1706, Data-89.

TINGUI: — Lugar em Areia Branca. De *ti-gui*, o líquido que vem o sumo, a espuma, o enjôo, o enfado. É o cipó *Jacquinia tingui* (TS). Utilizado para entorpecer o peixe no processo da pesca pela *Tinguijada*.

TINGUIJADA: — Lagoa em S. Antônio. Povoação em Uruaçu, Macaíba, local do massacre de 3 de outubro de 1645. De *tingui*, e o sufixo *ada*. Pesca batendo-se o tinguí nas águas remansosas de lagoas e rios lentos. Corresponde à **EMTRUVISCADA**, vulgar no Séc. XVI, em Portugal. É de uso milenar pela Europa. Ocasão de festiva convivência no Brasil-Velho.

*Nos dias de Tinguijada
Que folganças! Que folia!
Ao som da estúrdia viola
Belo peixe se comia!*

TORORÓ: — Rio e lugar em Currais Novos. O mesmo que *Tororó*, *Xoxoró*, *Xoró*, *Toró*, a enxurrada, o rio de torrente pluvial.

TOROROMBA: — Povoação em Nísia Floresta. De *tororó-mbaba*, o fim da enxurrada.

TRAÍRAS: — Povoação em Macaíba. De *tara-guira* ou *tar-a-guira*, o que bamboleia, ou está de rôjo, por êsse peixe de água doce viver mergulhado na vasa, lama (TS). *Erythrinus tareira*. "Poço chamado das Traíras", data-221.

TRAIRI: — Rio que atravessa os municípios de Santa Cruz, S. José de Mipibu e Nísia Floresta, despejando na Lagoa de Papari e depois

no mar pela barra do Camorupim. De *taraira-i*, o rio das traíras. A cidade de Santa Cruz denominou-se inicialmente VILA DO TRAIRI, (1876). SÃO BENTO DO TRAIRI, desmembrado de Santa Cruz em 1958, conserva o nome do rio. Município no Ceará.

TRANGOLA: — Lugar em Currais Novos. Homem de longo corpo, feio, macilento, descorado, na linguagem popular portuguesa do Séc. XVI.

TRAPIÁ: — Lagoa no Apodi. Rio em Lajes. Lugar em Angicos, S. Antônio. Açú, Parelhas, Augusto Severo e Patu. De *tapiá* ou *tapiiá*, o grão, o testículo. Fruto da árvore *Crataeva tapia*, Lin, *Gallesia secrodendron* (TS). Tapiá.

TUBIBA: — Lugar em S. Bento do Norte. Lagoa em S. José de Mipibu. De *tub-i*, abelha pequena, *Trigona tubiba* (TS). Alt. Tubixá, Tubi.

TUBIBAL: — Povoação em Lajes. Reunião, revoada, enxame de tubibas.

TUIUIÚ: — Lagoa em S. João do Sabugi. Lugar em Jardim do Seridó. De *tuiug-tu*, a lama podre, a lama amarela. Há também um pássaro com esse nome, o *Tantalus americanus*, Lin, de *tu*, por *ti*, bico, e *iuiu*, amarelo-amarelo, o bico muito amarelo. Tujuju. Data-819, Ribeira do Panema, 1784, "no riacho do Meio ou Tuiuiú".

TUPÁ: — Povoação em Angicos. Lugar no Açú. De *tu-pã*, o golpe, o baque estrondoso, o trovão. Dado pelos missionários do Séc. XVI como símbolo de Deus. O indígena jamais conheceu Tupã nessa acepção antes da catequese. O Prof. A. Trombetti demonstrou que o trovão era a significação mais difundida e tradicional da divindade: PULUGA, IL NOME PIÙ DIFUSO DELLA DIVINITÀ, Bolonha, 1921. Ver MULUNGU.

TUPI: — Lugar no Açú e Taipu. Grande raça histórica do litoral do Brasil no Séc. XVI, aliada e adversária dos portugueses, com a maior e mais acentuada presença indígena na cultura popular brasileira. A tradução é controvertida. Teodoro Sampaio regista duas: — *tu-upi*, o pai supremo, o primitivo, o genitor, e *tuppin* ou *tupin*, tio, o irmão do pai. Os Potiguares eram tupis.

UBAEIRA: — Povoado em Augusto Severo. De *ibá-aia*, o fruto azêdo, ácido, picante. *Eugenia uvalha*, Camb. Lugar em Lajes. Árvore

das ubaiás, mirtácea. **UBAIA**, lugar em Augusto Severo e Lajes. Alt. Uvaia.

UBARANA: — Lugar em Ipanguaçu. De *ibá-rana*, o falso pau, parecido com a madeira. É um peixe Elopídeo, *Elops saurus*.

UIRAPURU: — Povoação no município de Tangará. De *uirá* ou *guirá*, pássaro, e *puru*, ornado, enfeitado. Vários pássaros amazônicos são apresentados como sendo o verdadeiro uirapuru. Dizem-no de canto irresistível, fazendo todos os demais silenciarem. A grafia **IRAPURU** não é recomendável, provindo de *ira*, mel, e não de *uirá*, pássaro.

UMARI: — Rio no Apodi, Patu, Caraúbas. Lagoa em Angicos. Lugar em Augusto Severo. Raro será o município do sertão sem êsse topônimo. De *i-mori*, por *uba-mo-ri-i*, a árvore que verte água, em alusão ao fenômeno de, no inverno, dar tanta água dos olhos que chega a molhar o solo. É a *Geoffroya spinosa*, Lin (TS). O padre Fernão Cardim, na primeira metade do Séc. XVII, registara *Da árvore que tem água*, Antônio Bezerra, em 1885 notara no Ceará: "É sabido que no tempo mais sêco pela manhã as marizeiras gotejam a ponto de molhar o solo sob suas copas, como se fôsse aquela umidade produzida pela chuva". Verão, e não no inverno, como pensava Teodoro Sampaio. **MARIZEIRA.** — **MARI.** "Porto do Mari" em Goianinha, margem da lagoa de Groáiras, Guaráiras. Também topônimo em **UMARIZEIRA**. Umari, município no Ceará.

UMARIZAL: — Vila do Martins, denominada GAVIÃO, próxima ao riacho do mesmo nome. **DIVINÓPOLIS** em 1925. **UMARIZAL** em 1943. Município em 1958. Abundância de umarizeiras, marizeiras, árvore dos umaris ou maris. Ver **UMARI**.

UMBU: — Ver **IMBU**.

UMBURANA: — Ver **IMBURANA**.

UMBUZEIRO: — Ver **IMBUZEIRO**.

UNA: — Riacho em Goianinha. De *u-una*, água preta, rio d'água escura.

UPANEMA: — Povoado em Areia Branca, Sant'Ana do Upanema, povoação em Mossoró. Povoação desmembrada de Augusto Severo, município em 1953. Denominado pelo rio que nasce no Patu, atravessa Caraúbas e Augusto Severo, formado pelo Gado Bravo e o Adquinhon, tomando o nome de Rio do Carmo a lançar-se no Rio Mossoró, três léguas antes de êste desembocar no mar. A sede chamava-se Curral

da Várzea, RUA DA PALHA, depois CONCEIÇÃO DO UPANEMA, refundada pelo Padre Francisco Adelino de Brito Dantas (1828-1893), em 1867, à margem do rio, padrinho do topônimo. Vila em 1938. De *u-panema*, água má, imprestável, por não ser piscosa. O mesmo que Ipanema. PANEMA sempre foi o nome popular, admitindo a versão de *pe-nemã*, caminho de voltas, pelas curvas da artéria fluvial.

URIUNA: — Rio em Canguaretama. De *uru-una*, o vaso, a vasilha negra. HIRIUNA, 1612. Galinha-negra.

URTIGAL: — Um dos nomes seculares de NOVA CRUZ. Talvez coexistente ou posterior a ANTA ESFOLADA, embora com menor registo documental. Campo, abundância de urtigas. Manuel Dantas não citou URTIGAL no seu *DENOMINAÇÕES DOS MUNICÍPIOS*, (Natal, 1922). Não o encontrei nos registos impressos nem na documentação manuscrita.

URU: — Lagoa no Martins. De *iuru*, bôca. Nome comum das aves galináceas no idioma tupi. Espécie de surrão de couro, com larga abertura. “Na lagoa chamada Uru”, requeria, em novembro de 1755, o Capitão João Leitão Arnoso, referindo-se à Ribeira do Apodi.

URUMUÁ: — Ver IRIMUÁ.

URUÁ: — Povoação para onde foi transferida a sede municipal de Vila-Flor, POVOAÇÃO DO URUÁ, tomando a denominação de VILA DE CANGUARETAMA, 1858. A circunscrição religiosa tinha o nome de PENHA, dado pelo missionário capuchinho Frei Serafim de Catania, conservada pela lei provincial n.º 468, de 27 de março de 1860, para a freguesia. Uruá é um molusco gasterópode, do género Ampulária. De *iuru-á*, bôca aberta. Na confusão dos três nomes, cantava-se:

*Oh Vila! Dize teu nome,
Também te quero chamar
Tu és a Vila da Penha,
Canguaretama ou Uruá?*

URUAÇU: — Povoado em Macaíba. De *iuru-a-açu*, o uruá grande. “Tingujada”, onde ocorreu o massacre de 1645 é região do Uruaçu. “Huoacu” em 1609.

URUBU: — Serrote no Apodi. Olho-d’água em Lajes. Topônimo vulgar. De *uru-bu*, a ave negra (TS).

URUCARÁ: — Rio limite de S. José de Mipibu e Arez, desaguando na Lagoa de Papari, em Nísia Floresta. De *uru-quará*, esconderijo,

buraco, refúgio dos urus. Uru é a designação comum aos galináceos, na língua tupi. Grafia de 1709, *Uruquará*.

URUCUTUBA: — Lugar em S. José de Mipibu. De *urucu-tiba*, abundância de urucus, *Bixa orellana*, dando a tinta vermelha com que os indígenas se pintavam. “Laranjeiras” pertencia à Data de Urucutuba.

URUGUAIANA: — Lugar-limite de Augusto Severo e Caraúbas. De *uruguai-rana*, semelhante, parecido com o Uruguai, rio dos búzios ou dos caracóis. O nome veio da cidade no Rio Grande do Sul, tornada popular em 1865 com o domínio e posterior derrota dos paraguaios que se haviam apoderado da praça, rendendo-se ao Imperador D. Pedro II.

URUMUÁ: — Ver IRIMUÁ.

UTINGA: — Povoação em S. Gonzalo. De *i-tinga*, água branca. “Itinga”, no mapa de Marcgrave, 1643. Em 1804 era patrimônio de Capela, “Encapelado de Utinga”, data-896.

VIDÉO: — Riacho e lugar em Lajes, Patu e Baixo-Açu. Forma contracta e popular de *MONTIVIDÉO*, recordando a campanha de 1864-1865 contra o presidente Aguirre, do Uruguai. O povo denominou *guerra do VIDÉO*. Gustavo Barroso reuniu os episódios mais interessantes na sua *GUERRA DO VIDÉU*, São Paulo, 1930.

VOSSURUBU: — Nome primitivo da cidade de Florânia. Rossaurubu, Vossaurubu, Roça do Urubu, Flôres do Vossurubu. Provirá de *ibu-ça-rubú*, ôlho-d’água do urubu.

XAMBÁ: — Lugar no Açu e Augusto Severo. De *tambá*, *tamá*, *sambá*, *samá*, a ostra, o mexilhão, o que se contém na concha. O *c* ou *s* era chiado: cipó dizia-se xipó. Sambá, era, pois, Xambá.

XIQUEXIQUE: — Lagoa em Caraúbas. Riacho no Açu. Topônimo existente em quase todos os municípios do sertão. Teodoro Sampaio não crê que seja tupi. Nelson de Sena sugeria uma onomatopéia do rumor da planta, atritando as palmas espinhosas. É uma cactácea, do gênero *Cereus*. Do cariri, talvez valendo *espinho-espinho*.

ZABELÉ: — Lugar em Augusto Severo e S. José de Campestre. De *ecá-perá*, olhos encascados, ou cheios de cascas (Rodolfo Garcia).

Crypturus noctivagus, Wied. Teodoro Sampaio preferia provir da voz onomatopáica. Constitui tradicional caça sertaneja.

ZABELADA: — Riacho em Mossoró. Reunião, bando, revoada de zabelês. Nambu. Jaó, no Sul do Brasil.

ZAMBA: — Lugar em Nova Cruz. Africanismo. Zambeta, cambaio, torto das pernas. Em Alexandria há local denominado *TORTO*, topônimo equivalente. Correspondia ao tupi *Piapara*, *o-dos-pés-tortos* nome masculino.

ZANGARELHAS: — Povoação em Jardim do Seridó. Vocábulo português significando uma tarrafa de arrastar, de malhas largas e com dimensões maiores. Também barulhada, conflito, disputa acalorada. Curioso é recordar que, em setembro de 1893 houve uma luta sangrenta em ZANGARELHAS, então pertencente ao Acari, entre soldados do Batalhão de Segurança e populares. ZANGARELHAS tinha esse nome em 1790.

ZUMBI: — Povoação em Touros e Nísia Floresta. Lagoa em Goianinha. Em 1777 Manoel Gomes Tição possuía o *sítio do ZUMBI na praia do PUNAHU*. Em Angola diz-se *Zambi* e *Zumbi*. N'ZAMBI é divindade, potestade, N'ganga *Zambi*, Senhor Deus. Por translação aplica-se aos chefes, soberanos, aos Sobas poderosos. O chefe negro do quilombo dos Palmares tinha o título de ZUMBI. O ZUMBI significa espectro, duende, assombração, vindo de N'Zumbi. Assim, NZAMBI é deus, rei, chefe. NZUMBI é fantasma, visagem, diabinho. Ambos os vocábulos são pronunciados da mesma forma, ZUMBI. O ZUMBI que os escravos angolanos trouxeram para o Brasil é o espírito atormentador, zombeteiro, inquietante.

Segunda Parte

Que contém: I) Genealogia dos Municípios; II) Nominata alfabética dos Municípios; III) Resumo do movimento povoador nos cento e cinquenta Municípios.

"A Natureza, como se desenrola aos olhos do observador, não se pode compreender sem o Homem. . . É o Homem que empresta alta dignidade e significação à Natureza que o cerca.

C.F.F. von MARTIUS, VIAGEM PELO BRASIL,
II. 1828.

O primeiro município no Rio Grande do Norte foi a *CIDADE DO NATAL*, fundada em 25 de dezembro de 1599. Não tinha governo próprio, obtido em 1611, com os elementos essenciais de administração; um Juiz Ordinário, um Vereador, um Escrivão da Câmara e um Procurador dos Índios.

Assim, o município do Natal é no Séc. XVII. Jamais foi Vila.

Tivemos cinco aldeamentos indígenas dirigidos por missionários religiosos. Na segunda metade do Séc. XVIII, o Rei de Portugal, D. José I, por influência suprema do seu ministro, o Marquês de Pombal, mandou suprimir essas aldeias, transformando-as em Vilas, com os Pelourinhos, símbolos jurídicos de autonomia local, e governo eleito pelos cidadãos.

Tivemos as cinco primeiras Vilas, sedes de municípios: —

Vila Nova de Estremoz do Norte em 1760.

Vila Nova de Arez em 1760.

Vila de Portalegre em 1761.

Vila de São José do Rio Grande em 1762. O futuro São José de Mipibu.

Vila Flor em 1769.

No final da centúria, foram criadas mais duas Vilas, já povoações, ambas no mesmo ano:

Vila do Príncipe em 1788, que seria a cidade do Caicó.

Vila Nova da Princesa em 1788, que seria a Cidade do Açu.

Esses oito municípios constituíram o Rio Grande do Norte até a instalação do Império em 1822.

Nesse Séc. XIX, os municípios foram trinta e sete, clássicos, básicos, históricos.

Em 1832, Goianinha, por uma lei geral da Câmara dos Deputados do Império, extinguindo Arez. Depois, Arez reviveu e Goianinha continuou.

Em 11 de abril de 1833, nasceram Angicos, Acari, Apodi, São Gonçalo e Touros.

Foram criações do Presidente da Província em Conselho Presidencial. A Assembléia Legislativa Provincial não existia. Funcionou a 2 de fevereiro de 1835, e aprovou a criação de 1833 em leis subseqüentes.

Criados pela Assembléia Legislativa Provincial foram todos os demais municípios.

Santana do Matos em 1836.

Maioridade em 1841. Homenagem à maioridade de D. Pedro II um ano antes. É o município de Martins.

Macau em 1847.

Papari, Mossoró e São Bento, em 1852.

Pau dos Ferros em 1856.

Em 1858, Ceará-Mirim e Canguaretama, pela transferência das respectivas sedes, Estremoz e Vila-Flor. Nesse mesmo 1858, Jardim (do Seridó) e Campo Grande (Augusto Severo).

Em 1868, Nova Cruz, pela transferência da sede de São Bento. Carauabas, pela extinção de Campo Grande.

Serra Negra em 1874.

São Miguel (de Pau dos Ferros) e Santa Cruz em 1876.

Macaíba em 1877.

Campo Grande voltou a ser município em 1870 com o nome de Triunfo.

Arez foi restaurado em 1876.

Esses foram os municípios nascidos durante o Império.

Com o regime republicano, abriu-se a porta d'água e logo em 1890 apareceram sete. Todos pelo Governador do Estado. O Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior criou Coitêzeiras, (Pedro Velho), Luís Gomes, Santo Antônio. O Dr. Pedro Velho criou Patu, Jardim de Angicos, Currais Novos e Flôres (Florânia).

Em 1891, Taipu, pelo Governador Francisco Amintas da Costa Barros.

Em 1892, Areia Branca, pela Junta Governativa, Cel. Francisco de Lima e Silva, (ausente) Drs. Joaquim Ferreira Chaves e Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Foram êsses os famosos *TRINTA E SETE* municípios, campo de batalha política de 1892'a 1914.

O Séc. XX começara tranqüilo e apenas em 1914 houve uma transferência, de Jardim de Angicos para Lajes, criando-se município nôvo com a supressão de um antigo.

Tivemos Parelhas em 1920, pelo Presidente José Augusto Bezerra de Medeiros e em 1928, Baixa Verde e São Tomé, pelo Presidente Juvenal Lamartine.

Naturalmente foram leis estaduais, mas a iniciativa e desejo eram notôriamente conhecidos, partindo do Executivo.

Durante o período interventorial viveram e progrediram outros três municípios: Irineu Joffely, logo em novembro de 1930, criou João Pessoa, que o Governador Rafael Fernandes fêz voltar, em 1936, à velha denominação de Alexandria, (1913). O Interventor Mário Leopoldo Pereira da Câmara criou São Miguel de Jucurutu, em 1935, o Jucurutu atual. O General Fernandes Dantas criou São Paulo do Potengi em 1943.

Todos os demais, até completar os cento e cinqüenta, foram atos do legislativo estadual, sancionados pelo Governador do Estado.

Como tôda a gente sabe, a sede municipal é Cidade e a distrital, Vila, (Constituição Estadual de 1947, Art. 73, § único). Algumas das nossas cidades fazem lembrar a impressão de Henry Koster, em 10 de novembro de 1810, chegando à *CIDADE DO NATAL*: — *Cheguei às onze horas da manhã à Cidade do Natal, situada sôbre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população dêsse País, porque, se lugares como êsse são chamados CIDADES, como seriam as Vilas e Aldeias? Êsse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam a esta Cidade. O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser para o futuro: (TRAVELS IN BRAZIL, I, cap. V, Londres, 1817).*

* * *

Natal, e notadamente as sete Vilas do séc. XVIII, Estremoz, Arez, Portalegre, São José, Vila-Flor, Príncipe e Princesa, (Caicó e Açu), são os fundamentos da formação municipalista do Rio Grande do Norte. Integram-se, harmoniosamente, aos cinco de 1833, já formados pela

reunião de trechos territoriais: Angicos do Açú, Acari do Caicó, Apodi de Portalegre, São Gonçalo de Natal, Touros de Estremoz.

O processo criador das circunscrições subseqüentes era subordinar a uma nova jurisdição faixas povoadas e vizinhas, pertencentes às anteriores unidades. O conceito inicial da terra *nullius domini* havia desaparecido pela multiplicação sesmeira.

O critério era dividir para povoar.

A extensão inicial abrangia vários municípios, dando fisionomia inteiramente diversa da visão contemporânea, estreita mas habitada, quando o domínio era a terra vazia no latifúndio estéril.

Natal alcançava Santa Cruz. Arez ia às margens do Guaju. Açú começava em Augusto Severo e parava nas praias atlânticas de Areia Branca. Caicó compreendia dezoito municípios. Portalegre trinta e quatro.

A história da fixação econômica no território de cada comunidade norte-rio-grandense tem o capítulo basilar no território onde o povoamento se iniciou nos séculos XVIII e XIX, e não nos aspectos presentes das unidades criadas de 1953 a 1963, ou seja, nos oitenta e cinco novos municípios mais de função político-eleitoral que de lógica econômica.

Foram povoações, alguns já distritos com a dignidade de Vila, mas o passado se explica na continuação do trabalho coletivo no *arruado* de origem. Haviām nascido de sítios agrícolas ou de fazendas de pastoreia. O crescimento era a técnica obscura e constante das novas camadas concêntricas avolumando o núcleo povoado, ampliando-lhe a competência dominadora.

O Rio Grande do Norte indígena é a lavoura alimentar, breve, sucinta, suficiente. Nem reserva prudente nem ampliação previdente. O povoamento decorre da criação de gado com a presença dos sesmeiros autorizados e dos posseiros anteriores, sem título de domínio mas com notória atuação produtiva. Não tivemos o *lavrador* no trabalho exclusivo do campo, plantando, colhendo, enceleirando. A lavoura era de apoio, garantindo a subsistência familiar. Os breves saldos da colheita iam às feiras na base das permutas, aquisição do sal, açúcar-branco para adoçar remédios e chás de dieta, porque o uso doméstico era a rapadura; conseguir os *panos* para a "Festa" (Natal), o *gaz*, querosene, desde o tempo da guerra do Paraguai, 1865-1870, depois, fósforos, (cigarro de fumo picado, com palha de milho, o cachimbo vulgar herdado do indígena, eram acesos com o isqueiro, (*artifício*), e os instrumentos do *laboro*, machado, foice, enxada, facão. A "fazenda" era uma autarquia ainda em 1910, mesmo as mais humildes, como von Martius constatará nas Minas Gerais, cem anos antes. Carne-sêca, de sol, fari-

ASPECTOS
DA VIDA
COMUNITÁRIA

nha de mandioca, feijão de arranca, milho, jirimum, batatas, macaxeira, coentro, alho, cebolas, limão, populares desde o Séc. XVI, a propriedade fornecia. Também teciam rêdes de algodão para dormir, amar e sepultar-se, fabricavam alpercatas de couro, *alpercatas de rabicho*, pólvora para caça, o traje do vaqueiro *campear*, cortado no couro dourado dos veados abundantes, e a indústria caseira do leite, desde meados do Séc. XVIII, permitia o queijo de reserva, preferencialmente de cabra, e a coalhada, fresca ou escorrida, de leite de vaca, a ceia clássica, saboreada por Saint-Hilaire pelos sertões mineiros quando D. João VI era o Rei do Brasil. Havia a tradição solidarista do *adjunto*, mutirão sulista, numa colaboração afetuosa para entaipar a casa ou renovar o cercado.

A existência decorria nesse *actes majestueux de la vie agricole, éternellement dure, mais éternellement indépendante et calme*, como recordava Frédéric Mistral na Provença.

A carne bovina raramente figurava na refeição habitual mas a dos bodes, cabras e carneiros, ovelhas tenras, enfim as *miunças*. O vocábulo, em Portugal, referia-se aos ovos, frangos, leitões, dízimos dos arcebispos. No sertão-velho do Nordeste, as crianças eram alimentadas com o leite de cabras, chamadas *comadres*, como registara Henry Koster em 1810.

O dinheiro seria, praticamente, quase inútil, como veículo de trocas, para a percepção das *utilidades*. Corriam as moedas divisionárias, com valor aquisitivo real. Pratos e cuias, utensílios de intimidade familiar, passavam, oficialmente, a medidas de capacidade para cereais.

Não havia primarismo, atraso, imobilidade, mas suficiência imediata às necessidades positivas, que a imaginação, acordada pelo Demônio-Confronto, ainda não multiplicara na angústia da posse julgada indispensável. Um cantador sertanejo já afirmou que a Carestia fôra trazida pelo *vapor de terra e dinheiro em papel*.

Eram gentes tristes e felizes. As povoações estavam vivas como a *Bela adormecida no bosque*. O Príncipe-Progresso despertou-as para o que sabemos, vimos e lemos...

* * *

A possível informação, agenciada por mim, atende, normalmente, ao município antigo, de onde separou-se a nova entidade administrativa. As povoações, vilas e cidades tornadas autônomas, são resultados, reais ou convencionais, da projecção conquistadora do movimento pioneiro. A história da fixação humana nos municípios, nascidos dos TRINTA E SETE clássicos, é uma decorrência do trabalho anterior das situações rurais. Não possuem, algumas, conteúdo determinador de maiores re-

gistos. A documentação dos municípios nascidos depois de 1920 deve ser procurada nas sedes originárias onde o esforço começou.

A história local é contemporânea.

O futuro dirá se realmente mereceram a coroa mural municipalista.

* * *

Era para mim de alto interesse sentimental revelar os nomes dos fundadores de povoações que, partindo de 1953, foram municípios. Seria oportunidade divulgar a vida desses pioneiros da existência grupalista no Rio Grande do Norte. Não foi possível essa justa homenagem a esses velhos fazendeiros e agricultores pela falta e ausência de notícias, indispensáveis e contemporâneas. A displicência, indiferença e descaso de alguns *Prefeitos* explicam a deficiência dos registros. Não era admissível recorrer à Imaginação, inventando História. Fiz quanto permitiu o esforço humano.

* * *

NOMES DA TERRA não é lição decorada, cobre-rascunho, exibição de memória fiel, livro-de-livro, mas uma revisão sistemática no plano histórico, geográfico, toponímico, etnográfico, na técnica euclidiana dos *contrastos e confrontos*.

* * *

A *NOMINATA ALFABÉTICA DOS MUNICÍPIOS* deve, ao IBGE local, prestimosa colaboração do Delegado Cid Craveiro Costa e do Agente de Estatística João Samuel de Araújo. Completei-a dando as criações de Canguaretama, Ceará-Mirim e Santo Antônio, suas instalações, assim como as de Mossoró e Taipu. Nas de Santo Antônio mantenho a data da primeira criação, em 1890. As sucessivas alterações em São Gonçalo e Arez constam dos respectivos textos em lugar competente. Algumas datas da *NOMINATA* são, normalmente, as restaurações municipais. Em dezembro de 1964 o meu saudoso amigo Cel. Severino Bezerra de Andrade, (1913-1966), então Subchefe de Assistência aos Municípios, ofereceu-me uma relação dessas entidades, criadas entre 1955 e 1963, com a devida indicação legislativa. Foram esses dados utilizados na redação dos verbetes. As divergências têm essa origem. Nem tôdas as datas da *NOMINATA* do IBGE e a *RELAÇÃO* da Assistência aos Municípios coincidem.

Este livro não é dedicado à História dos Municípios mas significa uma série de notas divulgativas sobre o movimento povoador no Rio Grande do Norte, desde finais do Séc. XVII. As fontes são autênticas e os informadores, de fatos mais recentes, perfeitamente idôneos. No final do volume, registo os nomes desses preciosos colaboradores.

Os episódios históricos resumidos são, em maioria, inéditos, retirados de arquivos semi-esquecidos ou relatórios de não fácil consulta. Algumas datas e afirmativas foram resultados de longas pesquisas e confrontos documentais e nem sempre coincidem com as narrativas anteriores impressas.

Tanto o estudo da nomenclatura rural, indagação, tradução e identificação dos topônimos, na primeira parte, como os breves resumos municipais, na segunda, representam minha homenagem aos homens que *fizeram*, com amor e sacrifício, o Rio Grande do Norte, através do Tempo...

É, sobretudo, uma homenagem aos Mortos, porque, afirmava Amado Nervo, *los muertos oyen mejor...*

Se, como ensinava Gounod, *a Posteridade é uma superposição de Minorias*, apelo para ela, para que dê à nossa Terra uma colaboração menos interessada no Cotidiano e mais reveladora da nossa História, História do trabalho realizado no plano da Economia, Cultura Popular e Científica, Assistência Pública, Geografia, a História literária, política, social de nossa gente. Enfim, os livros básicos de informação, consulta, ensino, sem a esperança do prêmio e a ilusão do merecimento.

Nós somos, ampliadas e vitoriosas, as forças contidas nessas vidas obscuras que plantaram a Economia Social nos sertões e agreste.

NOMINATA ALFABÉTICA DOS MUNICÍPIOS

M U N I C Í P I O S	DATA DE CRIAÇÃO	DATA DE ELEVÇÃO A CIDADE	DATA DE INSTALAÇÃO
Acari	11-04-1833	15-08-1898	18-03-1835
Açu	22-07-1766	16-10-1845	11-08-1788
Afonso Bezerra	27-10-1953	27-10-1953	01-01-1954
Água Nova	27-12-1963	27-12-1963	04-02-1964
Alexandria	07-11-1930	24-10-1936	15-11-1930
Almino Afonso	24-11-1953	24-11-1953	24-01-1954
Alto do Rodrigues	28-03-1963	28-03-1963	14-04-1963
Angicos	27-06-1850	24-10-1936	08-12-1850
Antônio Martins	08-05-1962	08-05-1962	01-04-1963
Apodi	11-04-1833	05-03-1887	09-10-1833
Areia Branca	16-02-1892	22-10-1927	31-03-1892
Arez	11-12-1876	29-03-1938	...
Augusto Severo	30-05-1870	02-12-1936	07-01-1871
Baía Formosa	31-12-1958	31-12-1958	17-01-1959
Barcelona	17-12-1958	17-12-1958	01-01-1959
Bento Fernandes	31-12-1958	31-12-1958	01-01-1959
Bom Jesus	11-05-1962	11-05-1962	03-06-1962
Brejinho	21-03-1963	21-03-1963	28-03-1963
Caçara do Rio do Vento	19-01-1963	19-01-1963	10-03-1963
Caicó	31-07-1787	16-12-1868	31-07-1788
Campo Redondo	26-03-1963	26-03-1963	31-03-1963
Canguaretama	19-07-1858	16-04-1885	18-09-1858
Caraúbas	05-03-1868	30-11-1914	22-01-1869
Carnaúba dos Dantas	11-12-1953	11-12-1953	31-01-1954
Carnaubais	18-09-1963	18-09-1963	...
Ceará-Mirim	30-07-1858	09-06-1882	14-10-1858
Cêro Corá	11-12-1953	11-12-1953	09-01-1954
Coronel Ezequiel	11-12-1953	11-12-1953	17-01-1954
Coronel João Pessoa	19-12-1963	19-12-1963	01-01-1964
Cruzeta	24-11-1953	24-11-1953	30-01-1954
Currais Novos	15-10-1890	29-11-1920	06-02-1891
Doutor Severiano	10-05-1962	10-05-1962	01-01-1963
Encanto	20-03-1963	20-03-1963	10-04-1963
Equador	11-05-1962	11-05-1962	17-03-1963
Espirito Santo	04-01-1962	04-01-1962	09-01-1962
Estremoz	04-04-1963	04-04-1963	02-02-1964
Felipe Guerra	18-09-1963	18-09-1963	25-10-1964
Florânia	20-10-1890	28-10-1936	24-01-1891
Francisco Dantas	26-03-1963	26-03-1963	31-01-1964
Frutuoso Gomes	20-12-1963	20-12-1963	01-01-1964
Galinhas	26-03-1963	26-03-1963	28-04-1963
Goianinha	07-08-1832	09-11-1928	... -1833
Governador Dix-Sept Rosado	04-04-1963	04-04-1963	15-04-1963
Grossos	11-12-1953	11-12-1953	01-01-1954
Guamaré	07-05-1962	07-05-1962	01-08-1962
Ielmo Marinho	27-08-1963	27-08-1963	26-01-1964
Ipanguaçu	23-12-1948	23-12-1948	01-01-1949
Ipueira	31-12-1963	31-12-1963	14-02-1965

NOMINATA ALFABÉTICA DOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	DATA DE CRIAÇÃO	DATA DE ELEVÇÃO A CIDADE	DATA DE INSTALAÇÃO
Itaú	11-12-1953	11-12-1953	03-01-1954
Jaçanã	26-03-1963	26-03-1963	31-03-1963
Jandaíra	27-12-1963	27-12-1963	26-01-1964
Janduís	07-05-1962	07-05-1962	12-06-1962
Januário Cicco	11-12-1953	11-12-1953	01-01-1954
Japi	18-05-1959	18-05-1959	29-06-1959
Jardim de Angicos	08-05-1962	08-05-1962	03-03-1963
Jardim de Piranhas	23-12-1948	23-12-1948	01-01-1949
Jardim do Seridó	01-09-1858	27-08-1874	04-07-1859
João Câmara	29-10-1928	11-06-1935	01-01-1929
João Dias	19-08-1963	19-08-1963	19-09-1963
José da Penha	31-12-1958	31-12-1958	08-02-1959
Jucurutu	11-10-1935	29-03-1938	17-10-1935
Junco	08-05-1962	08-05-1962	07-06-1962
Lagoa d'Anta	11-05-1962	11-05-1962	30-03-1963
Lagoa de Pedras	10-05-1962	10-05-1962	15-04-1963
Lagoa de Velhos	11-05-1962	11-05-1962	20-06-1962
Lagoa Nova	10-05-1962	10-05-1962	02-01-1963
Lagoa Salgada	07-05-1962	07-05-1962	08-06-1962
Lajes	04-10-1890	03-12-1923	22-11-1890
Lajes Pintadas	31-12-1958	31-12-1958	30-01-1959
Lucrecia	27-12-1963	27-12-1963	20-02-1964
Luís Gomes	05-07-1890	29-03-1938	06-08-1890
Macaíba	27-10-1877	05-01-1889	...
Macau	02-10-1847	09-09-1875	...
Marcelino Vieira	24-11-1953	11-12-1953	24-01-1954
Martins	10-11-1841	30-10-1847	27-02-1842
Maxaranguape	17-12-1958	17-12-1958	29-01-1959
Montanhas	08-01-1962	08-01-1962	02-03-1962
Monte Alegre	25-11-1953	25-11-1953	01-01-1954
Monte das Gameleiras	08-11-1963	08-11-1963	31-03-1963
Mossoró	15-03-1852	09-11-1870	24-01-1853
NATAL	25-12-1599	25-12-1599	...
Nísia Floresta	18-02-1852	29-03-1938	07-01-1853
Nova Cruz	12-03-1868	03-12-1919	...
Olho-d'Água do Borges	17-12-1963	17-12-1963	08-05-1964
Ouro Branco	21-11-1953	21-11-1953	01-01-1954
Paraná	26-03-1963	26-03-1963	31-01-1964
Paraú	10-05-1962	10-05-1962	23-08-1962
Paráizinho	08-05-1962	08-05-1962	12-07-1962
Parelhas	08-11-1926	22-10-1927	01-01-1927
Parnamirim	17-12-1958	17-12-1958	10-01-1959
Passa e Fica	10-05-1962	10-05-1962	30-03-1963
Passagem	27-12-1963	27-12-1963	08-03-1964
Patu	25-09-1890	03-11-1936	10-11-1890
Pau dos Ferros	04-09-1856	02-12-1924	19-01-1857
Pedra Grande	07-05-1962	07-05-1962	22-05-1962
Pedra Preta	19-01-1963	19-01-1963	17-03-1963
Pedro Avelino	23-12-1948	23-12-1948	01-01-1949

NOMINATA ALFABÉTICA DOS MUNICÍPIOS

M U N I C Í P I O S	DATA DE CRIAÇÃO	DATA DE ELEVACÃO A CIDADE	DATA DE INSTALAÇÃO
Pedro Velho	10-05-1890	19-10-1936	10-06-1890
Pendências	12-12-1953	12-12-1953	01-01-1954
Pilões	19-08-1963	19-08-1963	19-09-1963
Poço Branco	26-07-1963	26-07-1963	05-04-1964
Portalegre	06-06-1755	29-03-1938	09-12-1761
Presidente Juscelino	24-11-1953	24-11-1953	10-01-1954
Pureza	05-05-1963	05-04-1963	17-04-1963
Rafael Fernandes	21-10-1963	21-10-1963	07-02-1965
Riacho da Cruz	09-05-1962	09-05-1962	28-02-1963
Riacho de Santana	09-05-1962	09-05-1962	30-03-1963
Riachuelo	20-12-1963	20-12-1963	26-01-1964
Rodolfo Fernandes	09-05-1962	09-05-1962	28-02-1963
Rui Barbosa	09-05-1962	09-05-1962	10-06-1962
Santa Cruz	11-12-1876	30-11-1914	...
Santana	10-05-1962	10-05-1962	09-04-1963
Santana do Matos	06-08-1855	27-10-1927	05-09-1855
Santo Antônio	05-07-1890	29-03-1938	27-07-1890
São Bento do Norte	25-11-1953	25-11-1953	01-01-1954
São Bento do Trairi	31-12-1958	31-12-1958	29-01-1959
São Fernando	31-12-1958	31-12-1958	01-03-1959
São Francisco do Oeste	22-10-1963	22-10-1963	15-02-1964
São Gonçalo do Amarante	11-12-1958	11-12-1958	01-01-1959
São João do Sabugi	23-12-1948	23-12-1948	01-01-1949
São José de Mipibu	03-05-1758	16-10-1845	22-02-1762
São José do Campestre	23-12-1948	23-12-1948	01-01-1949
São José do Seridó	11-05-1962	11-05-1962	07-04-1963
São Miguel	11-12-1876	10-12-1936	15-09-1884
São Paulo do Potengi	30-12-1943	30 12 1943	01-01-1944
São Pedro	11-05-1962	11-05-1962	11-06-1962
São Rafael	23-12-1948	23-12-1948	01-01-1949
São Tomé	29-10-1928	29-03-1938	01-01-1929
São Vicente	11-12-1953	11-12-1953	19-01-1954
Senador Elói de Souza	31-12-1958	31-12-1958	31-01-1959
Senador Georgino Avelino	03-12-1963	03-12-1963	21-01-1964
Serra de São Bento	31-12-1958	31-12-1958	16-01-1959
Serra Negra do Norte	03-08-1874	29-03-1938	21-05-1875
Serrinha	02-10-1963	02-10-1963	11-01-1964
Severiano Melo	03-12-1963	03-12-1963	20-02-1964
Sítio Novo	31-12-1958	31-12-1958	01-01-1959
Tabuleiro Grande	26-12-1963	26-12-1963	01-01-1964
Taipu	10-03-1891	29-03-1938	30-03-1891
Tangará	31-12-1958	31-12-1958	28-01-1959
Tenente Ananias	10-05-1962	10-05-1962	10-02-1963
Tibau do Sul	03-04-1963	03-04-1963	13-04-1963
Timbaúba dos Batistas	10-05-1962	10-05-1962	01-01-1964
Touros	11-04-1833	29-03-1938	26-07-1833
Umarizal	27-11-1958	27-11-1958	15-02-1959
Upanema	16-09-1953	16-09-1953	01-01-1954
Várzea	20-12-1959	20-12-1959	03-01-1960

NOMINATA ALFABÉTICA DOS MUNICÍPIOS

M U N I C Í P I O S	DATA DE CRIAÇÃO	DATA DE ELEVACÃO A CIDADE	DATA DE INSTALAÇÃO
Várzea da Caatinga	19-12-1963	19-12-1963	15-04-1964
Vera Cruz	26-03-1963	26-03-1963	01-01-1964
Viçosa	28-12-1963	28-12-1963	09-01-1964
Vila-Flor	31-12-1963	31-12-1963	01 02 1964

Inspetoria Regional de Estatística, em Natal, 13 de março de 1968.

a) JOÃO SAMUEL DE ARAÚJO
Agente de Estatística

V I S T O
Natal, 13 de março de 1968
CID CRAVEIRO COSTA
IR/RN

ACARI: — Criado em 18 de março de 1835. Cidade a 15 de agosto de 1898. Desmembrado do município do Caicó.

O Sargento-Mor Manoel Estêves de Andrade, cobrando dízimos, fixou-se na Serra do Saco, criando gado e plantando roçarias. Não foi o primeiro desbravador, porque a terra estava, embora dispersamente, povoada. Por todos os recantos, o gado urrava. O sargento-mor requereu em 1737 permissão ao Bispo de Pernambuco para construir uma Capela à Nossa Senhora da Guia, e, no ano seguinte, a obra terminara. Foi o valorizador da localidade, consagrando-a com o culto religioso que era uma bênção divina para os distantes moradores, vez por outra reunidos no exercício da fé coletiva. Depois, o Cemitério, casa dos mortos. Outra fôrça de fixação e exemplos foi o terceiro Tomás de Araújo Pereira (1765-1847), expressão patriarcal pela numerosa e fecunda descendência, fiel ao seu comando, construindo residências na *Povoação do Acari*, quando o sargento-mor *assistia* no Serrote.

No "Poço do Felipe", um dos antiquíssimos povoadores, o Rio Acauã mantinha a permanência de água suficiente aos *acaris*, Loricáridas, peixe-cascudo, de escama áspera e saborosa carne, branca e tenra. O nome do lugar nasceu dêsse pescado fácil e constante dos *acaris*, ditos no singular na voz popular, como os *Caicós* deram *Caicó* e os *Mouxorós* deram *Mossoró*. Ali viveram gerações de mulheres submissas

e férteis, e de homens sadios e vigorosos, laçando o touro e matando onças.

Do ACARI foram desmembrados os municípios de CURRAIS NOVOS e FLORES em 1890; CARNAÚBA DOS DANTAS e CRUZETA em 1953.

AÇU: — VILA NOVA DA PRINCESA em 11 de agosto de 1788. CIDADE DO AÇU em 16 de outubro de 1845.

A região do Açu sempre foi povoada, porque sua ecologia impõe a presença humana permanente. A História, não a anterior moradia ambulatória indígena, começa pela fixação de currais sesmarias e embates com os aborígenes inconformados com a expulsão. A *guerra dos bárbaros*, de 1685 em diante até os primeiros anos do Séc. XVIII, movimentou tropas e o ambiente tornou-se hostil e difícil para o trabalho normal da lavoura e pastorícia, notadamente porque o indígena considerava o gado peças de caça legítimas. Açu era o centro do mais alto interesse econômico pela fecundidade da terra e abundância dos produtos naturais, caça, pesca, frutos, madeiras. Os velhos topônimos recordam a utilização belicosa, *arraial*, *presídio*, *casa-forte*, sinônimos, na época, de natural defesa armada. Numa dessas andanças, caçando os Janduís, o Sargento-Mor Manoel de Abreu Soares, em 1687, fundou um ARRAIAL DE SANTA MARGARIDA, porque ocorrera a 20 de julho. Em 1696, Bernardo Vieira de Melo construiu um PRESIDIO DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES, por ter sido a 24 de abril. *Presídio* e *Arraial*, naquele final do Séc. XVII, valiam semelhantemente, acampamento armado, praça de armas, sítio guarnecido, e era quanto se fizera no Açu ante a multidão uivante dos indígenas furiosos. Certo é que, ante uma organização constante de caráter militar, a tranqüilidade foi reaparecendo aos poucos e a vida recomeçou a cadência produtora, currais, pastos, pescarias, plantios. Em 1697, um ano apenas depois da fundação do Arraial, pastavam na Ribeira oito mil cabeças de gado.

Em 1772 havia uma POVOAÇÃO DO AÇU. Em agosto de 1788, o Ouvidor de Paraíba, Dr. Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes, instalou, solenemente, a VILA NOVA DA PRINCESA, saudando Dona Carlota Joaquina, futura rainha de Portugal. Praticamente era a disposição comunitária regular como o mesmo Brederodes estabelecera, em julho, na VILA DO PRINCIPE, no futuro Caicó.

A região nunca fora fechada nem desconhecida. Em janeiro de 1682 Estêvão Velho de Moura era Capitão de Infantaria na Ribeira do Açu, *a partir do riacho Paraibu, nas cabeceiras do Piató, até o Rio Jaguaribe e Xoró*, um dos sinônimos primeiros do Rio Mossoró. Quatorze anos antes do PRESIDIO DE NOSSA SENHORA DOS PRA-

ZERES. Possíveis conseqüências provocadoras para a campanha de Manoel de Abreu Soares, cinco anos depois.

O nome popular, real, lógico é O AÇU, valendo o rio condutor das atividades. Ainda ouvimos assim presentemente. TABA-AÇU é uma imagem literária sem fundamento histórico. No memorial de julho de 1689, enviado pelo Senado da Câmara do Natal a El-Rei D. Pedro II de Portugal, as referências são nítidas: — *naquela parte que chamam O AÇU*... E sabia-se suficientemente de sua importância, pleiteando-se "fortificação na ribeira de um rio navegável que é o mesmo Açu e em pouca distância da praia, pode dar calor às grandes pescarias que nelas em alguns meses do ano se vão fazer de Pernambuco, e das mais Capitânias, e por conseguinte pode evitar que o gentio bárbaro não comercie com os piratas do norte que, muitas vezes, postam naquelas enseadas e se comunicam com o gentio, fomentando-os para os levantamentos". Aires do Casal (1817), fala de abundância do peixe salgado, exportado para Pernambuco.

Segunda freguesia (já existia em 1726), e segunda cidade no Rio Grande do Norte.

Do AÇU desmembraram-se os municípios de ANGICOS (1833), SANTANA DO MATOS (1836), MOSSORÓ (1852), CAMPO GRANDE (1858, "Augusto Severo" em 1903), CARNAUBAIS (1963).

AFONSO BEZERRA: — Criado em 27 de outubro de 1953. Desmembrado do município de Angicos.

A povoação de CARAPEBAS tivera essa denominação pela fartura das gordas carapebas, acarapebas, Encinostonídios, do Rio Amargoso ou Salgado, famosas pelo sabor. Ao redor de 1880 a antiga fazenda de gado era nascente e vivaz povoação. Intensifica-se o povoamento em 1894, quando o fazendeiro Alexandre Avelino Martins construiu a Capela N. S.^a da Conceição, reconstruída em 1921. Em 1922 orgulhava-se de ter 100 residências, alinhadas em seis ruas, escola. Em 1931 a Prefeitura de Angicos mudou o nome de CARAPEBAS para o atual.

AFONSO BEZERRA, Afonso Ligório Bezerra (1907-1930), nascido em CARAPEBAS, faleceu em Natal, estudante de Direito no Recife, iniciando a tarefa literária com oportunidade, precisão, nitidez, na imprensa local e do Sul. Por iniciativa do Prof. Manuel Rodrigues de Melo houve publicação póstuma de seus trabalhos essenciais: ENSAIOS, CONTOS E CRÔNICAS, Ed. Pongetti, Rio de Janeiro, 1967.

AGUA NOVA: — Município em 27 de dezembro de 1963. Desmembrado de Pau dos Ferros.

Informa, em 1956, o Sr. Alberto Mendes de Freitas: "NOSSA SENHORA DE FATIMA DE AGUA NOVA. Seu nome primitivo foi AGUA NOVA, e só oficialmente tem êsse nome. É um aglomerado de casas, sem o devido alinhamento, mas assemelhado a uma povoação, pelo seu número... É uma região genuinamente agrícola, estando por êsse motivo fadada a progredir para o futuro." Capela da "Virgem Peregrina de Fátima". O lugar AGUA NOVA, denominação da propriedade inicial, fica numa eminência, à margem do Riacho do Meio, escreveu Nestor Lima. Distrito em abril de 1963.

O nome originar-se-ia do nôvo bebedouro deparado, fornecendo água aos moradores das cercanias, ainda esparsos. Denominava Fazenda na Ribeira do Açu em 1792.

ALEXANDRIA: — Criado com nome de JOÃO PESSOA em 7 de novembro de 1930. Desmembrado dos municípios do Martins e Pau dos Ferros. Denominação atual em 24 de outubro de 1936. Cidade na mesma data.

O Tenente-Coronel Antônio da Rocha Bezerra possuía em 1737 propriedade na SERRA BARRIGUDA, assim como Bento Ferreira de Lima recebia data de sesmaria no lugar BARRIGUDA, Ribeira do Apodi, em agosto de 1744. A Serra tem uma projeção sugerindo a imagem da gravidez.

Povoação da Barriguda, citada em 1850. Distrito de Paz em abril de 1859. *Povoação da Barriguda da Imperatriz*, depois de 1874, nome do município do Martins. Zona agrícola e pastoril, povoada pelos sertanejos de Pau dos Ferros, Martins, Apodi, Portalegre.

Em 1913, a Câmara Municipal do Martins mudou a denominação BARRIGUDA para ALEXANDRIA, homenagem a Dona Alexandrina Barreto Ferreira Chaves, (1860-1921), nascida numa fazenda da localidade, casada no Martins, em 1875, com o Promotor Público, Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, (1852-1937), duas vezes Governador do Estado, Senador da República, chefe da política estadual, Ministro da Marinha e depois da Justiça, na presidência Epitácio Pessoa.

Vila do município do Martins a 3 de dezembro de 1923. Agência postal em 1914. Telégrafo em 1918. Iluminação elétrica em 1940.

De ALEXANDRIA desmembraram-se os municípios de JOÃO DIAS, PILÕES e TENENTE ANANIAS em 1963.

ALMINO AFONSO: — Criado em 24 de novembro de 1953. Desmembrado do município do Patu.

Povoação de *CAIEIRA*, banhada pelo riacho do mesmo nome, com depósitos calcários nas margens, origem da denominação. Nome atual em 1914. Distrito do Patu em 31 de outubro de 1938. Em 1920, tinha 66 casas e 400 moradores dispersos. Em 1941, Anfilóquio Câmara afirmara ser o *centro de negócios mais movimentado do município*. Capela do Coração de Jesus, em 1902.

Homenagem a Almino Alvares Afonso, (1840-1889), *nascido nas caapoeiras do Patu*, como êle gostava recordar. Figura impressionante de tribuno idealista, arrebatado, generoso, de influência sentimental no Abolicionismo do Ceará e de Mossoró, Deputado pelo Rio Grande do Norte à Constituição republicana de 1891, Senador da República, 1894-1902, falecido durante o exercício parlamentar.

O município ligou-se a Mossoró pela Estrada de Ferro, com estação inaugurada em 30 de setembro de 1937. Articula-se presentemente com a Paraíba e o Ceará por intermédio de Souza.

De ALMINO AFONSO desmembraram-se os municípios de OLHO-D'ÁGUA DO BORGES e VARZEA DA CAATINGA em 1963.

ALTO DO RODRIGUES: — Criado em 28 de março de 1963. Desmembrado do município de Pendências.

Fazenda de gado, onde invernava o Capitão Joaquim Rodrigues Ferreira, um dos chefes políticos em Macau durante os derradeiros anos do regime imperial. Situada nas últimas décadas do Séc. XIX, a casa-grande, confortável e ampla, ainda existente em 1967, era o edifício único, divulgando-se popularmente a denominação de *ALTO DO RODRIGUES*. Referência ao proprietário e à elevação natural nesse trecho de terreno, à margem direita do Rio Açu. De humilde e modesto aglomerado de casinhas esparsas, habitadas pelos lavradores de algodão, coleta de cêra de carnaúba e pequena pastorícia, cresceu com lentidão, e ainda em 1950 quase nenhum realce merecia. Em 1930, Nestor Lima incluiu o ALTO DO RODRIGUES entre os "lugares povoados" — sem que assinalasse o título de povoação. Em 1942, Anfilóquio Câmara salienta-o, entre os centros demográficos de *INDEPENDÊNCIA*, nome então de *PENDÊNCIAS*, com escola e alguma animação econômica.

Ao tornar-se município possuía 5 300 habitantes, com 160 residências de tijolo e telha na sede, 330 propriedades rurais e quatorze fazendas.

ANTA ESFOLADA: — Primeira denominação da futura NOVA CRUZ.

ANGICOS: — Município em 11 de abril de 1833. Desmembrado ao Açu. Supresso e reincorporado ao Açu em 28 de março de 1835. Restaurado a 13 de outubro de 1836. Transferida a sede para a povoação

de Macau, que lhe pertencia, em 2 de outubro de 1847. Reinstalado a 27 de junho de 1850. Cidade a 24 de outubro de 1936.

Região pastoril no agreste, já possuindo fazendas nos finais do Séc. XVII. Os irmãos Paulo e Joseph Coelho de Souza, em novembro de 1682, recebiam terras que se extremavam entre o Rio Agu, a SERRA CABOGY e o mar. Em 1715 a área da atual *Cidade de Angicos* compreendia-se numa fazenda de criar do Coronel Alexandre Francisco da Costa, residente na Bahia. Essas *posses*, com ou sem benfeitorias, foram vendidas ao Tenente Antônio Lopes Viegas, adquirente do *Sítio dos ANGICOS*, ao Coronel Miguel Barbalho Bezerra em 1760. Ao falecer em 1805, era o maior proprietário local, fundador da povoação, iniciador da Capela de São José, (freguesia em outubro de 1836), padrinho do futuro município, com sede na VILA DE ANGICOS. Os angicos, *Piptadenias*, verdes, numerosos, abrigadores, deram o nome que ficou. Escola em setembro de 1851. Seria habitada, em correrias, caça e colheita de frutos silvestres, pelos indígenas tupis e tarairiús, coexistentes e adversários. O Rio PATACHOCA fez supor a existência dos PATAXÓS, jés, que jamais pisaram território norte-rio-grandense. Ver o topônimo.

De ANGICOS saíram os municípios de JARDIM DE ANGICOS, (1890) PEDRO AVELINO, (1948), AFONSO BEZERRA, (1953). MACAU, autônomo em 1847, era povoação de ANGICOS, embora este não perdesse territorialmente com sua criação.

ANTONIO MARTINS: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município do Martins.

Sítio BOA ESPERANÇA, contava uma única casinha na penúltima década do Séc. XIX. Em 1898, tinha umas vinte, de taipa e choupanas de palha, espalhadas pelos cimos das elevações no terreno acidentado, aclives serranos do Martins. Em maio dêsse 1898 chegou Justino Ferreira de Souza, (1870-1935), que seria JUSTINO DA BOA ESPERANÇA, agricultor, arquiteto, homeopata, hoteleiro, sacristão, autoridade policial, o animador, a primeira confiança nos destinos do futuro povoado que seria município, esquecido da existência humilde do povoador. Justino construiu a primeira morada, rebocada e caiada, no local onde a cidade nasceria. Antes não havia nenhuma. Em 1899, fez o Cemitério. Pensou em erguer uma Capela. 1900 foi sêco, sem recursos. Em 1901 começou a Capela de Santo Antônio, ajudado pelas esmolas dos pobres que trabalhavam ao redor. Um dêsse, Francisco de Paula, vendeu o único alqueire de milho para auxiliar a Capelinha. Durou o esforço quatro anos e custou quatro contos de réis. A primeira Missa celebrou-se a 21 de fevereiro de 1902, dita pelos Padres

Abdon Milanez e Tertuliano Fernandes. Os serviços internos vieram de agosto de 1901 a fevereiro de 1902. Exteriormente, findaram em 1905. Na festa da inauguração veio a Banda de Música do Catolé do Rocha. *Uma baita*, dizia-me mestre Justino.

As feiras começaram em 1903. Interromperam-se, voltando em 1905. Desapareceram, regulando-se em 1929. Durante êsse período, a população foi crescendo, adensando-se, ampliando o número de residências, plantações, interesses. Em 1920, orgulhava-se de 81 casas com 387 moradores permanentes. Era pista de subida para a cidade do Martins, estrada tradicional para o Mossoró, rota dos comboios, animados pelo estalo dos chiqueradores. Em 1938, Distrito Vila do Martins.

Em 30 de dezembro de 1943 passou a denominar-se *DEMÉTRIO LEMOS*, homenagem ao Coronel do Exército Demétrio do Rêgo Lemos, (1867-1943), natural do Martins e falecido no Rio de Janeiro, onde vivia; culto, inteligente, desinteressado, generoso para sua terra natal, sem nada pedir-lhe, enchendo-a de ofertas valiosas, busto em bronze de Almino Afonso, biblioteca, auxílios para serviços públicos, fazendo construir, à sua custa, a rodovia 13 DE MAIO, para o trânsito de automóveis numa extensão de 6 300 metros, do pé da serra do Geraldo ao vértice no Cedro, alcançando a cidade. Terminaram-na em maio de 1931. Demétrio Lemos não se candidatou a cargo nenhum. Deram seu nome ilustre às Escolas-Reunidas de BOA ESPERANÇA (1943) e ao recém-criado Distrito. Em 1943 BOA ESPERANÇA era Vila próspera atraente, vitoriosa, anunciando o acesso municipal.

Em 29 de outubro de 1948, inaugurou-se a estação da Estrada de Ferro de Mossoró, ligando-a ao litoral norte-rio-grandense e a Souza, nos sertões paraibanos da Ribeira do Rio do Peixe, e para o Ceará.

Antônio Martins Fernandes de Carvalho, (1905-1957), nasceu na cidade do Martins e faleceu no Muquem, Distrito de Demétrio Lemos. Médico pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1932. Clínico no Martins e radiologista em Natal, Prefeito de Portalegre em 1953, realizou útil e operosa administração, incompleta por haver, como Deputado Federal suplente, tomado parte nos trabalhos parlamentares, defendendo com entusiasmo e competência vários projetos proveitosos à zona oeste do Rio Grande do Norte. Era de trato acolhedor e amável, e de comunicante simpatia pessoal.

APODI: — Criado em 23 de março de 1835. Desmembrado de Portalegre. Cidade em 5 de março de 1881.

Manoel Nogueira Ferreira e seu irmão João Nogueira aparecem situando fazendas de gado em 1680 à volta da Lagoa de ITAÚ ou

ITAUM, com domínio autorizado dois anos depois. Com fortuna vária na posse e produção, senhoreiam de ITAÛ à Lagoa do APANHA-PEIXE, no idioma tupi *Ceripaua* ou *Ceripana*, em CARAÛBAS, inquietados pelos Paiacus, notadamente em 1695 quando Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, Agostinho César de Andrade, informava ao Senado da Câmara de Natal: "Os Paiacus, temidos da ruína que se lhe fêz no Ceará, se retiraram para esta parte e estão na Lagoa IPODI."

O Capitão-Mor Manoel Nogueira Ferreira abandonou currais e gado à faminta violência indígena. Em 1698, os Paiacus foram, oficial e coercivamente, *vilados*, fixados em aldeia, com áreas limitadas de ação. Ficaram na margem esquerda da ITAÛ, iniciando-se trabalho de campo e religioso, Capela, pregação, tentativas de coexistência social entre as duas culturas antagônicas e legítimas.

Manoel Nogueira Ferreira em 20 de julho de 1706 renunciou sua sesmaria diante do Provedor da Real Fazenda em Natal, Joseph Barbosa Leal, com certidão da desistência. Fôra condômino o Conde de Alvor, Francisco de Távora, que requereu a parte de Nogueira, recebendo carta de doação no dia seguinte assinada pelo Capitão-Mor Sebastião Nunes Colares, três léguas por uma, das cabeceiras do Apodi, *ficando de dentro da sua confrontação a Lagoa APODY*. É um documento inédito.

Em 1761, os Paiacus foram conduzidos para as terras *reguengas*, devolutas, onde nasceria a VILA DE PORTALEGRE, que nunca foi *Vila do Regente*, nem poderia ser. Esse engano, erro legítimo, consta de papéis oficiais, medida dos conhecimentos jurídicos de seus mal-avisados autores. O encarregado dêsse êxodo, Juiz Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, antes de partir, designou patrimônio para a futura Câmara. Houve, funcionalmente, de 1761 a 1833, quando a VILA DO APODI foi criada, (em Conselho Provincial de 11 de abril, aprovada pela lei provincial n.º 18, de 23 de março de 1835), uma aldeia de cristãos, com autoridades e ordem legal que a História não registou. Não é admissível que vivessem famílias, interêsses, esforços, setenta e dois anos sem figura e forma de Justiça, na Chapada do Apodi.

Em 1757, o Tenente-Coronel José Gonçalves da Silva requeria o *citio de Catinga que foi dos indios Payacus da antiga mição do Apodi*. Dividia-se o espólio. Em janeiro de 1834, já não mais existiam descendentes dos Paiacus *vilados* em 1698, com capacidade de protestar contra o esbulho.

O movimento povoador concentrava-se ao derredor da Lagoa do IPODI, POTI, IPODI, fixando-se a grafia em março de 1707 pelo Ouvidor Cristóvão Soares Reimão em APODI. Ainda dez anos depois havia duplicidade. Assim, na data de abril de 1717 de Manoel Negrão, lê-se: — PODY DOS ENCANTOS *para fora*, e na de Antônio

Pinto de Araújo, na mesma data: — *RIBEIRA DO APODY*, acima no lugar *Encantos de Dentro*. Ver o topônimo *APODI*. Em 1877, Ferreira Nobre dizia a Vila possuir “109 casas térreas e quinze sobrados”.

Do *APODI* desmembraram-se os municípios de *CARAÚBAS*, (1868), *ITAÚ* (1953), *FELIPE GUERRA*, (1953, anulado em 1954 e restaurado em 1963).

AREIA BRANCA: — Criado em 16 de fevereiro de 1892. Desmembrado do município de Mossoró. Cidade em 22 de outubro de 1927.

No local *AREIAS BRANCAS*, na ilha da *MARITACACA*, encontravam-se à volta de 1860 ranchos de pescadores. Nada mais. A movimentação mais ativa concentrava-se no povoado *BARRA DO MOSSORÓ*, na margem esquerda do rio e apontado como um dos primeiros a povoar-se na região. Durante a guerra do Paraguai, (1865-1870), fôra refúgio dos fugitivos ao recrutamento militar, enviados para ali por Chiquinho Gomes da *BARRA*, (Francisco Gomes da Silva), residente na *BARRA DO MOSSORÓ*. Surgiram casebres maiores para depósito do pescado.

Nas tentativas para navegação a vapor no Rio Mossoró, foi construído um armazém no Pôrto da Jurema, margem esquerda. Em janeiro de 1866 o navio *Mamanguape* não conseguiu alcançar êsse trecho. O Presidente da Província, Dr. Luís Barbosa da Silva, mandou transferir o armazém para a margem direita, no *SÍTIO DAS AREIAS BRANCAS*, onde, em abril de 1867 chegaram a barca inglesa *Calderbank*, consignada à casa J. Ulrich Graf, de Mossoró, e o *Pirapma*, vapor da Companhia Pernambucana de Navegação Costeira a Vapor, estabelecendo a rota normal.

A primeira residência de tijolos fê-la nesse 1867 Gorgônio Ferreira de Carvalho, encarregado do armazém e fiscalização das mercadorias em trânsito. Dois anos depois, João Gomes da Silva, João Menino, e João Francisco de Borja, construíram as demais, fixando-se no local em 1870. Distrito de Paz em dezembro de 1872, no lugar denominado *ARÊA BRANCA do município de Mossoró*, compreendendo Grossos, Matos Altos, Morro do Tibau, Upanema, Redonda e Melo. João Francisco de Borja foi a primeira autoridade, Juiz de Paz. Tornou-se o natural entreposto comercial de Mossoró. Escola em 1873 e Capela de N. S.^a da Conceição nesse ano, demolida em 1877, reconstruída em 1885. “Pequena povoação”, escreve Ferreira Nobre em 1877. Durante a sêca de 1877-79, inúmeros sertanejos situaram-se na povoação, engrandecendo-a pelo labor agrícola. Era praticamente uma Vila que o

Dec. n.º 10, de 16 de fevereiro de 1892, reconheceu e proclamou, fazendo-a sede municipal.

De AREIA BRANCA desmembrou-se o município de GROSSOS em 1953.

AREZ: — Em 15 de junho de 1760, fundava-se a VILA NOVA DE AREZ. Suprimida em 7 de agosto de 1832, criando o município de Goianinha e transferindo a sede de AREZ. Restaurado em 8 de agosto de 1855. Extinto a 21 de abril de 1862, incorporando-o à Goianinha. Transferido para a Vila Imperial de Papari em 16 de dezembro de 1864. Restaurado em 11 de dezembro de 1876. Cidade em 29 de março de 1938.

Zona de lavoura, intensamente trabalhada e habitada mesmo antes da colonização portuguesa. Chamava-se ALDEIA ANTONIA em 1612. Estabelecimento agrícola e militar durante o domínio holandês. Aldeia de indígenas tupis, *da língua geral*, sob a direção dos padres jesuítas, em 1760, mas possivelmente fundada nos finais do século anterior. Possuía 949 moradores indígenas. Era a ALDEIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE GUARAÍRAS, aludindo à grande lagoa próxima. As instruções, acompanhando os alvarás e leis de 6 e 7 de junho de 1755, 8 de maio e 14 de setembro de 1758, determinavam a substituição dos nomes nativos nas povoações pelas denominações de localidades portuguesas. Instalou-a o Juiz de Fora de Olinda, Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, repetindo o nome de uma vila do Alentejo, distrito de Portalegre, em Portugal. Foi a segunda Vila no Rio Grande do Norte.

Em 1963, desmembrou-se do seu território área para constituir o município de SENADOR GEORGINO AVELINO.

AUGUSTO SEVERO: — Município de CAMPO GRANDE em 4 de setembro de 1858. Suprimido a 5 de março de 1868, incorporando-o ao município de Caraúbas, criado pela mesma lei. Restaurado a 30 de maio de 1870, com o nome de município do TRIUNFO. Denominação atual em 28 de agosto de 1903. Cidade em 2 de dezembro de 1936. Desmembrado do Açu. A criação em 1858 mantinha o nome da grande fazenda de gado *Campo Grande*, comprada pelo Capitão João do Vale Bezerra à família Gondim na segunda metade do Séc. XVIII, e ainda numerosa na região. Zona pastoril, participara das vicissitudes guerreiras da luta contra os indígenas, depredadores de plantios e currais. Já em setembro de 1751 Domingos de Castro era Capitão-Mor das Entradas do Gentio Bravio da Ribeira do Panema “por ser homem abastado de bens e de honrado procedimento”, denunciando povoamento regular e efetivo. Opulento proprietário, João do Vale arrematara por 420\$000 a SERRA DA

CIPILHADA que lhe guardou o apelido: **SERRA DE JOÃO DO VALE**, desde 1761. Em 1728, era senhor de terras ao longo do Upanema e Ribeira do Mossoró. Em 1737, Antônio Dantas Correia possuía fazendas entre as serras SEPILHADA e ADQUINHOM, ou SERRA PIN-TADA. Começara a ocupação pelas aldeias dos cariris Pegas e Mouxórós, mudados posteriormente para S. José de Mipibu em 1762. Outros grupos escaparam para a Chapada do Apodi. Capela da Senhora Sant' Ana em 1776. Quatro anos depois, o Sargento-Mor João do Vale Bezerra era defunto. *Campo Grande* foi uma povoação vigorosa, citada por Aires do Casal em 1817. *Triunfo* significava a resposta dos "Con-servadores" de 1870, vitoriosos nas eleições, restaurando o município que os "Liberais" haviam extinto dois anos antes. Escola em março de 1852. O nome atual foi uma homenagem prestada pelo chefe político Luís Pereira Tito Jacome, (1850-1906), ao seu grande amigo, morto na explosão do dirigível PAX, na manhã de 12 de maio de 1902 em Paris.

Foram desmembrados de AUGUSTO SEVERO os municípios de UPANEMA, (1953), e PARAÚ, (1963).

BAGAÇO: — Nome popular e primitivo de MONTE-ALEGRE.

BAIA FORMOSA: — Criado a 31 de dezembro de 1958. Desmem-brado do município de Canguaretama.

O nome indígena era ARETIPICABA, "bebedouro dos papagaios", deturpado em AZATIPATICANA, no apógrafo espanhol da Biblioteca Nacional de Madrid. Gabriel Soares de Souza, descrevendo a costa em 1587, informava: "Entre um e outro rio está a enseada ARATIPICA-BA, onde dos arrecifes para dentro entram naus francesas e fazem sua carga." Os rios eram o *Goaramataí* e o *Camarative*, os atuais Curimataú e Camaratuba.

A carga constava de pau-brasil.

No mapa de João Teixeira, em 1612, já está **BAHIA FORMOSA** denominação dada pelos portugueses enlevados com a beleza da enseada, aberta para o mar na moldura da floresta, depois chamada "Mata da Estrêla". No mapa holandês de Margrave, 1643, regista-se **GUARA-TAPEIUBA** ou **BAYA FORMOSA**.

Doze anos antes de fundar-se a Cidade do Natal, **BAIA FOR-MOSA** era habitada e centro de produção.

Quando terminou o corte do pau-brasil, meados do Séc. XVIII, ficou sendo zona de pesca e praia de pescadores, refrigério dos Albu-querques Maranhães e fazendeiros ricos das cercanias. Distrito de Can-guaretama em novembro de 1892. Capela de N. Sr.^a da Conceição. Lavoura de cereais, ajudando as pescarias, notadamente as de albacoras,

de outubro a dezembro, abundantes e famosas pelo sabor, capturadas na técnica do *corso*. Em 1894, povoação elogiada.

O acontecimento mais notável na memória popular foi a matança de agosto de 1877. João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, (1835-1896), senhor do engenho da "Estrêla", latifundiário poderoso, à frente de grupo armado veio à Baía Formosa desalojar dos ranchos alguns ou todos os moradores, alegando posse indevida e dizendo-se proprietário da enseada. O pescador Francisco Magalhães e quatorze homens, com facas e cacêtes, enfrentaram a escolta agressora em luta furiosa, havendo seis mortes, inclusive a de um rapaz, filho de João Cunhaú. Houve processo, e o próprio Chefe de Polícia, Dr. Francisco Clementino de Vasconcelos Chaves, efetuou a prisão do acusado, mandante e participante da chacina. Submetido a júri em Canguaretama, foi absolvido em 1878. Até princípios do Séc. XX era assunto de referência obrigatória na região. Vila em novembro de 1953. .

BAIXA VERDE: — Primeira denominação do município de JOÃO CÂMARA.

BAIXO DE NAZARÉ: — Hoje CORONEL JOÃO PESSOA.

BARCELONA: — Criado em 17 de dezembro de 1958. Desmembrado do município de São Tomé.

A fazenda **SALGADO**, na ribeira do Potengi, era conhecida e com pequenino núcleo populacional em 1864, obrigando *desobriga* ao vigário de Santa Cruz.

A designação denuncia a natureza salina dos terrenos. Lavoura de cereais e, depois, algodão. O povoado cresce em 1919, tendo Capela desde o ano anterior. A matriz atual, dedicada a N. S.^a do Socorro, foi erguida pela família Azevedo Maia em 1942. As comunicações dirigiam-se ao vizinho povoado de São Tomé, próximo em 20 quilômetros, e não à sede municipal de Santa Cruz, no duplo da distância. Quando São Tomé passou a ser município, outubro de 1928, **SALGADO** incluiu-se no seu território. Possuía escola municipal, três casas de negócio, vinte residências e um pequeno edifício destinado ao Mercado. Distrito de São Tomé em outubro de 1938, já denominado **BARCELONA**. Desenvolveu-se em agricultura e pequena pastorícia. Em 1940 tinha 11.220 habitantes na zona rural, com 2.480 prédios, quando São Tomé contava 8.525 e 1.817, respectivamente. Antigos proprietários foram os irmãos José Maria e Antônio Felipe. Um filho de José Maria, João Maria, construiu a primeira Capela em 1918. O velho José Maria erguera a primeira casa no **SALGADO**.

Félix Gomes de Melo, de Currais Novos, esteve alguns anos trabalhando no seringal *Barcelona*, no Amazonas, pertencente ao seu irmão Felipe Gomes de Melo. Voltando, radicou-se na região, lavrador, fazendeiro, influência política. Foi o primeiro Prefeito de São Tomé. Félix Gomes da Silva propôs mudar o nome de SALGADO para BARCELONA, reminiscência do extremo-norte. A Câmara Municipal de São Tomé aprovou, à volta de 1929.

De BARCELONA desmembrou-se o município de RUI BARBOSA em 1963.

BARRETO: — Primeiro nome do município de BENTO FERNANDES.

BARRIGUDA: — primitiva denominação de ALEXANDRIA.

BENTO FERNANDES: — Criado a 31 de dezembro de 1958, com o nome de BARRETO. Desmembrado do município do Taipu. Denominação atual pela lei n.º 3.506, de 16 de outubro de 1967.

A povoação BARRETO situou a instalação do município do mesmo nome, janeiro de 1959. Era Distrito-Vila desde 17 de dezembro de 1958. Daria origem ao topônimo o antigo posseiro, fundador da situação, um Barreto de quem se ignoram maiores vestígios históricos. É o mesmo processo justificador do ALTO DO RODRIGUES, CARNAUBA DOS DANTAS, TIMBAUBAS DOS BATISTAS. Denominava localidade e riacho, nascido na Serra da Formiga, em São Tomé, penetrando Taipu. As mais antigas referências são do Séc. XIX. Em 20 de abril de 1804, Antônio Cavalcanti Bezerra possuía terras no TABULEIRO DO BARRETO, Ribeiro do Ceará-Mirim. Em 4 de novembro de 1822, Luís Gomes da Silva, Gaspar Rebouças e Caetano da Silva Sanches recebiam sesmaria no RIACHO DO BARRETO. Caetano seria filho de outro, do mesmo nome, (1745-1800), Governador da Capitania do Rio Grande do Norte, muito popular, ajudando a construir a torre da igreja de Santo Antônio, a primeira na Cidade do Natal, e doando o galo de bronze que ainda existe. Um grande animador da povoação foi o senhor do engenho *Carnaubal*, no Ceará-Mirim, Carlos Carrilho, (Carlos Augusto Carrilho de Vasconcelos, 1849-1920), erguendo a Capela de São Sebastião, ativando a produção agrícola pelas compras e auxílios financeiros. Em 1928, possuía escola municipal.

BENTO FERNANDES (de Macedo), (1848-1825), desde 1870 era agricultor n'as *Campinas*, com família de 18 filhos ao final da existência, honesta, laboriosa, dedicada, justificando-lhe a simpatia local. Velho Delegado de Polícia, morreu assassinado em maio de 1925 ao

procurar debelar um tumulto, provocado por forasteiros durante festividade religiosa.

BOA ESPERANÇA: — Nome da cidade de ANTONIO MARTINS quando povoação.

BOA SAÚDE: — Lagoa em cujas margens nasceu essa povoação, hoje JANUARIO CICCIO.

BOA VISTA: — Denominação do povoado, origem da cidade de JAÇANÃ.

BOM BOCADINHO: — Fazenda em que se originou a cidade de Santana do Matos.

BOM JESUS: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município de Senador Eloy de Souza.

A região ocupou-se com lavoura e criação de gado desde a segunda metade do Séc. XVIII. Seu primeiro possuidor foi o Padre José Vieira Afonso, em 4 de dezembro de 1754, grande proprietário desde ANTA ESFOLADA, a futura NOVA CRUZ. A sesmaria de 1754 é ao redor da LAGOA DA PANELA. José Félix do Rêgo Barros, em 7 de fevereiro de 1820, recebia posse na LAGOA DA PANELA que, ao correr do Séc. XIX, passou a denominar-se no plural, PANELAS.

Afirmam o topônimo anunciar velha indústria oleira, com fundamentos unicamente orais. Em 1877, Ferreira Nobre citava PANELAS, povoação, com feira e policiamento, a nove léguas de Natal, e outrora se denominava por CAPOEIRAS. O nome vulgar foi PANELAS. Capela do Sagrado Coração de Jesus em 1917. Escola em 1923. A Estrada de Automóveis do Seridó, de Macaíba ao Caicó, instalou uma Parada, em maio de 1916, animando o intercâmbio comercial e social da localidade. O transporte mecânico determinou uma fase de prosperidade. Nome atual em virtude da lei estadual n.º 31, de 10 de novembro de 1936, iniciativa do Deputado Ezequiel Xavier Bezerra.

BOM LUGAR: — Povoação, hoje cidade de SEVERINO MELO.

BONITA: — Povoação que originou a cidade de SÃO JOSÉ DO SERIDÓ.

BREJINHO: — Criado em 20 de março de 1963. Desmembrado do município de Santo Antônio.

Recebeu nome do ôlho-d'água cuja perenidade encharcava o terreno derredor. *Abrejava*, como era pequeno, passou ao diminutivo: — *Brejinho*. Até 1890 pertencera a Goianinha, ficando limítrofe quan-

do passou ao município de Santo Antônio. A feracidade do solo explicou o povoamento regular nas tarefas da lavoura. Constituiu zona povoada com um pequeno núcleo centralizador, tendo em 1929 trezentos moradores. Capela de N. S.^a das Dores ou da Piedade. Mas em outubro de 1890 era Distrito de Polícia, atestado de relativa importância demográfica. Como os demais povoados do Agreste norte-rio-grandense, seu povoamento é antiquíssimo, compreendido nas sesmarias criadoras de *sítios* e propriedades maiores, de Arez para o sul, utilizadas em plantio de feijão, milho, mandioca, para farinha, algum gado, bem antes do domínio holandês, (1633-1654). É impossível precisar no tempo a presença do trabalho rural com os *posseiros*, fixados com família, plantando, colhendo, criando *miunças*, morando em caráter definitivo, embora sem título legal.

CAIADA DE BAIXO: — Nome antigo da atual cidade de SENADOR ELOY DE SOUZA.

CAIADA DE CIMA: — Denominação da antiga sede municipal de PRESIDENTE JUSCELINO.

CAIÇARA: — Primeira denominação de SÃO RAFAEL.

CAIÇARA NOVA: — Primeiro nome de SÃO BENTO DO NORTE.

CAIÇARA DO RIO DO VENTO: — Criado em 19 de janeiro de 1963. Desmembrado de Lajes.

Sítio, depois povoação de CAIÇARA, à margem do RIO DO VENTO, antes Rio Nôvo, despejando no Rio Quintimproá, afluente do Ceará-Mirim. Capela de São Sebastião. Trinta casas em quadro em 1930. Possuiu-a Manoel Rodrigues Coelho em janeiro de 1734 e Manoel Pinheiro Teixeira em agosto de 1749, a data de Olho-d'Água da Gameleira e Rio do Vento. O rio é de menção freqüente nas sesmarias do Séc. XVIII, dividindo a região em fazendas de gado, notadamente entre 1734 e 1794, quando as terras foram avidamente disputadas. "Caiçara", na linguagem ruralista dos pioneiros, era sinônimo de "curral", equivalendo, mais ou menos, a "fazenda".

Distrito de Lajes em dezembro de 1953.

CAICÓ: — Criado em 31 de julho de 1788, instalado na VILA DO PRÍNCIPE. CIDADE DO PRÍNCIPE em 15 de dezembro de 1868. CIDADE DO SERIDÓ em 1.º de fevereiro de 1890. CIDADE DO CAICÓ em 7 de julho de 1890.

Região povoada pelos indígenas cariris e notadamente tarairiús, do grupo dos CAICÓS, origem denominadora do município e cidade.

Ver o topônimo CAICÓ. Instalada na VILA DO PRÍNCIPE em homenagem ao futuro D. João VI, pelo Ouvidor da Paraíba, Dr. Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes. Antônio Garcia de Sá Barroso, em nome do Comandante da Ribeira do Seridó, Cipriano Lopes Galvão, comunicou ao Senado da Câmara de Natal em 15 de agosto deste 1788 o acontecimento ocorrido na POVOAÇÃO DO SERIDÓ, primeiro nome do agrupamento residencial considerável e em caráter permanente.

Era freguesia de Sant'Ana desde 1748.

O mais antigo documento que conheço, no plano da identificação, é uma sesmaria concedida ao Capitão Inácio Gomes da Câmara em 7 de setembro de 1736: — *Ribeira do Ceridó. Citio do CAYCÓ — três léguas pelo rio Ceridó, principiando a correr da barra do Cuparaã, que faz testada do coronel Miguel Barbalho Bezerra.* O Cuparaã, Quipauá, é o Rio Barra Nova. Noutras datas de sesmarias, 1736 e ano seguinte, 426, transcrita, 428, ao Tenente Faustino da Silva, 451, ao mesmo Inácio Gomes da Câmara, faz-se sempre menção ao SÍTIO DO CAICÓ, valendo a designação expressa ao *indígena Caicó*, residente nas redondezas.

A presença do elemento branco, português ou mestiço, iniciar-se-ia nos finais do Séc. XVII, conseqüência da movimentação guerreira para a repressão aos indígenas sublevados ou emigrantes da Paraíba, vindos através dos boqueirões das serras, fugindo ao avanço conquistador da pastorícia nos sertões do alto Piranhas e Piancó. A luta armada contra a indiada atingira apenas o chamado *Sertão d'Acauã*, mais precisamente ao Acari. Ver o topônimo *Acauã*. Nas primeiras décadas do Séc. XVIII o Seridó estava ocupado pelas *fazendas*. Mereceram os fazendeiros postos de comando nos Regimentos de Ordenança, consagrando-lhes a autoridade moral. Logo depois de 1760, é o primeiro Tomás de Araújo Pereira, já proprietário no Acari desde maio de 1734, Sargento-Mor, substituído por Caetano Dantas Correia que deixou em 1789, tendo por sucessor Cipriano Lopes Galvão, primeiro do nome, Capitão-Mor das Ordenanças da Vila do Príncipe, tendo em julho de 1790, Antônio Garcia de Sá Barroso no posto de Coronel.

O Coronel Miguel Barbalho Bezerra, já em setembro de 1736, era sesmeiro anterior ao Capitão Inácio Gomes da Câmara, com situação na barra do Rio Barra Nova. O Tenente Faustino da Silva ficava no *Riacho do Barbosa, junto do SÍTIO DO CAICÓ*. Esse "Barbosa", que batiza um Riacho, seria um dos mais antigos posseiros. Nenhuma história registou esses nomes, pioneiros na penetração do Caicó.

Manteve a característica pastoril como atividade preferida, mesmo nas tarefas domésticas, manipuladoras dos queijos, de coalho ou manteiga, de gado ou cabras, carne-sêca-do-Seridó, e muito viva a tradição

orgulhosa dos grandes vaqueirões e rastejadores, topando o touro e matando onças.

Em 1922, possuía oitocentas fazendas de gado.

De CAICÓ desmembraram-se os municípios do ACARÍ (1833); JARDIM DO SERIDÓ (1858); SERRA NEGRA (1874); JUCURUTU (1935); JARDIM DE PIRANHAS (1948); SÃO FERNANDO (1958); TIMBAÚBA DOS BATISTAS (1963).

CAIEIRA: — O mais antigo nome de ALMINO AFONSO.

CAMPO GRANDE: — Primeira denominação do município de AUGUSTO SEVERO.

CAMPO REDONDO: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município de Santa Cruz.

Campo Redondo, local sôbre um contraforte da SERRA DO DOUTOR (ver êsse topônimo), denominava fazenda de gado em 1894. Em 1917, o proprietário, Francisco José Pacheco, construiu a Capela de N. S.^a de Lourdes, porque a povoação crescia, com atividades pastoril, algodão e pequena lavoura de apoio alimentar. Essa Capela foi substituída em 1935. Em 1922, tinha feira e uma única rua, com trinta casas. Vila em 1938. Denominada SERRA DO DOUTOR em 30 de dezembro de 1943. A região é atravessada pelo Rio Trairi. Na elevação municipal voltou a ser CAMPO REDONDO, homenagem à propriedade inicial, fixadora da população.

CANABRAVA: — Hoje sede municipal do ESPÍRITO SANTO.

CANGUARETAMA: — Município em 19 de julho de 1858 criado pela transferência da sede de VILA-FLOR para a POVOAÇÃO DO URUA, elevada a VILA DE CANGUARETAMA. Cidade em 16 de abril de 1885.

Participava do litoral conhecido e freqüentado pelos traficantes franceses no Séc. XVI, carregando ibirapitanga, (pau-brasil), nos batéis que podiam vencer as dificuldades do acesso, levando-o às naus. Região de matas, caça, água doce, caranguejo nos mangues, pescarias de Pirangi a Aretipicaba, (BAÍA FORMOSA), terrenos para mandioca e milho, determinando morada natural dos silvícolas potiguaros. A Ilha do Casqueiro, no Rio Garatuba, imenso depósito de ostras, um sambaqui pré-histórico, atesta antiquíssima presença humana.

Manuel Ferreira Nobre, entretanto, informava em 1877: — *O terreno desta Vila foi descoberto em 1658 por um bando de PAYAGUÁS. E anotou: — Payaguás, índios canoeiros. Não compreendo*

como os Paiaguás viessem em 1658, sabia-se até o ano, remando em canoas, (não conheciam velas), do Rio Paraguai em Mato Grosso até Canguaretama! E sem que deixassem vestígios dessa prodigiosa travessia. Grandes canoeiros!

A Povoação do SACO DO URUÁ mantinha moradores oleiros e tecedores de fibras vegetais. (Ver CANGUARETAMA e URUÁ nos topônimos.)

De CANGUARETAMA constituíram municípios BAÍA FORMOSA em 1958 e VILA-FLOR em 1963.

CARAPEBAS: Presentemente, cidade de AFONSO BEZERRA.

CARAÚBAS: Município em 5 de março de 1868. Cidade em 30 de novembro de 1914.

Desmembrado do Apodi. Região pastoril e lavradora, conhecida, notadamente, em finais do Séc. XVII pelo avanço dos currais pela chapada do Apodi e "terras frescas" da região. As lagoas de Itaú e APANHÁ-PEIXE, "Ceripaua" em tupi, fixavam os limites dessa ocupação. Em 1750 o capitão de Ordenança, (depois tratado por "Tenente-General") Francisco de Souza Falcão, veio do Cabo, Pernambuco, situando fazendas. Voltou a Pernambuco em data não sabida e regressou em 1760, trazendo Leandro da Cunha Bezerra Cavalcanti, Pedro da Cunha Holanda Cavalcanti e Manoel da Cunha Ferreira, irmãos, fôrças criadoras da pastorícia. Depois de 1760 Leandro situou a fazenda CARAÚBAS em terreno onde essas palmeiras eram numerosas. *Tabebuia caraiba*, *Burn*, também chamadas *Craibeiras*, vindo daí o nome para o Distrito de Paz em 1852, a freguesia em 1858, e dez anos depois o município. Muito antes de Souza Falcão, já em 1732, o Sargento-Mor Dionísio da Costa Soares era proprietário da fazenda SABE-MUITO e em 1733 do APANHÁ-PEIXE e ÔLHO-D'ÁGUA DO MILHO, na Ribeira do Apodi. Naturalmente havia população de moradores cujos nomes ignoramos. Leandro Bezerra é o homem que sobressai no anonimato de vaqueiros e lavradores aos quais deve CARAÚBAS sua existência coletiva. Luís Manoel Fernandes, construindo residência de pedra-e-cal na povoação, e outros fazendeiros cuja fortuna nasceu e ficou na terra, inarredáveis como troncos de arueira, foram as sementes das famílias eternas e os exemplos de dedicação e fé.

De CARAÚBAS desmembrou-se o município de JANDUIS, em 1963.

CARAÚBAS: — Primeiro nome de CÉRRO CORÁ.

GARNAÚBA DOS DANTAS: — Criado em 11 de dezembro de 1953. Desmembrado do Acari.

Fazenda CARNAÚBA, à margem esquerda do Riacho Carnaúba, afluente do Acauã e êste do Rio Seridó. Fundou-a, à volta de 1740, Caetano Dantas Corrêa, (1710-1797), vindo de Pernambuco com boiadas, e falecido na sua propriedade "Picos de Cima", no Acari. Exerceu os cargos de Comandante da Ribeira do Seridó, até 1783, e de Coronel de Cavalaria de Ordenanças da Vila do Príncipe, até 1790. Fôra substituído no primeiro por Cipriano Lopes Galvão e no segundo por Antônio Garcia de Sá Barroso. O fundador de "*Conceição do Azevedo*", futura cidade do *Jardim do Seridó*, Antônio de Azevedo Maia, segundo do nome, era seu genro. A fazenda tornou-se lentamente uma povoação, CARNAÚBA DOS DANTAS; pela contínua assistência dos descendentes do fundador. Em décadas finais do Séc. XIX já possuía essa denominação, divulgada popularmente pelos sertões. Capela de S. José. Ciclo do gado na feição tradicional do Seridó. Em 1930, mais de cem casas, alinhadas em ruas regulares. Distrito do Acari em 1938.

CARNAUBAIS: — Município criado em 18 de setembro de 1963. Desmembrado do Açu.

Sede na velha povoação POÇO DA LAVAGEM, posteriormente SANTA LUZIA, quando construída a capela. Distrito-Vila do Açu em 1938. Mudado o nome para CARNAUBAIS em 30 de dezembro de 1943. O município é zona agrícola, tradicional a extração de cêra de carnaúba, indústria centenária na região. Atravessa-o o Rio dos Cavalos, derivação ou braço do Rio do Açu. Compreende a histórica povoação das OFICINAS, (ver o topônimo), local de preparação de carnes e peixes secos, existente em 1787, carregando numerosos barcos que alcançavam êsse ponto nas marés-altas. OFICINAS possuiu escola em 1853 e foi Distrito de Paz em 1864. Destruíu-a uma enchente fluvial em 1924, magnificamente evocada pelo escritor M. Rodrigues de Melo: (VARZEA DO ASSU, S. Paulo, 1940). CARNAUBAIS, a partir de 1940, constituiu um centro de importância econômica em todo o vale açuense.

CEARA-MIRIM: — Município em 18 de agosto de 1855 com a transferência da sede de ESTREMOZ para a POVOAÇÃO DA BOCA DA MATA, elevada à VILA DO CEARA-MIRIM. Suspensa a execução em 4 de setembro de 1856. Realizada em 30 de julho de 1858. Cidade em 9 de junho de 1882.

Desde março de 1602 houve ocupação na varze ou ao longo do RYO SEARA, terras aproveitadas para lavoura e pequena criação de gado. Por todo o Séc. XVIII incontável foi o número de sesmarias, dividindo tôda a região com maior ou menor utilidade agrícola, notadamente de proprietários de Estremoz. Os primeiros engenhos são pos-

teriores a 1840 mas em 1858, quando ocorreu a transferência da sede, havia notável desenvolvimento industrial e pecuário, além do atual Taipu. (Ver o topônimo CEARÁ-MIRIM.)

A povoação localizou-se no cruzamento da estrada que subia de Estremoz para o sertão com o caminho de Jacoca, descendo para o vale. Na relação do Ouvidor Domingos Monteiro da Rocha, em junho de 1757, inclui-se a *POVOAÇÃO DO CEARÁ-MIRIM, com bastantes moradores*. Em julho de 1854, criava-se uma escola *no lugar BOCA DA MATA*, município de Estremoz. Foi professor Joaquim Peregrino da Rocha Fagundes, até 1858. A *VILA DO CEARÁ-MIRIM* realizou a sua primeira reunião em Câmara Municipal em 14 de outubro de 1858.

Em 1877, escrevia Manoel Ferreira Nobre ser a do Ceará-Mirim *a feira mais importante da Província*.

Desmembraram-se do CEARÁ-MIRIM os municípios do TAIPU em 1891 e ESTREMOZ em 1963.

CERRO-CORÁ: — Criado em 11 de dezembro de 1953. Desmembrado do município de Currais Novos.

Dona Adriana de Olanda de Vasconcelos recebeu, em abril e maio de 1764, duas sesmarias de três léguas por uma, da forma da lei. Na primeira, o domínio confinava com o *sítio de criar gado no Tororó* e era na Serra que ela descobrira, por intermédio dos escravos, *humas serra de plantar rossa*, sem água corrente nem vertente, inútil para pastorícia. Na outra, teve *sobras nessa Serra que corre uma parte para o Açu e outra para o Seridó*. Essa não foi confirmada pelo Rei de Portugal, requerendo-a o Tenente-Coronel Francisco de Souza e Oliveira e a houve por sua em 1804.

Nesse abril de 1764, Dona Adriana era viúva do Coronel Cipriano Lopes Galvão, um dos pioneiros na ocupação econômica da região. O nome de *CURRAIS NOVOS* já existia antes de o primeiro Cipriano Lopes Galvão aparecer no sertão. São os pais do Capitão-Mor Galvão, Cipriano Lopes Galvão, (1750-1813), segundo do nome, fundador da *POVOAÇÃO DOS CURRAIS NOVOS*, futura sede municipal. Dona Adriana casou mais duas vezes. Com Félix Gomes, do Totoró, fazendeiro milionário que enterrou muito ouro na propriedade, algum dia revelado, e em terceiras núpcias foi espôsa do Coronel Antônio da Silva e Souza, primeiro presidente da Câmara na Vila do Príncipe, Caicó, informa José Augusto. Faleceu em março de 1793.

Foi a primeira proprietária do futuro *CERRO CORÁ*, então venda de onças e caitetés.

Os antigos ensinavam que a legítima sesmaria do *CERRO CORÁ* seria uma que se referisse ao *lugar xamado Caxoeira da Rua, na Ri-*

beira do Potengi, onde desagoam as águas da caxoeira ou Riacho da Rua. Finalmente deparei o documento, sesmária concedida a José Félix Rodrigues em 4 de julho de 1784, mas não dá sentido ajustador com a topografia circunjacente. Água correndo, só no inverno. Bebida, cacimba na areia do rio. Depois vieram os açudes já no século atual, quando a mão do homem dominara a hostilidade da terra, fazendo-a produtiva e acolhedora. Dizia-se *Rua* em alusão a uns cabeços de serra, sugerindo casas em filas.

Em 1960, atendendo a um convite do Sr. Sérvulo Pereira, escrevi um volume sobre a História de CÉRRO CORÁ, em plena batalha nos arquivos do Instituto Histórico, Assembléia Legislativa, Palácio do Governo, jornais velhos, visitas à Vila e a colaboração preciosa do Historiador Otom Osório de Barros, documentário vivo na espécie. Os originais, entregues ao Dr. Wilson Pereira, desapareceram na Imprensa Oficial em 1961. Como não havia cópia, foi um triste *Amici, diem peridi*, para mim. Essa é a razão sentimental que me prende a CÉRRO CORÁ.

Dona Adriana de Olanda de Vasconcelos doou a Serra à Senhora Santana, e daí o nome de *SERRA DE SANTANA* ou *SERRA DO PATRIMÔNIO*. Ramificação da Borborema. Nasceras do Rio Potengi, padrinho do Rio Grande do Norte.

A volta de 1880, o local da Cidade de CÉRRO CORÁ era o sítio do *BARRO VERMELHO*, pertencente ao Major Lula Gomes, (Luís Gomes de Melo Lula, 1856-1927), paraibano do Picuí, falecido em Natal, ativo, empreendedor, grande negociante de boiadas para os Estados vizinhos, opulento fazendeiro em Currais Novos. Num recalco serrano morava João Deitado de Brito, agricultor humilde. Dispersos, viviam outros moradores, plantando algodão, fazendo farinha, criando boi. O Major Lula Gomes decidiu fundar uma povoação no *BARRO VERMELHO*, animando João Deitado, nome injusto, a tomar a direção do encargo, financiando-o, loja de negócio, bolandeira descaroadora, telheiro para a feira semanal. Nasceram as primeiras taipas, correu a notícia pelas quebradas habitadas, e a feira, pequenina, surgiu, num grupo tímido e teimoso. O povoado chamou-se *CARAUBAS* pela existência dessas Bignoniáceas à margem do arruado. O Major Lula dedicou a *CARAUBAS* vinte e um anos de assistência, dedicação, entusiasmo. É o seu fundador verdadeiro. Em 1890, em Bananeiras, falecia João Deitado, auxiliar prestimoso. Os sucessores vieram, desiguais. Em 1901, Lula Gomes vendia toda a propriedade ao seu irmão Manuel Salustino Gomes de Macedo (1857-1942), outro paraibano do Picuí, falecido em Currais Novos. A condição basilar era a seqüência obstinada na mesma tarefa, na chã da Serra de Santana. O continuador

incomparável foi Manuel Osório de Barros (1865-1938), do Caicó, falecido em Natal. De 1901 a 1918, Manuel Osório foi o dínamo da povoação, organizando comércio, animando a sustentação da feira, índice de vitalidade permutadora, rasgando caminhos, movimentando a economia iniciante, promovendo a fixação de moradores, substituindo o casario de taipa pelo tijolo, campanha de 1910-1918. João Soares de Maria, João Pinto, abriu o primeiro açude na Serra, libertando a população da precariedade das cacimbas salobras. Capela de São João Batista em 1904, primeiro edifício de tijolos no povoado e na Serra. A imagem do padroeiro foi oferecida por Dona Ananília Regina de Araújo, espôsa de Manoel Salustino, doador do patrimônio ao orago. Circuncisão Miranda de Assunção inaugurou em 1905 a primeira residência de tijolos. Escola masculina em 1914, de Manuel Pedro de Oliveira. Dois mil-réis mensais por aluno, com direito a palmatória, 1916-1917, escola subvencionada pela Intendência de Currais Novos, com Antônio Domingos de Oliveira. A terceira escola, mista, dirigiu-a a Professôra Querubina Silveira, mestra infatigável e gloriosa, de 1918 a 1950! Nesse 1918, assume a direção de CARAÚBAS, Tomás Pereira de Araújo, (1888-1964), nascido em Currais Novos, falecido em CÊRRO CORÁ. Transformou a povoação em município. Deu-lhe os recursos da inteligência, capacidade de iniciativa, vocação de comando, prudência feliz, energia incessante.

Em 1922, o presidente da Intendência de Currais Novos, João Alfredo Pires Galvão, Joca Pires, mudou o nome de CARAÚBAS para CÊRRO CORÁ, o derradeiro momento histórico da guerra do Paraguai. Ver o topônimo CÊRRO CORÁ. O nôvo batismo popularizou-se com as restrições inevitáveis. Seu Dito, Benedito Gomes de Melo, (1868-1952), irmão de Lula Gomes e de Manuel Salustino, morreu com 84 anos dizendo sempre CARAÚBAS! CÊRRO CORÁ teve Escolas-Reunidas em 1932. Iluminação elétrica em 1934. Grande açude em 1937. Distrito Vila de Currais Novos em outubro de 1938.

Era uma cidade que a independência municipal, quinze anos depois, premiaria.

COITÉ: — Nome de MACAÍBA, quando povoação inicial.

CORONEL JOÃO PESSOA: — Município criado em 19 de dezembro de 1963. Desmembrado de São Miguel.

Situada a sede na povoação do BAIXIO, ou BAIXIO DE NAZARÉ, sôbre a Serra de Camará ou de São Miguel, na propriedade tradicional à margem esquerda do Rio São Gonçalves, afluente do Rio do Apodi, no trecho denominado "Rio de Pau dos Ferros". Zona agrícola, povoada na segunda metade do Séc. XVIII, com posseiros vindos do Ceará, através da chapada do Apodi. Distrito em dezembro de 1953.

Baixio é uma vazante natural, entre aclives serranos, recebendo água das torrentes no inverno e com pouco escoamento, determinando umidade pela infiltração, permitindo excelentes plantações.

João Pessoa de Albuquerque, (1863-1928), nasceu em S. Miguel e foi assassinado nas imediações da então Vila, *quando voltava da vazante*. Coronel da Guarda Nacional, título de cortesia tradicional. Agricultor e negociante. Chefe político local, de prestígio antigo e constante. Presidente da Intendência, 1911-1913. Deputado às Constituintes de 1915 e 1926, e noutras legislaturas. Em fevereiro de 1926, organizara a defesa contra a invasão da "coluna revolucionária" do Capitão Luís Carlos Prestes.

CORONEL EZEQUIEL: — criado em 11 de dezembro de 1953. Desmembrado do município de Santa Cruz.

O Riacho *MELÃO*, humilde e distante afluente do Rio Trairi, nos meses de inverno, em parte do curso atravessa pequena planície do pé de um dos contrafortes da Borborema. Denominou fazenda de gado de José Joaquim da Silva, o fundador da povoação do *MELÃO* em 1808. Em 1861 ergueu-se a capela de N. S. do Amparo, promessa para livrar os moradores da *peste-grande*, cólera-morbo, assolando desde 1856, o sinistro *Ano da Cólera*. A Capela, crescendo sem cessar o povoado, foi demolida e construída outra em lugar elevado. Matriz em 1957. *MELÃO* foi possuindo os elementos de boa povoação, vendas, armazéns para algodão, três ruas alinhavam-se em 1925, além das moradas esparsas ao redor. Casa de mercado. Feira semanal. Escola primária.

Em outubro de 1938 *MELÃO* é Distrito de Santa Cruz, com o nome bíblico de *JERICÓ*. Em dezembro de 1943 voltou a denominar-se *MELÃO*. Só deixou de ser fruta para tornar-se município.

O conhecimento geográfico da região é da segunda metade do Séc. XVIII, nos finais da centúria. *Melão* é fruta estrangeira, trazida pelos portugueses na época da colonização. Denuncia ter sido a presença branca ou mestiça, mas cristã, a responsável pelo topônimo e não o indígena.

CORONEL EZEQUIEL (Ezequiel Mergelino de Souza, 1866-1953), paraibano de Araruna, faleceu em Natal, sepultando-se em Santa Cruz onde sempre vivera. Já em 1896 fazia parte da Intendência Municipal, presidindo-a nos triênios de 1911-1913 e 1920-1922, deputado estadual em muitas legislaturas, inclusive constituinte em 1915. Grande agricultor e fazendeiro. Sereno, risonho, acolhedor, incapaz de uma violência útil ou arbitrariedade proveitosa, usufruiu um

domínio de obediências concordantes, de tranqüilidade moral onde a honestidade era o melhor fundamento comum. Foi o *Chefe* de Santa Cruz, o derradeiro, na legitimidade do apoio tradicional.

De CORONEL EZEQUIEL desmembrou-se o município de JACANÁ em 1963.

CRUZ DO ESPÍRITO SANTO: — Hoje cidade do Espírito Santo.

CRUZETA: — Município em 24 de novembro de 1953. Desmembrado do Acari. A sede municipal assenta na antiga fazenda "Remédios", pertencente em 1766 a Bartolomeu da Costa Pereira e em 1810 ao Sargento-Mor Manoel de Medeiros Rocha. Seis quilômetros depois ficava o Sítio *Cruzeta* onde confluíam, *cruzando-se*, os rios Salgado e Quimporó e o Riacho do Meio, formando o Rio São José. Nesse ponto foi estudado o açude que se construiu no *Remédios*, para onde transitou o nome *Cruzeta* na identidade do esforço de centenas e centenas de trabalhadores, desde 1920. O Engenheiro Paulo Mendes da Rocha animava o ativo e pequenino comércio local, sugerindo feiras e mercado para suprimento de uma população que se ia fixando ao redor do *Cruzeta*. O Fazendeiro Joaquim José de Araújo Medeiros mandou construir confortável residência e foi o doador do patrimônio a N. Sr.^a dos Remédios, padroeira da povoação. O açude concluiu-se em 1928, e na véspera do Natal do ano seguinte, 24 de dezembro de 1929, CRUZETA realizava sua primeira festa de caráter permanente e não mais um transitório acampamento da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas. Ninguém mais recordava *Remédios* mas o nome popular, corrente e natural na divulgação anônima, era CRUZETA. Em 1938, foi criado no Município do Acari o Distrito de CRUZETA, oficializando o batismo nominativo de dezoito anos antes. O título de município consagrou-o no plano da História do Rio Grande do Norte.

CUITEZEIRAS: — Primitiva denominação do município de PEDRO VELHO.

CURIMATAÛ: — Nome da Parada da Estrada de Ferro Natal — Nova Cruz, edifício inaugurado em 31 de outubro de 1882. Hoje na cidade de PEDRO VELHO.

CURRAIS NOVOS: — Criado em 15 de outubro de 1890. Desmembrado do Município do Acari. Cidade em 29 de novembro de 1920.

Ciclo da pastorícia. Paragens onde viviam os cariris, seria local de encontros sangrentos com as tropas encarregadas da repressão aos

tumultuosos indígenas, nos fins do Séc. XVII. No sertão da ACAUÃ, em 1687, Afonso de Albuquerque Maranhão derrotara e fizera prisioneiro o chefe Canindé, com muitas centenas de guerreiros. Com a pacificação, primeira década do Séc. XVIII, os antigos soldados e capitães tornaram-se lavradores, posseiros sem títulos a maioria, mas de função útil no cultivo da terra que tinham atravessado lutando. O alto número de propriedades com nomes portugueses, rios, serras, riachos, denuncia a presença desses elementos, anônimos e eficazes, anteriores ao registo histórico.

A tradição, explicando as origens de CURRAIS NOVOS, indica o Coronel Cipriano Lopes Galvão, pernambucano de Igarapé, como, em 1755, tendo iniciado a penetração, obtendo a data do Rio TOTORÓ. Mandara, logo depois, como escreve Nestor Lima, construir os currais novos numa elevação entre os Rios Maxinaré e Totoró, légua e meia de sua casa-grande. Manuel Dantas pormenoriza: Homem de certo gosto, para a vida da época, requintou nos currais de pau a pique, feitos de troncos de arueira, bem aparados, que adquiriram logo vasta nomeada, a ponto de virem gentes de longe só para ver os CURRAIS NOVOS do Capitão-Mor. CURRAIS NOVOS ficou denominada a fazenda, depois a capela, o povoado, a vila, o município, a comarca e a cidade, consagrando-se, de público, a homenagem a uns currais bem acabados, como símbolo do desenvolvimento pastoril daquela região.

É preciso alterar a data de 1755 para onze anos antes. — Bento do Rêgo Barros, requerendo em 8 de janeiro de 1744 terras no Riacho Arerê, alude ao "CITIO DOS CURRAIS NOVOS", nome já velho e corrente no local, tanto assim que servia de referência às sesmarias. Havia o "Citio Bom Sucesso", outra afirmativa cristã e branca de criador e agricultor, situado nas redondezas. O povoamento ter-se-ia verificado nos inícios do segundo terço do Séc. XVII.

Escola primária em outubro de 1839. Coube ao segundo Cipriano Lopes Galvão, (1750-1813), a fundação virtual da Vila, com a Capela de Sant'Ana em 1808, centro de convergência social dos moradores esparsos nas vizinhanças. Distrito de Paz em setembro de 1854 na POVOAÇÃO DOS CURRAIS NOVOS.

De CURRAIS NOVOS desmembraram-se CÊRRO CORÁ em 1953, e LAGOA NOVA em 1963.

CURRAL DA JUNTA: — A mais antiga denominação do futuro município de UPANEMA.

DEMÉTRIO LEMOS: — Nome que substituiu o de BOA ESPERANÇA, presentemente ANTÔNIO MARTINS.

DIVINÓPOLIS: — Hoje sede municipal com o nome de **UMARIZAL**. Antigo **GAVIÃO**.

DOUTOR SEVERIANO: — Criado a 10 de maio de 1962. Desmembrado do município de São Miguel.

Instalado em janeiro de 1963 na antiga povoação do **MUNDO NOVO**, margem esquerda do riacho Merejo, afluente do São Gonçalo e este do Rio Pau dos Ferros, nome local do Apodi. Localiza-se na Serra do Camará ou de São Miguel, ramificação da Borborema.

Em 1737, Domingos Lopes Barbalho situava-se na *Barra do MUNDO NOVO*. Em julho de 1762, era proprietário de terras no *riacho do MUNDO NOVO na Ribeira do Apodi*, Caetano de Barros Bezerra. O Capitão José Vieira de Melo, em fevereiro de 1779, cita confrontações com o *sítio MUNDO NOVO*, na mesma paragem. Índices de povoamento ao correr do Séc. XVIII. A propriedade rural determinara pequena aglutinação demográfica, mais agrícola que pastoril. Capela de São Miguel. Em 1941 Anfilóquio Câmara informava: "Não existe em **SÃO MIGUEL** nenhum aglomerado humano que se revista das características de povoado e possa ser como tal considerado." Nessa época, **MUNDO NOVO** era distrito policial, o único depois da sede municipal, afirmando movimentação econômica e social de apreciável volume. Vila em dezembro de 1953.

Francisco SEVERIANO de Figueiredo Sobrinho, (1894-1949), nascido no município do Caicó, faleceu em **SÃO MIGUEL**. Professor pela Escola Normal da Paraíba em 1920. Exerceu o magistério no sertão paraibano. Bacharel em Direito na Faculdade do Recife em 1929, onde foi meu contemporâneo. Advogado. Juiz Municipal em **SÃO MIGUEL**, 1929-1930. Deputado à Constituinte de 1935, e 1947-48. Promotor Público. Prefeito do município. Consultor-Jurídico da Prefeitura. Chefe político, lavrador. Integrou o gabinete do Governador José Augusto Varela, (1947-1949). Operoso, acolhedor, semeando simpatias, era de convívio agradável e de evidente projeção no ambiente de sua atividade.

ENCANTO: — Criado em 20 de março de 1963. Desmembrado do município de Pau dos Ferros.

ENCANTO era propriedade de Manoel Negrão, em 8 de abril de 1717. Criação de gado e lavoura alimentar.

ENCANTO foi instalado na Vila **JOAQUIM CORREIA**, Distrito em 1952, na confluência dos Riachos Vaca Morta e Encanto, ou Conceição. Era em 1894 um *lugarejo*, como escrevia o Secretário do Governo, Dr. Alberto Maranhão. Capela de São Sebastião em 1905. Zona

agrícola, notadamente fértil. Em 1956, centenário de Pau dos Ferros, possuía 25 casas de taipa e 46 de tijolos, com a população de 273 moradores, informa o Sr. Alberto Mendes de Freitas. Em 1941, escrevia Anfilóquio Câmara: "Além de sua cidade e Vila, (VITÓRIA, hoje MARCELINO VIEIRA), o município tem um núcleo organizado de população: é o povoado ENCANTO, de promissor futuro." Como motivo turístico, aconselhava a visão do *Pico do Encanto*.

Joaquim José Correia, (1848-1929), denominando ENCANTO de 1952 a 1963, nascera no Martins, falecendo em Natal, onde o conheci. Foi o chefe político municipal mais de 30 anos, advogado provisionado, inteligente, orador, hábil e maneiroso, com excelentes serviços prestados a Pau dos Ferros e ao Estado, notadamente na questão de Grossos com o Ceará. Deputado estadual de 1898 a 1918, prestigiado, influente, expansivo, simpático. Pertenceu ao Instituto Histórico que lhe prestou expressiva homenagem.

EPITÁCIO PESSOA: — Presentemente, cidade de PEDRO AVELINO.

EQUADOR: — Criado em 20 de março de 1963. Desmembrado do município de Parelhas.

Povoação do PERIQUITO, nome da serra e riacho próximos. Situa-se num planalto serrano da Serra das Queimadas, contraforte da Borborema, 650 metros acima do nível do mar. Zona agrícola, notadamente algodoeira. Simão Gomes, antigo proprietário da Fazenda "Sossêgo" ou "Tanquinhos", plantador de cereais assaltados pelas revoadas de periquitos, deu nome à fazenda e cercanias. Em 1856, prometeu Simão Gomes construir uma capela, doando terreno patrimonial, se São Sebastião afastasse a peste (cólera-morbo) sem fazer vítimas. Atendida a súplica, nasceu o povoado do Periquito, à margem direita do Rio Quintos. Na seca de 1877 já existia feira. Mudado para EQUADOR em 1917 pelo presidente da Intendência de Jardim do Seridó, Dr. Heráclio Pires. Distrito de Parelhas em outubro de 1938, mantendo a denominação. Sua história, como povoamento, é uma seqüência do município a que pertenceu até 1963.

ESPIRITO SANTO: — Criado em 16 de julho de 1963. Desmembrado do município de Várzea.

Povoação de CANA BRAVA, à margem do Rio Jacu, já existente em março de 1835. CRUZ DO ESPÍRITO SANTO em dezembro de 1877, quando foi Distrito de Paz. Capela de N. S.^a da Piedade. Povoado em franco desenvolvimento em 1894. Distrito de Goianinha em

1911. Zona de intensa atividade agrícola, no quadro rural do município originário.

Durante os anos de 1868 e 1869, foi teatro de tropelias e tumultos provocados pelo grupo *CAMISA PRETA*, tendo por um dos chefes arrojados um antigo oficial do Corpo Policial, Antônio Higino de Holanda Leiros, capturado em dezembro de 1869 por uma escolta comandada pelo subdelegado do Distrito da Cruz do Espírito Santo, Pedro Leite Rangel, oficiando, a 3 de janeiro de 1870, ao Chefe de Polícia, Dr. Aurélio Ferreira Espinheira, narrava: "Foi capturado o célebre A. H. de H.L., um dos chefes do grupo "Camisa Preta", que se havia constituído o terror de diversos pontos da Comarca de São José de Mipibu. Muitas foram as ordens expedidas e reiteradas para a prisão desse famigerado criminoso que por mais de uma vez soube malograr as mais bem combinadas diligências". Processado, foi absolvido num júri de S. José de Mipibu, agosto de 1870. Como houvesse apelação, o réu evadiu-se. Fôra igualmente prêso outro componente perigoso, em julho de 1870, Joaquim Marques da Silva, vulgo "Joaquim Boi" e, em data que não apurei, Manoel Joaquim Camisa Preta, que dava nome à malta. Este se evadiu na noite de 13 para 14 de fevereiro de 1871, arrombando a porta da Cadeia da Cruz do Espírito Santo, cujo conserto custou dez mil-réis, cobrados em março do mesmo ano. O episódio fôra o acontecimento mais famoso nas memórias populares do antigo *ESPÍRITO SANTO*.

No sítio "Jardim", nasceu João Tibúrcio da Cunha Pinheiro, (1845-1927), o "Mestre de gerações", glória do magistério norte-riograndense.

ESPÍRITO SANTO: — Povoação onde se criou a cidade de OURO BRANCO. Antigo nome de Paraú.

ESTREMOZ: — Município em 3 de maio de 1760. Transferida a sede em 18 de agosto de 1855 para a *povoação da Bôca da Mata*, elevada a *VILA DO CEARÁ-MIRIM*. Suspensa a execução em 4 de setembro de 1856. Transferida em 30 de julho de 1858. Restaurado o município em 4 de abril de 1963.

Era *Aldeia de São Miguel do Guajiru*, pela abundância dessas frutas, denominando rio e vale. Aldeia habitada pelos indígenas tupis e os tarairiús Paiaçus, sob a direção dos padres jesuítas, nas últimas décadas do Séc. XVII. O Des. Bernardo Coelho da Gama Casco, conforme alvarás e leis de 6 e 7 de junho de 1755, 8 de maio e 14 de setembro de 1758, fundou a *VILA NOVA DE ESTREMOZ*. Os jesuítas tinham sido expulsos no ano anterior, deixando uma população de 1.429 almas, a mais linda igreja da Capitania, (terminada em

1755), e fartura de víveres e gado. Nas instruções oficiais recomendava-se: "*Denominareis com os nomes dos lugares e vilas destes Reinos, que bem vos parecer, sem atenção aos nomes barbaros que tem actualmente.*" Estremoz era Vila do Alentejo, cidade em 1926, distrito de Portalegre, foral pelo Rei D. Afonso III; fora aduar mouro, côrte do Rei D. Diniz e da Rainha Santa, dona Isabel. *São Miguel do Guajiru* não podia permanecer, cercado pelas frutas silvestres, insípidas e habituais no consumo popular. A **VILA NOVA DE ESTREMOZ** foi a primeira Vila no Rio Grande do Norte.

Fôra sempre povoada, com terrenos de plantio e pequena criação desde princípios do Séc. XVII. Os holandeses visitavam-na freqüentemente e pensaram em dividir a *TIJURU*, o mais antigo nome da Lagoa de Estremoz, transformando-a em reservatório de água. Separando suas águas pela Ponta Francesa e Ponta Grossa; a seção superior seria mantida doce pelo Rio Caratã, Mudo ou do Jorge; e a parte inferior, à volta do vale e Rio do Guajiru, ficaria salgada ou salobra comunicando-se com o mar através do Rio da Redinha que, naquele tempo, permitia passagem de botes e embarcações de fundo chato, transportando os produtos da região. (Ver *GUAJIRU* e *TIJURU*.)

A transferência adormecera a terra e as almas também. Voltou a ser povoação, sonhadora, lírica, poetizada pelas lendas da lagoa. Distrito em 1911. Esperou 105 anos pela restituição de seus foros municipais.

De **ESTREMOZ** desmembrou-se o município de **TOUROS** em 1833.

FELIPE GUERRA: — Criado em 18 de setembro de 1963. Desmembrado do município do Apodi.

Sede na antiga povoação **PEDRA D'ABELHA**, onde as abelhas enxameiam no interior de um grande bloco calcário.

À margem esquerda do rio, estende-se a região denominada **BREJO DO APODI**, terras úmidas de alta produtividade para qualquer tipo de plantio. Intensamente habitada, quer nas concentrações vileiras, quer na forma esparsa mas quase ininterrupta, semelhante a que se verifica na várzea do Agu, descendo para Macau. **PEDRA D'ABELHA** é um dos núcleos característicos e tradicionais, como **PASSAGEM FUNDA**, **MATO VERDE**, **BREJO**, com ôlho-d'água, engenhos de açúcar, sítios, fazendas, tendo escola e a Capela de São Vicente Ferrer.

Fôra município pela Lei n.º 1017, de 11 de dezembro de 1953, anulado pelo Supremo Tribunal Federal em 1954, restaurado dez anos depois.

Felipe Néri de Brito Guerra, (1867-1951), nasceu na fazenda "Aleluia" em Campo Grande, faleceu em Natal. Bacharel em Direito

na Faculdade do Recife em 1890. Promotor Público no Apodi. Juiz de Direito em Macau, 1891, 1892-95, Caicó, 1895-98, Mossoró, 1908-18, Desembargador, 1918-1926, Secretário de Educação em 1931, Deputado às Constituintes de 1891, 1892, 1935, Professor no Apodi, Caicó, Mossoró e Natal. Estudioso da Economia Regional, autor de livro clássico, "*SÊCAS CONTRA A SECA*", 1910, além de outros ensaios de competência relevante. Temperamento metuculoso e grave, espírito arguto e lógico, foi uma nobre expressão de inteligência e caráter.

FLORÂNIA: — Criado em 20 de outubro de 1890, com o nome de *FLÔRES*. Desmembrado do Acari. Cidade em 28 de outubro de 1936. Nome atual em 30 de dezembro de 1943.

Com ocupação pela pastorícia na primeira metade do Séc. XVIII. O mais antigo documento que conheço é a sesmaria concedida a Gervásio Pereira de Moraes, em 9 de janeiro de 1719, terras no Riacho dos Olhos-d'Água das Pedras, Riacho das Milharadas dos Gentios, (Ver *SÃO VICENTE*) e Serra do Quinquê. Já existiam as posses anteriores de Nicolau Mendes, Francisco Marques e Manoel do Vale. Cosme de Abreu Maciel dizia possuir em 1726 sítios em Patacurá, Maçaritã, Periquito, Riacho da Luísa, legalizados em 1756, e também o sítio Passaribu, casas, currais e cercados de plantio pelo Cucuê e Riacho Fechado do Antônio, nome denunciando presença cristã anterior, batizando afluente do Rio Roçaurubu. (Ver *VOSSORUBU*.) Posses em 1743 com domínio legal em 1754.

Os "Atanásios", sangue do neto ou bisneto de um pioneiro Atanásio Fernandes de Moraes, (1790-1860), fundaram a povoação. Eram 22 filhos e 482 netos e bisnetos, sementes suficientes para a continuidade grupal. Em 1856, *Ano da Cólera*, o velho Atanásio fez o voto de construir Capela a São Sebastião se os moradores ficassem incólumes do flagelo. Faleceu em 1860, mas a viúva e filhos cumpriram a promessa em 1865, aproveitando a presença do grande missionário Padre (e não *Frei*) Dr. José Antônio de Maria Ibiapina, (1806-1885), vindo do Acari onde fundara, em 1864, uma Casa de Caridade, desaparecida por falta de manutenção. Em dezembro de 1866 a Capela foi inaugurada sendo Matriz em 1904.

Chamava-se a localidade "*ROÇA DO URUBU*" e em 1865 "*FLORES DO VOSSURUBU*". O Distrito de Paz menciona "*POVOAÇÃO DE FLÔRES*" em agosto de 1873. A Lei n.º 16, de 16 de março de 1835, criando o município do Acari, oficializara a grafia: — *ROSSA-RUBU*. A insistência do vocábulo "Urubu", Passaribu, Roça do Urubu, Vossurubu, provém do fato de dormirem os urubus nos serrotes, ao

nascente à margem do Riacho Capim-açu", anotou Nestor Lima. O urubu denomina muito acidente geográfico pelo Seridó. É uma tradição onomástica em nada pejorativa. Noutras paragens brasileiras, o urubu continua pousado em muitos topônimos: — Urubupungá, Urubuquara, Urubuqueçaba, Uruberetama. A razão do nome FLÔRES, informa Nestor Lima: — "Já a êsse tempo, (1886 *mas será* 1865), chamavam FLÔRES ao lugar, devido à quantidade de plantas conhecidas como "Rainhas do Prado", espécie de bugi vermelho, que ali era abundante e dizem que cobria todo o local onde se acha edificada a cidade. Trata-se da flor *Aristida pallens*, Cav. O autor da mudança de FLÔRES para FLORÂNIA foi Nestor Lima.

Manuel Dantas explicou o topônimo com a graça do seu estilo comunicativo e leve: "Povoou-se, num ângulo formado pelas Serras do Periquito e do Livramento, uma região cujo nome indígena ainda hoje sofre disputa: *Vossurubu* dizem uns; *Rossurubu*, dizem outros. Como quer que seja, a terminação *urubu* não agradava muito aos habitantes, pela idéia que despertava dos hábitos da conhecida ave agoureira. Um dia, aperceberam-se da paisagem das várzeas cobertas de mufumbais, com suas flôres odorantes, das jitiranas e outras muitas plantas que as transformavam num lençol de verdura, com a mais linda policromia. E o nome de FLÔRES foi dado ao povoado e ao município."

De FLORÂNIA desmembrou-se o município de SÃO VICENTE em 1953.

FLÔRES: — denominação inicial das sedes municipais de FLORÂNIA e JAÇANÃ.

FRANCISCO DANTAS: — Município em 26 de março de 1963. Desmembrado de Portalegre.

Sede na povoação de TESOURA, à margem do riacho do mesmo nome ou Saco Grande. Zona de agricultura, rodeando antigo "sítio" centralizador do povoamento. Em 1925 possuía raras casas. Em 1942, sentia-se a povoação promissora. A *situação* é dos últimos anos do Séc. XIX e todo seu desenvolvimento ocorreu na presente centúria.

Francisco Dantas (de Araújo, 1872-1942), paraibano de Picuí, fixou-se em Pau dos Ferros em 1907, vindo de Currais Novos. Fazendeiro, agricultor, negociante, enriqueceu pela continuidade laboriosa. Na revolução de outubro de 1930 era Prefeito local, tendo construído o edifício da administração local. Faleceu em Pau dos Ferros, onde conquistara larga estima e viva simpatia. As Escolas-Reunidas de RIACHO DE SANTANA, município em 1963, têm seu nome. Crismou a povoação de TESOURA, em Portalegre, ensinando paraninfar um

nôvo município serrano. Era simples, inteligente, acolhedor, mas des-
temido. Conta José Dantas que, assistindo a uma sessão espírita onde
o *espírito de um caboco* “manifestou-se” com arrogante desafio, Fran-
cisco Dantas advertiu, incisivo: “*Deixe de besteiras, porque aqui
também tem homem!*”

FRUTUOSO GOMES: — Criado em 20 de dezembro de 1963, com
o nome de *MINEIRO*. Desmembrado do
município do Martins. Denominação atual pela Lei n.º 3.446, de
16 de maio de 1967.

O município foi instalado em janeiro de 1964 na vila de *FRUTUO-
SO GOMES*, distrito desde dezembro de 1953. A povoação denomi-
nava-se *MINEIRO*, riacho vindo da Serrinha de Alagoa, despejando no
Rio Umari. Nestor Lima, 1925-1930, Anfilóquio Câmara, 1940-1942,
não mencionaram povoação alguma com o nome de *MINEIRO*, estudan-
do o município do Martins. Desenvolvia-se com lentidão no enovelado da
cordilheira, alheia ao registo da História. É o processo ruralista de
*ANTÔNIO MARTINS, UMARIZAL, LUCRÉCIA, PATU, ALEXAN-
DRIA*. Estação da Estrada de Ferro Mossoró a Sousa, inaugurada em
31 de dezembro de 1941, com o nome de *MUMBAÇA*.

FRUTUOSO GOMES, (1868-1948), agricultor, relacionado e
querido na região, com projeção eleitoral entre os amigos, cedeu, sem
indenização, uma faixa de terra em sua propriedade, possibilitando a
instalação ferroviária, na “*Estação de MUMBAÇA*”, animando o desen-
volvimento local pela circulação da produção. A figura simpática do
animador local mereceu a homenagem.

GALINHOS: — Município em 26 de março de 1963. Desmembrado
de São Bento do Norte.

Zona histórica de atividade pescadora, notadamente pelas safras de
voadores e galos, carangídeos e zeídeos, saborosos, outrora abundantíssi-
mas. Já em 1729 o Padre João de Melo, Superior da aldeia de Gua-
jiru, a futura Vila de Estremoz, possuía terras *no Porto dos Galos, e
Agua-Maré, correndo para o Açu com três leguas pela costa, com uma
legua para o certão, isto é, de largura*, (Data-254). Corresponhia de
GALINHOS à *GUAMARÉ* atual. O nome genérico de *Galos* denun-
ciava residência de pescadores, em aldeias rudimentares mas de gente
laboriosa. A natureza do terreno facilitava a salina natural e decorren-
temente pequena indústria de salga e secamento de peixes, galos, voa-
dores, agulhas, caícos, de intenso comércio pela região. O seu desen-
volvimento acentuou-se nas derradeiras décadas do Séc. XIX e primeiras

do atual. Em 1894, era citada como futura, no município de Touros. Distrito de São Bento do Norte em dezembro de 1958.

GASPAR LOPES: — Hoje PEDRO AVELINO.

GAVIÃO: — Denominação mais antiga de UMARIZAL.

GETÚLIO VARGAS: — Hoje cidade sede com o nome de JANDUÍ. Antigo SÃO BENTO DO BOFETE.

GOIANINHA: — Município em 7 de agosto de 1832. Cidade a 9 de dezembro de 1928. Pertencia ao município de AREZ, extinto pela mesma lei criadora de Goianinha. Foi o único município no Rio Grande do Norte originado de uma lei geral e não provincial. Zona tradicionalmente habitada pelos indígenas tupis, dados à caça, pesca, plantio de mandioca e milho, com aldeias permanentes, o primitivo nome era GOIANA, "Goacana" na relação do padre Manoel de Moraes em 1940. Jorge Marcgrave escreve GUIANA no seu mapa de 1643. Ribeira de GOYANA em 1660. Ribeira de GUYANA em 1676. Em 1687 possuía população de moradores brancos, tendo uma Casa-Forte para defesa dos ataques do gentio rebelado. GOIANA vem do vocábulo tupi *guai-ana*, abundância de caranguejos. A denominação GOIANINHA é um hibridismo: GOIANA e o diminutivo português *inha*, valendo GOIANA-PEQUENA, para distingui-la da GOIANA-GRANDE em Pernambuco. O mesmo nome para as duas localidades justifica-se pela observação indígena ante a fartura dos crustáceos em ambas as GOIANAS. Somente no Séc. XVIII encontro a palavra GOIANINHA. A menção mais antiga que conheço é o registo de terras na lagoa Pajuçara, buscando o Rio Jacu, concedidas em julho de 1706 ao Coronel Estevam de Bezerril na RIBEIRA DE GOIANINHA. O Bispo de Pernambuco, D. Frei Luís de Santa Teresa, em 1746, citava o *loco* GOIANINHA, *parochia pauperrima, de N. Sra. dos Prazeres*, estendendo-se desde o Rio Guaju, fronteira sul de Canguaretama com a Paraíba. Pelo exposto, era paróquia antes de 1746.

A tradição de GOIANINHA ter sido fundada por "mascates", vendedores ambulantes, vindos da Goiana pernambucana, é inteiramente destituída de provas históricas. Explicação por confusão verbal.

De GOIANINHA desmembraram-se os municípios de SÃO BENTO, em 1852; SANTO ANTONIO, em 1890; VÁRZEA, em 1959; TIBAU DO SUL, em 1963.

GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO: — Município em 4 de abril de 1963. Desmembrado de Mossoró.

Distrito de SÃO SEBASTIÃO em 1938. SEBASTIANÓPOLIS em 1943. Nome atual pela lei mossoroense n.º 16, de 1951, treze dias depois da morte trágica do homenageado. Mantido na criação municipal.

Em meados do Séc. XVIII denominava-se PASSAGEM DO PEDRO, morador anônimo que fizera a vereda, transpondo a margem do Rio Mossoró, e nos arredores erguera seu rancho. Zona dos indígenas Monxorós ou Mouxorós. A figura histórica é o Capitão Sebastião Machado de Aguiar, em 1766, residente na propriedade PAU DO TAPUIO, solteiro, grande fazendeiro e agricultor. Casado, sem filho, prometeu uma Capela ao santo do seu nome se tivesse herdeiros. Em 1792 a Capela estava construída prestando assistência religiosa à nascente povoação. O fundador era falecido em 1806. A Capela, reconstruída, com tórres ornamentais, é Matriz desde 1941. Destaca-se o Cruzeiro de pedra, muito elogiado, obra do piauiense Francisco José Rodrigues, vulgo *Chuva de Fogo*, terminado em 1829. Juizado de Paz em 1852. Escola primária em 1854. Feira pública em 1897. Ligado a Mossoró pela Estrada de Ferro em 1926. Chamam-no *Capital do alho*, pela valiosa produção da liliácea, iniciada à volta de 1870 em Gangorrinha e Quixaba de S. Bento. Grande animador foi o Coronel Gurgel, (Francisco Gurgel de Oliveira, 1848-1910), nascido em Caraúbas e falecido na povoação, antigo chefe do Partido Conservador, prócer republicano, governando o Estado de agosto a setembro de 1891, deputado federal na 2.ª e 3.ª legislaturas, 1894-96, 1897-99. Jerônimo Rosado iniciou em São Sebastião, 1912, a indústria extrativa da gipsita, continuada pelos filhos, Duodécimo, Dix-Sept, Vingt-Un.

Jerônimo Dix-Sept Rosado, (1911-1951), nasceu em Mossoró e morreu num desastre de avião no Rio do Sal, arredores de Aracaju, Sergipe. Prefeito de Mossoró em 1948. Governador do Estado, posse em 31-1-1951, depois de eleição triunfal, sucumbiu em julho, com três secretários de administração. Fôra trabalhador incansável nas jazidas de São Sebastião, freqüentando a localidade desde a meninice, acompanhando o pai. Sua morte enlutou o Rio Grande do Norte.

GROSSOS: — Criado em 11 de dezembro de 1953. Desmembrado do município de Areia Branca.

ILHA DOS GROSSOS, na margem esquerda do rio Mossoró, teve êsse nome provindo de um capim espesso e áspero. *Paspalum*, abundante no local. GROSSOS em Carnaúba dos Dantas e SERRA DOS GROSSOS na Ribeira do Trairi (1787). Seria zona de refrigério de boiadas, antes de ocupação regular. Povoamento esparso mas contínuo a partir de meados do Séc. XVIII quando houve plantio de coqueiros

e abertura de cacimbas. O núcleo arruado contava 20 casas em 1884. Capela do Sagrado Coração de Jesus, benzida em janeiro de 1892, chão doado por Manuel Lopes de Mendonça, Manuel Grande. A Capela, de adobes, alicerces frágeis, foi reconstruída em 1896. Em junho de 1894, era povoação citada e desenvolvida. A instalação da salina "Marisco", em 1900, com Francisco Solon, gerente, movimentou a ilha, com aumento de casario, fundação de sítios, circulação financeira mais franca. Distrito de AREIA BRANCA em 1911. Supresso, foi restabelecido em 1938, com dignidade de Vila. Centralizou o ponto nevrálgico de longo conflito de jurisdição com o Estado do Ceará, que a fizera Vila, (Lei n.º 639, de 19 de julho de 1901, *desmembrada do município do Aracati*), felizmente terminado por três acórdãos do Supremo Tribunal Federal: (30 de outubro de 1908, 2 de outubro de 1915, 17 de julho de 1920).

O litoral marítimo fôra conhecido desde época anterior. O Coronel Gonçalo da Costa Faleiros, em junho de 1708, teve três léguas de longo a partir do Morro do Tibau para o sul, e uma para o sertão. O Coronel Domingos Gonçalves Meireles, já possuindo três léguas da Ponta do Mel para a barra do Rio Panema, recebeu outras três, em maio de 1738, daí para a barra do Rio Mossoró.

Essas sesmarias, e foram muitas, quando ocupadas, motivaram penetração demográfica, procurando fixar-se em terras de roçarias ou de fácil colheita de sal, subindo o Mossoró e seus afluentes. GROSSOS foi povoado por essa gente e a que descia, constantemente, do Apodi, deixando sítios e fazendas, procurando a *pancada do mar*. Essas duas correntes determinaram a nascente povoação.

O Sargento-Mor Antônio de Souza Machado estabeleceu-se nos GROSSOS mais ou menos em 1770, com criação de gado e salinas, fabricando carne-salgada em ponto mais próximo à foz, ilha que pela utilização chamou-se DAS OFICINAS, hoje PORTO-FRANCO, início da Estrada de Ferro de Mossoró. Tornou-se centro de exportação para a Paraíba, Pernambuco e Bahia. Dessa última paragem vieram as telhas em goiva para sua residência. Outra figura de trabalhador foi o norte-rio-grandense José Alves de Oliveira, concunhado e sócio, depois desavindos em pleito judicial. Souza Machado preferia GROSSOS como estância. Sua viúva, Dona Rosa Fernandes da Conceição, residia na ilha, em boa casa. No inventário do sargento-mor, (junho-agosto de 1798), o sítio e casas DOS GROSSOS foram avaliados em 600\$000. Todas as terras e moradas em Santa Luzia do Mossoró alcançaram apenas 180\$000. Em julho de 1821, no inventário de Luís Fernandes de Souza, filho do sargento-mor, falecido solteiro, descreve-se no SÍTIO DOS GROSSOS "uma casa de vivenda grande e nova que se acha por

acabar", onde gastara mais de 150\$000. O terreno fôra herança paterna. Se pensarmos no poder aquisitivo da moeda em 1798 e 1821, os valores dos imóveis nos GROSSOS atingiriam surpreendente equivalência em centenas de milhares de cruzeiros-fortes.

GROSSOS: — Primeira denominação de SÍTIO NÓVO.

GUAMARÉ: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município de Macau.

Topônimo e local conhecidos desde princípios do Séc. XVII. Ver GRAMARÉ e GUAMORÉ. Por ali passou o Capitão Pero Coelho em 1605, com a mulher, a heróica Dona Tomázia, os filhos e os derradeiros soldados fiéis, abandonando a primeira tentativa colonizadora do Ceará. Salvaram-se da fome comendo aratus crus e bebendo água fresca em AGUA-MARÉ, arranchados junto a *cacimba d'água onde descansaram alguns dias*, contra Frei Vicente do Salvador, (cap. XLIII). Era zona deserta. Registado no mapa de João Teixeira em 1612. Em fevereiro de 1642 o *commandeur* Elbert Smient encontrou salinas, três ou quatro léguas a leste do Rio Aguãmara, local que êle denominou *Huys der Woestine*, casa-do-deserto, significando o aspecto solitário do futuro acampamento holandês.

Em março de 1734 o Capitão Inácio Gomes da Câmara recebia três léguas de terra a começar da *Ponta dos Três Irmãos para a parte da AGUA MARÉ*. Em 1750 era proprietário José de Brito Macedo. A Capela de N. S.^a da Conceição já estava construída em 1783 pelo português João Francisco dos Santos, residente em Caiçara, proximidades de São Bento do Norte, com patrimônio doado por Francisco Xavier Tôrres, abastado fazendeiro da região. Pertenceu ao município do Agu, passando para Angicos em 1833, de quem foi Distrito de Paz em 1834, tendo 201 moradores adultos. Em 1847 incluiu-se no território de Macau onde permaneceu mesmo quando houve a restauração de Angicos em 1850. Distrito de Paz de Macau em agosto de 1873.

Em 6 de setembro de 1837, com 224 assinaturas, os moradores de GUAMARÉ enviaram petição à Assembléia Legislativa pleiteando a criação da VILLA IMPERIAL DE GUAMARÉ, e respectiva freguesia. A comissão defensora junto ao Poder Legislativo compunha-se dos Senhores Joaquim Alvares da Costa, vereador em Angicos e proprietário, Antônio Ferreira de Brito, negociante, e André de Souza de Miranda, Juiz de Paz e proprietário. Francisco Trajano Xavier da Cunha, outro vereador e que seria o primeiro Juiz de Paz em Macau, declarou-se solidário. Desejavam área municipal com dezessete léguas de comprido: do Tabuleiro Alto dos Pitas ao Rio Camurupim; da Fazenda São Pedro, de Francisco José Soares, à Fazenda da Gangorra, em linha reta à

Canafistula, inclusive neste ponto a Fazenda Floresta, do Capitão Francisco Trajano Xavier da Cunha, e a Fazenda Rosário, do Tenente-Coronel João Marques de Carvalho. Seguia daí em rumo certo ao Rio Camurupim e mais praias pertencentes a Angicos. Informavam os petiçãoários possuir “boas estradas, e ser GUAMARÉ o ponto da Província onde há mais armadilhas de pescarias, e ter aí um pôrto onde entram barcos e muitas canoas grandes da costa, carregadas com *toda o percizo para o bom passadio dos habitantes*”. As Comissões de Estatística, Justiça Civil e Criminal da Assembléia, compostas dos Deputados João Patrício da Silva Juba, Antônio Basílio Ribeiro Dantas, Bartolomeu da Rocha Fagundes e Luís da Fonseca e Silva, em 15 de outubro de 1838 deram parecer contrário, por serem os lugares despovoados, exceção da Povoação, e havia “uma Capela paramentada e curada”, etc. Parecer aprovado no dia seguinte. Quando os macauenses, setembro de 1847, voltaram a pleitear a independência administrativa, GUAMARÉ protestou com vinte e nove assinaturas.

Quem seria município em 1963 expusera direito de merecimento cento e vinte e seis anos antes. . .

IELMO MARINHO: — Criado em 27 de agosto de 1963. Desmembrado do município de São Paulo do Potengi.

Sede na antiga povoação do POÇO LIMPO, no agreste norte-riograndense. Pertenceu a Natal. Foi um dos dezoito povoados de São Gonçalo. Passou à Macaíba, ou melhor, diretamente ao recém-criado município de São Paulo do Potengi, dezembro de 1943, de onde saiu para constituir-se autônomo, vinte anos depois. A margem do Rio Potengi, terras de gado e plantio, sua crônica mais intensa é dos finais do Séc. XIX e primeiras décadas do XX, atravessando fase de alegria e fartura, ambiente virente e ridente no *CONTOS DO AGRESTE*, de Kerginaldo Cavalcanti, (Natal, 1914). Pertencia então a São Gonçalo, em época de euforismo econômico e social. Quando da jurisdição de Natal, (de março de 1868 a agosto de 1874), recebeu cadeira de instrução primária, 30 de julho de 1873. Capela de São João Batista. Já existia o povoado em 1850. Em 1877, Ferreira Nobre dizia POÇO LIMPO, *um povoado importante*. As festas do Padroeiro, vaquejadas e bailes, atraíam convidados de Natal e cercanias, ficando famosas na recordação dos velhos participantes. Em 1968, 200 residências, aproximadamente 1.500 habitantes, oito casas comerciais, grupo-escolar, usina elétrica.

IELMO MARINHO, (de Queiroz), (1933-1958), nasceu na Fazenda “Marina”, em São Paulo do Potengi, e faleceu em Natal. O pai, Abílio Marinho de Queiroz, influência política local, recebeu

do filho ativa colaboração e vivo interesse pelos problemas humanos da circunscrição. Sofrendo de moléstia incurável, desde os oito anos, percorria a cavalo o território, distribuindo remédios, víveres, roupas, encaminhando as pretensões dos moradores, desenvolvendo invejável campanha no plano da assistência social. Fizera em Natal o curso secundário. Sua morte, ocorrida logo depois dos 25 anos de idade, encheu de saudades quantos o conheceram. O Deputado Manuel Gurgel sugeriu aos elementos políticos a homenagem ao jovem líder desaparecido, quando da elevação de *POÇO LIMPO*, então distrito, ao predicamento municipal. Repetia-se o movimento emocional que, em Angicos, dera a *Carapebas* o nome de *AFONSO BEZERRA*.

IMPERATRIZ: — Primeiro nome da Cidade do Martins.

IPANGUAÇU: — Criado em 23 de dezembro de 1948. Desmembrado do município de Santana do Matos.

Zona de criação de gado, dividida em grandes fazendas na segunda metade do Séc. XVIII. Denominava-se então *SACRAMENTO*. Em outubro de 1757 o Coronel Antônio da Rocha Pita possuía três léguas *na estrada que vai para a fazenda do SACRAMENTO na Ribeira do Açú*. Em 30 de dezembro de 1943 teve o predicamento de distrito-vila e o nome de *IPANGUAÇU*, em homenagem ao chefe indígena dos potiguares. *ILHA GRANDE*, pajé da tribo, de grande prestígio entre os seus e que auxiliou essencialmente a fixação portuguesa, nos finais do Séc. XVI. O *tuixana* *IPANGUAÇU* nenhuma relação material exerceu na região.

IPUEIRA: — Criado em 31 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de São João do Sabugi.

Propriedade no Riacho dos Bois, afluente do Rio Sabugi e êste do Seridó. Pertenceu a *SERRA NEGRA* até dezembro de 1948, passando ao município de que se desmembrou quinze anos depois. Em 1942, Anfilóquio Câmara dizia-o *de acentuado desenvolvimento promissor*. Em 1925, Nestor Lima aludia apenas à Fazenda *IPUEIRA*, de João Manuel de Medeiros, com engenho de rapadura, pequeno açude, lavouras de cereais. Diz-se *ipueira* um lagoeiro, alagado pelo transbordamento de rio ou lagoa, charcos que permanecem algum tempo na superfície do terreno e desaparecem, conservando alguma umidade. Brejinho, lagoa rasa, igapó.

IPUEIRA DE SÃO BRÁS: — Nome da povoação que se tornou sede do município de *TENENTE ANANIAS*.

ITAÚ: — Criado em 11 de dezembro de 1953. Desmembrado do município do Apodi.

Sede na velha povoação de **ITAÚ**, depois chamada **ANGICOS**, margem direita do Riacho Gitirana, afluente do Rio Apodi. Lagoa, também denominada *do APODI*, ampla e piscosa. Distrito em janeiro de 1911. Capela de N. S.^a das Dores. Vizinhança do açude "Currais", (1914). Escola em 1920. 222 propriedades agrícolas em 1940. O mais antigo registo encontro na data-284, em 1731, numa sesmaria concedida ao Comissário-Geral Francisco Pinto da Cruz, de três léguas ao longo do **RIACHO DA GITIRANA**, na Ribeira do Apodi. Um grande animador local foi **MARCOLINO BESSA**, (Marcolino José de Bessa, 1871-1941), nascido em **ANGICOS**, esforçado e devoto pelo desenvolvimento de sua terra. Fazendeiro, agricultor, acolhedor infatigável, prestigioso junto aos Governadores, obteve várias melhorias para **ITAÚ**, onde residia, inclusive as primeiras escolas de estilo moderno na região. Não havendo, inicialmente, edifício próprio nem verba para aluguel, Marcolino Bessa instalava-as na sua residência particular, em salão adaptado.

É zona de povoamento histórico. Ver os topônimos **APODI** e **ITAÚ**. Pertenceu às áreas de acampamento e plantio dos tarairiús-paiacús, cujo chefe tinha justamente o nome de **ITAÚ**.

De **ITAÚ** desmembrou-se o município de **SEVERIANO MELO**, em 1963.

JAÇANÃ: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município Coronel Ezequiel.

Instalado na povoação **BOA VISTA**, na serra do Coité, com terras excelentes de lavoura, plantas têxteis, notadamente o sisal, tornado característico. Antes denominava-se **FLÓRES**, animada por Vicente Ferreira de Bulhões, Francisco de Paula, João Fernandes da Silva, Fortunato de Medeiros. Era em 1938 fazenda-núcleo de povoamento no distrito de **JERICÓ**, município de **SANTA CRUZ**. Mercado, Escola Rural. Nome atual dado ao povoado na prefeitura de Inácio Fiúza em **SANTA CRUZ**. O Deputado Teodorico Bezerra, de 1946 a 1951, foi uma das forças decisivas para o desenvolvimento local. Vila-Distrito de **SANTA CRUZ** em novembro de 1953.

A inquieta e viva Jaçanã, parrídeo povoador das lagoas no inverno sertanejo, foi a madrinha toponímica.

JANDAIRA: — Criado em 28 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de Lajes.

Nestor Lima enumerava em Lajes cento e três centros de concentração populacional, entre vilas, povoações, arruados e fazendas com algumas residências, de 1925 a 1930. Não registou JANDAÍRA, nem mesmo como propriedade rural de algum relêvo. Em 1941, Anfilóquio Câmara citou o lugar POÇO JANDAÍRA, já distrito policial, denunciando movimentação econômica apreciável.

Teria nascido fazenda de criar, posteriormente transformada em zona de plantio algodoeiro ao redor da Serra do Lombo ou Serra Verde, na linha dos afluentes da margem esquerda do Rio Ceará-Mirim.

O "Poço", desaparecido no título municipal, explicaria a continuidade da presença humana. Sedução das aguadas permanentes, valendo uma promessa de vida grupal.

Vila em dezembro de 1958.

JANDUIS: — Criado em 20 de março de 1963. Desmembrado do município de Caraúbas.

Era o sítio de SÃO BENTO, à margem do Riacho do Saco, na estrada para a Paraíba, rumo do Riacho de Porcos. Sua posição, no cruzamento de caminhos, ângulo de convergência de fazendas de gado e sítios agrícolas, determinou a povoação, casas alinhadas em rua, Capela do padroeiro, amplo largo para a pequenina feira semanal que se foi avolumando, pelo interesse econômico circunjacente.

As feiras não decorriam sossegadamente e, vez por outra, tumultuavam em discussões e debates, havendo farta distribuição de tabefes, taponas e bofetões, provocando o apelido de SÃO BENTO DO BOFETE.

Passou a ser, em outubro de 1938, o Distrito de GETÓLIO VARGAS, e em dezembro de 1943, Distrito de JANDUIS. Anfilóquio Câmara, que o visitou nesse ano, considerou-o *um dos mais futurosos do Estado*.

Os tarairiús JANDUIS possivelmente teriam a região incluída em sua área de excursão venatória e mesmo acampamento para colheita, dada a relativa proximidade com o Açu, zona de maior permanência.

CANUTO GURGEL DO AMARAL, (1891-1951), foi realmente o fundador do povoado, porque a terra lhe pertencia quase toda. Doou o terreno para o padroeiro e foi o espírito animador local.

JANUARIO CICCIO: — Município em 11 de dezembro de 1953. Desmembrado de Serra Caiada, Santo Antônio, São José de Campestre, principalmente de Monte Alegre.

Instalado na Vila da BOA SAÚDE, criada em 1938 no município de São José de Mipibu, pertencente em 1953 ao de Monte Alegre.

A Lagoa da BOA SAÚDE dera nome e motivo à concentração humana da povoação. Escola, Capela de N. S.^a da Saúde, plantios de lavoura. A ocupação econômica decorre de São José de Mipibu.

Januário Cicco, (1881-1952), nasceu em S. José de Mipibu e faleceu em Natal. Médico pela Faculdade da Bahia em 1906. Policlínico, parteiro, cirurgião. Inspetor da Saúde do Pôrto, (1914-1939). Diretor do Hospital JUVINO BARRETO em 1909, com 18 leitos, transformando-o no Hospital MIGUEL COUTO, ("Hospital das Clínicas", 1961), em 1951 com 418 leitos, edifícios amplos, instalações modernas, equipe técnica invejável. Fundou a Sociedade de Assistência Hospitalar em 1927, e a MATERNIDADE JANUÁRIO CICCO em 1950, depois de 30 anos de impressionante tenacidade. Planejava a FACULDADE DE MEDICINA. Seu consultório era o mais procurado da Cidade. Medalha de Guerra em 1949. Medalha de ouro "Honra ao Mérito" do Programa Esso em 1950. Busto de bronze na Maternidade em 1952. Publicou cerca de 10 trabalhos, ensaios científicos e literários, destacando-se: *COMO SE HIGIENIZARIA NATAL*, (1920); *NOTAS DE UM MÉDICO DE PROVÍNCIA*, (1928); *EUTANÁSIA*, (1937); *PADRE JOÃO MARIA*, (1939); discurso de posse na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras; *PUERICULTURA E SEGURO DE MATERNIDADE EM 1949*. De incomparável capacidade realizadora, dons excepcionais de comando, comunicante entusiasmo, orador brilhante, foi um legítimo benfeitor da coletividade. A Prefeitura de Natal deu seu nome ao prolongamento da Av. Duque de Caxias, onde residira tradicionalmente: (Lei n.º 243, de 14 de outubro de 1953).

De JANUÁRIO CICCO desmembrou-se o município de LAGOA SALGADA em 1963.

JAPI: — Criado em 18 de maio de 1958. Desmembrado do município de São José de Campestre.

A povoação de JAPI nasceu à margem direita do Rio Jacu, iniciada por João Batista Confessor, antes de 1870. Vendida a Manoel Medeiros, este a transferiu para a margem esquerda, construindo Capela dedicada a São Sebastião, terras de SANTA CRUZ e à margem direita de NOVA CRUZ. O núcleo inicial em NOVA CRUZ desenvolveu-se lenta mas densamente, tendo feira em 1926 e Capela, em 1936. É a origem da sede municipal.

O Rio Jacu nas serras dos Cariris Velhos, Paraíba, entrando no Rio Grande do Norte no município de NOVA CRUZ, no lugar *Picos*, a leste da cidade, dividindo, adiante, NOVA CRUZ de SANTA CRUZ, até *Umbuzeiro*, passa a SANTO ANTÔNIO e GOIANINHA, despejando na Lagoa de Guaraíras. Foi um rio guieiro de povoamento, logo na primeira década do Séc. XVIII. Em 1716, os Capitães Julião Borges

de Goes e Manuel Pereira Machado recebiam sesmarias no Rio Jacu, no trecho norte-rio-grandense correspondente ao atual município. Em 1724, Antônio Moreira de Paiva era proprietário em o Trairi e o Jacu. Em 1731, o Sargento-Mor Manoel Palhares Coelho e o Capitão Dionísio Borges da Fonseca possuíam seis léguas *nos providos do JAPI de fora*, compreendendo o *poço Santo Antônio*. Em 1734, Pedro Gonçalves Estêves tinha posse no Rio Jacu, incluindo as cachoeiras do *JAPI de baixo* e o *JACU de cima*. Explica-se o nascimento da povoação do JAPI em conseqüência da movimentação agrícola e pastoril da região. Fazenda em 1784. Em 1942 possuía escola, agência fiscal, policiamento, atributos do interesse administrativo geral por uma célula de vitalidade produtiva. Distrito-Vila de SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE em 21 de dezembro de 1953.

Do JAPI desmembrou-se o município de MONTE DAS GAMELEIRAS em 1963.

JARDIM DE ANGICOS: — Criado em 4 de outubro de 1890. Desmembrado do município de Angicos. Extinto em 25 de novembro de 1914, pela transferência da sede para a Vila de Lajes. Restaurado em 20 de março de 1963, retirado de Lajes.

Povoação do **JARDIM**, tomando, quando autônomo, o complemento nominal referente ao município de onde saíra, **JARDIM DE ANGICOS**. A terra era povoada e possuía desde o primeiro terço do Séc. XVIII, com a criação de gado e lavoura de manutenção alimentar. No local houve, nos primeiros anos do Séc. XIX, a fazenda de João Paes, à margem esquerda do Rio Ceará-Mirim, aglutinando moradores nas posses rurais, fazendo nascer e prosperar o arruado. Distrito de Angicos em outubro de 1836, pela mesma lei n.º 9 que restaurava o município. Capela de São João Batista em 1873. Escola em 1885. Em 6 de abril de 1894 uma enchente do Rio Ceará-Mirim danificou a igreja, desfazendo o cemitério, destruindo quase tôda a vila marginal, que foi sendo reconstruída em posição mais elevada mas em conjunto inferior. Entrou em franca decadência, dando impressão de ruínas, enquanto a povoação de Lajes progredia.

Depois da transferência da sede em 1914, **JARDIM DE ANGICOS** desceu lentamente ao nível de povoação obscura e semi-abandonada. Em 1932 construíram um açude para abastecimento de água à população. O êxodo fôra constante. Passado 1930, reapareceu um surto de estímulo espontâneo, novas casas, reforma nas residências deterioradas, replantios, fundação de fazendas de gado. Em outubro de

1938 voltou a ser o que fôra 102 anos antes, Distrito e Vila, desta vez de Lajes.

Esperaria, obstinada, a ressurreição, como São Bento, Estremoz, Vila-Flor.

JARDIM DE PIRANHAS: — Criado em 23 de dezembro de 1948. Desmembrado do Caicó.

Desde princípios do Séc. XIX houve a fazenda **JARDIM** à margem direita do Rio Piranhas, transformando-se em povoado pela natureza dos terrenos férteis, permitindo lavoura e pecuária. Escola em 1856. Distrito de Paz em abril de 1859. Uma proprietária, Margarida Cardoso, ofereceu patrimônio para a Capela de N. S. dos Aflitos, compreendendo a área em que nasceu a contemporânea cidade. Distrito do Caicó em 1936. Já em 1894 mencionava-se seu desenvolvimento.

JARDIM DO SERIDÓ: — Criado em 1.º de setembro de 1858 com sede na **VILA DO JARDIM**. Desmembrado do município do Caicó, então Príncipe. Cidade em 27 de agosto de 1784.

Zona pastoril, vendido o *gado em pé*, carne-sêca, queijos do Seridó, afamados, inconcebíveis ao paladar contemporâneo. Desde meados do Séc. XVIII tôda a região estava dividida em fazendas de criar, espalhados mais vivos núcleos de expansão pecuária. Era a época das “datas” de três-léguas-*por-uma*, ao longo dos rios e riachos, valendo autarquias no plano da produção suficiente. As fazendas decoradas com Capelas, oferecendo assistência religiosa, confissão, missa dominical, casamento, batizado, extrema-unção, encomendação de defunto, bênção-de-cova, foram pontos de convergência demográfica porque aquela gente só temia ir para o Inferno. Morar relativamente perto da Capela, futura Matriz, assegurava a divina proteção. A história toma contôrno mais vivo quando a população esparsa concentra-se num povoado. Vêm autoridades eclesiásticas, civis, militares, registros, enfim, cronologia definidora da fixação humana.

O Tenente Antônio de Azevedo Maia, já maior e casado, aparece em data controvertida. Seguramente muito depois de 1770. Comprou ao Sargento-Mor Alexandre Nunes de Matos, de Igarapu, Pernambuco, o sítio que já se chamava *da CONCEIÇÃO*. Em novembro de 1790, êle e a mulher, Dona Micaela Dantas Correia, filha do fundador da **CARNAÚBA DOS DANTAS** no Acari, doam 600 braças de sua propriedade a N. S.^a da Conceição, patrimônio de Capela possivelmente existente ou em construção. Vinte anos sem recursos sagrados é prazo inverossímil para a religiosidade do tempo. Em 1802, falecendo Antô-

nio de Azevedo Maia, deixando viúva de segundas núpcias e ampla descendência prolífera, a POVOAÇÃO DA CONCEIÇÃO era quase Vila, oferecendo túmulo a quem lhe dera berço. Povoação mencionada em 1835. Escola em abril de 1853. Freguesia de N. S.^a da Conceição em setembro de 1856. Antônio de Azevedo Maia, falecido em 1802, é confundido com o pai, do mesmo nome, (1706-1796).

De CONCEIÇÃO DO AZEVEDO nasceu JARDIM DO SERIDÓ:

JARDIM, por quê? A informação oral e escrita é que Miguel Rodrigues Viana, (1800-1872), plantara *um jardim*, tornado famoso, a ponto a anular a primitiva denominação, que deveria ter sido mantida.

Consultei o meu velho e saudoso amigo Felinto Elísio de Oliveira Azevedo, (1852-1944), que, além de outros predicados de inteligência, memória, conhecimento, era bisneto de Antônio de Azevedo Maia e filho de uma irmã de Miguel Rodrigues Viana, também seu cunhado, por haver êste casado com sua mana Maria Rosalina. Felinto Elísio negou formalmente a lenda. O *Jardim* de Miguel Viana datava entre 1862 a 1864, e a Vila já era DO JARDIM desde 1858. O *Jardim* nascera quatro ou cinco anos *depois* de a vila ter êsse nome por lei.

Escrevia-me Felinto Elísio: "deve ter sido a vaidosa circunstância de se achar a Povoação ao lado de um verdadeiro jardim, ao sopé, frondoso coqueiral e magníficas bananeiras e canaviais, em longa extensão, havendo habitações cujos fundos se comunicavam com os magníficos sítios que tudo produziam na época".

Antero Frederico Borges de Miranda fôra o primeiro plantador de coqueiros em CONCEIÇÃO DO AZEVEDO. Devemos à sua iniciativa um elemento ornamental na linda cidade. DO SERIDÓ, entretanto, era nome ausente nas leis criadoras da Vila e da Cidade. Foi criação popular, que se impôs posteriormente à legislação.

Do JARDIM DO SERIDÓ desmembraram-se os municípios de PARELHAS em 1926; OURO BRANCO em 1953; SÃO JOSÉ DO SERIDÓ e SANTANA em 1963.

JERICÓ: — Segunda denominação do atual município de CORONEL MERGELINO.

*JOÃO CÂMARA: — Município de BAIXA VERDE em 29 de outubro de 1928. Cidade em 11 de junho de 1935. Município de JOÃO CÂMARA a 19 de novembro de 1953, com execução a partir de 1.^o de janeiro de 1954.

Desmembrado de Touros, Taipu e Lajes, principalmente do primeiro. O local da cidade pertencia ao Taipu e era deserto nos primeiros anos depois de 1900. Denominava-se MATAS. O trabalho da construção da EFCRGN fêz permanecer em "Matas" uma turma de

“cassacos” e a “parada”, inaugurada em 1910, dentro de um simples vagão, consagrou a estabilidade da povoação iniciada. Era residência do delegado da empresa construtora do trecho, Eng. Antônio Proença, que lançou os fundamentos da futura vila, alinhamento residencial, Capela de N. Sr.^a Mãe dos Homens, em 1915, policiamento, transformando o tumultuoso acampamento de trabalhadores ferroviários num esboço de povoação clara, limpa, relativamente confortável. Os plantios algodoeiros multiplicavam-se e o local tornou-se o principal centro de escoamento para Natal. Firms inauguraram agências e houve um interesse natural e vivo pela região intensamente produtora. Havia no Taipu uma BAIXA VERDE cujo nome foi transportado para “Matas”, substituindo-o. “Baixa Verde” de Taipu praticamente desapareceu pela mudança de seus moradores para a *outra* que estava nascendo. Entre 1920-1925 ficara uma Vila moderna, citada com orgulho pela população que se adensava ao derredor.

JOÃO SEVERIANO DA CÂMARA, (1895-1948), foi o 1.º Prefeito de BAIXA VERDE, município em que fôra o principal inspirador. Fundou seu domínio econômico, extenso e de impressionante vitalidade, desaparecido depois de sua morte. Deputado, Senador, era essencialmente pela grandeza de BAIXA VERDE que êle trabalhava, valorizando-a em todos os aspectos, indústrias, estradas, ampliações de áreas produtivas, assistência social. Em boa percentagem, BAIXA VERDE era êle. O povo não lhe dizia o nome mas referia-se ao *Homem*. O *Homem chegou?*

Desmembraram-se do território, constituindo municípios, SÃO BENTO DO NORTE, em 1953 e PARAZINHO em 1963.

JOÃO DIAS:— Município em 20 de agosto de 1963. Desmembrado de Alexandria.

Em 13 de julho de 1706, o Padre Mestre Manoel de Jesus Borges, o Capitão-Mor Afonso de Albuquerque Maranhão e JOÃO DIAS recebiam uma sesmaria, ampla e vagamente localizada entre a *Caoam* (Acauã) e o Rio Curimataú, esconderijos e valhacutos do *gentio tapuia Canindé da nação Janduíim*. O Padre-Mestre é o requerente e faz o elogio dos companheiros, salientando-lhes as respectivas competências. Afonso de Albuquerque Maranhão é homem afeito às armas, capaz de comando e traça de guerra. JOÃO DIAS possui conhecimento, experiência e destemor na desbravação sertaneja. Era, pois, mateiro, caçador, fundador de situações posseiras, atirador de bacamarte, manejador de facão, rastejador de caminhos ignorados. Homem insubstituível.

Em 23 de julho do mesmo 1706, JOÃO DIAS tinha terras na *Ribeira do Umary*, sertão do Apodi. Deixaria seu nome à *SERRA DE JOÃO DIAS* no Martins, rio e lagoa, a *Lagoa JOÃO DIAS* no Apodi. Como tantos outros pioneiros, batizou propriedades com seu nome, como ainda encontramos *BENTO ALVES* no Patu, *MANOEL ALVES* em Augusto Severo, *JOÃO PINTO* no Caicó, *BENTO CORRÊA* em Serra Negra.

O arruado *JOÃO DIAS* é citado em agosto de 1858. Capela de S. Sebastião em 1887. Em junho de 1894 está entre as boas povoações do Martins. Em 1942, era florescente, feira *arrojada*, movimentada, atraente e variada na diversidade dos produtos apresentados. É terra de lavoura há mais de duzentos e sessenta anos.

Vila em maio de 1962.

JOSÉ DA PENHA: — Município em 31 de dezembro de 1958. Desmembrado de Luís Gomes.

Alberto Maranhão, secretário do Governo, em relatório de junho de 1894 ao Governador Pedro Velho, informando sobre as “povoações” no município de *LUIS GOMES*, escreveu: “Em todo o município não existe mais do que a que lhe serve de sede, vantajosamente situada no cimo da serra do mesmo nome.” A *povoação* mencionada fôra elevada ao predicamento de Vila quatro anos antes, e seria Cidade quarenta e oito anos depois. “Povoação” é que já não era em 1894. Certo é que não podia citar-se um povoado, na legitimidade da expressão, naquele tempo.

Em 1942, noutro estirão de 48 anos depois do relatório de Alberto Maranhão, Anfilóquio Câmara registava: “Como núcleos organizados de população, além de sua sede, o município tem os povoados de *JOSÉ DA PENHA* e *PARANÁ*, ambos florescentes, sobretudo o primeiro que, apesar de novo, tem prédio próprio para escola, boa Capela e uma feira semanal bastante movimentada.” Vila em novembro de 1953.

PARANÁ sempre se denominou *PARANÁ* mas *JOSÉ DA PENHA* dizia-se, até 1934, *MATA*, suficiente designação para seu aspecto natural. Capela de S. Francisco das Chagas, anterior a 1930. Escola em 1930. Cemitério em 1934. Mercado em 1939. Essas realizações atestam vitalidade demográfica ascendente. A povoação adensou-se numa das voltas do Riacho Coité ou da Aroeira. Quando o vi, em maio de 1934, era pequenino mas limpo, animado, promissor. José da Penha Alves de Souza, (1875-1914), nasceu em Angicos e morreu lutando em Miguel Calmon, Ceará, contra os fanáticos do Padre Cícero. Capitão do Exército, (1911). Jornalista, orador, paladino da República, entusiasta, vibrante, idealista. Deixou livros sobre assuntos filosóficos,

militares e sociais, revelando excelente cultura. Dirigiu a campanha política no Rio Grande do Norte em 1913, com altos dotes de comando e destemor, na direção oposicionista ao Governador Alberto Maranhão. Figura incisiva, dominadora, de condutor de homens.

JUCURUTU: — Criado em 11 de outubro de 1935 com o nome de **SÃO MIGUEL DE JUCURUTU**. Cidade em 10 de dezembro de 1936. Denominação atual em 31 de outubro de 1938.

Em novembro de 1767 o Capitão Manoel Antônio das Neves possuía fazenda de gado "*entre o Saco da Inês e a serra do Jucurutu, na Ribeira do Seridó*". Desmembrado dos municípios do Caicó, a maior parte, Augusto Severo e Santana do Matos. Nome de tradicional propriedade rural, **SÃO MIGUEL**. Escola pública desde 1870. Freguesia em 1874 mas o orago é São Sebastião. Explica José Augusto Bezerra de Medeiros como tendo sido um voto de Antônio Batista dos Santos, de construir Capela ao santo se voltasse em paz e vitorioso das lutas contra Pinto Madeira. Deveria ter ocorrido em 1832. *Eis a origem da capela, e do atual município*, conclui.

Distrito de Paz em setembro de 1874.

Alberto Maranhão, no Relatório de junho de 1894 ao Governador Pedro Velho informava: "**SÃO MIGUEL DE JUCURUTU**. Ao norte e a 82 quilômetros distante da sede. Está edificada à margem do Rio Piranhas ou Açu. Conta esta povoação 20 a 30 casas particulares, uma Igreja, um cemitério e uma escola pública do sexo masculino. São Miguel de Jucurutu, apesar de pequena é uma das mais importantes povoações do município. A população é independente e mais ou menos abastada. Fabrica a borracha de maníoba em grande quantidade e a criação do gado é aí mais densa que em qualquer outra parte do município." Vila do Caicó em 1928. O algodão substituiu o interesse pecuário pelo imediatismo retribuidor. As longas estiagens, dizimando o rebanho, outrora um dos maiores da região, não estimulavam o esforço do fazendeiro. Em 1920, Anfilóquio Câmara dizia a Vila "simples povoação", com diminuta densidade demográfica.

Francisco Cascudo, meu pai, conhecedor do Seridó onde residira de 1895 a 1899, contava-me que **JUCURUTU** provinha da abundância, antigamente, dessas aves, *Bubo megallanicus*, uma espécie de coruja de canto apavorante e tétrico. O Riacho **SAQUINHO** ou da **SOLEDADE**, tinha nome de **JUCURUTU**, despejando no Rio Piranhas no *Sítio de São Miguel*, onde o povoado nascera. O Riacho Jucurutu batizara o local. As aves, vivendo nas margens das cabeceiras, deram nome ao riacho.

JUNCO: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município do Patu.

Terras calcárias do PATU, dominadas pelo serrote JUNCO, constituído desse material, permitindo conservação de umidade e produção de juncáceas, flexíveis e lisas, características na região molhada. Utilização do calcário para fabricação da cal, já em 1894. Criação de gado. Simples *lugar* na serra sem índice de povoação notada nos registros oficiais, relatórios e mapas, até 1950. Escola em 1942. Limite com a Paraíba. Em abril de 1852 era fazenda de gado.

LAGOA D'ANTA: — Criado em 16 de julho de 1963. Desmembrado de Nova Cruz.

Em 22 de junho de 1819 João Bernardo da Silva tinha sesmária *no lugar denominado LAGOA D'ANTA, terras que foram do Padre David Muniz Gomes*. O reverendo sacerdote desistente não fôra o desbravador local porque a Lagoa tomara batismo de topônimo legitimamente português, D'ANTA, nada tendo a ver com o tapirídeo, mas denominação de velhas famílias de bom sangue, que acabaram apagando o apóstrofo e juntando a consoante à vogal, dando DANTA, DANTAS, divulgados por todo Brasil. Teria vindo o nome inteiro da toponímia lusitana ou seria esse D'ANTA o ignorado posseiro inicial, sem rasto nas minhas pesquisas sesmeiras. D'ANTA em Portugal originar-se-ia do monumento megalítico, ANTA, passando a distinguir a família residente ao derredor. Topônimo em Santo Antônio, Luís Gomes e Mossoró.

As andanças da ocupação nesse trecho do agreste recuariam para o derradeiro quartel do Séc. XVIII, coincidindo com a época histórica do povoamento da região, com os currais de gado ao longo das aguadas. A Lagoa seria uma delas.

Tôda sua história, como povoação, é recente, com impulso nesse Séc. XX, e mais precisamente, tempo da administração Ferreira Chaves, 1914-1919, ou finais do govêrno Alberto Maranhão, 1910-1913, quando houve no município de Nova Cruz alguns trabalhos de vulto, notadamente estradas articulando os centros mais povoados e mesmo aquêles que se iniciavam, como LAGOA D'ANTA. Até mesmo 1920 era simples aglomerado de residências espalhadas derredor da velha fazenda de gado, no oeste municipal. Em 1942, escola, povoação assinalada, Capela, sensível movimentação econômica, arrancada para a coroa municipalista, nos domínios do Rio Jacu.

LAGOA DE VELHOS: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município de Sítio Novo.

Em 1706, Carlos da Rocha possuía terras em um *riacho que o gentio denomina DOS VELHOS, o qual desagoa no Potengi*. A propriedade LAGOA DE VELHOS, como vulgarmente é conhecida, é banhada pelo Riacho São Pedro, afluente na Ribeira do Potengi, passando igualmente por SÍTIO NÓVO. Teria sido incluída em sesmarias de JOANA GOMES FREIRE, grande latifundiária em 1757, 1764, 1776, dando seu nome à *Serra de Joana Gomes*. José Correia era proprietário em 1830 e o primeiro morador, no sítio da futura cidade, João Anselmo, em 1837. Monsenhor Severino Bezerra informa-me de uma tradição local, explicando o topônimo. Residia, entre 1800 e 1820, a margem da lagoa, um *casal de velhos*, cujos nomes se perderam no tempo. Esses velhos batizaram a região. É preciso não esquecer a denominação *dos velhos* já existente em 1706. LAGOA DE VELHOS era fazenda afamada e com rudimentos de povoação em 1862.

LAGOA NOVA: — Criado em 20 de março de 1963. Desmembrado do município de Currais Novos.

Com a mesma natureza de terrenos elevados, situando-se numa das chãs da Serra de Santana, LAGOA NOVA incluía-se na sesmaria de abril de 1764 concedida a Dona Adriana de Olanda de Vasconcelos. É uma seqüência geográfica de que CÊRRO CORÁ constitui expressivo modelo. A denominação denunciava encontro inesperado entre aguadas de uso normal na lavoura.

A Serra de Santana é sabidamente despida dêsses recursos indispensáveis e preciosos ao ciclo pastoril. Diz-se *lagoa* a um depósito pluvial em que a depressão na superfície do solo permite relativa permanência do líquido. A solução fôra as cacimbas provisórias, substituídas pelos açudes, e, modernamente, poços tubulares. LAGOA NOVA, talqualmente BURACO DA LAGOA, na mesma Serra, são exemplos idênticos.

Em 1784, o Capitão Manoel de Pontes Franco possuía na Serra do Martins *sobras entre a LAGOA NOVA e a Cruz das Almas* (data-813). Em abril de 1792 o Capitão Francisco da Costa de Vasconcelos recebeu sesmaria *onde ele tem descoberto huma alagoa com terras e matas de planta e criaçõins de gado e fica o dito citio para baixo da lagoa dos Espinheiros com pouca diferença, quer o suplicante a dita Lagoa chamada LAGOA NOVA*. Localizava-se entre os Rios Potengi e Jundiá, correspondendo ao povoado tradicional no velho município de São Gonçalo, hoje em São Paulo do Potengi. O nome era, visivelmente, popular naquele tempo, batizando ocorrências semelhantes. Vila em dezembro de 1958.

A história é a de CURRAIS NOVOS no plano da penetração agrícola, segunda metade do Séc. XVIII, mas atravessou todo o Séc. XIX sem que houvesse uma concentração merecendo nome de povoado. A vida social data da presente centúria. As possibilidades econômicas de LAGOA NOVA tiveram os primeiros registros divulgadores depois de 1930, precisamente em 1932. Oito anos depois, escola, capela, distrito policial, estrada articuladora, revelavam os índices de crescente povoamento produtor.

LAGOA NOVA denomina um Distrito no Maranhão.

LAGOA DE PEDRAS: — Criado em 25 de junho de 1963. Desmembrado do município de Santo Antônio.

Era, nos últimos vinte anos do Séc. XIX, povoação no município de Goianinha. O nome repetia-se, cem anos antes, pela Ribeira do Apodi e entre Maxaranguape e Muriú, em Touros, onde viviam "Lagoa de Pedras" e fazendas de criação que não chegaram a determinar maior aglomeração humana. A LAGOA DE PEDRAS em Goianinha situava-se em zona agrícola, cortada e recortada pelos caminhos de escoamento das produções rurais. Quando, em 1890, criou-se o município de Santo Antônio, LAGOA DE PEDRAS incluiu-se no território da nova comunidade mas, durante vinte anos, São José de Mipibu alegou pertencer-lhe a povoação, já Distrito Policial naquela época e centro de propriedades fecundas. Plantio de algodão com algum beneficiamento. Capela de São Francisco das Chagas. Escola primária, posterior ao ensino particular. Feira. Cemitério. Em 1942 funcionava uma Agência Fiscal, índice do desenvolvimento econômico. Foi uma região sempre povoada, desde os primórdios da colonização.

LAGOA SALGADA: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município de Januário Cicco.

LAGOA SALGADA, Distrito-Vila de São José de Mipibu em 24 de novembro de 1953, entre BOA SAÚDE e MONTE-ALEGRE, desde os finais do Séc. XVII foi povoada e plantada de roçarias. Decorre da história econômica de São José de Mipibu, significando uma continuidade no esforço rural.

LAJES: — criado município pela transferência da sede municipal de JARDIM DE ANGICOS para a *Povoação de Lajes*, elevada a Vila em 25 de novembro de 1914. Cidade em 3 de dezembro de 1923. *Itaretama* em 30 de dezembro de 1943. Voltou à denominação de LAJES em 11 de dezembro de 1953.

Antigo município de JARDIM DE ANGICOS (1890). A futura cidade era uma fazenda de gado, existente em 1825, depois pertencendo

cente a Francisco Pedro Gomes de Melo. Dizia-se *as Lajes*, pela abundância de penedos e lajedos na área. Constituía, todo arredor, terra excelente de pastorícia pela abundância das pastagens, apesar das estiagens desoladoras. As “situações” foram surgindo desde o segundo terço do Séc. XVIII, acompanhando os álveos semi-úmidos dos afluentes do Ceará-Mirim, Quintimproá, Boa Vista, Picos, Rio Nôvo, Rio do Vento. José Pinheiro Teixeira em 1734 no Rio Nôvo, Serra do Picapau; Manoel Gomes da Silveira na Maniçoba e Antônio Cardoso Batalha na Serra da Milhã, em 1739; Manoel Rodrigues Coelho em 1734 na Gameleira e Rio do Vento; José Luís Pereira no Boqueirão, Serra Cacunã, Rio do Vento, Quintimproá, em 1794, as zonas mais desejadas para pastoreio. Era, funcionalmente, passagem para o sertão do oeste, ida e vinda, rumo ao Ceará-Mirim e à cidade do Natal, algodão, carne-seca, bodes, miunças, gado em pé, tangido pelos vaqueiros, aboiando nos tabuleiros do Açu e Angicos. AS LAJES, forçosamente, tornaram-se ponto de encontro, parada para descansar, milhar a burra baixeira, refrescar o comboio carregado. E compra de boiadas, pelos fazendeiros do Seridó que aí completavam os lotes vendidos, destinados ao abastecimento das populações do litoral. No ano seguinte era Distrito. Constituía realmente uma propriedade esparsa, com poucas residências, mas determinava interesses pelo cruzamento das estradas, subindo e descendo para a *pancada do Mar*, mercado consumidor, onde havia dinheiro mais sôlto e farto. Dividiam-se as fazendas. Os rebanhos cresciam. Nasciam outras *situações*.

A Estrada-de-Ferro começou em 1904, partindo do Rio Potengi. Em 1906, a máquina apitara no Ceará-Mirim, com o Presidente da República, Afonso Pena, sentado num banco do vagão. Vinham vindo os trabalhos de remoção de terra, nivelamento, barracas, turmas de trabalhadores, animação, novidades catucando possibilidades econômicas. Baixa Verde em 1910. A paralela dos trilhos capalizava negócios, planos, sacudindo o ritmo de aceleração. O vapor-de-terra estava rumando *as Lajes* e a sede municipal, JARDIM DE ANGICOS, ficaria de lado, ainda molhada e tiritante pela alagação diluvial de 1894, quando o Rio Ceará-Mirim ficara em serviço de anular a velha e bonita Vila ribeirinha. Ano da Capela de Lajes. A povoação amanheceu quase Vila, mercado, fornecimentos, casario, tentações, jogatina. Pedra Preta, arruado sossegado, em 1913 virou povoado vibrante, sacudido pelos bufos da locomotiva. Julho de 1914, LAJES via o vapor-de-terra deter-se à sua porta. Ligava-se a Natal. Vencera distância, lentidão, imobilismo. Quatro meses depois recebia a coroa municipal. A Lei n.º 360 não cogitava na denominação do município nôvo. Subentendeu-se LAJES, e LAJES ficou.

JARDIM DE ANGICOS apenas em 1938 voltara a ser o que fora há cento e dois anos passados, um distrito, agora de LAJES.

De LAJES desmembraram-se os municípios de CAIÇARA DO RIO DO VENTO, PEDRA PRETA, JANDAIRA, JARDIM DE ANGICOS, todos em 1963.

LAJES PINTADAS: — Criado em 31 de dezembro de 1958. Desmembrado do município de Santa Cruz.

O riacho das *LAJES PINTADAS* tem êsse nome por passar ao pé de umas pedras onde estão desenhos rupestres, figuras humanas, valendo fisionomias e outros valôres gráficos de interpretação duvidosa, fixados em tinta indelével e vermelha. Semelhantemente ocorre na Serra de São Pedro. O riacho é tributário do Rio Inharé e êste afluente do Rio Trairi.

Iniciou-se propriedade rural de João Francisco Borges, falecido em 11 de dezembro de 1895. Trouxera do Canindé, Ceará, uma effigie de São Francisco, ante a qual promovia culto religioso. Eduardo Borges, filho do velho João Francisco, manteve a tradição da festa no dia do Santo. Em 4 de outubro de 1913, Monsenhor Alfredo Pegado celebrou a primeira missa, no alpendre da casa-grande. Era uma povoação que nascia. A Capela de S. Francisco construiu-se em 1935, pelos irmãos Eduardo e Elias Borges, com bênção litúrgica em 1943, por ter obtido patrimônio. O vigário de Santa Cruz, Padre Benjamim Sampaio, promoveu a vinda de uma imagem do orago, do Rio de Janeiro. O quadrinho com o primitivo São Francisco, trazido do Canindé, ainda existe na Capela atual.

LUCRÉCIA: — Criado em 27 de dezembro de 1963. Desmembrado do município do Martins.

As terras pertenciam, em direito de posse tradicional, a uma mulher de côr preta, a negra Lucrécia, ali residente com pequenina lavoura de que vivia. Nenhuma outra casa, além da humildade do abrigo. Nas proximidades passam o Rio Mineiro e o Riacho Pé da Serra, represados pela I.F.O.C.S., de 1932 a 1934, entregue à serventia pública em 1939. A construção, ocupou por vêzes cêrca de 2.500 trabalhadores, determinando barracas e instalações indispensáveis para a acomodação. O povoado surgiu naturalmente onde apenas existira o rancho da velha Lucrécia. Feira, plantios de apoio, necessidades de melhores habitações, afluência comercial. Ergueram Capela, galpão para mercado, setenta casas residenciais. Quando a visitei, maio de 1934, *LUCRÉCIA* clareava-se com eletricidade, tendo duzentas casas de tijolo e telha e

dois mil moradores, lojas e armazéns. O açude provocara um futuro município, como ocorrera a CRUZETA no Acari.

LUIS GOMES: — município em 5 de julho de 1890. Cidade a 29 de março de 1938. Pertencia a Pau dos Ferros, de onde teria partido a primeira investida de posseiros para a *data* do BOM JESUS, batizando a serra. É uma conquista lenta pela situação do terreno e o problema de água quando secam as reservas acumuladas nos lagos mínimos e tanques, derradeiro refrigério para o gado. Luís Gomes de Medeiros, do Caicó, provavelmente, por volta de 1756 sobe as encostas da serra, atraído pelas notícias alvissareiras do seu escravo Jacó, enviado para *situar* uma propriedade na chã, e que lhe anunciava milagres de produção e clima. Luís Gomes convenceu-se, mandou buscar a família. Nunca mais saiu da serra que lhe herdou o nome, **SERRA DO LUIS GOMES**. Construiu moradas, arruou o povoado, ergueu a Capelinha, estendeu plantios pelo planalto, reservando *as baixadas* para a criação de gado. O processo permanece como uma tradição econômica útil. Distrito de Paz em março de 1852. Escola no mesmo ano.

Ainda em 1942 informava Anfilóquio Câmara: "A criação se faz nas fazendas e sítios na *baixada* do município, sendo proibido criar na serra." A situação atraiu continuadores e o povoado, através do tempo, seria Vila e Cidade. E outros núcleos estariam fadados a prolongamento de trabalho na própria independência administrativa.

De LUIS GOMES provêm os municípios de **JOSE DA PENHA** em 1958, e **PARANÁ**, em 1963.

LUISA: — Saco de Luísa, denominações primitivas de **SÃO VICENTE**.

MACAIBA: — Município em 27 de outubro de 1877. Desmembrado de São Gonçalo. Cidade em 5 de janeiro de 1889.

POVOAÇÃO DO COITÉ. Lavoura e gado. Escola primária em novembro de 1865. Distrito de Paz em março de 1868 com o título **POVOAÇÃO DA MACAIBA**. Teria Fabrício Gomes Pedrosa (1809-1872), plantado no alinhamento do povoado, e não no quintal de sua casa, uma macaíba (*Acrocomia sclerocarpa*), palmeira desconhecida na região, sugerindo a nova denominação e fazendo esquecer a primitiva Coité, numerosas no local.

Poderoso entreposto indispensável entre o sertão, vales açucareiros do Ceará-Mirim, boa percentagem de S. José de Mipibu e Papari, e a capital da Província, possuiu exportação direta para a Europa, via Guarapes, de 1858 a 1872, determinando navegação normal da Inglaterra para o Rio Potengi. Quando criado o município (Lei n.º 801, 1877), seus limites era a *divisão natural do Rio Potengi, de alto a baixo*. Vila e Cidade rica, movimentada, festiva, acolhedora, musical

e bailarina. Grandes orgulhos norte-rio-grandenses nasceram em Macaíba: Augusto Severo, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão, Auta de Souza, Henrique Castriciano. Diminuiu o prestígio na relação em que as comunicações do interior encontravam o litoral, dispensando o intermediário.

Famosa sua batalha de rivalidade com o município de São Gonçalo, duas vêzes seu simples distrito, 1879 e 1943. Criou São Paulo e São Pedro para enfrentar e vencer Juremal e Pedra Branca.

São Gonçalo, mutilado e reduzido, recuperou-se na indomável vitalidade. Restou a opulenta Macaíba estreita faixa, de Guarapes a Serra Caiada, também evadida da jurisdição maternal em 1953. Macaíba, porém, guardou a dignidade natural dos ricos que sabem empobrecer com decência. Retomou o sereno ritmo da economia suficiente.

Matriz de N. Sr.^a da Conceição construída em 1882. Freguesia em março do ano seguinte.

Cedeu largos trechos para SÃO TOMÉ em 1928, e desmembrados do próprio território foram SÃO PAULO DO POTENGI em 1943 e SERRA CAIADA em 1953.

MACAU: — Criado a 2 de outubro de 1847 pela transferência da sede do município de Angicos para a POVOAÇÃO DE MACAU, elevada ao predicamento de Vila. Cidade em 9 de setembro de 1875.

Em 13 de maio de 1797, Dona Francisca Rosa da Fonseca, na Vila do Recife de Pernambuco, vendeu o *lugar chamado do MACAU* com muitas outras terras, escravos e gados, ao Tenente-Coronel Bento José da Costa e Domingos Afonso Ferreira. Fôra herança dos falecidos pais da vendedora, Francisco Carvalho Valcacer e Joana Maria da Fonseca. A *Ilha de MACAU* já possuía êsse nome velho em maio de 1797 mas seria povoada apenas na década 1820-1830. Anteriormente seria deserta, por não ter água.

Na mesma data dona Francisca Rosa vendeu a *Ilha de MANOEL GONÇALVES* aos mesmos adquirentes, assim como a *Ilha do Amargoso*, *havidas por compra a Tomé Rodrigues e sua mulher Ursula Ferreira de Mello, por escritura pública feita na nota de Joam Filgueiras Monteiro, tabelião público da Vila de Guaianna*. Manoel Gonçalves teria sido o primeiro ocupante da ilha em que deixou seu nome, mas não vestígios documentais para a identificação.

Desde a barra do Rio Mossoró, ilhas do Rio Açu, Guamaré, pelo interior às Pendências, estendia-se vida pastoril, fazendas, criação bovina e equina, roçarias de mandioca. Pelo litoral, pescarias, exportação de peixe seco, carne-de-sol, couros, sal, muito sal, trabalho de homens

livres e de negros escravos. Já não mais viviam os indígenas quando a terra se povoou com aldeias, movimentadas e fartas.

O principal centro econômico era a *ilha de MANOEL GONÇALVES* (tinha êsse nome em 1712), a nordeste de *MACAU*, medindo um quarto de légua de comprimento por 150 braças de largura. Produzia sal, tendo jangadas de pesca, farinhadas, currais de peixe, negociantes de fazenda, *secos e molhados*, ostentando trinta *fogos* residenciais, possíveis duzentos habitantes, Capela de N. Sr.^a da Conceição, grande Cruzeiro de madeira com a data de 1811, chantado pela mão de Frei Vidal de Frascarolo, "santo missionário", capuchinho italiano da Lombardia, gritador e profético. A ilha possuía um comandante, o velho Alexandre José Ferreira, valetudinário, quase sempre substituído pelo Senhor João Martins Ferreira, representante do opulento Tenente-Coronel Bento José da Costa, (pai do Barão de Mercês), residente na Vila do Recife, dono de quase tudo. Inclusive da ilha.

A Ilha de MANOEL GONÇALVES era freqüentada pelas embarcações da Paraíba e Pernambuco em ativa cabotagem. Monsenhor Pizarro (1822), escrevia: *aí se conserva o empório do Comércio do Sal, peixe salgado, e farinhas*. Milliet de Saint-Adolphe regista *MACAU* (1845), em breves palavras: "Povoação da Província do Rio Grande do Norte, onde havia um cobrador de direitos, estabelecido por lei da Assembléia Provincial, o qual deve ter sido suprimido em 1837." Não foi. Para MANOEL GONÇALVES a linguagem é outra: "Ilha da Província do Rio Grande do Norte, perto da embocadura do Rio Açu ou Mossoró, (*sic.*). É ornada duma igreja da invocação de N. Sr.^a da Conceição, e nela faz-se um comércio considerável de sal, farinha de mandioca, e de peixe salprêso."

Na manhã de 12 de dezembro de 1818 apareceu um navio misterioso, corsário com bandeira desconhecida, armado de doze canhões, agressivo e ladrão ante a defesa impossível daquele povo laborioso e desarmado. Saqueou as sumacas *Santa Rita Galatéia*, *Penha*, *Vitória*, *Flor do Mar*, pernambucanas, e *Conceição das Almas*, paraibana, carregando quanto nelas se continha, incluindo escravos africanos. Fêz-se de velas no dia 18, sem represálias, tendo ferido quatro pescadores. Rumou Caiçara e daí para mar alto, antes apresando uma jangada que conduzia um canhão. O Governador da Capitania, Tenente-Coronel José Inácio Borges, enviou o socorro possível e tardio. E mandou, autorizado pelo Ministro de Estado Tomás Antônio de Vilanova Portugal, construir um Fortim artilhado, para resistência e defesa da ilha. Em novembro do imediato 1819 não estava concluído, embora espontaneamente auxiliado pelos moradores da Barra do Amargoso, ativos e numerosos, aos quais o Príncipe Regente mandou agradecer. Termina-

do, mesmo sem que ocorresse oportunidade belicosa, o *FORTIM DA ILHA DE MANOEL GONÇALVES* figurou na relação oficial das fortificações do Brasil até 1832.

Em 1836, caiu sobre a ilha um aerólito e houve "chuva de pedras" ainda lembrada na memória popular das vizinhanças. As marés tornaram-se violentas e houve um processo desgastador dos fundamentos insulares, cedendo êstes em lento desmoronamento, descendo para o fundo do rio, como uma barca encalhada, desfeita pelas ondas.

Deduzo que, a partir de 1820, os moradores de MANOEL GONÇALVES se foram mudando da ilha duplamente assaltada pelos piratas e inundações de sizígia, procurando abrigos mais seguros, entre outros, MACAU, com alguns casebres, convidativo. Povoação em 1835. Um índice dessa evasão em massa é ter o Cruzeiro de Frei Vidal sido transportado em 1825 para o cemitério de MACAU, depois depositado na Matriz, em 1931. A Ilha de Manoel Gonçalves perdia importância, tanto assim que, em novembro de 1836, criando-se a Mesa de Arrecadação de Rendas Provinciais, (é o *cobrador de direitos*, aludido por Milliet de Saint-Adolphe), a instalação era dependente e optativa: — em Manoel Gonçalves OU Macau. Em novembro de 1843 instalou-se o Distrito de Paz *em Macau*, compreendendo, para os efeitos policiais, a Ilha de Manoel Gonçalves, em franca decadência mas ainda visível à flor d'água. A primeira autoridade foi Francisco Trajano Xavier da Cunha, Juiz de Paz, inquieto vereador em Angicos, animador da rebeldia de Guamaré, inaugurando o domínio da Lei em Macau. Essa criação fôra provocada por um *abaixo-assinado* de 44 assinaturas macauenses à Assembléia Provincial, alegando o pôrto ser visitado comercialmente por 80 barcos anuais, possuindo todos os elementos econômicos para a dignidade distrital.

Em janeiro de 1845, um Inspetor de Quarteirão oficiava ao Chefe de Polícia informando que a Ilha de Manoel Gonçalves estava abandonada. Era a derradeira autoridade numa jurisdição que as águas dominavam. Apenas em 1857 é que os roteiros de navegação anunciavam que a ilha deixara de existir. Creio haver suficientemente exposto: a) o nome de MACAU é muito anterior à sua ocupação humana e esta processou-se com elementos de várias procedências e não unicamente da Ilha de Manoel Gonçalves: o povoamento inicial operar-se-ia, mais intensamente, na década de 1820-1830.

No mesmo 1845, quando não mais existia a Ilha de Manoel Gonçalves, MACAU pleiteou sua elevação a município, como fizera Guamaré oito anos antes, apresentando-se com 138 nomes responsáveis, 35 proprietários e 25 comerciantes. Venceu, dois anos depois.

Freguesia em agosto de 1854, com a mesma padroeira da Ilha de Manoel Gonçalves.

Angicos era município em que MACAU ocupava o posto de *povoação*. A Res. n.º 158 impôs a Angicos a melancolia da mesma situação, terminada em 1850.

A província ultramarina, que Portugal possui na China desde 1557, denomina-se *CIDADE DO SANTO NOME DE DEUS DE MACAU*. É o único vocábulo chinês oficialmente vivo no continente americano desde a primeira metade do Séc. XIX. E sem referência religiosa, como no MACAU português.

De MACAU desmembraram-se os municípios de PENDÊNCIAS em 1953 e de GUAMARÉ em 1963.

MAIORIDADE: — Primeiro nome do município do Martins.

MARCELINO VIEIRA: — Município em 24 de novembro de 1953. Desmembrado de Pau dos Ferros e Alexandria.

Era a *PASSAGEM DO FREIJÓ*, melhor vau do Rio Apodi, sombreado pelos freijós, frejós, Frei Jorge, (*Cordia alliodora*, Cham.), dominadores, altos, linheiros, copados. Em 1864 Raimundo Fernandes doou a primeira "sorte de terra" a Santo Antônio sendo nesse mesmo ano colocada a pedra inicial da Capelinha. O vigário de Pau dos Ferros, padre Bernardino José de Queiroz, com o auxílio dos moradores, mandou vir a imagem em 1868. Dois anos depois, o Padre Bernardino mudava o nome de *Passagem do Freijó* para VITÓRIA. Estava esparsa mas densamente povoada e o arruado vibrava em simpatia. Era povoação fundada em colinas, casario irregular, acidentado a disposição, mas destacada harmoniosamente na paisagem circunjacente. Em agosto de 1874, Distrito de Paz. Cadeira de ensino primário em 1884. O Governador Pedro Velho criou a Vila e sede de novo município, (Dec. 66, de 16-X-1890), não havendo instalação e o mesmo Pedro Velho, agora governador constitucional, revogou o Dec. 66 pela Lei 16, de 16-VI-1892. Em 30 de dezembro de 1943 o distrito de VITÓRIA passou a ser PANATIS. Teriam vivido os tarairiús Panatis na região, pertencentes ao mesmo grupo étnico dos Paiaçus do Apodi e Janduí do Açu. Vieram certamente da Paraíba, sacudidos pela invasão dos Oliveira Ledos pelo Espinhares e Piancó, atravessando o boqueirão do Curema, possível ponto residencial. O etnólogo Carlos Studart Filho cita os *Panaticuremas*, denunciando a fixação topográfica. Os Curemas seriam, entretanto, cariris. Nessa zoha norte-rio-grandense dissolveram-se na mestiçagem sem maior participação saliente no plano histórico. Denominação atual pela lei da criação municipal. A presença indígena

atesta-se pela *Serra dos Panatis*, com três léguas de extensão. Em junho de 1750 mencionava-se o "Olho-d'Água Panaty", no Apodi e em 1753 o "Riacho do Panaty" na mesma zona.

Ao constituir-se cidade possuía 217 casas e 36 armazéns.

MARCELINO VIEIRA, (da Costa), (1858-1938), nascido em Quixaba, Uiraúna, Paraíba, falecido em Caricé, no município que tem seu nome. Fixou-se em LUIS GOMES, onde casou, residindo no Sítio "Aroeira", mudando-se para Caricé quando enviuvou. Chefe político de LUIS GOMES, presidente da Intendência, várias vezes Deputado Estadual, fazendeiro, agricultor, impôs-se pela serena energia, bondade acolhedora, valorizando, pela iniciativa e exemplo, a terra que o considerava um dos melhores filhos.

MARTINS: — Município da MAIORIDADE em 10 de novembro de 1841. CIDADE DA IMPERATRIZ em 30 de outubro de 1847. CIDADE DO MARTINS em 1.º de fevereiro de 1890.

Município do MARTINS em 7 de julho de 1890. Desmembrado de Portalegre Serra de Campo grande e depois da Conceição. O povoamento é simultâneo com a fixação econômica pela Chapada do Apodi, notadamente Portalegre, ao qual pertencera. Em julho de 1736, Aleixo Ferreira, Capitão-Mor da Aldeia de S. João do Apodi dos "Tapuias-Paiacus", recebe terras na Serra do Campo Grande, hoje patrimônio municipal, ainda conhecida como a "Data dos Picos". No requerimento aludia-se a existência de fazendas, índices de vida social organizada. A figura exponencial é a de Francisco Martins Roriz, que deixa o MARTINS denominando a região. Em março de 1742 obtém a "data da TELHA", entre os Rios Umari e Apodi, compreendendo parte da Serra do Campo Grande e mesmo trechos da "Serra dos Dormentes", na futura Portalegre, onde é citado como influente sete anos depois. Construiu a Capela a N. S.^a da Conceição, no povoado que se avolumava em 1752. Vivia em 1777. Foi o Comandante da Serra que, novembro de 1752, dizia-se *Serra do Capitão Francisco Martins*, SERRA DO MARTINS, em 1779, embora o nome oficial fôsse Serra da Conceição. Foram Comandantes Francisco Xavier da Costa, Manoel dos Santos Franco, nomeado em 1786, Francisco Dias Martins, em 1800, figuras respeitadas e conciliantes de uma sociedade em formação. MARTINS é serra povoada e rica, prestigiosa e acolhedora, desenvolvida num clima de bem-estar e fartura. Oculta os fugitivos, abriga os perseguidos, cura os doentes. Do MARTINS foram desmembrados os municípios do PATU, (1890); JOÃO PESSOA, (1930); ALEXANDRIA em 1936; UMARIZAL, (1958); LUCRÉCIA, ANTÔNIO MARTINS, MINEIRO, em 1963.

MATA: — Denominação primitiva do município de JOSÉ DA PENHA.

MATAS: — Nome dos terrenos, então pertencentes ao município do Taipu, onde foi fundada a Vila de BAIXA VERDE.

MAXARANGUAPE: — Criado em 17 de dezembro de 1958. Desmembrado do município de Touros.

A região é de antigo povoamento graças a excelência dos terrenos ao longo do rio e litoral piscoso. Na Ribeira do MOXURUNGOAPE realizou-se em 14 de setembro de 1666 a cerimônia da posse da sesmaria concedida ao Governador João Fernandes Vieira, constando de *toda a terra que ouvesse devoluta do Seara-Mirim athe o Porto do Toiro e para o Sertão outra tanta coanta se achar por costa*, representado pelo Vigário de Natal, Padre Leonardo Tavares de Melo, na presença do Provedor da Fazenda Real, Diogo Fragoso Souto-Maior. O reverendo-procurador tomou *posse real e autual, sivel e corporal*, com uma foice nas mãos, junto á uma lagoa perto da praia, onde *comessou a rossar e cortar árvores, passeando pelas terras, levantou huma cruz, e eu, Escrivão, em voz alta disse uma e muitas vezes que ali dera posse da dita terra naquele lugar e se ouvesse quem tivesse alguma duvida ou embargos os viesse alegar*. O Escrivão era Pedro da Costa Faleiros, da Real Fazenda.

Em 1832, existia com dezesseis “fogos”, casas de residência, e trinta e cinco “almas”, pessoas em idade de receber sacramentos da Igreja. Ver os topônimos BOIXUNUNGUAPE e MAXARANGUAPE. Aldeia de pescadores, marcava a foz do rio no mar, possuindo Capela de N. Sr.^a da Conceição, escola e o suporte da atividade agrícola ao longo do vale fértil. Em 1877-79 abrigou sertanejos fugitivos da grande estiagem, estabelecidos nos trabalhos de lavoura, pesca e faina nos engenhos de açúcar. Praia de veraneio de alguns ricos proprietários do Ceará-Mirim. Povoação citada em 1894. Em 1930, tinha 1 121 moradores e era, funcionalmente, uma Vila. A coroa municipal foi uma homenagem a essa vitalidade econômica, três vezes secular.

MELÃO: — Propriedade onde surgiu a cidade de CORONEL EZEQUIEL.

MINEIRO: — Denominação inicial do município de FRUTUOSO GOMES.

MONTANHAS: — Criado em 20 de julho de 1963. Desmembrado do município de Pedro Velho.

Em 4 de dezembro de 1754 o Padre José Vieira Afonso, grande proprietário na região, recebeu a sesmaria na *LAGOA DAS QUEIMADAS OU MONTANHAS*, na Ribeira do Curimataú. "Queimadas" referiam-se à queima inicial dos aceiros para fundação de plantios. Seria, evidentemente, terra cultivada, a deduzir-se do nome em português, alusivo a uma fase preparatória da agricultura. Já no Séc. XIX dizia-se *LAGOA DE MONTANHAS*, como em 1754, numa impressão ao cenário circunjacente, moldura de elevações orográficas, de sugestiva beleza natural. A Lagoa, nas margens, permitiu ativo plantio de cereais.

A tradicional amenidade do clima, explicada pela altitude, recomendava-a como um legítimo sanatório, merecendo, em certas épocas, afluência de doentes das vias respiratórias e convalescentes, para uma estação de repouso recuperador. A constante afabilidade da população, acolhendo carinhosamente os hóspedes, sugeriu ao poeta Cícero Moura, (1882-1906), denominá-la *SUIÇA DO AGRESTE*. Ligada a Natal pela Estrada de Ferro desde outubro de 1882. Capela de São João Batista em 1897, reconstruída posteriormente. Mercado, escola, comércio suficiente às necessidades locais.

Em 1920 possuía 1 355 moradores em 258 residências. Em 1940, 4 587 em 1 043 prédios, urbanos e rurais. Distrito de Pedro Velho em outubro de 1938. Em 1945 era, para todos os efeitos, uma pequena cidade, atraente e simpática.

MONTE-ALEGRE: — Criado em 25 de novembro de 1953. Desmembrado do município de São José de Mipibu.

Povoação à margem direita do Rio Trairi em terrenos pertencentes à fazenda *QUIRAMBU*, já mencionada na primeira metade do Séc. XVIII, (1737), como propriedade de João Francisco Ribeiro. Em meados do Séc. XIX, Antônio Miranda possuía venda de comércio e um torcedor de canas-de-açúcar, movido a bois, uma almanjarra, para produção de rapadura e aguardente. Espalhava, descuidadosamente, os resíduos da moagem nos arredores, e daí o apelido popular de *BAGAÇO* dado à povoação, epíteto desagradável aos moradores. Já nos finais do Séc. XIX divulgara-se a denominação de *MONTE-ALEGRE*. Era o *caminho de Macaíba*, principalmente para o pôrto de Guarapes, centro comercial de exportação até 1872. Igreja iniciada em 1905. Vivendas confortáveis. Escola. Passadio farto, boa safra de cereais. Distrito de *MONTE-ALEGRE* em 1938. De 1943 a 1948 denominou-se *QUIRAMBU*, voltando, naquele último ano, a ser *MONTE-ALEGRE*, cinco anos depois consagrado pelo título de município.

Há municípios com o mesmo nome em Goiás, Minas Gerais, Sergipe, Pará, Piauí e São Paulo.

MONTE-ALEGRE: — Nome inicial de MONTE DAS GAMELEIRAS.

MONTE DAS GAMELEIRAS: — Criado em 8 de novembro de 1963. Desmembrado do município de Japi.

O sítio **MONTE-ALEGRE** fica num dos contrafortes da Serra de São Bento, a cujo Distrito, (outubro de 1938), pertenceu. Seu povoamento, ou mais precisamente ocupação, liga-se ao lento impulso dos currais de gado já na segunda metade do Séc. XIX. Em 1930 era uma povoação ignorada e pobre na região leste do município. Em 1941 alinhava-se entre as de notado crescimento. Em 1950 desenvolvia-se rapidamente. Nessa data o Deputado Teodorico Bezerra mudou-lhe o nome para **MONTE DAS GAMELEIRAS**, numa referência a paisagem que essas moráceas decoram com soberbo aprumo ornamental.

MONTE-ALEGRE já denominava município criado em 1953, retirado de São José de Mipibu.

MOSSORÓ: — Criado em 15 de março de 1852. Desmembrado do município do Açu. *Cidade em 9 de novembro de 1870.*

O povoamento de Mossoró seguiu impulso de duas correntes: a que subia do litoral, das sesmarias atlânticas, e a que descia ao longo do Rio Apodi-Mossoró e afluentes, decorrência dos pioneiros ao derredor do planalto. Muito dificilmente estudar-se-á a penetração através das sesmarias, abundantes mas ausentes de informação quanto às posses efetivas. Os exemplos são nítidos. Em dezembro de 1678, Gonçalo e Joseph Leitão Arnoso, Lourenço de Faria Leitão, Jerônimo da Rocha, Antônio Lopes Leitão, Isabel da Rocha, Domingues Alves da Guerra e Jerônimo Sanches da Silva, todos moradores nas Capitanias de Pernambuco e do Rio Grande, (que ainda não se dizia *do Norte*), "*resolverão a povoar o sertão onde abita os gentios bravos ainda que seja com riscos de pessoa e fazenda*", requerendo ao Governador-Geral do Brasil, para materializar êsse heroísmo, cinco léguas de comprido por outras tantas de largo, para cada um dêles, *ao longo do Rio Upanema*. O Provedor da Fazenda Real, que era homem gracioso, anotou cada requerente desejar modestamente vinte e cinco léguas quadradas, e os oito, duzentas! *Não é possível possão povoar, pois nestas eras, nem se vive nem se procrea tanto como nas de Adão e Noé.* Reduziu a pre-

tensão às três léguas por uma, individualmente. O Governador-Geral concedeu-as no mesmo mês e ano, e o Capitão-Mor do Rio Grande, Geraldo de Suny, registou-as em fevereiro de 1680. Caíram em comisso pelo desaproveitamento. Um pouco antes, julho de 1666, o glorioso e sempre insaciável João Fernandes Vieira obtivera dez léguas desde a barra do Rio Ceará-Mirim, pela costa, até o Pôrto de Touros, e outras tantas para o sertão. Seus delegados exploraram fração mínima. Não alcançariam, evidentemente, os plainos mossoroenses. Naquele mesmo janeiro de 1680, recebeu Fernandes Veira mais terras, entre o Rio Três Irmãos e a Lagoa Itu, na Ribeira do Açu. Apesar do alegado possessor, não há vestígios dessas benemerências geográficas.

Havia, nesse final do Séc. XVII, caminho trilhado. Em janeiro de 1682 o Capitão-de-Infantaria na Ribeira do Açu, Estêvão Velho de Moura, jurisdicionava *do riacho Paraibu, nas cabeceiras do Piató, até o rio Jaguaribe e Xoró*, um velho nome do Rio Mossoró no idioma tupi. Em agosto de 1695, o Capitão-Mor, Bernardo Vieira de Melo, promoveu a Capitão-de-Cavalos Hermógenes Lima por haver perseguido os gentios do Açu até o Ceará. Por onde? Por Mossoró, naturalmente.

A ocupação oficial e real aparece no Séc. XVIII. Em setembro de 1701 a sesmaria ao Convento do Carmo ao longo do Paneminha. Em maio de 1738, o Coronel Domingos Gonçalves Meireles, já possuindo três léguas da Ponta do Mel para a barra do Upanema, recebe mais três, daí para a barra do Rio Mossoró. O Coronel Gonçalo da Costa Faleiros, em 1708, fizera caminho inverso, tendo três léguas desde o Morro do Tibau para o sul, e uma para o sertão. A orla marítima fora sempre freqüentada na extração do sal. O Barão de Studart, fixando episódios de 20 de janeiro de 1607, escreve: "Os jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira embarcam-se no Recife para a catequese dos índios do Ceará em um barco, que *ia carregar nas salinas do Mossoró*." Um ano antes atravessara a região Pero Coelho, mulher e filhos, destroços da escola militar, na retirada trágica, abandonando a primeira tentativa colonizadora do Ceará.

Descendo no rumo da *pancada do mar*, o Sargento-Mor Estêvão Velho de Moura era possuidor, em 1710, de três léguas, e meia de largo para cada lado do Rio Mossoró. João do Vale Bezerra, futuro fundador do município de Campo Grande, em abril de 1739, recebe sesmaria no córrego Saco Grande, afluente do Rio Mossoró, *junto de Santa Luzia*. Também o Tenente-General Francisco de Souza Falcão, em abril de 1787, possuía Serrinha do Mossoró e Morro do Tibau, dizendo-se morador no sertão do Apodi, certamente em Caraúbas. A justificativa era a criação de gado.

Não identificamos quem seja o *Goes*, nem a época em que denominou sítio e *alagoa* memoráveis referências na topografia local. Conhecemos seus sucessivos adquirentes. Quem foi o Viana, cujas *cacimbas* são populares em 1706?

Quem foi o primeiro proprietário da fazenda SANTA LUZIA, depois arraial, futura cidade do Mossoró? Antônio de Souza Machado, a quem concedem a prioridade fundadora, aparece em 1770. José de Oliveira Leite era titular em 1754. Não era possível ao português Souza Machado fixar residência, *por cerca de 1750, na sua fazenda de criar gados "Santa Luzia"*, como pensava Nestor Lima. Havia outro possuidor. Antes de 1739, o dono era Teodorico da Rocha Bezerra. Onze anos antes, 1728, deparou o Comissário Baltazar da Rocha Bezerra, senhor do Sítio Santa Luzia: (RESUMO DAS DATAS, n.º 260). Quando em outubro de 1754 José de Oliveira Leite requer terras, já tendo *um sítio de terra chamado SANTA LUZIA*, para desafôgo dos rebanhos, o Escrivão da Fazenda, na mesma data, informa que havia doação muito anterior a Antônio Vaz Gondim e seu irmão Damião da Rocha, três léguas por uma de largo *do Rio Mossoró da parte Norte, pegando das testadas da terra de seu pai, Capitão Teodorico da Rocha, para baixo que é o sítio chamado SANTA LUZIA*. Esse capitão é Teodorico da Rocha Bezerra, proprietário antes de 1739. A posse é antiquíssima e até agora o mais antigo é o Capitão-Mor Baltazar da Rocha Bezerra, (1686-1756), — filho de paraibano do mesmo nome, e Maria Barbalho Bezerra — genro do Capitão Teodósio da Rocha, morador no Potengi, terras de São Gonçalo, onde faleceu, sepultando-se em Natal.

Quem dera a SANTA LUZIA a nominal consagração? A Capela é posterior a 1772. Tempo de Souza Machado. A devoção será antiquíssima.

A região estava habitada, não densa, mas suficientemente, cortada de caminhos para as fazendas, para as salinas, para o Açu, e, pela Passagem de Pedro, (São Sebastião), para o Apodi. Antes do Sargento-Mor Regente da Ribeira, que em 1755 seria José de Oliveira Leite, quatorze anos antes, em março de 1741, Bonifácio Soares Guedes era Juiz da Vintena da Ribeira do Apodi, Panema, MONXORÓ e riacho do Umari. A nomeação dessa autoridade judiciária, pelo Senado da Câmara do Natal, denuncia população estável e movimento ativo de interesses econômicos em giro normal. Era indispensável a existência em cada localidade, do número excedente a vinte moradores, com produção regular, gado, plantio, vendas, permutas, empréstimos. Decidia o Juiz da Vintena em processo verbal, sem apelação ou agravo, entre os habitantes, em causas no valor entre 100 e 400 réis, conhecendo

e aplicando as posturas camarárias da jurisdição respectiva, coimas, isto é, multas, e danos, indenizações. Não tinha competência criminal, mas podia e devia prender criminosos, encaminhando-os ao Juiz Ordinário do termo. Se essa região determinara um Juiz de Vintena, afirmara relativa importância material, progressiva, anunciadora do êxito comunitário.

Nenhuma influência desempenhou no desenvolvimento demográfico da região a passada existência das salinas trabalhadas pelos holandeses e indígenas sob a orientação de Gedeon Morris de Jonge, até 1643, ao redor do Rio YWYGPANIN, grafia bárbara do amável Upanema. Já em agosto de 1605 Jerônimo de Albuquerque doara uma sesmaria aos filhos, Antônio e Matias, quarenta léguas para o norte onde a terra era inútil *mais que para o sal que por si cria*. Dois anos depois vinham barcos de Pernambuco carregar nas salinas de Mossoró.

Sempre houve colheita para uso doméstico e alguma salga. Mas a exploração não determinou povoamento.

De MOSSORÓ desmembrou-se o município GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO em 1963.

MUNDO-NOVO: — Nome da propriedade e povoação, hoje sendo sede do município DOUTOR SEVERIANO.

NATAL: — Criado a 25 de dezembro de 1599, com sede na CIDA-DE DO NATAL.

Os franceses, desde o primeiro terço do Séc. XVI, traficavam abundantemente o pau-brasil no litoral do Rio Grande do Norte, começando da embocadura do Rio Ceará-Mirim à Baía Formosa, possuindo depósitos, alianças nativas intérpretes dedicados, navegação regular. As Cartas Regias de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597 mandavam construir uma fortaleza na foz do Rio Potengi e uma cidade em lugar conveniente, a fim de evitar intrusas relações comerciais estrangeiras. O Governador-Geral do Brasil, dom Francisco de Souza, fê-las cumprir pelo Capitão-Mor de Pernambuco, Manoel de Mascarenhas Homem que, devidamente aparelhado, chegou ao local em dezembro de 1597. Com a planta do jesuíta espanhol, Padre Gaspar de Samperes, começou o Forte no *Dia de Reis*, 6 de janeiro de 1598, origem do nome, FORTALEZA DOS REIS, FORTE DOS REIS MAGOS, mais popularmente SANTOS REIS, terminado em 24 de junho do mesmo ano. Entregou o comando ao Capitão-Mor Jerônimo de Albuquerque, depois de 1614, o primeiro Albuquerque Maranhão.

Esse Forte de 1598 foi demolido e erguido outro, de pedra, definitivo, pelo Engenheiro Francisco de Farias da Mesquias, de 1614

a 1619, conforme investigação do Padre Silva Nigra. É o que está na bôca da barra. O segundo. Para todos os historiadores norte-rio-grandenses o fundador da capital tinha sido o primeiro comandante do SANTOS REIS. O Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, (1888-1961), chamou atenção para uma verdade despercebida: — Jerônimo de Albuquerque estava ausente. Viajara pleiteando efetivação no pôsto. Caberia o encargo ao seu sucessor, João Rodrigues Colaço. A tese ainda permanece em dilação probatória.

Para mim, o Padrinho da Cidade do Natal foi Manoel de Mascarenhas Homem, Capitão-Mor de Pernambuco, comandante da expedição colonizadora. Continuava tão interessado no cumprimento das reais determinações que fôra de Olinda à Paraíba, em junho dêsse 1599, assistir à solenidade do contrato das pazes com os Potiguares, ato possibilitador da criação da Cidade, seis meses depois. Acresce que, nessa época, Mascarenhas Homem estava em Natal onde concedeu, a 9 de janeiro de 1600, *dada nesta Fortaleza dos REIS MAGOS sob meu sinal*, a primeira sesmaria, à margem esquerda do rio, numa *água a que chamam da Papuna*, justamente ao Capitão João Rodrigues Colaço, seu subalterno. Não abandonaria funções de governança em Pernambuco, enfrentando as asperidades da viagem marítima, se não tivesse deveres de subida importância, como satisfazer a última parte das instruções do Rei, participando da fundação da cidade. Não há outra explicação para sua presença em Natal. Tinha sido o encarregado da missão e deveria cumpri-la até final.

A cerimônia ocorreu na PRAÇA ANDRÉ DE ALBUQUERQUE, até fevereiro de 1888 dita RUA GRANDE. É o "*chão elevado e firme*" de que fala Varnhagen, na margem direita do Potengi, denominado pelos portugueses RIO GRANDE, meia légua do Forte.

NATAL jamais fôra Povoação nem Vila. Nasceu Cidade.

Demarcou-se o SITIO DA CIDADE, marcando-os os extremos sul e norte com duas cruzes. A *Cruz do Sul* ficou no declive onde surgiria o BALDO, PRAÇA CARLOS GOMES, e seus fragmentos estão no bôjo da SANTA CRUZ DA BICA, erguida nas proximidades. Ainda a 27 de outubro de 1766 o Capitão Manoel Rapôso da Câmara recebia terras *no caminho que passa pela Cruz defronte da Bica-de-beber-água*. A *Cruz do Norte* fincou-se no aclave da ladeira, na Rua PADRE JOÃO MANUEL que, durante todo o Séc. XIX denominou-se RUA DA CRUZ. Em 4 de outubro de 1764, Cosme Pinto da Rosa tinha uma doação *no caminho que vai para a Ribeira, defronte de uma Cruz que reparte os dois caminhos*. Os dois caminhos eram a avenida JUNQUEIRA AIRES e a Rua PADRE JOÃO MANUEL.

Essas cruzes delimitavam o perímetro urbano. A área suburbana atingia os tabuleiros, a reta da avenida *CAPITÃO-MOR GOUVEIA*. Daí até o mar. Subindo o Potengi, ia a ponte de Guarapes. Chamar-se-ia *CIDADE ALTA*.

A outra parte, posteriormente habitada, plantio de coqueiros, armazéns e ranchos, foi a *RIBEIRA*, ensopada pelas marés de enchente e julgada zona de uma *ribeira*. Começava na praça *AUGUSTO SEVERO* alcançando a Rua *SILVA JARDIM*, antes Rua da Praia e depois chamada *RUA DO CANTO DO MANGUE*, onde as jangadas dormiam. Era a *CAMPINA DA RIBEIRA*.

Durante o Séc. XVII, (1601-1700), desenvolveu-se lentamente. Em 1608, não tinha moradores. Em 1611, houve organização municipal e deve ser desta data o Pelourinho, guardado na varanda do Instituto Histórico. Em 21 de fevereiro de 1614, datou-se o *AUTO DE REPARTIÇÃO DAS TERRAS* proclamando-se *CIDADE DO NATAL DO RYO GRANDE*. Possuía doze casinhas de taipa e a Igreja não tinha porta onde o edital fôsse fixado. Em 1630, quarenta. Em 1631, umas cinqüenta. Os natalenses viviam nas fazendas, sítios, quintas, vindo assistir à missa dominical na Matriz, remodelada inicialmente em 1694, gravada numa pedra na soleira da porta principal da Sé. Durante o domínio holandês, despovoara-se quase totalmente, 1633-1654.

Em 1601 já era Freguesia de Nossa Senhora d'Apresentação, sendo vigário o Padre Gaspar Gonçalves da Rocha. Não havia imagem, mas um quadro representando o assunto sacro. A "imagem" apareceu, boiando dentro de um caixotinho no Potengi, na manhã de 21 de novembro de 1753. A pedra onde a Santa esperou que a retirassem, tradicionalmente identificada pelo povo, está assinalada e defendida graças ao benemérito comendador Ulisses de Goes. A imagem era do ROSÁRIO, mas o vigário, Padre-Doutor Manoel Corrêa Gomes, benzeu o vulto como D'APRESENTAÇÃO, porque era o Dia dessa invocação. Ainda está no altar-mor da Catedral. É a Padroeira da Cidade onde encontrara o rebanho, pecador e fiel.

Em 1746, visitara-a o 7.º Bispo de Olinda, Dom Frei Luís de Santa Teresa, com péssima impressão, comunicada ao Papa Benedito XIV: "Natal, tão pequena, que além do título de Cidade, Igreja Paroquial e poucas casas, nada tem que represente a forma de Cidade." E, como era espirituoso, completou a pilhéria: *A civitate Natali, seu NON TALI, ut attenta ejus tenuitate per jocum dicitur*: "Da Cidade do Natal, ou NÃO TAL, como em vista de sua pequenez, por graça se diz."

Naquele ano tínhamos a Matriz sem tórre, (1862), a capela do Rosário, (1714). Nem Santo Antônio, (1763) e nem Bom Jesus, (1772). O prelado esperava outra visão.

Em 1757, 118 residências, 400 braças por 50 de largo diziam a área ocupada. Ainda em novembro de 1810, o inglês Henry Koster, vindo a cavalo do Recife via São José de Mipibu, admira-se e profetiza: "Cheguei às onze horas da manhã à Cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando a essa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população desse País, porque, se lugares como esse são chamados CIDADES, como seriam as Vilas e Aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta Cidade. O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser para o futuro." *The rank must have been given to it, not from what it was or is, but from the expectation of what it might be at some future period.*

Foi justamente o que sucedeu.

Há pouco mais de cem anos toda a Cidade compreendia-se entre a Rua JOÃO PESSOA, a FELIPE CAMARÃO e a SILVA JARDIM, diante da qual viviam mangues, caranguejos, lama e água salgada. Os atuais dez bairros estendiam-se na verde inutilidade da paisagem, manchada pela raridade fortuita dos casebres de palha, perdidos na solidão do mato.

Quando um médico receitava banho de mar, ainda em 1910, ia-se a cavalo. A Avenida Circular ficaria no fim-do-mundo. Até 1919 havia um único e suficiente Vigário.

Em 1967, é a Cidade brasileira de maior número de automóveis *per capita*. Um ano antes teria o primeiro edifício de mais de dez andares. A população aproxima-se da terceira centena de milhar. A área povoada avança sobre Ceará-Mirim e São José de Mipibu. A ponte de Igapó, em 1916, interrompeu o isolamento para a margem esquerda do Potengi. O primeiro Prefeito de Natal, Eng. Omar O Grady, 1926, retirou a Cidade do Séc. XVIII e a encarrilhou no XX. Certos aspectos datavam de duzentos anos sonolentos.

Foi a quarta Cidade no Brasil.

De NATAL desmembrou-se o município de PARNAMIRIM em 1958.

NISIA FLORESTA:— Criado em 18 de fevereiro de 1852, sede na VILA IMPERIAL DE PARARY. Desmembrado de São José de Mipibu. VILA DE PAPARY a 1.º de fevereiro de 1890. NISIA FLORESTA em 23 de dezembro de 1948.

Região historicamente conhecida e povoada pelos indígenas tupis que viviam ao longo da costa. Em 1607, referem pescarias na lagoa de UPARARI e IPARARI. Zona de milharais e plantio de mandioca mas caracterizada pela produção piscosa da lagoa. Primitivamente PARA-WASSU, na relação do Padre Manoel de Moraes, 1640, e PARAGUAÇU no mapa de Marcgrave, em 1643. Ainda em 1676 havia a lagoa PARAGUAÇU e o RIO PAPARI, entidades distintas. Paraguaçu, *rio grande*, imagem reveladora de sua impressão aos indígenas circunvizinhos. PAPARI, UPARARI, IPAPARI, valendo *lagoa do pari*, armadilhas de pesca, de evidente utilização sistemática. (Ver o topônimo PAPARI.)

Não mereceu assinalação maior durante o domínio holandês, exceto que João Lostau Navarro, um dos marítimos de Uruaçu, outubro de 1645, residia no Camuripim. A vida farta e fácil limitava o impulso estimulador, fazendo-o restrito e cômodo, como seria antes da presença portuguesa. Em 1703, a aldeia de Papari tomava formas de arruado. O Capitão Estêvão Ribeiro, um desses fundadores, dá nome a uma povoação, *Barra de Estêvão Ribeiro*, ou *Barra Velha*. Em 1757, era povoação *com bastantes moradores*, informava o Ouvidor Domingos Monteiro da Rocha. Em 1762, o Juiz Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco assegurava 50 braças, em circuito, às residências construídas ao redor da Igreja de N. Sr.^a do Ó, edifício erguido com o esforço local, auxiliado pelos capuchinhos italianos de São José de Mipibu, terminado em 1755 e ostentando freguesia 98 anos depois, 1833. Em novembro de 1810, o inglês Henry Koster visitou Papari, encantado com o aspecto acolhedor da paisagem verde, a lagoa de recursos inesgotáveis, as terras *intensamente cultivadas*, num ambiente irradiando alegria. Conviveu com o português Dionísio Pinto Lisboa, pai de Nísia Floresta, que deveria ter pouco mais de um mês de nascida. Assistiu, às margens da lagoa, à chegada dos barcos de pesca, jubilosamente recebidos por quase toda a população. Koster levou uma impressão de tranquilidade e bem-estar.

Dionísia Pinto Lisboa, (1810-1885), nascida em Papari e falecida em Rouen, na França, usou sempre o pseudônimo de NÍSIA FLORESTA BRASILEIRA AUGUSTA, tornado inesquecível na memória intelectual do Brasil. NÍSIA, de Dionísia; FLORESTA, da propriedade paterna onde nasceu; BRASILEIRA, afirmação patriótica; AUGUSTA, recordando o espôso, Manoel Augusto de Faria Rocha, (1809-1833), falecido aos 24 anos. *Foi a mais notável mulher de letras do Brasil*, afirmou Oliveira Lima. Defendeu o ideal republicano, igualdade política dos sexos, liberdade aos escravos, federação das províncias, fraternidade dos povos. Deixou Papari em 1828 e voltaram seus restos

mortais em 1954 para repousar no Sítio FLORESTA. Foi poetisa, escritora, educadora. A família extinguiu-se. Resta o grande nome, iluminando seu berço.

NOVA CRUZ: — Município em 12 de março de 1868 pela transferência da sede municipal de SÃO BENTO para a *Povoação da Nova Cruz*, elevada a Vila. Cidade em 3 de dezembro de 1919.

Os mapas holandeses do Séc. XVII registam atividade pastoril ao longo do Rio Curimataú, caminho histórico para a Paraíba. A Serra DO PIRES ou de SÃO BENTO seria centro de irradiação ou refêrço povoador.

Intensa ocupação em sesmarias na segunda metade do Séc. XVIII.

A indicação mais antiga em denominação é ANTA ESFOLADA, referida em dezembro de 1754 como tradicional. O simples encontro de uma anta, (*Tapirus americanus*, Briss.), sem o couro sugerira o topônimo, como um *tamanduá* a um rio em Currais Novos, um *sagüim* a um serrote de Angicos, um *camaleão-cotó* a um lugar em Lajes, independente do sobrenatural. Mas houve a lenda de o animal escapulir-se, despelado e vivo, constituindo fantasma nas espantosas reaparições. A pele, enterrada no areal, tornara salobras as águas das cacimbas indispensáveis. O nome resistiu mais de 92 anos. Em outubro de 1843, o Distrito de Paz chama-se ANTA ESFOLADA.

Outra tradição é ter o missionário capuchinho, Frei Venâncio Maria de Ferrara, em 1863, impôsto o batismo de NOVA CRUZ, abençoando os mananciais, erguendo uma grande cruz, afugentadora do espectro da ANTA ESFOLADA. Essa NOVA CRUZ é a origem do nome permanente. O missionário deve ter sido outro, porque Frei Venâncio esteve em NOVA CRUZ em 1886, vinte e três anos depois da data indicada: (Cônego Francisco Severiano, A DIOCESE DA PARAÍBA, 122, Parahiba, 1906). E mesmo o ano de 1863 pode ser substituído, porque dezessete anos antes desaparecera ANTA ESFOLADA e havia o DISTRITO DE PAZ DA NOVA CRUZ, na res. de 20 de outubro de 1846, transferindo-o de VILA-FLOR para GOIANINHA.

Em 1849, ficou pertencente a SÃO BENTO. Em 1852 regressou a VILA-FLOR. Voltou a SÃO BENTO em 1860. Em 1868 transferiram freguesia e município de SÃO BENTO, *da vila dêste nome para a Povoação de NOVA CRUZ, que fica assim elevada à categoria de Vila.*

Denominou-se também URTIGAL, com menor repercussão e ausência documental ímprensa. Deveria ser o nome inicial português,

porque *ANTA ESFOLADA*, embora figurando nas sesmarias, era de fonte popular.

DE NOVA CRUZ nasceram os municípios de SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE, 1948, (com área de SANTA CRUZ), JAPI e SERRA DE SÃO BENTO em 1958, PASSA E FICA e LAGOA D'ANTA, em 1963.

OLHO-D'AGUA: — Olho-d'Água de Francisco Pedro, denominação inicial do município de RUI BARBOSA.

OLHO D'AGUA DO BORGES: — Criado em 17 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de Almino Afonso.

Denomina-o o Riacho *OLHO-D'AGUA DO BORGES*, nascendo no Serrote Vermelho, despejando no Rio Umari, afluente do Apodi. Povoado vindo de propriedade rural no Séc. XVIII, a deduzir-se das posses de Domingos BORGES de Abreu em 1713, nas redondezas. Já existente em 1840. Capela de N. S.^a da Conceição. Distrito-Vila do Patu em outubro de 1938. Anfilóquio Câmara aludia à *Vila de OLHO-D'AGUA DO BORGES, isolada no sertão, numa região fertilíssima, habitada por uma população sequiosa do progresso...*

"Olho-d'Água DO Borges" ou "DOS Borges?". Empregam indiferentemente as duas grafias em documentos oficiais e na linguagem sertaneja. A propriedade passada aos herdeiros e ampliada, cultivada, engrandecida por êsses, seria DOS Borges, referência ao domínio coletivo que antes fôra individual. A mais antiga referência, encontro-a na res. 52, de 2 de novembro de 1840, criando a Capela de N. S.^a da Conceição da Serra do Martins, onde era limite o *OLHO D'AGUA DO BORGES*.

OURO BRANCO: — Criado em 21 de novembro de 1953. Desmembrado do município de Jardim do Seridó.

Povoado do ESPÍRITO SANTO, fundado em 1904 pelos Srs. Cirilo de Sousa e Silva (o velho Cirilo, do "Poção") e Manuel Correia, do "Cubiçado". Fica à margem do rio do mesmo nome, num vale propício aos plantios, notadamente algodoads, cana-de-açúcar, cereais. Instalado oficialmente em 16 de julho de 1905 pelo presidente da Intendência de Jardim do Seridó, Felinto Elísio de Oliveira Azevedo (1852-1944), data da primeira feira. Na criação da agência postal foi necessário a mudança denominativa. Numa reunião, aceitaram por unanimidade o nome de *OURO BRANCO*, proposto por Abdon Nóbrega, em 1918. Distrito administrativo por decreto estadual de 11

de outubro de 1934. Em 1942 Anfilóquio Câmara considerava-o com *aspecto de uma boa cidade*. Mudado o nome para MANAIRAMA, em 1943, voltando a OURO BRANCO em 1948. Ouro Branco é sinônimo literário do algodão, *gossypium*, grande produto da região. O crescimento tem sido incessante.

PANATIS: — Denominação da Vila onde foi criado o município de MARCELINO VIEIRA.

PAPARI: — Hoje cidade de NISIA FLORESTA.

PARANA: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município de Portalegre.

Paraná, nome de rio, na zona serrana norte-rio-grandense, começou na criação de gado, com pequena agricultura de apoio familiar. Depois a lavoura dominou o surto pastoril, começado no segundo terço do Séc. XVIII. Vida coletiva em ritmo vagaroso e sem repercussão. Ainda em 1930, Nestor Lima ignorava a existência de uma povoação PARANA, embora estudando minuciosamente o município. Em junho de 1894, Alberto Maranhão, Secretário do Governo, negara qualquer outro núcleo de população municipal, afora a sede, a *Vila de LUIS GOMES*. O mapa do Estado, organizado pelo IBGE, publicado em 1957, nenhuma indicação registou de PARANÁ. Anfilóquio Câmara, entretanto, quinze anos antes (1942), citava PARANÁ como povoado *flourescente*, tendo Distrito Policial, com Escola e mesmo, a contar de 1938, um cacimbão coletor d'água doce para a serventia pública. Vila em maio de 1962.

Limita-se com a Paraíba pela Serra Branca e atravessa-o o Riacho *Fidalgo*, talvez a denominação portuguesa do indígena *Paraná*. Nestor Lima não o indica no regime fluvial de LUIS GOMES, assim como *Paraná*. "Fidalgo" possivelmente se refira ao Conde de Alvor, Francisco de Távora, sesmeiro no Apodi a partir de 1690, havendo condomínio com Manoel Nogueira Ferreira, este renunciante em julho de 1706.

PARAÚ: — Criado em 10 de maio de 1962. Desmembrado do município de Augusto Severo.

Já em 1701, o Padre Lúcio de Mendonça de Sá, Alferes Manoel da Silveira de Carvalho, Diogo de Mendonça Bezerra e Bernardo Vieira de Melo, recebiam sesmarias, de três léguas cada um, no Rio PARAÚ (Data-58). Este último era Capitão-Mor-Governador do Rio Grande do Norte. Em 1734 era proprietário o Coronel Carlos de Azevedo do Vale, na Ribeira do Açu, "no *Riacho do PARAÚ*, três léguas de com-

prido por uma de largo para o *RIO PARAÚ DE BAIXO*, pegando das testadas de Bento Teixeira chamado *AS BELDROEGAS* até as várzeas das Carnaúbas do *RIACHO DO PARAÚ* chamado *CURRALINHO*, que deságua no *RIO DO AÇU*". Na mesma data o padre José Gomes das Neves era senhor de "sitio no *RIACHO DA BOLA que desagôa no RIO PARAÚ*". Em 1777 a região estava povoada, ao deduzir-se da data-775, concedida ao Sargento-Mor Leonardo Bezerra Cavalcanti, na "Ribeira do Açú, *RIACHO PARAÚ*, sobras três léguas pegando da Lagoa do Jabotá, entre a Serra do Macaco e o Serrote do Riacho, Pedra Lisa, Riacho Salgado, e pelo Riacho da Beldroega acima, buscando a *Serra de JOÃO DO VALE*, Olho-d'Água São José e os três Boqueirões que saem para o Rio do Açú". Era expansão conseqüente do movimento agrícola e notadamente pastoril irradiado do vale do Açú.

A povoação adensou-se na Fazenda *ESPIRITO SANTO*, da família Gondim, tomando posteriormente o nome do rio, *PARAÚ*. Em 1922, tinha 60 residências ordenadas em alinhamento, feira e certa vitalidade econômica. Em 1942, Anfilóquio Câmara, citando os povoados de *AUGUSTO SEVERO*, salientava: "O *POVOADO DE PARAÚ*, próspero, com grande número de casas, boa feira e estação postal-telefônica, merecendo perfeitamente ser elevado a Vila, na próxima revisão do quadro territorial do Estado."

PARAZINHO: — Criado em 16 de julho de 1963. Desmembrado do município de João Câmara.

Nasceu com o desenvolvimento e expansão algodoeira de Baixa Verde sob o impulso dinâmico de João Severiano da Câmara (1895-1948), partindo de simples fazenda de gado em terreno sêco, com água difícil. Situava-se na zona de intensa produção, para onde convergiam as safras da Serra Verde. Tornou-se um centro, um acampamento, um vasto escritório mercantil, comprando e recebendo o algodão, expedindo-o para a sede municipal. Escola, capela, mercado, poço tubular, tanques para abastecimento da crescente população, já em mais de meio milhar em 1930. Feira, armazéns, lojas supridoras das necessidades da vizinhança, iluminação, comércio *arrojado*, *PARAZINHO* nasceu-feito, surgiu de-vez, já possante, movimentado, famoso. No incansável sópro das harmônicas, no ritmo da polca, cantavam as mocinhas:

*Oh coisa boal
Só é namorar,
Com chofer de caminhão,
Quando vem de PARAZINHO,
Carregado de algodão!*

PARELHAS: — Município a 8 de novembro de 1926. Cidade em 22 de outubro de 1927. Desmembrado do JARDIM DO SERIDÓ. Duzentos anos antes por ali vagavam os Canindés, tarai-ríus infatigáveis, caçando, plantando, "tirando" mel de abelhas, matando e morrendo. Irradiavam-se do *Sertão da Acauã* onde o tuixaua, Canindé e mais de mil guerreiros foram em 1690 derrotados por Afonso de Albuquerque Maranhão, conduzidos para o litoral com um rebanho submisso. Canindé tomara nome de João Fernandes Vieira e foi viver na "tapera" de Lucas Gonçalves, no Jundiá-Perereba, ribeira de Goiaíinha. Com a pacificação e aldeamento indígena, começou o povoamento sertanejo, com a *situação* das fazendas de criar. Um dos pioneiros seria o Tenente Francisco Fernandes de Souza, morador no sertão, de permeio ao Cariri e Piranhas, por volta de 1700, alegando ter conquistado terra aos *tapuias bárbaros* entre a serra da Borborema "em o rio do Seridó e Coatí pela lingua do gentío", solicitando data de sesmaria de três léguas por uma, "correndo para o sul até os *tanques* de Felipe Dias, pegando do Riacho dos Preás, começando no *boqueirão da serrota*", concedida em 30 de agosto de 1723. Será o "Boqueirão da Serrota" a impressionante chanfradura, rasgão monumental aberto pelo Rio Seridó no granito da Serra Queimada e Serrote Mulungu, meia légua da futura Parelhas. Os "fazendeiros" vinham das ribas do Sabugi e Seridó, tangendo gado, com escravos indígenas e negros, riscando na caatinga os primeiros vaquejadores. Félix Gomes Pereira (1827-1922), fundou a Fazenda "Boqueirão" em 1850. O tabuleiro recebia a primeira semente de povoação. A capelinha, voto de Sebastião Gomes e Cosme Luís, erguera-se em 1856 porque a peste poupava as vidas povoadoras. Ao derredor de São Sebastião as casinhas foram crescendo, confiadas e múltiplas. Em novembro de 1870, é Distrito de Paz. Em 1888, o Padre Bento Ferreira de Maria Barros animou a feira, fazendo convergir para a *rua* a permuta dos produtos locais. Em 1920, é Vila de Jardim do Seridó e freguesia de S. Sebastião. Seis anos depois, município, e, no imediato, cidade.

A Constituição Estadual de 1926 criara o Prefeito, agente executivo municipal. O primeiro Prefeito eleito no Rio Grande do Norte, 28 de novembro de 1926, foi o de Parelhas, Laurentino Pereira Neto. O de Natal, Eng. Omar Ó Grady, fôra nomeado, (Art. 71, §-único). Figura emocional era Antão Elisiário Pereira, (1858-1937), filho de Félix Gomes, fundador do "Boqueirão", semeador de "Parelhas". Ele e JARDIM DO SERIDÓ nasceram no mesmo ano. Vira Parelhas arraial, aldeia, distrito, vila, sede municipal e cidade, trabalhando e sonhando êsses motivos que foram realidades.

Por que PARELHAS? Manuel Dantas explica: "Mas, ainda o ano passado, (1921), visitando a próspera vila de Parelhas, que na fronteira com a Paraíba, sustenta galhardamente o desenvolvimento do nosso progresso, verifiquei minha ignorância a respeito da origem dessa denominação que, desde criança, estava habituado a ouvir. E, quando me explicaram que o nome de Parelhas veio de um costume antigo entre os moradores que transitavam pela *estrada do Boqueirão*, qual o de experimentarem as cavalgadas — correrem parelhas — na linda e extensa várzea onde se ergue o florescente povoado. . . "Antônio Pereira de Macedo pormenoriza: "O fato não passou, até agora, (1942), ao domínio da tradição para que se possa estabelecer dúvida. O hábito de "tirar" parelhas é comum, ainda hoje, entre os habitantes do campo, que vêm à "rua", cavalgando os seus ginetes. Até 1921 realizavam-se em Parelhas, nas tardes domingueiras, as corridas de cavalos, onde não faltavam música, apostas e cerveja para banhar os cavalos vencedores. A Praça Félix Gomes, era, então, o hipódromo onde se exibiam os mais afamados cavalos e cavaleiros da redondeza".

De PARELHAS desmembrou-se o município de EQUADOR em 1963.

PARNAMIRIM: — Criado a 17 de dezembro de 1958. Desmembrado do município de Natal.

O mais antigo registo nominal encontrei no mapa holandês de Jorge Marcgrave, em 1943: — PARNAMIRIM, com a indicação gráfica de caminho.

Era uma imensa planície arenosa, com vegetação esparsa e rara, de arbustos franzinos e árvores de pequeno porte. Resistem ainda uns depósitos de água comumente reduzidos no verão, e maiores pela ação pluvial, vestígios da torrente desaparecida, origem do topônimo, *Paraná-mirim*, o rio-pequeno, semelhante a PARAZINHO, denominador de outro município.

O Dr. Mateus Nogueira Brandão cita os indígenas *Paranamirins* na Lagoa de Mecejana, no Ceará, historicamente ausentes do Rio Grande do Norte.

Região totalmente deserta, improdutivo, inútil. As mais próximas moradas ao norte eram os sítios do Alecrim em Natal. As mais vizinhas ao sul, as casinhas da propriedade "Taborda", em São José de Mipibu.

Em 1927 nenhuma habitação existia no local.

Nesse 1927, o movimento aviatório intensificou-se. O Rio Potengi acolheu o Marquês de Pinedo em fevereiro, Sarmiento de Beiras em março e três aparelhos anfíbios norte-americanos, e o *Jaiú*, com Ribeiro de Barros, em maio.

As 14 horas de 18 de julho, pousava na Praia da Redinha um *Bréguet-307*, pilotado por Paul Vachet, Deley navegador, e Fayard, mecânico. Era a Companhia Francesa Latecoère, empenhada na ligação aérea Europa-América do Sul, tentando obter um campo de aterrissagem em Natal. Na manhã seguinte, Vachet e Alberto Roselli, vice-cônsul da França, procuraram o Capitão Luís Tavares Guerreiro, comandante do 29 Batalhão de Caçadores que, nascido no "Taborda", conhecia excelentemente todos os arredores. Foram os três a cavalo, percorrer as cercanias, *caçando* o futuro aeroporto. Guerreiro lembrou-se do extenso tabuleiro, tantas vezes atravessado, e levou-os para lá. Vendo-o, Vachet entusiasmou-se, declarando-o naturalmente indicado para um excepcional campo de pouso.

Sabe-se o dia em que PARNAMIRIM, ainda sem gente, começou a viver: 20 de julho de 1927.

Escolhida uma área de 800 metros quadrados, fizeram a terraplenagem, destocamento, limpeza. Custou doze contos de réis. Não havia o cruzeiro.

Foi o Coronel Luís Tavares Guerreiro, (1881-1958), o Padrinho de PARNAMIRIM.

Em 14 de outubro, 23, 45, inaugurou o campo incompleto um *Bréguet-1685*, vindo de São Luís do Senegal, com os aviadores Joseph Le Brix e Dieudonné Costes. A 20 de novembro, o *Laté-25*, n.º 616, pilotado por Pivot, Pichard e Gaffe, mecânicos, estabelecia a linha aerpostal regular. O CAMPO DE PARNAMIRIM ganhou universalidade no mesmo ano da inicial utilitária, 1927.

Ali desceram ases famosos: Bert Hinkler em novembro de 1931; Jean Mermoz em janeiro e James Mollison em fevereiro de 1933. Começara a História. PARNAMIRIM é a estação de pouso normal, ponto obrigatório de escalas transatlânticas e interamericanas. Ao redor das oficinas, armazéns, escritórios, para o lado do poente, nasceu uma aldeia com a impetuosidade dos fenômenos naturais, povoado informe, confuso, aglomerando casinhas de taipa, choupanas de palha, barracões de madeira, cochicholos de fôlha de flandres, tábuas podres e torções de barro, com uma população sempre crescente, convergindo de tôdas as direções, laboriosa, humilde, incessante, aproveitadora, na tenacidade insaciável das saúvas.

Depois veio a Guerra, 1942-1945, e apareceu PARNAMIRIM-FIELD, cidade improvisada e confortável, abrigo 9.000 norte-americanos, reaparelhando os aviões para o salto africano, recebendo-os num ritmo de várias dezenas diárias. Construíram, com rapidez ianque, a PISTA, rodovia ampla, firme, macia, reunindo PARNAMIRIM a Natal, elemento decisivo para o desenvolvimento demográfico da povoação que,

defronte, estendia-se como as malvas na areia, numa multidão de formigueiro humano. Diziam em maio de 1944: *It has been called CROSS-ROADS OF THE WORLD*. Ergue-se a BASE AÉREA BRASILEIRA, substituindo a presença U.S.A. O acampamento tumultuoso, sujo, sonoro, palpitante a oeste, tornou-se um grupo de ruas limpas, decentes, praças claras, residências modernas, iluminação elétrica, água fácil, Capela de N. S.^a de Fátima. A Vila nascera a 3 de novembro de 1943. Distrito de Natal em 23 de dezembro de 1948. Freguesia em 1952.

Dez anos depois, em 1958, município e cidade, a região desolada, desconhecida, longínqua, desabitada, trinta e um anos antes.

PASSA E FICA: Criado em 2 de agosto de 1963. Desmembrado do município de Nova Cruz.

Uma das antigas estradas para Araruna, brejos paraibanos, descendo em reta para Caiçara, Pipirituba, ou infletindo no rumo das tradicionais feiras de gado, Mamanguape, Campina Grande, Itabaiana, tinha o derradeiro trecho norte-rio-grandense ao travessar a fronteira da Paraíba, na Fazenda **PASSA E FICA**. Constituíra, realmente, uma *passagem* e daí o nome chistoso da propriedade, **PASSA... E FICA**, porque ali era um dos caminhos populares para o vizinho Estado do sul, e os encantos locais lograriam a permanência do viajante. É um exemplo humorístico da nossa toponímia rural, **VENHA VER, POR ENQUANTO, BOM LUGAR, LOGO TEM...**

A *rodagem*, facilitando e aumentando o tráfego de comboios, substituídos pelos caminhões, sugeriu instalação de vendas para o suprimento de provisões sumárias ou breve descanso. As casas alinharam-se ao longo da rodagem, hoje rodovia, espaçadas e paralelas, davam soluções humildes às necessidades em curso. Uma pequenina população fixa determinou escola particular, subvencionada, antes que o Estado instalasse um posto fiscal. E **PASSA E FICA** foi vivendo...

PASSAGEM: Criado em 27 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de Santo Antônio.

Mereceu êsse nome por ser o melhor vau na travessia do Jacu nas épocas de inverno. A penetração e fixação no seu território foram conseqüências imediatas e simultâneas da expansão agrícola e moradia rural em São José de Mipibu e Goianinha. A povoação, mesmo pequenina, era conhecida nos últimos dez anos do Séc. XIX. Capela de Sant'Ana. Vila em maio de 1962.

PASSAGEM DO FREIJÓ: Primeira denominação da cidade de MARCELINO VIEIRA.

PATU: — Criado em 25 de setembro de 1890. Desmembrado do município do Martins. Cidade a 3 de setembro de 1936.

Zona de indígenas cariris. Ciclo pastoril do Apodi. O povoamento efetivo data do Séc. XVIII. O Padre Francisco Pinto de Araújo, em 29 de agosto de 1718, obtinha uma sesmaria na *SERRA DO PATU*. Em 1742, o Capitão Leandro Saraiva de Moura era proprietário do *PATU DE FORA*, e em 1755 do *citio Boqueiram*. A fama é ter o Capitão Geraldo Saraiva de Moura fundado a povoação, começando com uma fazenda de criar ao pé da Serra. Requerendo sesmarias, nunca encontrei o Capitão Geraldo nos antigos documentos e sim o Capitão *Leandeo*, como escreviam. A primeira residência da futura cidade foi construída pelo Sr. Raimundo Basílio, casa que ainda existia em 1925, Matriz de N. S.^a das Dores do Patu em abril de 1852. Distrito de Paz em março de 1852, assim como escola rudimentar. Ver o topônimo *PATU*.

A grande figura tradicional é Antônio de Lima Abreu Pereira, Coronel-Comandante do Regimento de Cavalaria de Ordenanças das Várzeas do Apodi, e *morador na Ribeira do Apodi na Serra do Patu*. Possuía terras por toda parte. Em 1758, fez erguer a Capela de N. S.^a dos Impossíveis no cimo da serra que lhe herdou o nome, *SERRA DO LIMA*. Em 1788, ainda vivia, amargurado e velho. Casado com Dona Paula Moreira Braba (ou Braga), não deixou filhos. O herdeiro foi um sobrinho e afilhado, Manoel da Cunha Camelo, falecido em 1866, e que remodelou a Capela, doando a segunda imagem da Santa. Da primeira, não há notícias.

Em 22 de março de 1785 o Capitão-General e Governador de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, mandou *dar bayxa* no posto de Coronel-Comandante ao poderoso Lima, o que foi *promptissimamente* obedecido pelos governadores interinos da Capitania, Tenente José Barbosa Gouveia e o Vereador Antônio da Rocha Bezerra. Comunicaram, em ofício de 6 de julho do mesmo 1785, ao Capitão do Regimento, Geraldo Saraiva de Moura, mandando-o divulgar pelo Apodi que o ex-Coronel nada mais comandava. Em agosto de 1788, informando ao Governador de Pernambuco sobre a desorganização dos Regimentos de Ordenanças, os mesmos governadores interinos escreviam: "O Regimento do Apodi apenas tem um Capitão, homem prudente e capaz, Geraldo Saraiva de Moura; o Coronel deste Regimento, como V. Ex.^a sabe, *deuce-lhe baixa bem merecida pela sua conduta*". Qual teria sido o crime do padrinho da Serra do Lima?

Do PATU desmembraram-se os municípios de ALMINO AFONSO em 1953 e JUNCO em 1963.

PEDRA D'ABELHA: — Hoje sede municipal com o nome de FELIPE GUERRA.

PAU DOS FERROS: — Criado em 4 de novembro de 1856. Desmembrado do município de Portalegre. Cidade em 2 de dezembro de 1924.

Zona criadora de gado, dividida em *posses* ciumentas de latifundiários pernambucanos e baianos sempre vigilantes pelos olhos dos vaqueiros, afoitos e dedicados, facilmente tornados homens d'armas, destemidos na ação defensiva das fazendas sem fronteiras certas. Em 1731, o Sargento-Mor Bento Fernandes Lima refere-se à propriedade "Saco" no Apody, entre a Fazenda chamada PAO DOS FERROS, e São Miguel: (RESUMO DAS DATAS, n.º 276). Teria essa sido *posse* do Coronel Antônio da Rocha Pita. Os herdeiros, Coronel Luís da Rocha Pita Deusdará, Francisco da Rocha, Simão da Fonseca, Dona Maria Joana, alegando *que a muitos anos tem poboado por sy e seus colonios*, receberam data-de-sesmaria a 9 de novembro de 1733, três léguas por uma, confirmada pelo Rei D. João V a 15 de novembro de 1736. Parece que Ferreira Nobre atrasou-se no tempo, escrevendo: "No ano de 1733, o donatário Francisco Marçal fundou uma fazenda de gado no local em que se acha agora a Vila." Dois anos antes, o Sargento-Mor Bento Fernandes Lima *mencionava a Fazenda PAO DOS FERROS*. A tradição denominadora deve ser muito anterior. Caminhando pelo álveo dos rios, transformados no verão nas estradas poeirentas, os pioneiros fixavam-se, fazendo invariavelmente investigar os arredores pelos escravos de confiança. Os posseiros sem título antecederam e foram maioria sobre os que requeriam "datas" ao Capitão-Mor-Governador da Capitania. A freguesia de N. Sr.ª da Conceição, em 19 de dezembro de 1756, cem anos antes da autonomia administrativa, pastoreava multidão infindável, espalhada pelo Apodi, Portalegre, Caraúbas, Patu, Martins, Alexandria, Luís Gomes, São Miguel. Deduza-se que, em 1756, toda essa imensa área estava povoada de cristãos, dispensando assistência sacerdotal.

Numa grande oitica, sombreando praça da nascente fazenda de gado, e não da povoação muito posterior, riscavam no tronco liso e rijo os *ferros* da Ribeira, identificadores dos rebanhos. Árvore constituía um cartorário vegetal, arquivando e expondo a legitimidade dos registros da gadaria. Se a *marca dos ferros* não constasse da oitica, apregoava-se a falsidade do sinal possessório. Era o cartório da heráldica pastoril. PAU DOS FERROS, ficou sendo. Tal sua presença sentimental que, outubro de 1847, propunha-se na Assembléia Provincial transferir para PAU DOS FERROS a sede municipal de Portalegre. Em abril de 1853

quiseram-no fazer *VILA CRISTINA*, homenageando a Imperatriz Teresa Cristina. Seria, três anos depois, Vila do Império e capital de município, graças ao deputado provincial Benvenuto Vicente Fialho (1822-1857), Padrinho do município de PAU DOS FERROS. Escola em junho de 1850.

Em 1956, centenário municipal, informa o Prof. Manoel Jácome de Lima: "Não há terras devolutas. Existem 1.038 propriedades rurais."

De PAU DOS FERROS vieram os municípios de SÃO MIGUEL, (1876); LUIS GOMES, (1890); MARCELINO VIEIRA, (1953); RIACHO DE SANTANA, RAFAEL FERNANDES, AGUA NOVA e ENCANTO, em 1963. Em 1930, cederá uma parte territorial para criar-se JOÃO PESSOA, tornado ALEXANDRIA em 1936.

PAU-FERRO: — Nome primitivo de PUREZA.

PEDRA GRANDE: — Criado em 4 de abril de 1963. Desmembrado do município de São Bento do Norte.

Zona agrícola e pastoril, valorizada pelo surto algodoeiro na Serra Verde. O pioneiro foi João Victor, em 1910, com curral e casa de morada, fundando o Sítio "São João". Seguiram, de 1911 a 1917, Januário Lucas, Manoel Gabi, Januário Pedro da Silva, Manuel Félix de Moraes, "Manuel Pulu", todos proprietários e residentes, vindos das praias do Canto de Baixo, no então município de Touros, distante cerca de nove quilômetros. A estrada de Canto de Baixo para Escadilha, passando ao lado da atual Cidade, descobria uma pedra, de um metro por três, a maior das redondezas, conhecida por PEDRA GRANDE, denominando a povoação nascente. Distrito de São Bento do Norte em dezembro de 1958.

PEDRA PRETA: — Município criado em 19 de janeiro de 1963. Desmembrado de Lajes.

Desenvolvimento pastoril desde a primeira metade do Séc. XVIII, decorrente da movimentação povoadora na região do futuro município de Lajes. Em outubro de 1736, Rodrigo Alves Carneiro recebia uma data de terra no RIO DA PEDRA PRETA, que será o Riacho Pajeú. Não denominou uma propriedade mas uma determinada zona, dividida em fazendas e plantios. Durante o Séc. XIX possuiu vida rural, serena e pacata. Os trabalhos da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte provocaram o adensamento populacional nas áreas do trajeto, animando o pequeno comércio, facilitando o escoamento da produção para o litoral e cidades intermediárias. A estação ferroviária inaugurou-

se a 14 de novembro de 1913. PEDRA PRETA teve crescimento lento, mas sem pausas de retrogradação. Vila de Lajes em 1938.

PEDRO AVELINO: — Município em 23 de dezembro de 1948.

Desmembrado de Angicos. Antigo GASPAR LOPES. Em 1717 o Capitão Gaspar Lopes dos Reis era proprietário nas terras que teriam seu nome duzentos e quatro anos. Dizia-se também *Riacho do Machado*, "chamado vulgarmente GASPAR LOPES", (1740), "a que se chama de GASPAR LOPES", (1757). Francisco de Souza Oliveira, em abril de 1781, requeria posse em *Gaspar Lopes*, numa evidente individualização topográfica. As casas cresceram em 1877, porque a região abrigara os *retirantes da seca dos dois sete*. Plantio e criação, continuado e tranqüilo. Os serviços ferroviários para o ramal de Macau rumavam GASPAR LOPES e o povoado estremeceu numa esperança. Construíram a estação, mas o *vapor de terra*, não chegou. E as etapas mais próximas foram diminuindo de intensidade. A Intendência Municipal, dezembro de 1921, denominou EPITÁCIO PESSOA ao nôvo edifício, então desaproveitado. O homenageado era Presidente da República e a imprensa nacional registou o acontecimento. No dia 6 de janeiro de 1922 a Estação foi inaugurada por uma "composição especial", discurso e palmas. Em 1938 EPITÁCIO PESSOA é Distrito-Vila de Angicos. Em dezembro de 1948 prestavam distinção simbólica a Pedro Celestino da Costa Avelino, (1861-1923), jornalista de combate, existência vibrante dedicada ao idealismo republicano, tendo a credencial emotiva da naturalidade angiquense. O ramal para Macau despertara da letargia e, em 29 de novembro de 1950, a locomotiva passou, apitando, pela estaçãozinha. PEDRO AVELINO tivera um município com seu nome. Vinte e cinco anos depois de morto recebia a primeira homenagem conterrânea.

PEDRO VELHO: — Município de CUIZEZEIRAS em 10 de maio de 1890. Município de VILA NOVA em 4 de setembro de 1902. Município de PEDRO VELHO em 26 de novembro de 1908. CIDADE DE PEDRO VELHO, a 19 de outubro de 1936.

Pertencia a Canguaretama. Durante a terceira década do Séc. XIX, Cláudio José da Piedade adquiriu o Sítio CUIZEZEIRAS, à margem do Rio Curimataú, na orla da estrada realenga para o sul. Denomina a propriedade as numerosas árvores de coités, cuités, cabaços, *Crescentia cujete*, Lin. Era pouso quase obrigatório no caminho, descendo e subindo os comboios animais carregados de algodão, açúcar, farinha, abastecendo-se, dormindo, arranchando-se à sombra das cuitzezeiras, comprando nas vendas que se multiplicavam. Em setembro de 1881 os trilhos prolongavam-se depois de São José Alto (S. José de Mipibu),

rumando Nova Cruz. Em outubro de 1882, alcançaram Lagoa de Montanha. Cuitèzeiras estava ligada à capital da Província. O tráfego ferroviário animava a todos. A criação da Vila impunha-se. Foi feita. Possuía edifício da Intendência, mercado, feira, Capela de Santa Rita, cemitério, os primeiros alinhamentos nas ruas. Era agora o regime republicano. Cuitèzeiras produzia 300 toneladas de algodão. Tinha 20 fazendas de criação, dois engenhos de açúcar, dois descaroçadores. Construíram uma parada. Na noite de 13/14 de maio de 1901 o Curimataú avançou as águas e destruiu a Vila, casas, gado, plantios, depósitos. Só não carregou a coragem. A população instalou-se num plaino elevado e recomeçou a faina de criar outra Vila. A 17 de dezembro de 1901 benziam o Cruzeiro e a feira era inaugurada. Em setembro do ano seguinte veio a transferência e a oficialização da VILA NOVA DE CUITÈZEIRAS. Doara o terreno, próprio municipal, Fabrício Gomes d'Albuquerque Maranhão, (1852-1924), orientador político de toda a região. Em dezembro de 1907, falecia PEDRO VELHO, (1856-1907), organizador do Estado Republicano, a mais fascinante expressão dominadora da política norte-rio-grandense. Nenhuma ligação, material ou moral, existia entre êle e a incipiente Vila, palpitante no sangue nôvo da ressurreição. Aos correligionários saudosos e gratos, seu nome, fazendo desaparecer VILA NOVA, era a solução emocional e lógica. VILA NOVA não possuía ainda uma tradição toponímica. Assim ficou PEDRO VELHO. Mas a freguesia continuou VILA NOVA.

Do seu território foi desmembrado o município de MONTANHAS, em 1963.

PENDÊNCIAS: — Município criado em 12 de dezembro de 1953. Desmembrado de Macau.

O povo diz invariavelmente *as Pendências*, no plural. Pendencia é rixa, luta, tumulto, briga, questão, e talvez o topônimo recorde as guerras contra os indígenas nas últimas décadas do Séc. XVII até a primeira da imediata centúria. A região deveria ter sido local de encontros furiosos dos Janduís e aliados enfrentando o Têrço dos Paulistas, sediado no Açú.

A mais antiga menção geográfica encontra-se numa sesmaria concedida ao Sargento-Mor do Têrço dos Paulistas, José de Moraes Navarro, em 9 de outubro de 1712: *do sitio Curralinho da praia da Ribeira do Açú, que péga da Lagôa chamada AS PENDÊNCIAS, para baixo*. O Sargento-Mor devia requerer terreno conhecido nas andanças militares.

A povoação fica à margem direita do Rio do Açú, sempre esparsamente habitada, agrícola, com algodão e cereais. Capela de São João Batista em 1896, atualizada e ampliada. Em 1922, mudaram-lhe o

nome para *INDEPENDÊNCIA*, por exigências postais. Vila de Macau em 1938, de onde dista 26 quilômetros. Em 30 de dezembro de 1943 voltou ao velho nome de *PENDÊNCIAS*, nunca esquecido no uso coletivo. Nestor Lima informava a Vila centralizar o movimento do baixo Açu. "Possui mais de 300 casas, estabelecimentos comerciais e fazendas agrícolas em derredor" — concluía.

De *PENDÊNCIAS* desmembrou-se o município de *ALTO DO RODRIGUES* em 1963.

PENHA: — Denominação popular, e jamais oficializada, de *CANGUARETAMA*. Nomeia a freguesia (1860) e a estação ferroviária, instalada em 31 de outubro de 1882.

PERIQUITO: — Nome da propriedade, povoação, hoje cidade de *EQUADOR*.

PILÕES: — Município em 20 de agosto de 1963. Desmembrado de Alexandria.

Em outubro de 1745, Inácio da Rocha e Francisco Barreto Maciel citavam numa petição a *FAZENDA DOS PILÕES*, pertencente ao Capitão Leitão, na Ribeira do Apodi, designação que abrangia tôda a imensa região que ia sendo desbravada e ocupada pelos currais de gado. O nome todo do fazendeiro era *Joam Leitam Arnoso*, que, em 30 de novembro de 1755, afirmava-se: *he senhor de um sitio de terras de criar gado na Ribeira do Apody, chamado PILLOENS, e entre elle e a fazenda Serra Branca, que he de Sobrados...* pedia mais terras para acomodação e refrigério do rebanho. É, para mim, o mais antigo proprietário de *PILÕES*, o padroeiro do povoamento, a força inicial que acabou florindo numa coroa municipal. A fazenda atraiu moradores e terminou povoação, com Capela, feira e venda dos produtos locais. O Capitão João Leitão foi o princípio... Vila em maio de 1962.

POÇO BRANCO: — Criado em 26 de julho de 1963. Desmembrado do município do Taipu.

A Ribeira do Ceará-Mirim foi uma das preferidas para o povoamento. Logo em novembro de 1709 o Capitão Manoel Rodrigues Coelho requer e possui terras *na parage chamada TAIPU GRANDE onde ha um Pôso...* As datas concedidas alcançavam o TAIPU contemporâneo, na viva utilização da lavoura. A criação de gado era relativamente menor. A existência da água, mesmo imóvel dos poços e terrenos úmidos de ipueiras e brejos, constituía a suprema valorização econômica. Rara será a sesmaria sem alusão à presença vital da água indispensável... O *POÇO BRANCO*, vizinho ao riacho do Cravo, justi-

ficaria a fixação de um grupo humano, determinando a povoação, escolas, policiamento, a capela do Sagrado Coração de Jesus, dedicação do *velho Leite*, Vila em dezembro de 1958, a barragem no Rio Ceará-Mirim, armazenando 135.000.000 de metros cúbicos.

POÇO DA LAVAGEM: — Nome primitivo de CARNAUBAIS.

POÇO LIMPO: — Hoje cidade de IELMO MARINHO.

PORTALEGRE: — Vila em 9 de dezembro de 1761. Município em 11 de abril de 1833. Cidade em 29 de março de 1938.

Manoel Nogueira Ferreira, em princípios do Séc. XVIII, querendo firmar posse simbólica na região que percorria, fincou dois ou mais toros de madeira nos cabeços da Serra do PODI, ficando esta parte conhecida como *SERRA DOS DORMENTES*, alusão aos marcos lenhosos. Faleceu por volta de 1715 sem obter os títulos oficiais de domínio, *entre os dois olhos-d'água correntes*. Seu genro, o português Carlos Vidal Borromeu, e o irmão Clemente Gomes de Amorim, ajudados pelos Tarairiús—Paiacus, expulsaram os Pegas e Monxorós da região, (1740), recebendo sesmarias na Serra dos Dormentes, (1747-1749). Em 1750, Vidal fundava a primeira *situação* no *Olho-d'Água do Brejo*. Cumprindo um "voto" de sua mulher, Dona Margarida de Freitas, construiu a capela da Senhora Sant'Ana, depois de 1752. A Serra mereceu segunda denominação, *SERRA DE SANT'ANA*. Com o falecimento da proprietária, o terceiro, *SERRA DA MARGARIDA*, como ainda alcancei dizer-se. Depois da morte dos primitivos sesmeiros houve um abandono de ocupação, explicado por causas ainda imprecisas, revolta indígena, longas estiagens, disputas de posseiros, e a terra, não mais utilizada, caiu em comisso, voltando a pertencer ao patrimônio do Rei de Portugal, terra de reguengo, juridicamente devoluta. Decorre de *reguengo* a confusão com Regente, dando *SERRA DO REGENTE, VILA DO REGENTE*, sem qualquer fundamento histórico. Há citação mas não há documento. *Reguengo, regulengo*, sob a jurisdição Real. Ainda hoje o povo diz *realengo*, vocábulo derivado, na acepção de franco, comum, possuído por todos. Para essa terra *reguenga*, despovoada, disponível, o Juiz de Fora de Olinda, Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, conduziu em 1761 mais de 70 famílias paiacus, aldeadas no Apodi, onde cometiam turbação ao trabalho regular dos sesmeiros. Levou êsses indígenas para a nova posse em terra *reguenga* que as cópias erradamente registam como *Regente*. Fundou então, a 9 de dezembro de 1761, a *VILA DE PORTALEGRE*, e não *PORTO-ALEGRE*. Portalegre era uma vila do Alentejo, em Portugal, denominando um distrito,

de onde vieram muitos nomes para povoações no Nordeste do Brasil; *Crato*, no Ceará; *Campo-Maior*, no Piauí, *Estremoz* e *Arez* no Rio Grande do Norte, além da própria *Portalegre*, recém-instalada. O Juiz não teria a ousadia de desobedecer instruções do Rei. O nome já estava escolhido e não foi improvisação nenhuma. A tradição explica que a origem do topônimo deve-se à frase do magistrado, subindo a serra e descortinando a ridente paisagem: *É uma PORTA ALEGRE do sertão!*

Podia tê-la dito mas não determinaria título denominador. É puro folclore. Em 1817, Aires do Casal divulgava: "PORTALEGRE, vila considerável, situada sôbre a serra do seu nome, perto de vinte léguas longe do mar, e pouco mais de duas ao poente do Rio Apodi. Por qualquer lado que se queira ir a ela, há meia légua de subida. São João Batista é padroeiro da matriz, que a orna. O povo, que a habita, composto de europeus, brancos do país e índios, respira ar fresco e salútfero, e bebe excelente água de duas fontes perenes. Os índios, cujo número é já muito inferior ao dos brancos, são descendências principalmente de três colônias, que os conquistadores ali estabeleceram, a saber: Paiaçu, que possuía as margens do Apodi; Icó, que dominava as do Rio Peixe; e Panati, que habitava a serra do seu nome. Algodão e mandioca são a riqueza dêste povo."

De PORTALEGRE foram desmembrados os municípios do APODI, (1835); MAIORIDADE, (1841, Martins); PAU DOS FERROS, (1856); FRANCISCO DANTAS, RIACHO DA CRUZ, RODOLFO FERNANDES, SALAMANDRA, VIÇOSA, em 1963.

PRESIDENTE JUSCELINO: — Criado em 24 de novembro de 1953 com o nome de SERRA CAIADA. Desmembrado dos municípios de Macaíba e São José de Mipibu. Denominação atual em 31 de dezembro de 1963.

Instalado em janeiro de 1954 na VILA DA SERRA CAIADA, distrito de Macaíba em 1938, antiga CAIADA DE CIMA, no Rio Jundiá, distinguindo-se de CAIADA DE BAIXO, treze quilômetros de distância, hoje sede municipal de SENADOR ELOY DE SOUSA. Pertencera a São Gonçalo em 1833 e a Macaíba desde 1874. Zona de agricultura e pecuária, secularmente dividida em "fazendas de criar". Em dezembro de 1754 o Padre José Vieira Afonso recebia a data *entre os dois riachos que passam encostados a SERRA CAYADA, ficando ela no meyo*. Em fevereiro de 1812, Joaquim Felício de Almeida Castro, irmão do Padre Miguelinho, referia-se a *um citio denominado SERRA CAIADA na Ribeira do Trairi*. Estava ocupado pela pastorícia.

Juscelino Kubitschek de Oliveira fôra Presidente da República, 1956-1961, ao receber a homenagem norte-rio-grandense do terceiro município brasileiro com o seu nome.

De SERRA CAIADA desmembrou-se o município SENADOR ELOY DE SOUSA em 1958.

PRINCESA: — Vila Nova da Princesa, depois Cidade do Açú.

PRINCIPE: — Vila do Príncipe. Cidade do Príncipe. Cidade do Caicó.

PUREZA: — Criado em 5 de abril de 1963. Desmembrado do município de Touros.

Em março de 1806, Leandro Rodrigues Braga possuía terras no PAU-FERRO em MAXARANGUAPE, município de Estremoz, origem do nome à linda povoação do PAU-FERRO, moldurada por essas árvores dando poesia e sombra a uma taça de pedra de onde brotam as águas límpidas e tépidas do Rio Maxaranguape. É um dos raros cursos líquidos de regime perene, fecundando o vale úmido, de incalculável valor produtivo, verdadeiro celeiro agrícola, zona de canaviais e engenhos, em clima de alegria e fartura. Em 1832, PAU-FERRO tinha 44 residências e 223 moradores. Durante a seca de 1877 e suas conseqüências até 1879, numerosos sertanejos fixaram-se no vale do Maxaranguape, fundando novos centros rurais. Diz a tradição oral ter o Dr. José Inácio Fernandes Barros, (1844-1907), então Juiz de Direito no Ceará-Mirim e freqüentador das águas do PAU-FERRO, consideradas medicinais, mudado-lhe o nome para PUREZA, rapidamente divulgado, mas não fazendo esquecer a denominação anterior, ainda corrente. Distrito de Paz em maio de 1891 na POVOAÇÃO DA PUREZA. Em 1877, contava sete engenhos e em 1896 cêrca de trinta, todos safreando regularmente. A povoação desenvolveu-se sem pressa mas harmoniosamente, com edifícios públicos, Capela de N. Sr.^a da Pureza, escola, feira, comunicações. Em outubro de 1938, foi VILA DA PUREZA. Desde 1930 consideravam-na a mais progressista e prestigiosa vila do município. Em dezembro de 1943, passou a denominar-se VILA DO MAXARANGUAPE. O nome de PUREZA, oficializado desde 25 de maio de 1891, foi-lhe restituído quando da independência administrativa, em abril de 1963, evitando confusão com MAXARANGUAPE, município criado quatro anos antes.

QUIRAMBU: — Primeira denominação de Monte-Alegre.

RAFAEL FERNANDES: — Município em 26 de março de 1963. Desmembrado de Pau dos Ferros.

Sede na Vila de VARZINHA, à margem do Riacho de Santana, distrito em dezembro de 1953, tomando a denominação atual. É zona pastoril, dividida em fazendas e pequenas propriedades, com tradicional criação de caprinos e ovinos. Rafael Fernandes (Gurjão, 1891-1952), nascido em Pau dos Ferros e falecido no Rio de Janeiro. Médico em 1912, na Faculdade do Rio de Janeiro. Industrial, negociante, político. Deputado Estadual, 1918-1920, reeleito para 1921-1923, substituiu o Dr. Almeida Castro na Câmara dos Deputados, de 1922 a 1930, quando o Legislativo foi dissolvido pela Revolução de Outubro. Governador do Estado, eleito pela Assembléia, administrou de outubro de 1935 a novembro de 1937 como Governador, e dêste mês a julho de 1943 como Interventor Federal, sete anos, oito meses e quatro dias, o mais longo período em tôda a História norte-rio-grandense. Seu governo foi operoso, dedicado e realizador. Regressou à Capital da República, retomando a direção de seus negócios, em cujo exercício faleceu.

RIACHO, RIACHO DOS NEGROS, RIACHO DO LOGRADOURO, *Estação de RIACHO*, nomes iniciais de TANGARÁ.

RIACHO DA CRUZ: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município de Portalegre.

Povoação à margem do riacho do mesmo nome, *Riacho da Cruz* ou *da Forquilha*, despejando no Rio Apodi. O *Riacho da Forquilha* toma a denominação *da Cruz* depois de passar VIÇOSA. Há um *Riacho da Cruz* no município de Macaíba. A origem do topônimo prender-se-ia a uma cruz de madeira na orla do riacho, assinalando sepultura cristã. Penetração agrícola e pastoril desde os primeiros anos do Séc. XVIII. Em outubro de 1717, quatro sesmarias localizavam-se no RIACHO DA CRUZ, pertencentes a Manoel Rodrigues Taborda, capitão Antônio Barbalho Bezerra, Bento Carneiro e Matias de Lima, na Ribeira do Apodi. Em 1732, Teodósio Freire do Amorim requeria terras *correndo para o Riacho da Cruz*, (Data-300). Em 1754, Gregório José Dantas possuía propriedade *na alagoa e Riacho da Cruz*, (Data-660). Foram as sementes do município.

RIACHO DO MACHADO: — 1740, 1757, denominação dada a GASPAR LOPES, hoje PEDRO AVELINO.

RIACHO DE SANTANA: — Município em 26 de março de 1963. Desmembrado de Pau dos Ferros.

Distrito em 1948, à margem do riacho do mesmo nome. Zona de lavoura. A propriedade atraiu moradores ao redor, tornando-se po-

voação, com escola, luz elétrica, Capela de São João Batista, galpão para a feira dominical. Em 1956 possuía 237 habitantes, em 120 casas de tijolo e taipa. O Sr. Alberto Mendes de Freitas informa: "O Distrito de Riacho de Santana fica encravado na zona municipal mais produtora, onde se instala o maior número de estabelecimentos agrícola-industriais." Rapadura e farinha de mandioca.

Denomina um município na Bahía.

RIACHUELO: — Criado em 20 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de São Paulo do Potengi.

Começara fazenda de gado e sítio de lavoura no município de São Gonçalo. Propriedade rica em 1866 quando recebeu o nome atual. Em 1898, o fazendeiro Manoel Severiano de Macedo construiu a Capela do Sagrado Coração de Jesus. Era um povoado com vida própria, mas bem limitado às possibilidades locais, distante doze léguas da sede, crescendo devagar. Passou a pertencer ao município de São Paulo do Potengi em 1943. O terreno acidentado povoara-se de casinhas, raras lojas, depósitos de algodão. Plantio ao redor da povoação em pleno e gradativo desenvolvimento. É a mesma história econômica de toda a região do Agreste, das povoações de São Gonçalo e Santa Cruz transformadas, por antecipação, em município. Mas Riachuelo, comparadamente, é uma das sedes maiores na dinastia municipal de 1963.

RIO GRANDE: — Nome pelo qual os sertanejos de outrora designavam a Cidade do Natal.

RODOLFO FERNANDES: — Município criado em 26 de março de 1963. Desmembrado de Portalegre.

Sede na povoação de SÃO JOSÉ, antigo "São José dos Gatos", vinte anos antes já movimentada e prometendo amplitude econômica. Zona agrícola, com ocupação relativamente nova, datando do presente século. Distrito em dezembro de 1953.

Rodolfo Fernandes de Oliveira Martins, (1872-1927), nascido em Portalegre e falecido no Rio de Janeiro. Iniciou-se no comércio local, viajando para o Amazonas em 1889, fixando-se em Macau em 1894. Informava Vingt-Un Rosado: "Aí começou a se dedicar à indústria do sal, de que seria, mais tarde, um dos valores máximos no Rio Grande do Norte. Na arte de construir salinas, tornar-se-ia verdadeiro mestre, sendo de sua autoria inventos relativos ao aparelhamento da extração do sal." Mudando-se para Mossoró, continuou a incessante atividade feliz. Foi presidente da Intendência, (1926-1928), realizando admirável programa beneficiador. Repeliu o assalto do canga-

ceiro Lampião e seus bandidos. Denomina uma das principais ruas de Mossoró. É um nome inseparável do patrimônio administrativo e econômico mossoroense.

De RODOLFO FERNANDES desmembrou-se TABULEIRO GRANDE em 1963.

RUA DA PALHA: — Antigo nome da povoação, hoje cidade do UPANEMA.

RUI BARBOSA: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município de Barcelona.

A povoação ÔLHO-D'ÁGUA, riacho nascendo das serras do Pinhão e Formiga, faz barra no Potengi-Pequeno, pertenceu a SANTA CRUZ, SÃO TOMÉ e BARCELONA. Denominou propriedade rural que lentamente se valorizou, agregando moradas ao derredor do núcleo povoado. Capela de São Sebastião em 1906. Parece ter sido um dos seus mais antigos proprietários o lavrador Francisco Pedro, pois um velho nome local é *Ôlho-d'Água de Francisco Pedro* já em 1876. Passou à posse de Manuel Rodrigues Santiago que muito trabalhou pelo crescimento local.

SACRAMENTO: — Denominação da propriedade, povoação, presentemente cidade sede de município com o nome de IPANGUAÇU.

SALAMANDRA: — Primeiro nome do município de SÃO FRANCISCO DO OESTE.

SALGADO: — Primitiva denominação de BARCELONA.

SANTA CRUZ: — Criado em 11 de dezembro de 1876, sede na VILA DO TRAIRI. CIDADE DE SANTA CRUZ a 30 de novembro de 1914. Desmembrado de São José de Mipibu.

Região pastoril, contando em sua área as Ribeiras do Trairi e do Potengi, porta do Seridó, caminho do agreste, possuiu criação de gado desde meados do Séc. XVIII mas sem que tivesse um centro populacional reunindo os interesses e serviços religiosos, jurídicos e administrativos.

Em maio de 1741 João Moreira da Cunha obtinha sesmaria na Ribeira do Trairi, à volta do Riacho Inharé.

Ao redor de 1830, os irmãos João e Lourenço da Rocha "situaram" fazendas compreendendo o terreno em que se ergueria a sede municipal. Foram muito auxiliados por José Rodrigues da Silva, bem anterior na

região, proprietário da Fazenda *Cachoeira*, e devoto de Santa Rita de Cássia, a futura Padroeira. Rodrigues e os dois Rochas, incluindo, nalgumas versões, um terceiro mano, José, possível confusão com o senhor de *Cachoeira*, enfrentaram a tarefa de fundar uma povoação na *MALHADA DO TRAIRI*. Não escolheram *Cachoeira* porque, apesar do nome, tinha água escassa. Preferiram *MALHADA*, onde as casinhas se alinharam e construiu-se a indispensável Capela, dedicada à madrinha de *Cachoeira*. Manoel Ferreira Nobre, nosso primeiro historiador, informava em 1877 que o Conselho do Govêrno, em 10 de setembro de 1833, *conferiu-lhe as honras de povoação, com o titulo de POVOAÇÃO DE SANTA CRUZ*. A freguesia veio em 1835, *criando Matriz na Capela de Santa Rita, erecta na Povoação de Santa Cruz da Ribeira do Trahiri do Municipio desta Cidade*. José Rodrigues mandou buscar no Ceará um *vulto* de Santa Rita que ainda deve existir na Matriz. Escola primária em novembro de 1864.

Pertenceu *SANTA CRUZ* ao município de Natal até 1852, ao de São Bento até 1864, ao de São José de Mipibu até 1876, quando dêste se emancipou.

Os grandes animadores da elevação de *SANTA CRUZ* a município, foram o Vigário Curado, Padre Antônio Rafael Gomes de Melo, o chefe político, Ten-Cel. Ivo Abdias Furtado de Mendonça e Meneses, os fazendeiros Trajano José de Faria e Félix Antônio de Medeiros.

Produção de gado, algodão, fabrico da carne-de-sol, famosa pelo sabor e ternura. Naquele tempo não havia gado zebu de carne de borracha, insípida e rija, mas o gado *crioulo*, inferior em resistência e superior nos valôres sápidos. As estradas de *rodagem* facilitaram a circulação, ampliação econômica: Macaíba—Santa Cruz em setembro de 1916, e a *federal*, 1918-1921, articulando-se ao Seridó através de *CURRAIS NOVOS*, vencida a perigosa imponência da *SERRA DO DOUTOR*, assim denominada por haver pertencido ao Dr. Antônio Joseph Teixeira de Moraes, na segunda metade do Séc. XVIII, conforme apurou Nestor Lima. O nome *SANTA CRUZ*, dado à povoação, desapareceu no Têrmo e Município. O Dec. n.º 2, de 20-12-1889, orçando Receita-e-Despesa do Estado para 1890, incluiu, na discriminação das verbas, *SANTA CRUZ*, em vez de *VILA DO TRAIRI*. E o Dec. n.º 14, de 18-2-1890, elevando o número dos intendentés, cita entre os existentes municípios o de *SANTA CRUZ*. Primeiras menções oficiais na República. Não havia lei anterior fixando a denominação, como faria a do n.º 372, de 1914, elevando a Vila ao predicamento de *CIDADE DE SANTA CRUZ*, estendendo-se ao município. Dizia-se mais comumente *SANTA CRUZ DO INHARÉ*.

O nome de *Santa Cruz*, já oficialmente citado em 1833, exclui a tradição oral de haver sido um "Santo Cruzeiro", chantado por um missionário *nas eras de setenta*, a explicação do topônimo.

Manuel Dantas ainda encontrou a lenda, divulgando-a em 1922: "Muito anos, já ia adiantada a colonização do alto sertão, e as *terras das cachoeiras* do Potengi e do Trairi continuavam despovoadas. Diziam os primeiros, que ali se aventuraram, que era impossível viver naquelas paragens, porque, ao quebrarem os ramos do inharé, a árvore sagrada, as fontes secavam e todos os animais tornavam-se ferozes. Um santo missionário lembrou-se um dia de fazer uma cruz dos ramos do inharé; os malefícios cessaram como por encanto; das fontes jorrou a água cristalina; as aves cantavam o hino da natureza em festa. A terra ficou, desde então, conhecida com o nome de *Santa Cruz do Inharé*."

Nestor Lima, em notas que deixou inéditas, informa: "Há dois Cruzeiros. O do Serrote é milagroso e a êle fazem-se romarias piedosas. O Cruzeiro da Matriz foi mudado da praça da Igreja para o Cemitério, em 1920. Dizia a tradição que ao pé do Cruzeiro, Frei Sebastião, missionário, fêz enterrar tôdas as armas, instrumentos de música e adereços de senhoras, encontrados nas lojas, na época de sua *missão*. O povo, porém, acreditava que, por isto, o Demônio chorava ao pé da Serra de São Pedro, que fica a leste da cidade; o certo é que se ouvia um certo rumor para o lado da Serra, o que justificava a credence popular, aliás, fôsse o desgosto pela perda dos objetos enterrados. . . " Está visivelmente incompleta. Não diz como os rumôres cessaram, tratando-se, como é de prever, do Cruzeiro do Serrote. Não consegui identificar êsse Frei Sebastião, repetindo em Santa Cruz as proesas antiartísticas de Savonarola em Florença.

SANTA CRUZ cederá terras para SÃO TOMÉ, 1928, e SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE, em 1948. Foram desmembrados do seu território os municípios de CORONEL EZEQUIEL em 1953; SÃO BENTO DO TRAIRI em 1958; CAMPO REDONDO, TANGARÁ, LAJES PINTADAS, em 1963.

SANTANA: — Criado em 20 de março de 1963. Desmembrado do município de Jardim do Seridó.

Povoação de SANTANA, à margem do Riacho da Rapôsa, afluentes do Rio São Bento, e êste do Rio Seridó, em vale de produção agrícola, com crescente número de moradores. Criação oficial da municipalidade, instalada pelo presidente da Intendência do Jardim de Seridó, Dr. Heráclio Pires Fernandes, (1882-1958), em 30 de maio de 1927, primeira feira, no mesmo ritmo promissor de OURO BRANCO e SÃO JOSÉ DO SERIDÓ. Escola em 1931. Capela de Sant'Ana. Em 1930,

180 habitantes. A história da ocupação humana e econômica decorre da expansão rural de Jardim do Seridó, partindo do terceiro quartel do Séc. XVIII. Vila em novembro de 1953.

SANTANA DO MATOS: — Criado em 13 de outubro de 1836. Desmembrado do município do Açu. Supresso em 7 de março de 1853, reincorporado ao município de origem. Restaurado a 6 de agosto de 1855. Cidade em 27 de outubro de 1927.

Era a **POVOAÇÃO DE SANT'ANA DO PÉ DA SERRA**, subentende-se **SERRA DE SANT'ANA**. Começara sendo a Fazenda **BOM BOCADINHO**, do português Manoel José de Matos que, cumprindo voto para livrar-se de longa estiagem, erguera uma Capela dedicada à Senhora **SANT'ANA**, que ficou sendo **DO MATOS**, em alusão ao proprietário, animador do arruado incipiente.

Zona de pastorícia e lavoura no ciclo de penetração criadora e agrícola do Açu ao correr da segunda metade do Séc. XVIII. Em 1821, era Distrito de Paz. **VILA CONSTITUCIONAL DE SANT'ANA DO MATOS** foi seu nome oficial, na criação da independência administrativa.

A casa-grande da Fazenda **BOM-BOCADINHO** ainda existe, carinhosamente conservada e defendida das alucinações urbanísticas. É um dos mais altos testemunhos da inteligência emocional dos seus municípios.

De **SANTANA DO MATOS** desmembraram-se os municípios de **IPANGUAÇU** e **SÃO RAFAEL** em 1948.

SANTA TERESA: — Núcleo inicial da povoação de **SÃO TOMÉ**.

SANTO ANTÔNIO: — Município em 5 de julho de 1890. Extinto em 31 de março de 1891, reincorporado a Goianinha. Restaurado a 8 de janeiro de 1892. **CIDADE DE SANTO ANTÔNIO** em 29 de março de 1938. **PADRE MIGUELINHO** em 30 de dezembro de 1942. Voltou à denominação anterior e tradicional em 23 de dezembro de 1948. Desmembrado de Goianinha. Pecuária com intensa lavoura de apoio. Em 1894 possuía 200 fazendas e, nas piores safras, *apanhava* mais de 500 toneladas de algodão. A região é trabalhada desde finais do Séc. XVIII, sempre com agricultura e pastorícia. Em 1850, Florêncio da Costa Palma, um dos mais antigos proprietários, vendeu um sítio compreendendo tôda a área da futura sede municipal, entre os Rios Jacu e Jacuzinho. Comprou-o D. Ana Joaquina de Pontes, vinda com o marido e filhos da serra do Pontes, no sertão da Paraíba. Foi a fundadora do povoado, construindo casas,

movimentando a feira, doando patrimônio, em 1869, para a Capela de N. Sr.^a da Conceição, padroeira duma freguesia que nasceria 46 anos depois. Duplicou os plantios de roças e algodoads. Ao falecer, em 1879, a povoação era praticamente uma Vila. Distrito de Paz em setembro de 1874.

A denominação persistente e popular é de SANTO ANTÔNIO DO SALTO DA ONÇA, que jamais mereceu oficialização. Povoação, Vila, Cidade foram, invariavelmente, de SANTO ANTÔNIO. Mas tôda a gente divulga o apelido humorístico e pitoresco do município. Nos Baixos Pirineus, França, há o Vale d'OSSAU, provindo do mesmo processo de predileção anônima: — OSSAU, de OURS-SAULT, de URSI SALTUS, o "salto-do-urso". Manuel Dantas em 1922, comunicava a origem do topônimo: "Diz uma tradição local que, havendo na margem do Rio Jacu duas pedras altas, uma onça-pintada deu um salto tão grande de uma para outra, que ficou por muito tempo lembrado, dando nome ao lugar. Diz outra tradição que um viandante, assaltado por uma onça que sôbre êle pulara do alto de uma pedra, livrou-se da morte, por meio de um voto a S. Antônio. O Padre Manoel Ferreira Borges, quando vigário de Goianinha, foi quem mudou o nome de Salto da Onça para Santo Antônio."

O sítio era Santo Antônio e o Salto da Onça fica numa situação um tanto distante do então povoado, não correspondendo ao perímetro tradicionalmente habitado. O Padre Manoel Ferreira Borges parouquiou Goianinha de 1839 a 1881, não seguidamente.

BREJINHO, LAGOA DE PEDRAS, SERRINHA e PASSAGEM, municípios em 1963, foram retirados de SANTO ANTÔNIO.

SÃO BENTO DO NORTE: — Criado em 25 de novembro de 1953. Desmembrado do município de Baixa Verde.

Em março de 1734 o Capitão Inácio Gomes da Câmara recebia três léguas de terra começando da parte do TRÊS IRMÃOS para a parte da AGUA MARÊ, e uma para o sertão, sinônimo de interior. O requerente informava da posse paterna muito anterior: *das salinas donde chamam CAIÇARA que pertenceram ao seu finado Pay Sargento-Mor Bento Gomes da Rocha*. . . A capela de N. Sr.^a da Conceição em GUA-MARÊ, já construída em 1783, o fôra por João Francisco dos Santos, português, proprietário em CAIÇARA. Era região honrada pelo trabalho humano desde a primeira metade do Séc. XVIII. Salinas e pesca inicialmente, depois alguma criação de gado e lavoura sem que fôssem esquecidas as tarefas iniciais da ocupação. *Caiçara* também significa curral de gado.

A praia da *CAIÇARA* era freqüentada na descida das piracemas, como os indígenas denominavam os cardumes, alojando-se os pescadores em casebres de palha na zona farta de peixe, com água fria das cacimbas provisionadoras. Em 1832, três anos antes de *TOUROS* ser município, *CAIÇARA* possuía 46 fogos e 166 moradores. Em setembro de 1847, *MARACAJAÚ* e *CAIÇARA* foram Distritos de Paz de *TOUROS*. Escola em setembro de 1858. São afirmativas de povoação crescente. Em 1848 era ponto de referência nas atividades haliêuticas. *The fishing village of CAIÇARA*, assinalavam as cartas náuticas do Almirantado inglês. Consistia numa longa rua que se alinhava paralela à *pancada do Mar*, ornada de toscos estaleiros para secar e salgar o pescado. A Capela de Santo Antão Abade foi edificada em 1844 pelo missionário Frei João da Purificação. As pedras foram trazidas da Ponta da Santa Cruz. A imagem mandada vir da Itália, ou encontrada numa embarcação arribada, narram as tradições.

CAIÇARA, dita *CAIÇARA VELHA*, é o princípio da história de *SÃO BENTO*, inicialmente apelidada *CAIÇARA NOVA*.

SÃO BENTO já constituía a *Povoação de São Bento* em junho de 1894, mencionada pelo Secretário do Governo, Dr. Alberto Maranhão. O número de moradores em *SÃO BENTO* cresceu a partir de 1912 quando as dunas invadiram *CAIÇARA*, soterrando parte do povoado. A própria Capela foi atingida e a imagem mudada para *SÃO BENTO* onde possuiu prédio, orientado pelo Padre João Clemente, sagrando-o em 15 de agosto de 1915.

CAIÇARA não desapareceu. Em maio de 1925 teve escola na *Praia de CAIÇARA* e é Distrito, com população fixada, movimentando-se na *pesca do Voador*, quando reúne mais de 200 barcos. É Distrito de São Bento do Norte.

SÃO BENTO teve êsse nome por iniciativa de Luís Cazuza da Silva, em virtude da abundância de cobras na área povoada. O terreno da Capela fora doação de Dona Salustiana da Silva e Capitão Jerônimo de Queiroz Castro. Luís Cazuza, conhecido por *Luís Caboco*, construiu em 1876 a primeira casa. Em 1878, uma sua filha faleceu e foi sepultada *no mato*, protegendo-se o túmulo com uma cerca. Foi a origem do atual Cemitério. Em 1882, Manuel Galvão, de "Coroas Limpas", em Sant'Ana do Matos, ergueu a segunda residência. O primeiro negociante foi Manuel Martins. Em 1906, a mulher de João Gualberto, moradora em *SÃO BENTO*, comprou uma casa de palha, em bom estado, em *CAIÇARA*, a Marcelino Gomes, pelo preço de cinco chapéus de palha, a prestação.

SÃO BENTO passou a ser *SÃO BENTO DO NORTE* em 1918, quando da instalação da Agência do Correio. Em 1928, foi incluída

no município de *Baixa Verde*, hoje JOÃO CÂMARA. Vila em outubro de 1938. 810 moradores em 1920, 1 500 em junho de 1955. Luz elétrica em 1954. O prédio da Prefeitura Municipal foi o primeiro edifício em estilo funcional no Rio Grande do Norte, projeto de Aivaldo Pinho, construção do Prefeito José Olímpio do Nascimento. Comarca em maio de 1959.

De SÃO BENTO DO NORTE desmembraram-se os municípios de GALINHOS e PEDRA GRANDE em 1963.

SÃO BENTO DO BOFETE: — Denominação anterior de JANDUIS.

SÃO BENTO DO TRAIRI: — Criado em 31 de dezembro de 1958. Desmembrado do município de Santa Cruz.

A fazenda *São Bento*, à margem do riacho do mesmo nome, afluente do Rio Trairi, existia em 1861. José Paulino de Oliveira Garrote, então proprietário, iniciou a povoação em 1907 e faleceu em 1913, deixando-a adiantada e próspera. A esposa, Dona Francisca Paulina de Oliveira, voltando de uma romaria ao Juazeiro, Ceará, adoeceu de varíola, prometendo uma Capela a São Sebastião, se conseguisse recuperar a saúde. Construiu a Capela em 1911. Na fronteira paraibana e em terras de pastorícia, plantio de cereais e algodão, o povoado cresceu e era citado, com elogios à sua vida econômica, em 1914. Vila em novembro de 1953.

SÃO FERNANDO: — Criado a 31 de dezembro de 1958. Desmembrado do município do Caicó.

Povoado à margem do Rio Seridó, afluente do Piranhas, já em 1884 possuindo escola e em junho de 1886 sendo Distrito de Paz, títulos denunciadores do interesse oficialmente dado ao local.

A figura animadora é o Padre Francisco Rafael Fernandes, (1825-1908), ordenado em 1848 e professor primário no Caicó dez anos depois, de 1867 a 1895 coadjutor da freguesia, várias vezes vigário. O Padre Rafael foi, sobretudo, o Capelão de SÃO FERNANDO, cujo nome impusera ao arruado incipiente e rústico. Ignoro a denominação anterior da propriedade que seria sede municipal. Desempenhou, o inteligente sacerdote, a mesma missão do Padre Francisco Adelino de Brito Dantas em CONCEIÇÃO DO UPANEMA.

Em junho de 1894, informava Alberto Maranhão: "SÃO FERNANDO, também a oeste e a 18 quilômetros da sede, possui 30 a 40 casas em boas condições, uma Igreja, em construção, o cemitério, com uma capela, e duas escolas primárias, uma para cada sexo."

A Igreja seria de N. S.^a do Patrocínio e a Capela do Cemitério a de N. S.^a das Dores, abrigando a imagem da primeira quando a igreja-jinha desabou, informa Nestor Lima, que, em 1930, numerava 60 residências no *povoado decadente*.

Vila em novembro de 1953.

SÃO FRANCISCO DO OESTE: — Criado em 22 de outubro de 1963, com o nome de SALAMANDRA. Denominação atual pela lei 3 522, de 24 de outubro de 1967. Desmembrado do município de Portalegre.

O município instalou-se em fevereiro de 1964 na povoação de SALAMANDRA, mudado em outubro de 1967 para a designação atual. Terras no planalto do Apodi, limites com o Ceará, entre TABOLEIRO GRANDE, (Rodolfo Fernandes) e ENCANTO, zona pastoril e agrícola de Portalegre e Pau dos Ferros, recebeu topônimo de Portugal, estudado por J. Leite de Vasconcelos. Salamandra é um batráquio urodelo, comum na Europa, ignorado no Brasil, possuindo a tradição de atravessar as chamas incólume. Não o deparei nas investigações sesmeiras pela Ribeira do Apodi. Denomina um contraforte da Borborema, na nomenclatura coeva, a penetração que se verificaria ao correr do Séc. XVIII, lindando a propriedade pioneira no povoamento. O topônimo está ausente dos mapas mais conhecidos e em tôdas as fontes impressas consultadas.

A Capela de São Francisco data de 1936, em terreno doado pelo fazendeiro Enéias Filgueira, do "Logrador", iniciativa do Padre Carlos Theisen, (1879-1962), da Congregação da Sagrada Família, insistindo pela mudança do nome para o atual, o que foi feito.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE: — Município em 11 de abril de 1833. Extinto a 11 de março de 1868, incorporado a Natal. Restaurado a 3 de agosto de 1874. Supresso a 7 de fevereiro de 1879. Restaurado a 9 de outubro de 1890. Cidade em 29 de março de 1938. Extinto em 30 de dezembro de 1943, tornado Distrito de Macaíba, com a denominação de VILA FELIPE CAMARÃO. Restaurado a 11 de dezembro de 1958, com o antigo nome, e título de cidade.

Pertencia ao município de Natal. Capela de São Gonçalo em 1719, com patrimônio, origem da denominação municipal. Freguesia em 1835. Igreja em 1837. Escola em agosto de 1854. Grande criação de gado, roçarias, engenhos de açúcar, indústria oleira, dezoito povoações florescentes. Foi um dos maiores municípios do Rio Grande do Norte, possuindo zonas para tôdas as produções, inclusive salinas

e pesca. Alcançava de SANTA CRUZ às praias da REDINHA DE DENTRO, compreendendo tôda a margem esquerda do Rio Potengi, transferida para Natal em outubro de 1938. Residência de famílias prestigiosas e ricas, Cabral Rapôso da Câmara, Teixeira de Moura, teve época de esplendor social, recursos econômicos, domínio político, ruidosas festas, cavalgatas e convescotes que deixaram recordações.

Do seu território desmembraram-se Macaíba (1877); São Tomé (1928); São Paulo do Potengi, (1943).

SÃO JOÃO DO SABUGI: — De 27 de maio de 1932 a 13 de dezembro de 1953 foi sede do município de SERRA NEGRA. Município em 23 de dezembro de 1948.

Desmembrado de SERRA NEGRA DO NORTE. Zona de pecuária e plantação, depois com ascendência algodoeira, teve penetração pastoril do Caicó e Serra Negra. Fôra região de passagem dos indígenas cariris, acossados pelos situantes de fazendas ao correr do Séc. XVIII. Já em 1686 o Alferes Pascoal Rodrigues do Vale, Francisco Barbosa, José Barbosa Diniz e Antônio Martins do Vale recebiam sesmaria "abaixo da Serra do Sabogi, uma légua, pelo Rio Sabogi acima, sete léguas de terras em comprimento e outras tantas de largura, ficando o Rio Quinchoré de dentro com os *possos* (poços) nomeados no Rio Sabogi, "posso" chamado Corô, o "posso" chamado Porô, outro mais chamado Quimqua, e no Rio Quinhoré o "posso" chamado Piracó". Seriam os primeiros situadores de ocupação. Fazenda **SÃO JOÃO**, de Francisco Correia de Souza, origem do topônimo. A viúva, Dona Ana Joaquina de Souza, em 1822, fêz doação de terreno para a Capela de S. João Batista. Grande animador do povoado foi o Tenente Antônio de Medeiros Rocha Filho. Escola em agôsto de 1855. Distrito de Paz em 1868 com a denominação de *São João do Príncipe*, mudado para *São João do Sabugi* em 7 de julho de 1890, homenagem ao Rio Sabugi em cuja margem o povoado nascera. Enquanto sediou o município de Serra Negra foi Vila. O Prefeito, José Maria de Souza Lima, bisneto da fundadora Ana Joaquina de Souza, era entusiasta sonhador pela emancipação local. Faleceu em 1944. Distrito-Vila de Serra Negra em outubro de 1938.

De **SÃO JOÃO DO SABUGI** desmembrou-se o município de IPUEIRA, em 1963.

SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE: — Criado em 23 de dezembro de 1948. Desmembrado do município de Nova Cruz e Santa Cruz.

Começou na propriedade CAMPESTRE, de José Antônio, tendo casa alpendrada, a única residência em 1890. Denomina a *Rua dos Alpendres*, denunciando sua localização. O vigário de Nova Cruz, Padre Tomás de Aquino Maurício, em *desobriga*, apareceu em CAMPESTRE, celebrando missa sob uma árvore, pondo no improvisado altar a imagem de São José, cedida do oratório de José Antônio. Daí em diante ficou sendo *SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE*. Entre 1895 e 1897, Pedro Inácio construiu a Capela de São José, com a frente para o Rio Jacu, tendo patrimônio, substituída pela matriz atual, noutro ponto do povoado. Foram os “animadores” da povoação, José Antônio, Manuel Gabriel, Francisco Germano, Felipe Barroso, Luís de França e Pedro Inácio. Em 1910 o Governador Alberto Maranhão fez construir uma estrada de rodagem ligando o incipiente povoado à Vila de Nova Cruz, sede municipal. CAMPESTRE possuía oito casas residenciais. A *rodagem* foi o impulso alertador e o casario surgiu, acompanhando-a, numa rua extensa e denunciadora dessa influência, alinhando-se a oeste da povoação, erguido à margem esquerda do Rio Jacu. Em 1930, 120 moradas de tijolos, telha e taipa, feira aos sábados, movimentando a região. Vila do município de Nova Cruz em 30 de dezembro de 1943. Iluminação elétrica em 1935. Paróquia em janeiro de 1952. Situada num plano acolhedor e ridente, desenvolveu-se num ritmo acelerado e promissor.

De *SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE* desmembrou-se o município de Japi em 1958.

SÃO JOSÉ DE MIPIBU: — Instalada em 22 de fevereiro de 1762 a *VILA DE SÃO JOSÉ DO RIO GRANDE*. Cidade de *SÃO JOSÉ DE MIPIBU* em 16 de outubro de 1845.

Foi sempre região povoada pelos indígenas tupis, caçadas, pescarias e plantios. Em 1630, Adriano Verdonck visitou-a, encontrando dois engenhos de açúcar, o que vem a ser engano total, e uma aldeia de *MOPPOBU* com 800 guerreiros. Plantio de roçarias durante o domínio flamengo. O mapa de Marcgrave em 1643 registra *MOPEBI*. *MOPEBI* na relação do Padre Manoel de Moraes, três anos antes. Não cessou de povoar-se durante o Séc. XVIII. Já em janeiro de 1689 o Senado da Câmara de Natal dirigia-se ao Bispo de Pernambuco informando: “Nesta Capitania há huma paragem em o meio dela a que chamarão *MEPEBU* donde há huma Capela em que se administram os Sacramentos aos moradores desta Ribeira.” Em 1703 já existia grande aldeamento, ampliado em 1736, mencionado em 1749 como a *ALDEIA DO MIPIBU*, dedicada a Sant’Ana, *com caboclos da língua geral*,

(tupis), dirigida pelos frades capuchinhos. Era acrescido pelo envio de indígenas vencidos na chamada "guerra dos bárbaros", das últimas décadas do Séc. XVII à primeira do imediato. Em 1761, lá fôra parar um bando de Pegas e Monxorós, enviados de Campo Grande. Essa aldeia é que foi elevada a *VILA DE SÃO JOSÉ DO RIO GRANDE*, pelo juiz de Fora de Olinda, Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, em fevereiro de 1762. A justificação denominadora consta do termo de instalação: "Não só em obséquio de tão grande Santo, mas em atenção ao Príncipe Nosso Senhor, novamente nascido, e a Majestade Fidelíssima de Seu Augusto Avô", referindo-se a São José, ao jovem Príncipe D. José Francisco, filho da futura Rainha D. Maria I, e "seu augusto avô", El-Rei D. José. O Séc. XVIII foi de povoamento, fixando-se os moradores nas terras requeridas ao Capitão-Mor Governador da Capitania. Cidade em 1845, dez anos depois, 1855, propunha-se na Assembléia Legislativa mudar-lhe o nome para *CIDADE DE MIPIBU*, transferindo-se para ela a capital da Província. Aires do Casal, em 1817, dizia-a medíocre, aprazível e bem situada.

Mipibu é o rio que atravessa a aldeia, nascendo na *Mata da Bica*, desaguando no Trairi com quatro quilômetros de percurso sob frondosa mata. Rio Mipibu ou Rio da Bica. Teodoro Sampaio diz Mipibu provir de *mbi-pibu*, o odre, o saco de couro, vulgarmente "borracha". Não dá muito sentido, porque os nossos indígenas não conduziam água de odres. Foi processo trazido pelos portugueses. Talvez de *mbi-mbu*, o que emerge, surge, inopinado, súbito, referência à fonte do rio na pitoresca *BICA*, arredores da Cidade.

A matriz foi terminada em 1880 pelo Cônego Gregório Ferreira Lustosa, erguendo as duas tôrres ornamentais. A freguesia data de 1762, S. Joaquim e Sant'Ana.

De *SÃO JOSÉ DE MIPIBU* desmembraram-se os municípios de *PAPARI* em 1852, *MONTE ALEGRE*, em 1953, *VERA CRUZ* em 1963.

Pertencera-lhe o município de *SANTA CRUZ*, de 1864, quando se constituiu entidade autônoma. Cedeu trechos de seu território para *MACAIBA* em 1877 e *SANTO ANTÔNIO* em 1890.

SÃO JOSÉ DOS GATOS: — Denominação popular da cidade de *RODOLFO FERNANDES*.

SÃO JOSÉ DO SERIDÓ: — Criado em 26 de março de 1963. Desmembrado do município do Jardim do Seridó.

Povoação da *Bonita*, situada à margem direita do Rio *São José*, em vale fértil. Zona algodoeira, característica, outrora com criação

de gado e agricultura de refôrço. O *SERIDÓ* é designação genérica da região sertaneja, compreendendo atualmente vinte e dois municípios.

Foram fundadores da povoação, Miguel Berto, do *Melado*, Justino Dantas, Antônio Alves da Costa, *Pretinho*, do *Trapiá*, e Francisco Pedro Dantas.

Povoação oficialmente instalada em 4 de novembro de 1917, com a primeira feira, pelo presidente da Intendência do Jardim, Dr. Heráclio Pires Fernandes. É um dos raros núcleos demográficos obedecendo a um plano racional urbanístico, na disposição das ruas. Escola desde 1921. Mercado, edifício modernos, boas residências. Capela de São José. Distrito municipal em 1938. A denominação atual viera com a instalação em 1917.

SÃO MIGUEL: — Criado em 11 de dezembro de 1876. Desmembrado do município de Pau dos Ferros. Cidade em 10 de dezembro de 1936.

José Antônio de Carvalho, vindo do Icó em 1750, descobriu as lindas lagoas da região, São João, Cedro, e, ao pé da serra do Camará, uma que o encantou. Denominou-a *SÃO MIGUEL* por tê-la avistado a 29 de setembro, dia do santo. Ficou sendo São Miguel padrinho da lagoa, da serra, do Distrito de Paz em junho de 1850, escola em agosto de 1855, da Freguesia em setembro de 1875, e do município em dezembro de 1876. Diziam, nos papéis oficiais, *São Miguel de Pau dos Ferros*. Assim a freguesia do chefe dos arcanjos batalhadores.

Fixara-se o valente Carvalho, criando gado, dando carreira nos Paiaçus e matando onça a facão. A população adensou-se, lentamente, ao derredor dêsse pioneiro, numa conseqüência da penetração curraleira e agrícola, tão movimentada na região.

Ferreira Nobre, em 1877, entusiasmava-se: "Tem perto de 100 léguas de terras frescas e excelentes para tôda a cultura indígena, e que por si só são suficientes para produzir milheiros de toneladas de gêneros diversos."

De *SÃO MIGUEL* foram desmembrados os municípios de *CORONEL JOÃO PESSOA* e *DOUTOR SEVERIANO* em 1963.

SÃO PAULO DO POTENGI: — Município criado em 30 de dezembro de 1943. Desmembrado de Macaíba e notadamente de São Gonçalo, extinto pelo mesmo decreto-lei.

Era o pequeno povoado de *SÃO PAULO*, na margem direita do Rio Potengi, pertencente a Macaíba. Começara nos derradeiros anos do Séc. XIX com sítios de lavoura e criação de gado. Na primeira década do Séc. XX era arruado insignificante.

Na margem esquerda do Potengi, fronteira, estava a florescente povoação de Juremal, de São Gonçalo, prometendo crescer e dominar. Em 1911, o negociante e fazendeiro Bento Urbano de Araújo transferiu-se do Juremal para SÃO PAULO, construindo armazéns, residência, animando a feira, atraindo com o exemplo a imitação dos amigos que o foram acompanhando. Em janeiro de 1912, SÃO PAULO era oficialmente Povoação, instalada pela Intendência de Macaíba. Multiplicaram-se as casas, alinhadas em ruas incipientes. Escola rudimentar em 1922. Grupo-Escolar em 1930. Distrito em 1938, com sub-prefeito. Freguesia em 1943, sendo orago São Paulo. Diziam-no "*Capital do Alto Potengi*". Enquanto Juremal voltava a simples atividade pastoril, SÃO PAULO ascendia à independência municipal, reunindo ao nome do padroeiro e do povoado inicial a presença simbólica do Potengi. Essa rivalidade, entre as duas margens do rio histórico, apaixonara a região como uma disputa esportiva.

De SÃO PAULO DO POTENGI desmembraram-se IELMO MARINHO, RIACHUELO e SÃO PEDRO, em 1963.

SÃO PEDRO: — Criado em 20 de março de 1963. Desmembrado do município de São Paulo do Potengi.

Propriedade rural, SÃO PEDRO, no município de Macaíba, nas proximidades do Riacho do Saco, afluente da margem direita do Potengi. Ao redor de 1930 já constava de várias residências em feição arruada. Capela de São Pedro. Escola. Feira semanal. Ligava-se, como centro de produção, ao eixo Macaíba a São Tomé, através da rodovia. Incentivou-se o desenvolvimento local pelo interesse de sobrepujar o progresso crescente da povoação de PEDRA BRANCA, à margem esquerda do Potengi, quase fronteira, pertencente ao município de São Gonçalo, do outro lado do rio e já citada em 1894. O mesmo combate havido, anos antes, entre São Paulo do Potengi, de Macaíba e Juremal, de São Gonçalo. Em 1943 constituiu parte do território transferido a São Paulo do Potengi, tornando-se autônomo, vinte anos depois.

SÃO RAFAEL: — Município em 23 de dezembro de 1948. Desmembrado de Sant'Ana do Matos.

Denominava-se CAIÇARA, anunciando aldeamento indígena e curral de gado posterior. As terras próximas ao Rio Piranhas permitiam agricultura de apoio à pecuária. Em meados do Séc. XVIII estava bastante povoado. O Capitão João Francisco da Costa era proprietário da maior parte de CAIÇARA em 1765. Entre 1845 e 1850, Frei Serafim de Catania, missionário capuchinho, mudou o nome da povoação para *São Rafael*, demorando a popularizar-se o novo batismo. Em agosto

de 1858, criou-se uma cadeia de primeiras letras e dizia-se oficialmente CAIÇARA e não *São Rafael*. Distrito de Sant'Ana do Matos em 1938. O grande animador local foi Luís Martins de Oliveira Barros, construindo cemitério em 1908, galpão para feiras, influenciando para a instalação dos serviços telegráficos e postais, Igreja, casa paroquial, etc.

SÃO SEBASTIÃO: — Denominação tradicional de GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO.

SEBASTIANÓPOLIS: — Nome da Vila, hoje cidade de GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO.

SÃO TOMÊ: — Criado em 29 de outubro de 1928. Desmembrado dos municípios de Santa Cruz, Currais Novos, Lajes, São Gonçalo e Macaíba. Cidade em 29 de março de 1938.

A sede foi instalada na povoação de *SÃO TOMÊ*, também denominada *SANTA TERESA*, que pertencera a Santa Cruz, na Ribeira do Potengi.

Desde a primeira metade do Séc. XVIII fôra dividida em datas-desemarias, sendo a mais antiga a *Data do Pica-Pau*, concedida a 10 de janeiro de 1736 a Francisco Diniz da Penha, e que, reduzida a menores limites, ainda existe como domínio rural, tendo um açude. Em abril de 1758, José da Costa Vilarinho era proprietário *entre o Pica-Pau e Pedra Preta*, vertentes do Potengi. Outro centro se foi povoando, a Fazenda *BARRA*, pertencia ao Coronel Francisco de Araújo Correia. Em 1870, *BARRA* estava dispersa entre muitos senhores. Em terras da Fazenda *BARRA* nasceu o povoado de *SÃO TOMÊ*, com uma pequena casa comercial de Tomás de Moura Barbosa em 1890. Em tôrno dêsse núcleo convergiram as residências, interêsses agrícolas, a tradicional pecuária, a movimentação algodoeira, ampliando, ano a ano, a povoação. Capela de N. S.^a da Conceição em 1894-1896 pelos irmãos Francisco Antônio de Melo e Inácio Bezerra de Melo. Matriz em 1922, com três ruas de boas casas, feira, serviços públicos, escola.

De *SÃO TOMÊ* desmembraram-se os municípios de BARCELONA e SÍTIO NOVO em 1958.

SÃO VICENTE: — Criado em 11 de dezembro de 1953. Desmembrado do município de Florânia.

Denominava-se *SACO DA LUISA*, pelo ambiente serrano circundante, *RIO DA LUISA*, ou simplesmente *LUISA*, em referência a uma velha indígena cariri, batizada com êsse nome e falecida muito antes de 1726. Zona tradicionalmente agrícola, aproveitada pelos aborígines nas grandes plantações de milho, mereceu o cognome de *MI-*

LHARADAS DO GENTIO. Na sesmaria de 9 de janeiro de 1719, concedida a Gervásio Pereira de Moraes, o domínio compreendia o Riacho de Olhos-d'Água das Pedras e *Riacho das Milharadas dos Gentios*, Serra do Quimquê, etc. A povoação nasceu à margem do RIO DA LUISA, que lhe transmitiu o apelido. Domingos Alves dos Santos, em novembro de 1787, possuía na Ribeira do Seridó, *Quimquê e RIACHO DA LUISA que contesta com a Serra de Dona Adriana*, ("Serra de Santana") *pelo nascente e pelo poente com as terras de ROÇARUBU*".

O fundador da cidade foi o *Senhor Cocó*, (Joaquim Adelino de Medeiros, 1824-1914), nascido em Conceição do Azevedo, (Jardim do Seridó) e falecido na *Povoação da Luísa* onde situara uma fazenda e sítio de agricultura em 1845 quando existia no local apenas um bosque. A *Fazenda da Luísa* ornamentava-se com uma imensa quixabeira, (*Bunelia sertorum*, Mart.), cujo tronco apenas quatro homens poderiam abarcar, a margem esquerda do Riacho da Luísa. No ano de 1958 a grande árvore, abalada por uma enchente do riacho, tombou, partindo-se. Cumpria destino de promover uma fazenda ao predica-mento de cidade, cinco anos antes.

A *República*, de Natal, em sua edição de 25 de setembro de 1896, divulga uma informação, assinada por um *sertanejo*, do Acari, merecendo lembrança: "LUISA. Recente povoado estabelecido no município do Acari. (FLÔRES, a quem pertencia LUISA, era município desde 20 de outubro de 1890). FUNDAÇÃO: Há dois anos mais ou menos, o Capitão Joaquim Adelino de Medeiros, (conhecido por COCÓ), deu um pedaço de terra para os negociantes fazerem suas casas, tôdas debaixo duma enorme árvore, Quixabeira, e ali fazerem suas feiras aos sábados. Já existem umas quatorze a quinze casas, quase tôdas de comércio e um grande armazém para compras da borracha maniçoba, que ali, como em FLÔRES, regula um comércio de mais de 100 contos anuais... Há ali uma riqueza nessa indústria e, trabalhadores há, que empregando 100\$000 a 150\$000 em serviços de ferir a árvore da maniçoba do alto das serras de planta, fazem 600\$000 e 800\$000. É um pequeno Amazonas as serras da LUISA e FLÔRES e sem moléstias fatais daquele Estado do norte da República. (A venda era toda para Mossoró, 1\$300 a 2\$000, o quilo). CASA DE MORADA: É uma Quixabeira enorme, frondosa e tão fechada que custam os raios do sol a penetrar entre as fôlhas e faz uma área de mais de cinco braças quadradas. À sua sombra se colocam os negociantes, espalhando-se pelo largo que a circunda numerosas cargas de farinha, algodão, carnes e borracha e até aproximar-se da casa de residência do Capitão Cocó, proprietário dali. É uma árvore importante e já houve quem se lem-brasse de oferecer 200\$000 por ela ao proprietário."

Com o passar do tempo as ruas ampliaram-se, surgindo outro núcleo residencial na parte alta da povoação, ficando o centro tradicional na baixa. Acentuou-se intenso progresso na produção algodoeira e giro comercial quando a borracha de maniçoba (*Manihot Glaziovii*, Muell. Arg.) perdeu cotação nos mercados. O Capitão Cocó ofereceu patrimônio para a construção de Capela a São Vicente, terminada em 1898. Casara com Dona Vicência Maria da Conceição, viúvo em 1898, convolara segundas núpcias em 1900 com Dona Luísa Maria da Conceição. Tinha então 76 anos e abençoou três filhos. Daí a fama de *LUISA* e a *SÃO VICENTE*, o orago local, terem sido homenagens às espôsas do fundador. O Padre Antônio Brilhante de Alencar, (1873-1942), que curava a Capela em 1910, sugeriu a mudança do nome de *LUISA* para *SÃO VICENTE*, padroeiro anterior a 1896. A *POVOAÇÃO DA LUISA* passou a Distrito de *SÃO VICENTE* em 1938. Distrito da *LUISA* em 1943. Novamente *SÃO VICENTE* em 1948. O Capitão Cocó não vira a Povoação ser Distrito de Flôres e de Florânia. Falecera a 9 de julho de 1914, despedindo-se serenamente de todos, com um *Até Dia de Juízo!*...

Em 1923, inaugurou-se um monumento ao "Fundador de *SÃO VICENTE*, o Povo agradecido".

SENADOR ELOY DE SOUSA: — Criado em 31 de dezembro de 1958. Desmembrado do município de Serra Caiada.

O núcleo da sede é a povoação de *CAIADA DE BAIXO*, com a mesma origem, ocupação e desenvolvimento de *SERRA CAIADA* ou *CAIADA DE CIMA*, hoje *PRESIDENTE JUSCELINO*, distando uma da outra cerca de treze quilômetros, também no Rio Jundiá. Pertencera a São Gonçalo em 1833, a Macaíba em 1874, a Serra Caiada em 1953. Como toda a região, é de pastorícia, com lavoura de apoio, conhecida nessa utilização desde os primeiros anos do Séc. XIX.

ELOY Castriciano **DE SOUSA**, (1873-1959), nascido no Arraial, Recife, falecido em Natal. Bacharel em Ciências Sociais, Recife, 1894. Ingressou na política estadual em 1895. Deputado Federal, 1897-1930. Senador em 1914-1927, 1935-1937. Diretor da Imprensa Oficial, 1938-1941, aposentando-se nesse posto. Presidente do Conselho Consultivo da Caixa Econômica Federal em Natal e da Junta de Conciliação no Rio de Janeiro. Jornalista brilhante. Dedicou-se aos assuntos do combate às secas, tendo participação pioneira na espécie. Tribuno parlamentar de projeção, conservador primoroso, foi uma figura de relêvo, inesquecível para os que o conheceram.

De SENADOR ELOY DE SOUSA desmembrou-se o município de BOM JESUS em 1963.

SENADOR GEORGINO AVELINO: — Criado em 3 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de Arez.

Constituído principalmente pela região de *SURUBAJÁ*, em cuja povoação instalou-se em janeiro de 1964, contava com os elementos tradicionais da lavoura e alguma pecuária. O povoamento foi expressão ao derredor do aldeamento jesuítico de São João Batista de *CROAIRAS*, *GUARAIRAS*, *GUIRAIRAS*, da segunda metade do Séc. XVII, em diante.

JOSÉ GEORGINO ALVES AVELINO, (1885-1959), nasceu em Angicos e faleceu no Rio de Janeiro. Jornalista, banqueiro, diplomata, político, ocupou funções de relêvo na Prefeitura do então Distrito Federal. Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte à 12.^a legislatura, 1924-1926, Interventor Federal, de agosto a outubro de 1945, Senador, 1946-1954, reeleito, foi presença parlamentar de sensível atuação nacional. Fundador do Partido Social Democrático na seção estadual, com vocação de comando e organização partidária, possuiu irresistível domínio no espírito de seus correligionários.

SERIDÓ: — Cidade do Seridó, primeira denominação da Cidade do Caicó no regime republicano.

SERRA CAIADA: — Povoação, hoje cidade de Presidente Juscelino.

SERRA DE SÃO BENTO: — Criado em 15 de março de 1852. Desmembrado do município de Goianinha. Extinto a 12 de março de 1868, transferindo-se para a *POVOAÇÃO DE NOVA CRUZ* a sede. Restaurado em 31 de dezembro de 1958. Retirado de Nova Cruz.

A *SERRA DO PIRES*, ainda em junho de 1805 dizia-se *SERRA DO DEFUNTO PIRES OU DE SÃO BENTO*, povoara-se nos finais do Séc. XVIII com criação de gado e abundante lavoura, graças a excelência dos terrenos serranos.

A grande figura local foi o Coronel João de Oliveira Mendes, (1792-1850), potentado em terras, recursos e truculência dominadora, cercado de respeito e pavor. Deve haver muito exagero nas versões orais evocadas ao seu nome. Foi seis vezes deputado provincial e mesmo votado na lista tríptica para o Senado do Império em 1845. Faleceu em Cajupiranga, município de Natal, sepultando-se na Matriz de N. S.^a d'Apresentação. Afirmara-se que não consentiria São Bento ser muni-

cípio, com uma Câmara Municipal, substituindo-o no comando social da região. São Bento foi município mais de ano e meio depois de sua morte.

Povoação anterior a 1835.

Escola primária desde 1855. Freguesia em 1848. Distrito de Paz em 1843. Uma tradição é ter um missionário, Frei Alberto de Santa Augusta Cabral ou Frei Serafim de Catania, pregado em 1850, certamente depois do falecimento do coronel, pela pacificação dos ânimos, pedindo que lançassem numa cova aberta diante da igreja as numerosas armas. Obedeceram e a vala encheu-se. Anos depois, (1939), depararam algumas, roídas pela ferrugem.

Destituída da autonomia, a Vila de São Bento viveu nas alternativas de movimento e sono. Voltou a ser Distrito de Paz em 1890. Distrito-Vila de Nova Cruz em outubro de 1938.

Esperou cento e seis anos pela ressurreição.

SERRA NEGRA DO NORTE: — Município em 3 de agosto de 1874. Transferida a sede para a povoação de S. João do Sabugi, elevada a Vila, em 27 de maio de 1932. Mantido o nome tradicional em 24 de julho de 1933. Voltou a sede histórica em 13 de dezembro de 1935. Cidade em 29 de março de 1938. Denominação atual em 30 de dezembro de 1943.

Desmembrado do município do PRÍNCIPE, Caicó. A tradição evoca uma grande sesmaria dada em 1670 aos Oliveira Ledo na Ribeira do Espinhares, Paraíba, estendendo-se, na indecisão dos limites, pela Capitania do Rio Grande do Norte. Coube a João de Freitas da Cunha o trecho correspondente ao futuro município.

Falecendo o sesmeiro, herdou-a seu irmão Domingos Freitas da Cunha que a vendeu por 600\$000 a Manoel Barbosa de Freitas, situando este uma fazenda no local. Doou-a ao sobrinho Manoel Pereira Monteiro, fundador da povoação, grande lavrador e fazendeiro. Seu filho, Francisco, solteirão, octogenário que viveu *criando bois e matando onças*, como me dizia Juvenal Lamartine, (1874-1956), fez a doação patrimonial a N. S.^a do Ó, dizendo outras informações ter sido seu irmão Manoel, casado em Goianinha com Teresa Tavares de Jesus, patriarca dos Monteiros, Faria e Mariz, raízes da genealogia fundamental da região.

O povoamento explica-se pela ativa movimentação paraibana ao longo do Espinharas, batendo o indígena e fincando os mourões dos primeiros currais. O Espinharas é o rio da SERRA NEGRA, despejando no Seridó, afluente do Piranhas. O trânsito econômico justifica-se porque sempre um rio é orientação funcional para a fixação humana.

A Capela de N. S.^a do Ó estava terminada em 1735. Foi a mais antiga de todo o Seridó. Ciclo da pastorícia, gado, carne-sêca, couros, queijos, agricultura apoiando a alimentação, farinha, milho, jirimum, batatas.

E o nome? SERRA NEGRA era a impressão da primitiva vegetação, vista a distância, escurecendo, pela espessura, o contorno serrano. Em São Paulo e Minas Gerais existem municípios denominados SERRA NEGRA. O povo é que jamais aceitou justificações alheias à sua imaginação. Manuel Dantas registra uma SERRA DA NEGRA, provinda de uma mucama que se suicidou por enforcamento: "A serra ficou então mal-assombrada: uns ouviam, nas noites enluaradas, em dias de sexta-feira, gritos e gemidos lancinantes junto à árvore do enforcamento; outros afirmavam que, às vezes, pousava na árvore um grande pássaro, de azas brancas, a cabeça com uma forma humana, brilhando como um resplendor." De longe, todos falavam na SERRA DA NEGRA, passando esta denominação à vila e ao município, com a corruptela de SERRA NEGRA.

Juvenal Lamartine, nascido em Serra Negra, contava-me ter sido uma escrava negra do velho Manoel Pereira Monteiro, o do Séc. XVIII, devorada por uma onça quando apanhava lenha na serra, a origem do topônimo. Ficara, popularmente, SERRA DA NEGRA. Essa participação da mulher negra é que é a colaboração imaginativa do povo, indispensável ao sabor da cultura anônima. Nunca deparei SERRA DA NEGRA na documentação histórica. Em setembro de 1753 o Capitão-Mor Francisco de Oliveira Ledo recebia sesmaria na Ribeira do Apodi, SERRA NEGRA, "lado sul, confrontando com as vertentes do Rio do Peixe". Antes, em 1731, Inês Ferreira da Costa possui o "Olho-d'água das Cajazeiras, entre os providos das Piranhas, e Seridó, junto às SERRAS NEGRAS". Em 1737, o Tenente Valentim Barbosa de Carvalho é dono do "Citio chamado Riacho das Caissaras que fica por detraz das SERRAS NEGRAS do sertão do Seridó". Sempre SERRAS NEGRAS ou SERRA NEGRA, jamais SERRA DA NEGRA. A lei criando o município, (n.º 688, 1874), menciona a POVOAÇÃO DA SERRA NEGRA, na Comarca do Seridó, passando a ser VILA DA SERRA NEGRA.

De SERRA NEGRA desmembrou-se o município de SÃO JOÃO DO SABUGI, em 1948.

SERRINHA: — Criado em 2 de outubro de 1963. Desmembrado do município de Santo Antônio.

SERRINHA, na zona agreste do Rio Grande do Norte, fixou sua pequenina população rural, em apreciável proporção, ao redor de um olho-d'água, transformado em fonte pública. Aí nasceu o Povoado, com

Capela de Santo Antônio, enquanto duas tērcas partes dos moradores dispersavam-se na faina agrícola do milho, feijão e mandioca. Mencionam *SERRINHA* nos princípios dēste século, embora sem realce, pela sua existência incipiente.

SEVERIANO MELO: — Criado a 3 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de Itaú.

Sede na povoação do *BOM LUGAR*, banhada pelo Riacho dā Málhada, núcleo residencial já mencionado em 1929, com escola, algodão e pequena pecuária. Fôra, como era comum na região, fazenda de criar que a agricultura substituiu lentamente na subseqüente valorização financeira do algodão. A ocupação é um corolário da fixação humana nos finais do Séc. XVII pelo Apodi onde a fertilidade atraía os indígenas para as roças de mandioca e milho. As várzeas do Apodi foram abrigo e subsistência de uma grande população agropastoril, raízes dos municípios do oeste rio-grandense e onda povoadora até o mar, através de Mossoró, descendo o rio fecundador.

A fazenda guardou o nome, de sabor elogiativo no plano da suficiência local, como *BOM PASSAR*, *BOA SAÚDE*, *BOM BOCADINHO*, *BOA HORA*, *BOA VIDA*, *BOM DESCANSO*, *BOM SUCES- SO*, transformando-se em centro econômico pela lavoura, impulsionada na ascensão contagiante de Itaú, já distrito em 1911, no intenso trabalho produtor.

Severiano Melo foi, práticamente, o fundador do *BOM LUGAR*, chefe de tradicional família radicada entre ITAÚ e APODI.

SÍTIO NOVO: — Criado em 31 de dezembro de 1958. Desmembrado do município de São Tomé.

A Fanzenda *Grossos* à margem do Riacho São Pedro, afluente do Rio Potengi, pertenceu inicialmente ao Capitão Amaro de Barros Lima, em 1787, data-841, compreendendo a *Serra dos Grossos*, mas a propriedade determinou povoação em 1906, desenvolvendo-se a começar de 1888. O fundador do povoado, Francisco Ferreira Lima, *Chicó*, mudou a denominação de *Grossos* para *SÍTIO NOVO*, dando início ao arruado em 1906. Capela de S. Francisco de Assis em 1913. Em 1941, movimentava-se econômicamente de forma sensível.

Do *SÍTIO NOVO* desmembrou-se o município de LAGOA DE VELHOS em 1963.

TABULEIRO GRANDE: — Criado em 26 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de Rodolfo Fernandes.

Povoou-se na investida posseira na primeira metade do Séc. XVIII, quando a região iniciou a criação de gado e fixação dos indígenas na Ribeira do Apodi e fundação de Portalegre. O Sargento-Mor Bento Fernandes Lima, em 12 de agosto de 1733, recebeu a *Data dos Morros*, compreendendo **TABULEIRO GRANDE**, depois constituída em propriedade unitária para as tarefas da pastorícia.

TAIPU: — Criado em 10 de março de 1891. Desmembrado do município do Ceará-Mirim. Cidade em 29 de março de 1938.

Região sempre habitada pelos aborígenes, falando o tupi. Em 1640 consta a aldeia **ITAIPI** na relação do Padre Manoel de Moraes. O Coronel Manoel Rodrigues Coelho, em 21 de novembro de 1709, era proprietário na *parage chamada TAIPU GRANDE onde há um poço*. Domingos de Moraes Navarro, na exposição de motivos justificando a pretensão de ser Capitão-Mor Governador do Rio Grande do Norte, como realmente foi, relata acurada perseguição a um troço indígena em 1712 *até o sítio do TAIPU, última povoação da Capitania*. A ocupação seria contínua nesse Séc. XVIII. Em maio de 1733, Manoel Alves Barbalho e Luísa de Oliveira registam sesmaria *em um lugar chamado POUSA, do dito Rio Ceará-Mirim a cima até o Passo da Cruz*. O ajudante Manoel Gomes da Silveira, julho de 1742, requer doações *no Rio Salgado a riba do TAIPU GRANDE que desagua no Rio Ceará-Mirim*. O vale do Taipu, atravessado pelo Ceará-Mirim, oferecia tôdas as possibilidades agrícolas. Menos gado e mais lavouras, notadamente cereais.

Em meados do Séc. XIX, dizem que em 1851, a zona do **TAIPU DO MEIO**, Distrito de Paz em novembro, escola em dezembro de 1864, onde a cidade haveria de nascer, era residência de cinco famílias: José Pegado Galvão, Marcos Pereira dos Santos, Bernardo Gadelha, André Soares da Silva e Joaquim José da Costa. Foram os cinco dedos da mão fundadora do **TAIPU**. Tiveram a colaboração inestimável de um outro companheiro, digno da geração pioneira do esforço inicial, Francisco Guedes da Fonseca. A Capela de N. S.^a do Livramento começou em 1851 e exigiu trinta anos para concluir-se. Freguesia em abril de 1913, primeira e única paróquia criada pelo I Bispo de Natal, D. Joaquim Antônio de Almeida. Em novembro de 1864 é Distrito de Paz e tem escola. Em 1905, 92 moradas em três ruas e a colmeia de taipa e palha dos casebres e choupanas. Era município há quatorze anos. Em novembro de 1907 a Estrada de Ferro ligou-a a Natal. Foi o maior impulso. Veio o algodão e os mercados de consumo ampliaram-se.

De TAIPU constituíram-se municípios, BARRETO em 1958 e POÇO BRANCO em 1963.

TANGARÁ: — Criado em 31 de dezembro de 1958. Desmembrado do município de Santa Cruz.

Nos últimos vinte anos do Séc. XIX, RIACHO DOS NEGROS, RIACHO DO LOGRADOURO, ou simplesmente RIACHO, era mencionado como zona pastoril, fazendas espalhadas e distantes na terra batizada por um anônimo afluente do Rio Trairi. SANTA CRUZ ainda não se empenhara na campanha do algodão. A pastorícia era atividade preferida, *carne-sêca de Santa Cruz*, quase sem rival no sabor. Havia, na primeira década do presente século, a propriedade RIACHO, sem moradia, pertencente a Francisco Fernandes. Em junho de 1914 em diante, a "Estrada de Automóveis do Seridó", dirigida pelo Eng. José Francisco Brandão Cavalcanti, e vivamente animada pelo Governador Ferreira Chaves, iniciou a *rodagem*, de Macaíba no rumo de Santa Cruz, atingida em setembro de 1917, com 99 quilômetros de percurso. RIACHO fôra local de trabalhos demorados, depósito de materiais, acampamento de trabalhadores, oficina para reparos de emergência, movimentando a solidão. Tornou-se a *Estação de RIACHO*, permanente no tráfego rodoviário organizado. Nas proximidades, a IFOCS construiu a ponte de cimento-armado sobre o Rio Inharé, outro motivo de impulso regional. A estrada facilitou o escoamento do algodão, em franca produção na procura de terras vizinhas, em marcha progressista. Em 1928, o industrial Teodorico Bezerra adquiriu a fazenda *Caiçara*, ao Mons. Antônio Xavier de Paiva, fixando sua atividade. Crismara *Caiçara* em UIRAPURU, e com a mesma simpatia ornitológica, por volta de 1952, mudou o nome de RIACHO para TANGARÁ, vocábulo sonoro, fácil, vulgarizado no uso popular, embora na ausência dessas aves. (Ver os topônimos *Uirapuru* e *Tangará*). RIACHO possuía escola e era povoação desenvolvida e crescente. Em 1936, João Ataíde de Melo construiu a Capela de Santa Teresinha. Em 26 de novembro de 1953, a lei criadora do Distrito oficializou a VILA DE TANGARÁ, município cinco anos depois.

TENENTE ANANIAS: — Criado em 23 de março de 1963. Desmembrado do município de Alexandria.

TESOURA: — Nome da povoação, hoje cidade de FRANCISCO DANTAS.

TIBAU DO SUL: — Criado em 3 de abril de 1963. Desmembrado do município de Goianinha.

Zona de pescaria e presença potiguar muito antes da vinda do colonizador português. Denominação tupi, traduzível por *entre duas águas*, porque está situada de permeio à lagoa de Guaraíra e o Atlântico, duas imensidades aos olhos indígenas.

Pertenceu ao trabalho da ALDEIA ANTÔNIA em 1612 e à ALDEIA DE SÃO JOÃO BATISTA DE GURAIRAS, de finais do Séc. XVII até 1760, quando esta se tornou a VILA DE AREZ. A lagoa ficava na jurisdição dos jesuítas, senhores da região. O aproveitamento dos terrenos úmidos e marginais seria tarefa obrigatória para a população, funcionalmente servil. Na fase da Vila, pouco deve ter mudado para melhor, sob a ganância insaciável dos "diretores", substitutos indolentes e famintos dos jesuítas operosos. Seria, evidentemente, terra sempre habitada, trabalhada em lavoura e pesca. Assim tem atravessado os séculos, plantando e pescando. Capela de Santo Antônio. Em junho de 1873, dirigiram os moradores do TIBAU um apêlo à Assembléia Provincial pedindo a criação de uma cadeira de instrução primária masculina para a povoação. Foi concedida em julho do mesmo ano. TIBAU praticava os direitos de petição, fazendo-se lembrar aos esquecidos. Povoação promissora em 1894. Em 1911, Distrito de Goianinha. Em 1930, mais de 2 000 moradores. Vila em novembro de 1953.

A terminação DO SUL, data da criação municipal, evitando a coincidência com o outro TIBAU, do Norte, povoação de Areia Branca, presentemente Distrito no município de GROSSOS, (1953).

TIMBAÚBA DOS BATISTAS: — Criado em 12 de agosto de 1963. Desmembrado do município do Caicó.

O Tenente-Coronel Manoel de Souza Forte, fazendeiro na Ribeira do Seridó, possuía em 20 de dezembro de 1791, na mesma Ribeira, têrmo da Vila do Príncipe, o *citio chamado TIMBAÚBA que houve por titulo de data e sesmaria*, e requeria terras vizinhas na parte do poente. Aí está TIMBAÚBA habitada e fértil nos finais do Séc. XVIII.

Na segunda metade do Séc. XIX, o major José Batista dos Santos, (1826-1889), fundou a grande propriedade agrícola que tomou nome do vale e rio da *Timbaúba* ou *Volta*, afluente do Piranhas. As terras frescas permitiram o plantio de canaviais e subsequente produção industrial de rapadura e aguardente, com agricultura auxiliar. Em 1930 contava oito engenhos, constituindo apreciável núcleo de população. Em 1942, Anfilóquio Câmara dizia *Timbaúba situada num dos pontos mais ricos da região*.

José Batista dos Santos, da *Timbaúba*, foi chefe do Partido Conservador do município, presidindo a respectiva Câmara do Caicó, 1874-75, 1879-80, sendo Deputado Provincial nos biênios de 1874-75, 1876-77, 1884-85 e 1888-89, em cujo exercício faleceu. Possuía a solidariedade fervorosa da família dos BATISTAS, numerosa, abastada, tenaz e longeva, fôrça não sòmente eleitoral, disciplinada e fiel, mas socialmente influente e estável. *TIMBAÚBA DOS BATISTAS* foi a denominação vulgar, desde finais do Séc. XIX, indicando a zona económica onde os BATISTAS dominavam.

Vila em 5 de dezembro de 1958.

TOUROS: — Criado em 11 de abril de 1833 e aprovado pela resolução n.º 21, de 27 de março de 1835. Desmembrado do município de Estremoz. Cidade em 29 de março de 1938.

No litoral, pescarias tradicionais, incluindo a dos *voadores*, abastecendo de peixe-sêco zonas extensíssimas. No interior, agricultura, algodão, gado. Tinha 180 quilômetros de norte a sul e 90 de leste a oeste. Pelos finais do Séc. XIX produziu açúcar, na sugestão industrial do vizinho Ceará-Mirim. Capela na primeira metade do Séc. XVIII, mas a Igreja é posterior a 1832, criação da freguesia por lei geral e não privincial. Em 1932 não havia Assembléia Legislativa no Rio Grande do Norte.

Durante a *SÊCA-GRANDE*, 1792-1796, grande número de moradores dos sertões procurou abrigo na região, fixando-se com fazendas de gado e lavouras. Quando da criação da Freguesia do *BOM JESUS DOS NAVEGANTES DO PORTO DOS TOUROS*, contava com 45 povoações, centrais e a beira-mar, 870 casas e 3 593 almas, sendo na *POVOAÇÃO DE TOUROS*, 692 almas, correspondentes aos 202 fogos. Em 1877-1879 os sertanejos, fugindo à estiagem assoladora, refugiaram-se em TOUROS, notadamente no vale do *MAXARANGUAPE*.

Em 7 de fevereiro de 1640, Luís Barbalho Bezerra desembarcou, com 1 400 homens, iniciando a espantosa contramarcha para a cidade do Salvador, através das terras ocupadas pelos holandeses. No local não havia moradores mas já existia o nome, *PORTO DO TOURO* e *PORTO DE TOUROS*. O município, em 1833, cita a *VILA DOS TOUROS*. O primeiro livro de registo paroquial, em 1834, regista o *PORTO DO TOURO*. Em 1938, *CIDADE DE TOUROS*...

J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, (1845), informa: "Dêrão principio á Villa alguns colonos europeus que no principio do séc. XVIII assentárão morada nas magens d'esta baía que apelidárão *DOS TOUROS*, por ali terem encontrado alguns". O nome já vivia em 1640, cem anos antes.

O povoamento foi uma consequência da expansão Estremoz — Ceará-Mirim nos finais do Séc. XVII e ao correr do XVIII. **TOUROS** tem essa denominação há mais de três séculos.

Em 1817, Aires do Casal mencionava *a medíocre, aprazível e florescente povoação dos TOUROS*.

Cedeu grande área territorial para a criação do município de BAIXA VERDE, em 1928, e do seu próprio patrimônio desmembraram-se MAXARANGUAPE em 1958 e PUREZA em 1963.

TRAIRI: — Vila do Trairi, primeiro nome da cidade de Santa Cruz.

TRIUNFO: — Vila do Triunfo, segundo nome da sede municipal de AUGUSTO SEVERO.

UMARIZAL: — Criado em 27 de novembro de 1958. Desmembrado do município do Martins.

Desde a primeira década do Séc. XVIII a região começou a ser povoada. Em julho de 1706, o Padre Manoel Pinheiro Teixeira e Joseph Freire recebiam sesmaria “nos confins destes Certões honde habita o gentio barbaro, entre as serras do Catolé e da May d’Agua faz um riacho pelo meio deles a que chamam *UMARY*”. Era um afluente do Apodi que ia sendo penetrado com a criação de gado e plantio de roças. Em novembro de 1716, Francisco da Silva Cardoso, o Môço, possuía terras “começando do *RIACHO DO GAVIAM*, ao poente do Umary”. O Riacho do Gavião é subsidiário do Umari.

Em julho de 1735, Domingos Rodrigues de Miranda era senhor de uma “sorte de terra no Certão do Apody, *RIACHO DO MARY*, há mais de quinze anos”. Isto é, lá estava em 1720. Em março de 1741, Bonifácio Soares Guedes era Juiz da Vintena, no Umari, nomeado pelo Senado da Câmara de Natal. Já havia interesse financeiro determinando a criação de uma autoridade judiciária. Em outubro de 1766, o Tenente Reginaldo Pereira de Oliveira era proprietário “ao pé da Serra do Martins e no *RIACHO DO GAVIAM* e das Onças e Rio Umary”. Em abril de 1779, o Padre João de Paiva tinha terras “na nasença do *RIACHO GAVIAM* na Serra do Martins”. Quando entrou o Séc. XIX viviam fazendas, gados, casas, interesses normais e comuns no plano rural.

Era estrada velha da Paraíba para o Mossoró, roteiro de comboios carregando produtos permutáveis ou venais nas feiras, através do percurso. A povoação nasceu, necessariamente à margem do Gavião, centralizando a pequena, mas valiosa movimentação econômica. Já em 1894, açude. Moradas de taipa e palha, arruado, cemitério, Capela do Sagrado Coração de Jesus em 1902. No ano do Centenário, (1922),

Escola, 96 residências, algumas de tijolo, caiadas e bonitas, 364 moradores.

Em setembro de 1925 a Intendência do Martins muda o nome de *Gavião* para *DIVINÓPOLIS*. Era povoação de importância comercial, de crescente desenvolvimento. Vila em outubro de 1938. *UMARIZAL* em 30 de dezembro de 1943.

UPANEMA: — Criado em 16 de setembro de 1953. Desmembrado de Augusto Severo.

Desde meados do Séc. XIX à volta de 1840, existia à margem esquerda do Rio Upanema a povoação popularmente denominada *RUA DA PALHA*, pela característica do seu humilde casario. Fôra, anteriormente, *CURRAL DA VARZEA*, nome da propriedade rural, dedicada a criação de gado. A excelência do terreno e amenidade do clima atraíram novos moradores, dados à faina agrícola. Em 1867, o Padre Francisco Adelino de Brito Dantas, (1828-1893), então residente na Vila de Campo Grande, onde nascera, agradou-se da *RUA DA PALHA*, animando e dirigindo a construção de uma Capela a N. S.^a da Conceição, e realizando assistência religiosa, motivo de maior afluência para o crescente arruado. O Padre Adelino mudou o nome de *RUA DA PALHA* para *CONCEIÇÃO DO UPANEMA*, comumente dito *Panema*. Não admitia engano. Era um dos melhores cavaleiros de seu tempo, famoso na firmeza do pulso e segurança da perna para os cavalos mais árdegos. Promoveu grandes vaquejadas que fizeram fama. Fôra Capelão do presídio de Fernando de Noronha onde fizera cavar a melhor fonte d'água de beber, ainda hoje conhecida como *Cacimba do Padre*. Diziam-no bom orador e latinista. Faleceu na Vila do Triunfo, segundo nome do futuro Augusto Severo, deixando recordações do seu trato amável e virtudes de convivência. *CONCEIÇÃO DO UPANEMA* foi Distrito de Augusto Severo em 1938.

URTIGAL: — Designação popular na futura NOVA CRUZ.

URUA: — Povoação para onde se transferiu a sede municipal de VILA-FLOR, tomando o nome de VILA DE CANGUA-RETAMA.

VARZEA: — Criado em 20 de dezembro de 1959. Desmembrado de Goianinha.

Povoação de *VARZEA*, à margem do riacho do mesmo nome, em zona central, agrícola. Capela de S. Pedro. Em 1930, possuía 200 casas e aproximadamente três mil habitantes, no povoado e ao redor. Atravessa o nôvo município o Rio Jatobá afluente do Jacu. Sua história

povoadora decorre da ocupação sesmeira de Goianinha. Mais plantio que pecuária, como no vizinho ESPÍRITO SANTO. O desenvolvimento é todo do Séc. XX.

De VARZEA desmembrou-se o município do ESPÍRITO SANTO em 1963.

VARZEA DA CAATINGA: — Criado em 19 de dezembro de 1963. Desmembrado do município de Almino Afonso.

O Riacho da VARZEA DA CAATINGA despeja no Rio Umari e êste no Apodi. O trecho onde existiu a propriedade rural e nasceu a povoação, já mencionado em 1929, denominava-se *Varzea de Santo Antônio*, onde havia escola anterior a 1940. Dois anos depois, Anfilóquio Câmara informava que as únicas "povoações" no Patu eram Almino Afonso e Olho-d'Água dos Borges. Vila de Almino Afonso em maio de 1962, índice de evolução ascendente. Citava-se VARZEA DA CAATINGA como "povoado" em 1925.

VARZINHA: — Povoado, presentemente cidade de RAFAEL FERNANDES.

VERA CRUZ: — Município em 26 de março de 1963. Desmembrado de São José de Mipibu.

Sítio de plantar e criar de Antônio de Vasconcelos, à margem do Riacho VERA CRUZ, em princípios do Séc. XIX. Creio que a propriedade deu nome ao riacho e não êste àquela. O sucessor do primeiro dono, Alexandre Rodolfo de Vasconcelos, construiu residência confortável, atraindo moradores permanentes para o serviço agrícola, e ergueu a Capela ao Espírito Santo, assistida longamente pelo Padre Targino Paulino de Carvalho. Estava fundada a povoação, com escola, porque o sacerdote prestava-se a essa benemerência. Em 1855 o Capitão Teodosio Xavier de Paiva, maior proprietário local, demoliu a Capela, começando uma igreja e o cemitério. O Padre Bernardino de Sena Lustosa, mestre-escola e curador da Capela a partir de 1855, muito trabalhou, cabendo ao padre Antônio Xavier de Paiva a conclusão em 1894. A povoação desenvolveu-se lenta, mas seguramente, sem retrocessos. Havia açude para o abastecimento e um olho-d'água perene. Em agosto de 1874 citava-se VERA CRUZ com uma povoação agradável e de futuro garantido. Denomina municípios na Baía, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 1894, mencionavam-na com louvor. Vila em novembro de 1953.

VIÇOSA: — Município em 28 de dezembro de 1963. Desmembrado de Portalegre.

Povoação à margem do riacho da Forquilha, com serrote e lagoa com a mesma denominação. Zona agrícola. Povoamento de lenta progressão, iniciado por um sítio, transformado em centro demográfico. Sua história, como maior fixação, é da primeira década do Séc. XX. Em novembro de 1841 era fazenda de gado.

O topônimo é popular, dando nome a municípios em Minas Gerais e Alagoas.

VILA-FLOR: — Município instalado em dia e mês não sabidos de 1769. Extinto pela transferência da sede para a Vila de Canguaretama, em 19 de julho de 1858. Restaurado em 31 de dezembro de 1963. Desmembrado de Canguaretama.

A região fôra sempre habitada pelos indígenas tupis, plantando, caçando, pescando. A vinda dos *PAYAGUÁS*, *indios canoeiros*, do Rio Paraguai em Mato Grosso, até a orla atlântica do Rio Grande do Norte, a fim de *descobrir* Canguaretama em 1658, é uma imaginação antigeográfica de Ferreira Nobre e seus devotos. Governava o Rio Grande o Capitão-Mor Antônio Vaz e não há vestígio dessa prodigiosa façanha da navegação paiaguá.

Depois do alvará em forma de lei de 23 de setembro de 1700, os indígenas receberam uma légua quadrada e foram aldeados sob administração de um missionário. Instalou-se a *ALDEIA DE GRAMACIÓ*, à margem direita dêsse rio, com *cabocos da língua geral*, vale dizer, tupis, sob a responsabilidade de um religioso do Carmo da Reforma. De 1743 a 1745, houve construção de sólida igreja de N. S.^a do Destêrro por Frei André do Sacramento. Ainda em 1757 não era freguesia porque nesse ano havia apenas cinco; Natal, Goianinha, Açu, Pau dos Ferros e Caicó. Em 1769, o Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco transformou a Aldeia de Gramació em *VILA-FLOR*, não em homenagem ao Conde de Vila-Flor, D. Antônio de Souza Manoel de Menezes, que deixara o govêrno de Pernambuco no ano anterior, mas em obediência às instruções que impunham designações de localidades portuguesas às novas Vilas, como Estremoz, Arez, Portalegre. Vila-Flor é concelho do distrito de Bragança em Trás-os-Montes. Vila-Flor ampliou o seu parque econômico em plantios e mesmo indústria açucareira, aproveitando as terras úmidas. Por ali viveram os Albuquerque Maranhões. André de Albuquerque Maranhão, primo e cunhado do homônimo, chefe da Revolução de 1817, foi Capitão-Mor de Ordenanças de Vila-Flor e Arez, embora residisse em Estivas. Em 1843, a Igreja fôra remodelada. A Casa da Câmara era edifício elogiado. A vida fácil, farta, festiva. Explicam a transferência da sede para a

Povoação do Uruá, elevada ao predicamento de Vila de Canguaretama, em 1858, como resultado de querelas disputadoras entre o Vigário José de Matos Silva, então deputado provincial, e o Capitão Sebastião Policarpo de Oliveira, senhor do engenho Juncal. Não encontrei documentos da resistência popular, defendendo Vila-Flor. O Vigário Matos teria avassalador prestígio ou todos estavam mais ou menos de acôrdo com uma mudança para povoação desprevénida de todo conforto, mesmo relativo e mínimo.

Abandonada e semideserta, VILA-FLOR resistiu como um fantasma, teimando em residir nas ruínas da casa em que vivera. Criaram uma escola em 1882. Em novembro de 1890 foi Distrito de Canguaretama. Ao derredor, a vida continuava, plantando, colhendo, sonhando.

Cento e cinco anos depois, ressuscitou. . .

Em abril de 1940, passou a denominar-se *FLOR*, inexpressivo, banal, anti-histórico, felizmente anulado pela lei restauradora do município, restituindo-lhe o nome de 1769.

VILA NOVA: — Vila Nova de Cuitèzeiras, comumente VILA NOVA hoje cidade de PEDRO VELHO.

VITÓRIA: — primeira denominação oficial da povoação que seria a cidade de MARCELINO VIEIRA.

LOUVAÇÃO aos que me auxiliaram:

Deputado *Teodorico Bezerra*, relação dos nomes primitivos das sedes municipais de 1963. Informações sôbre TANGARÁ, MONTE DAS GAMELEIRAS, JAÇANÃ. Origem do nome de BARCELONA.

Coronel *Severiano Bezerra de Andrade*, (1913-1966), subchefe de Assistência aos Municípios, Relação dos Municípios de 1955 a 1963. *Cid. Craveiro Costa*, Inspetor Regional do IBGE, Nominata Alfabética dos Municípios e outras informações.

João Samuel de Araújo, Agente de Estatística do IBGE, informações e colaboração prestimosas.

Coronel *Francisco Bilac de Faria*, diretor do DEE, empréstimo de mapas municipais e colaboração sempre cordial. Mons. *Severino Bezerra*, informação preciosa sôbre os municípios desmembrados de Santa Cruz.

Ilma Melo Diniz, Diretora de Cultura da Secretaria de Educação, auxílio incansável para obter informações municipais.

Florêncio Luciano, notas sôbre Equador.

Moisés Vilar, notas biográficas do Dr. Antônio Martins.

M. Rodrigues de Melo, identificação do denominador do Alto do Rodrigues.

Antônio Gondim, de Fortaleza, notas biográficas do fundador de São Vicente.

Leonel Assunção, notas sobre São Bento do Norte e Pedra Grande.

João Lúcio Fonseca, notas sobre Ouro Branco e S. José do Seridó.

Oton Osório de Barros, sobre Cêro-Corá.

Antídio de Azevedo, biografia de Ielmo Marinho.

Des. José Vieira, notas biográficas de Marcelino Vieira.

José Clementino Bessa, informação biográfica de Severiano Melo, Tenente Ananias, Bento Fernandes, Marcolino Bessa e Frutuoso Gomes.

Waldemar Sá, dados biográficos de Carlos Carrilho.

Padre Frederico Pastors, dados biográficos do Pe. Carlos Theisen.

Vingt-Un Rosado, notas sobre Frutuoso Gomes, S. Francisco do Oeste.

Enélio Lima Petrovich, empréstimo dos livros de sesmarias do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

VOCABULÁRIO ONOMÁSTICO

ACAJUTIBIRÓ	ANTÔNIO ALBUQUERQUE
ACEJUTIBIRÓ	CÂMARA
ACAJUTYLE	ALBUQUERQUES
ACAJUTYBA	ATLÂNTICO
ACEJUTYBIRO	ANTÔNIO DA ROCHA PITA
ADQUINHON	ANTÔNIO GUEDES DE
ARATIPICABA	BRITO
ARATYPICABA	AROEIRA
ARETIPICABA	ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA
ANTÔNIO SOARES (Des.)	DE MORAIS
AGOSTINHO CESAR DE	AFONSO (Reverendo)
ANDRADE	ANDRÉ DE ALBUQUERQUE
APODI	MARANHÃO
APODY	ALVERCA
APANHA PEIXE	AREZ
AÇU	ÁFRICA ORIENTAL
ANTÔNIO LOPES LEITÃO	ANGICOS
ACAUÃ	AMARGOSO
AREIA BRANCA	ANTÔNIO MORAES DE
ACARI	PAIVA
ALBUQUERQUES CÂMARA	ALEIXO DE LIMA PACHECO

ALDEIA DOS ÍNDIOS
JANDUINS
ANTÔNIO DIAS PEREIRA
ANTÔNIO DA ROCHA
BEZERRA
AGOSTINHO ANTUNES
AUGUSTO SEVERO
ATOLEIROS
ALMAS
ANTA ESFOLADA
AROEIRA DO SAGUIM
APERTA CABEÇA
ALEXANDRIA
ALÍVIO
AMOROSA
ALELUIA
AUSENTES
ATENAS
ALABAMA
ANTÔNIO CONSELHEIRO
AMBIÇÃO
ALAGOINHA
ALAGOAS
AMAZONAS
ACRE
AMÉRICA ESPANHOLA
ANTÔNIO GONÇALVES
ALENTEJO
ALGARVE
ALDEIA VELHA
ANTÔNIO DA GAMA LUNA
AGUA NOVA
AGUA FRIA
AGUA BRANCA
AGUA AZUL
ANDRÉ DE LEÃO
ALTO DO RODRIGUES
ACAOAM
ALTO DA CONCEIÇÃO
ANTÔNIO MARTINS
ALBERTO DAUZAT
AMAR-E-QUERER

ARAXÁ
AIRES DE CASAL
ANGOLA
ACARI
ACAUÃ
AVES DA PARAIBA
ACENON
ASENON
ADEQUE
ADQUINHON
AGUA MARÉ
ALCAÇUZ
ALHEIRO
ALBERCA
ANACÉ
ANEQUEIRA
ANGATURAMA
ANINGA
ANUM
ANU
APIPUCOS
ARAÇA
ARACI
ARAGUAÇU
ARANUM
ARAUNU
ARAPUA
ARAPOA
ARAQUA
ARARA
ARARAI
ARARAÚ
ARATUA
AERÉ
ARERÉ
ARMAZENS
ABACUPARI
ABORIGINES DO
CEARÁ (OS)
AFRICA ORIENTAL
E OCIDENTAL

ARGÉLIA
ACARI
ÁFRICA PORTUGUESA
ANTÔNIO FERREIRA
ANTÔNIO DA ROCHA
BEZERRA
ACAÍÁ
AMBACA
ACAJU
ANACARDIUM
OCCIDENTALIS
ARIUS LUNISCUTIS
ARAMUS SCOPACEUS
ANTÔNIO BARBOSA CARÃO
AFONSO BEZERRA
ATTALEA HUMILIS
ANDRÉ VIEIRA DE MELO
ANDRÉ MATEUS
ARGENTINA
AMBRIZETE
ASTROCARYUM AYRI
ANDRÉ SOVERAL (Padre)
ARRE BURRINHO
ANTÔNIO ALVARES DE
SOUZA (Ordido)
ALONATA
AMBUA
ALECRIM
ARMINDO GUARANA
ARGEVEIA ALAGOANA
ACÁCIA JUREMA, Mart.
ALANDROAL
ALTO DA CONCEIÇÃO
A
ACROCOMIA
SCLEROCARPA, Mart.
AMA
AMACAU
AMAGUÁ
ANA TERESA DE JESUS
ANTILHAS

ARACHIS HYPOGEA, Linn.
AMENDOIM
A. RITA FERREIRA
ANTÔNIO GOMES
DE BETENCOURT
ANTONIO DE SOUZA
MACHADO (Sgt.-Mor)
ARICURI
AIMORES
APOLÔNIA
ASPIDOPERMA
POLYNEURON, Mull
ATTALEA COMPTA, Mart.
ANTÔNIO DE SOUZA
BARROS
ANTÔNIO MIRANDA
ALBERTO MARANHÃO
ANTÔNIO PINTO
COUTINHO
AROEIRA DO SAGUIM
ALFREDO CARVALHO
ANTÔNIO JOSEPH
TEIXEIRA DE MORAES
ANTÔNIO DE LIMA DE
ABREU PEREIRA (Coronel)
ANTONIO VIEIRA (Padre)
ANTONIO PEREIRA DE
BRITO PAIVA
ANDRÉ DE ALBUQUERQUE
MARANHÃO ARCO VERDE
ALBERTO RANGEL
ABELHA CAGA-FOGO
A. TROMBETTI (Prof.)
ANTÔNIO BEZERRA
AMPULÁRIA
ALTO DAS OVELHAS
ANTÔNIO FAGUNDES
ANFILOQUIO CAMARA
APONTAMENTOS
HISTÓRICOS

BEIRADA
BALDUM
BALTAZAR DA ROCHA
BEZERRA
BUNDA DA NEGRA
BAIXINHA DOS VIEIRAS
BOA AGUA
BÊSTA MORTA
BOI MORTO
BOQUEIRÃO DOS NEGROS
BAIXA DO PAI MATEUS
BOA HORA
BOM DESCANSO
BOM BOCADINHO
BOM LUGAR
BOM PASTOR
BOA SAÚDE
BONITO
BELO MONTE
BOBAGEM
BELEM
BETÂNIA
BARCELONA
BUENOS AIRES
BAVIERA
BRAGANÇA PAULISTA
BRASIL
BERTOLDO TILL
BOM JESUS DO GALHO
BOCA DA PICADA
BOCA DA MATA
BOCA DO RIO
BOCA DA LEVADA
BOQUEIRÃO DAS
PARELHAS
BOQUEIRÃO DO CUÓ
BOQUEIRÃO DO ANBOINO
BRANTÃO
BOQUEIRÃ DA LUANDA
BOM LUGAR
BREJINHO
BARAÚNA
BAIXA DA ÉGUA

BOM JESUS
BAÍA FORMOSA
BORGES
BERNARDO VIEIRA
DE MELO
BOA ESPERANÇA
BENTO FERREIRA DE
MARIA BARROS (Padre)
BRILHANTES
BANANEIRINHA-DO-MATO
BOA VIAGEM
BEIRA BAIXA
BOIXUNUNGUAPE
BOICINUNGA
BEIRA ALTA
BATISTA CAETANO
BENTO DO RÊGO BARROS
BACUPARI
BADEJO
BADULAQUE
BADAMECO
BAGAÇO
BAIACU
BAIACU
BALDUM
BANDARRA
BANGÜE
BAQUIPE
BARBATÃO
BARBELA
BARGADO
BARRA DE INACIO
DE GÓIS
BARRA
BATUQUE
BELDROEGAS
BOACICA
BITU
BOBOCA
BICA
BODÓ
BODOQUE
BOI CHOCO

BOIS-CHAUD
 BOIXUNUMGUAPE
 BORRACHA
 BREJUI
 BENJOIM
 BRIJUI
 BLUTEAU
 BUGIA
 BRAZIL
 BUJARÍ
 BULANDIM
 BULHÃO
 BURITI
 BEAUREPAIRE ROHAN
 BAIXO CUNENE
 BARRA NOVA
 BROMELIAS KARATAS, Lin.
 BENTO FERNANDES LIMA
 BROMELIA FASTOSA, Ldl.
 BURACO DA VELHA
 BOA BICA
 BURSER A LEPTOPHYLOCOS
 BUBO MEGALLANICUS
 BEIRADA
 BENGUELA
 BOCAIUVA
 BROMELIA LACINIOSA,
 Mart.
 BUCCONINAE
 BACTRIS
 BARRA DE MAXARANGUAPE
 BIAÇABA
 BIAÇA
 BOCA DE MOCÓ
 BAUHINIA FORTICATA, Lk.
 BIE
 BIBLIOGRAFIA
 ETNOLOGICA
 DE MOÇAMBIQUE
 BAIXO ZAMBEZE
 BYRSONIMA CRASCIFOLIA
 H.B.K.A.

BRYCON STRATUS
 BÚZIOS
 BORÉ
 BOM FIM
 BAGAÇO
 BRUMELIA SERTORUM,
 Mart.
 BEIRA BAIXA
 BARROSO (Almirante)
 BENTO FERNANDES
 BARBA DE VELHO
 BARBA DE PAU
 BRAGA
 BAWDICHIA VIRGIODES
 BARRA DE TABATINGA
 BARRA DE ESTEVÃO
 RIBEIRO
 BARRA VELHA
 BÔCA DA TACIMA
 BRASIL-VELHO
 BOLONHA
 BIXA ORELLANA
 BRANDÔNIO
 BALDUM
 BOI SELADO
 BREVE NOTÍCIA SOBRE
 A PROVINCIA DO RIO
 GRANDE DO NORTE
 BEVENUTO DE OLIVEIRA
 BAGAÇO
 BIBLIOTECA NACIONAL
 DE MADRID
 BAIA FORMOSA
 BAYA FORMOSA
 BENTO FERNANDES
 DE MACEDO
 BOA ESPERANÇA
 BOM BOCADINHO
 BOM JESUS
 BOM LUGAR
 BONITA
 BARRA NOVA

CASSANGE
CARNAUBINHA
CHINA
CATANA
CAMURUPIN
CABOGI
CAIÇARA-DE-BAIXO
CAIÇARA-DE-CIMA
CURRAL QUEIMADO
CURRALINHO
CURRAL DA SERRA
CURRAL DA VÁRZEA
CAIÇARA
CAIÇARA-DO-RIO-
DO-VENTO
CARNAUBAS
CAIS
CABELO-NÃO-TEM
CA-TE-ESPERO
CAMALEÃO-COTÓ
CANTO-DAS-PARIDAS
CABELO-NA-CÚIA
CARNAUBAIS
CACHOEIRA DE JOSÉ
GABRIEL
COSTA DO VELHO JOSÉ
CANTO DO CURRAL VELHO
CAMPO GRANDE
COVA-DO-DEFUNTO
CAVALO MORTO
CACHORRA MORTA
CAFARNAUM
CANANÉIA
CANAA
CALIFÓRNIA
CANADA
CANUDOS
CISPLATINA
CERRO CORA
CACIMBA DAS MÔÇAS
CANTO-DA-MOÇA
CUBIÇADO

CONSELHO
CANTINHO
CAMPOS NOVOS
CORGUINHO
CAMPOS
CAPELA
CARAZINHO
COREAÚ
CONCELHO DO ESPINHO
(Pôrto-Port.)
CONCELHO DO MOURÃO
(Évora-Port.)
CANTO-DO-BURITI
COEMAÇU
CACIMBINHAS
CACIMBA-DO-MEIO
CACIMBA-DA-MÃE-D'ÁGUA
CACIMBA-DO-VEADO
CACIMBA-DA-RAPÔSA
CACIMBA-DO-BOI
CACIMBA-DA-VACA-BRABA
CAMPO REDONDO
CANGUARETAMA
CARNAUBA-DOS-DANTAS
CANTO-DE-PEDRA
CAVALO MANCO
COCÔ-DA-EMA
CUDEBUGIO
CAOAM
CORAMATU
CURIMATAÚ
CAMURUGIM
CAPELA DE SANT'ANA
COLCHÊTE
CAMPINA GRANDE
CAPITÃO COCÓ (Joaquim
Adelino de Medeiros)
CAJAZEIRAS
CÁSSIA
CANHOTINHO
COROGRAFIA BRASÍLICA
CRISTÓVÃO JACQUES

CARLOS MALHEIROS DIAS	CAFUNDÓ
CABRIM	CAFUNGA
CABARIGO	CAFUNGO
CAPARIGO	CATUNGA
CAETANO PEREIRA	CAIANA
DE ANDRADE	CAYENNE
CAMPO GRANDE	CUREMAS
CAPÍTULOS DA HISTÓRIA	CAICOCO
COLONIAL	CAITETU
CIPRIANO LOPES GALVÃO	CAITITU
(Sarg.-Mor)	CATETO
CANTO-DE-MARIA-NEGRA	CAJÁ
CARURU	CAJARANA
CÂIMBRA	CABRALEA CANGERANA
CAMBRA	CAJU
CONCELHO DE VOUZELAS	CUANZA
CONGO	CONDE DE NASSAU
CABINDA	CAJUEIRO
CAHUAM	CAJUPIRANGA
CAUÃ	CAMAPUM
CABO BRABO	CAMAPU
CAMPESTRE	CANAPUM
CRISTÓVÃO SOARES	CAMABUM
REIMÃO (Ouvidor)	CAMARÁ
CONCHAS	CAMBARÁ
CARLOS STUDART FILHO	CAMARAGIPE
CANNABIS SATIVA	CAMBOIM
CATALUNHA	CAMETA
CORIOIANO DE MEDEIROS	CATAPHRACTUS
CARTAS RÉGIAS	CALLICYTHYS
CURIMATAU-MIRIM	CAMBOATÁ
CAATINGA	CAMIRANGA
CAA-TINGA	CAMUANGA
CATINGA	CAMUCIM
CABANO	CAMOTIM
CABARU	CAMOCIM
CABOCO	CAMURIM
CABUGI	CAMURI
CACIMBA	CAMUNI
CACIMBO	CAMBORI
CAENGA	CAMBURU
CAHENGA	CAMURUPIM
CAJUCA	CANAÇU

CANGAIRA
 CANGATI
 CANGATA
 CARAGUATACANGA
 CANGARETAMA
 CAPAUA
 CUPARAA
 CAAPUA
 CAPIM
 CAPIM-AÇU
 CAPIÓ
 CAPIVARA
 CAPOEIRA
 CAPUÃ
 CAPUABA
 CAPUNGA
 CUANZA-NORTE
 CARACARÃ
 CARCARÃ
 CARACARÃ
 CARAIBA
 CARAIBEIRA
 CRAIBEIRA
 CARAMURU
 CARÃO
 CARAPEBAS
 CHROMIS ACARA
 CARATÃ
 CARAUBA-DA-PRAIA
 CARAUBINHA
 CARICE
 COPERNICIA CERIFERA,

Mart.

CASSUA
 CAÇUA
 CATANDUBA
 CATANDUVA
 CARRASCO
 CAESALPINIA

PYRAMIDALIS, Tul.

CATU
 CATURURÉ

CATURURÉ-ABAIXO
 COCCOLOBA LATIFOLIA,
 Lam.

COAÇU
 CAZUMBA
 CEARAMIRI
 CHÃ-DA-QUIXABA
 CHORÓ
 CHUI
 CHUY
 CIPILHADA
 CIPIADA
 CIPIAPA
 CIPÓ
 CIPOZINHO
 COBÉ
 COCHITO
 CUNHÃ-ACIMA
 COITÉ
 CRESCENTIA CIUPETE
 CUHITE
 COITEZEIRAS
 CONAPUTU-MIRIM
 CORICAÚ
 CURICACA
 CORIQUACA
 CORINGA
 CORNICHUAU
 COROATÃ
 CRUATÃ
 CARUATÃ
 CROATÃ
 CAROBA
 COTIA
 CRECA
 CROAS
 CRUXATU
 COENDU VILLOSUS
 CUCURAI
 CUCUE
 CUMARIM

CUMARI
 CAPSICUM FRUTESCENS
 CUMARU
 CUNHÁ-ARI
 CASTA DE IBIS
 CORIMBATÁ
 COROMATÁ
 CORUMATÁ
 CRUMATÁ
 CRUMATÁ
 CURU
 CURURU
 CAMPO-DE-SANTANA
 CURURUOSU
 CALCANHAR-DE-COTIA
 CUCAU
 CHRYSO BALANUS IACCO,
 Lin.
 CAJANUS FLAVENS
 CASTRIOTO LUSITANO
 CALOPHYLLUM
 BRASILIENSIS, St. Hil.
 CAPPARIS ICCO
 CLEROT L.F.R.
 CERATOPHRYS DORSATUS
 CORONEL EZEQUIEL
 CORAÇÃO-DE-NEGRO
 CROCODILUS SCLEROPS
 CARCICUS PERSICUS
 CEQUI
 CURCUBITA MAXIMA, D
 CEASALPINA FERREA
 CHINA
 CEREUS JAMACARU P.D.C.
 CEGONHA
 CIPÓ
 CANGAMBÁ
 CUCUMIS ANGURIA, Linn.
 CETARIA VERTICILATA
 CAVIA RUPESTRIS
 COMBRETUM LEPROSUS,
 Mart.

CURIOSIDADES DE NOSSA
 FLORA
 CAMBOA DOS BARCOS
 CUNICULUM PACA
 CARYOCAR BRASILIENSIS,
 Camb.
 CONAPOTU-MIRIM
 CRISTO
 CAMARÃO
 CAVIA APEREA
 CUANDU
 COATY
 CIPRIANO LOPES GALVÃO
 (Cap.-Mor)
 CAPAUA
 CORDIA GOELDIANA
 CHÁ DA QUIXABA
 CARAPUS FASCIATUS
 CRÔNICA DE D. MANOEL
 CARTAS, 15
 CYPERUS GIGANTEUS, Vahl.
 CATAPHRACTUS
 CALLICYTHYS
 CHIROXIPHIA CAUDATA,
 Swainson
 CARLOS GOMES
 CRUZ DA BICA
 CRATAEVA TAPIA, Lin
 CURRAL DA VÂRZEA
 CONCEIÇÃO DO UPANEMA
 CEREUS
 CRYPTURUS NOCTIVAGUS,
 Wied.
 CAPELA DE N. S.^a
 DO LIVRAMENTO
 CAPELA DE SANTA
 TERESINHA
 CAPELA DE SANTO
 ANTONIO CERTÃO
 DO APODY
 CAPELA DO SAGRADO
 CORAÇÃO DE JESUS
 CURRAL DE VÂRZEA

CAPELA DE N. S.^a
DA CONCEIÇÃO
CACIMBA DO PADRE
CAPELA DO ESPÍRITO
SANTO
CARMO DA REFORMA
CID CRAVEIRO COSTA
CARLOS THEISEN (Padre)
CAPELA DE S. JOÃO
BATISTA
CAPELA DO SAGRADO
CORÇÃO DE JESUS
CAPELA DE SANTA RITA
CIDADE DE SANTA CRUZ
CRUZEIRO DO SERROTE
CRUZEIRO DA MATRIZ
CRUZEIRO DA SERROTA
CAPELA DE SANTANA
CIDADE DE SANTO
ANTÔNIO
CAPELA DE N. S.^a
DA CONCEIÇÃO
CAIÇARA VELHA
CAIÇARA NOVA
COROAS LIMPAS
CAPELA DE SÃO
FRANCISCO
CONGREGAÇÃO DA
SAGRADA FAMÍLIA
CAPELA DE SÃO GONÇALO
CABRAL RAPOSO
DA CÂMARA
CEDRO
CAPITAL DO ALTO
POTENGI
CAPITÃO COCÓ
CAPELA DE SÃO VICENTE
CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL
CIDADE DO SERIDÓ
CAPELA DE S. FRANCISCO
DE ASSIS
CALDAS AULETE

CAPIÓ
CARRO CAÍDO
CARRO QUEBRADO
CACIMBA DO VIANA
CENARIOS MUNICIPAIS
CLEMENTINO CÂMARA
CANGURETAMA
CAMPO GRANDE
CID CRAVEIRO COSTA
CARLOTA JOAQUINA
PAIEIRA
CAPELA DO CORAÇÃO
DE JESUS
CITIO DOS ANGICOS
CAPELA DE SÃO JOSÉ
CAPELA DE SANTO
ANTÔNIO
CATOLÉ DO ROCHA
CEDRO
CERIPAUA
CRISTÓVÃO SOARES
REIMÃO (Ouvidor)
CHIQUINHO GOMES
DA BARRA
CALDERBANK
COMPANHIA
PERNAMBUCANA DE
NAVEGAÇÃO COSTEIRA
A VAPOR
CAPELA DE N. S.^a
DA CONCEIÇÃO
CAPELA DE N. S.^a
DE SANTANA
CAMARATIVE
CAETANO DA SILVA
SANCHES
CARNAUBAL
CARLOS CARRILHO
CARLOS AUGUSTO
CARRILHO DE
VASCONCELOS
CAPELA DE SÃO
SEBASTIÃO

CAPOEIRAS
 CAPELA DO SAGRADO
 CORAÇÃO DE JESUS
 CAPELA N. S.^a DAS DORES
 CAPELA DE N. S.^a
 DA PIEDADE
 CAIADA DE BAIXO
 CAIADA DE CIMA
 CAIÇARA NOVA
 CAPELA DE S. SEBASTIÃO
 CIDADE DO PRÍNCIPE
 CIDADE DO SERIDÓ
 CERIDÓ
 CAICÓ
 CERIDÓ
 CAETANO DANTAS
 CORREIA
 CANA BRAVA
 CONCEIÇÃO DO AZEVEDO
 CAXOEIRA DA RUA
 CAPELA DE SÃO JOÃO
 BATISTA
 CIRCUNCISÃO MIRANDA
 DE ASSUNÇÃO
 CAPELA DE N. S.^a
 DO AMPARO
 CRUZ DO ESPÍRITO SANTO
 CITIO DOS CURRAIS NOVOS
 CITIO BOM SUCESSO
 CAPELA DE SANTANA
 CAPELA DE SÃO MIGUEL
 CAMISA PRETA
 CAPELA DE SÃO VICENTE
 FERRER
 COSME DE ABREU MACIEL
 CUCUE
 CAPELA DE N. S.^a
 DOS PRAZERES
 CHUVA-DE-GOGO
 CORONEL GURGEL
 CANAFISTULA

CONTOS DO AGRESTE
 CANUTO GURGEL
 DO AMARAL
 CAPELA DE N. S.^a
 DA SAÚDE
 COMO SE HIGIENIZARIA
 NATAL
 CAPELA DE SÃO
 SEBASTIÃO
 CARIRIS VELHOS
 CAPELA DE SÃO JOÃO
 BATISTA
 CAPELA DE N. S.^a
 DA CONCEIÇÃO
 CAPELA DE N. S.^a
 MÃE DOS HOMENS
 CAPELA DE SÃO
 FRANCISCO
 DAS CHAGAS
 CARLOS DA ROCHA
 CRUZ DAS ALMAS
 CRUZEIRO DE FREI VITAL
 CHINA
 CIDADE DO SANTO NOME
 DE DEUS DE MACAU
 CORDIA ALLIODORA, Cham.
 CIDADE DA IMPERATRIZ
 CÍCERO MOURA
 CONVENTO DO CARMO
 COSME PINTO DA ROSA
 CAPITÃO-MOR GOUVEIA
 CIDADE ALTA
 CANTO DO MANGUE
 CAMPINA DA RIBEIRA
 CIDADE DO NATAL DO RIO
 GRANDE
 CAPELA DO ROSÁRIO
 CAPELA DE N. S.^a DA
 CONCEIÇÃO DA SERRA
 DO MARTINS
 CIRILO DE SOUZA E SILVA
 CUBIÇADO

CARLOS AZEVEDO VALE
(Cel.)

COSME LUIS
CAMPO DE PARNAMIRIM
CAPELA DE N. S.^a
DE-FÁTIMA

CITIO BOQUEIRAM
CAPELA DE N. S.^a
DOS IMPOSSÍVEIS

CANTO DE BAIXO
CLÁUDIO JOSÉ
DA PIEDADE

CRESCENTIA ENJETE, Lin.
CARLOS VIDAL BORROMEU
BORROMEU Carlos Vidal
CLEMENTE GOMES
DO AMORIM

CAMPO MAIOR
CAIADA DE CIMA
CAIADA DE BAIXO
CAPELA DE N. S.^a
DA PUREZA

DOMINGUES ALVES
DA GUERRA
DOMINGUES DE MORAES
NAVARRO

DIOGO DE CAMPOS
DORNA
DESCANSO DAS BANDEIRAS
DEFUNTOS
DESTÉRRO
DESENGANO
DINAMARCA
DOURO
DOURADOS

DANTE DE LAYTANO
DANTE ALIGHIERI
DEUS
DIOGO DE CAMPOS
MOREIRA (Sgt.Mor.)

DOMINGOS AFONSO
DOMINGOS AZEVEDO
DO VALE

DICIONÁRIO DE DOMINGOS
VIEIRA

DIOGO ALVARES
DIPTERIZ ADORATA, Willd,
DENDE
DENDEZEIRO

DOUTOR
DIOGO DE CAMPOS
DIALOGOS DAS GRANDEZAS
DO BRASIL

DIONISIO DA COSTA
SOARES (Sgt.-Mor)
DICHOLOPHUS CRISTATUS,
Ill.

DÉCADA, I
DAMIÃO DE GOES
DABUL
DATA DOS MORROS
DOMINGOS DE MORAES
NAVARRO

DOMINGOS RODRIGUES
DE MIRANDA
DIVINÓPOLIS
DIRETORA DE CULTURA
DA SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO

DOMONIO
DATA DO PICA-PAU
DOMINGOS ALVES
DOS SANTOS
DOMINGOS FREITAS

DA CUNHA
DENOMINAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS
DICIONÁRIO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE
DO NORTE

DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE
ESTATÍSTICA

DEMÉTRIO DO RÊGO	ESTREMOZ
LEMONS (Cel.)	ENCANTO
DIONÍSIO DA COSTA	EFRAIM
SOARES (Sgt.Mor.)	ESCONDIDO
DOMINGOS MONTEIRO	ESTRADAS DAS BOIADAS
DA ROCHA	ESTRADA DO FIO
DOMINGOS LOPES	ESTRADA REAL
BARBALHO	EULENSPIEGEL
D. DINIZ	ESTADOS UNIDOS
DOMINGOS GONÇALVES	ÉVORA
MEIRELES (Cel.)	ESTEVÃO ALVES BEZERRA
DUQUE DE CAXIAS	ESPANHA
DIONÍSIO BORGES	ESPIRITO SANTO
DA FONSECA (Cap.)	EUGÊNIO DE CASTRO
DOMINGOS AFONSO	(Comandante)
FERREIRA	ENÉLIO LIMA PETROVICH
DATA DOS PICOS	EUROPA
DATA DA TELHA	EUGENIA CRENATA
DIOGO FRAGOZO SOUTO	ELAEIS GUINEESIS, Jacq.
DOMINGUES ALVES	EMA
DA GUERRA	EMAS
DOMINGOS GONÇALVES	EMBURANAS
MEIRELES (Cel.)	ESTIVA
DAMIÃO DA ROCHA	EXU
DOMINGOS MONTEIRO	ENXU
DA ROCHA	EMBOA
DIONÍSIO PINTO LISBOA	EUGENIA MALACCENSIS,
DIONÍSIA PINTO LISBOA	Lin.
A DIOCESE DA PARAÍBA	EMBIÇA
DISTRITO DE PAZ	ERYTHRINA AURANTIACA,
DE NOVA CRUZ	Ridl.
DIOGO DE MENDONÇA	ERYTHRINA GLAUCA,
BEZERRA	Willd.
DELEY	ERYTHRINA VELUTINA,
DIENDONNE COSTES	Willd.
DOMINGOS BORGES	ERYTHRINA SUBERIFERA
DE ABREU	ERYTHRINA INDICA
EVANGELHO DE S. JOÃO	EUTERPE EDULIS, Mart.
ENCANTOS	ESTREITO
ESTEVÃO VELHO DE MELO	ESTEVAM JOSÉ DANTAS
ENCANTADA	ERIODENDRUM SAMAUNA,
ESTEVÃO RIBEIRO LEITÃO	Mart.

EUNECTES MARINUS
ESTRADA DA TACIMA
ENTEROLABIUM
CONTORTISILIQUEUAM,
Morong

EMTRUVISCADA
ERYTHRINUS TAREIRA
EUGENIA UVALHA, Camb.
ELOPS SAURUS
ENCAPELADO DE UTINGA
ESTRADA DE AUTOMOVEIS
DO SERIDÓ

ESTAÇÃO DE RIACHO
ENEAS FILGUEIRA
FILGUEIRA, Eneas
ELOY CASTRICIANO
DE SOUZA

SOUZA, Eloy Castriciano de
ESTRADAS DAS BOIADAS
ESTRADA DO FIO
ESPERA NOVA
EYMAR L'ERESTRE
MONTEIRO (Padre)
MONTEIRO, Padre Eymar
L'Erestre

ESTEVÃO VELHO
DE MOURA
MOURA, Estêvão Velho de
ENSAIOS, CONTOS
E CRÔNICAS

EPITACIO PESSOA
PESSOA, Epitácio
ENCANTOS DE DENTRO
ESTRELA
EZEQUIEL XAVIER
BEZERRA

BEZERRA, Ezequiel Xavier
Bezerra
EZEQUIEL MERGELINO
DE SOUZA

SOUZA, Ezequiel Mergelino de
ESTEVAM DE BEZERRIL
BEZERRIL, Estevam de

ELBERT SMIENT
SMIENT, Elbert
EUTANASIA
E.F.C.R.G.N.
EDUARDO BORGES
BORGES Eduardo
ELIAS BORGES
BORGES, Elias
ESTRADA DO BOQUEIRÃO
ESCAPIÑHA
EPITACIO PESSOA
PESSOA, Epitacio
FERNANDO MARTINS
MASCARENHAS
DE LENCASTRE

FOGC
FRANCISCO DE SOUZA
OLIVEIRA
FAZENDA DO ALEMÃO
FUMA CACHIMBO
FEIJÃO-COM-COCO
FELIPE CAMARÃO
FAZENDA NOVA
FUTURA
FELIPE GUERRA
FORTALEZA DOS REIS
MAGOS

FERREIRO TORTO
FRANCISCO BEZERRA
DA SILVA
FRANCISCO DE SOUZA
FORTALEZA
FERREIRA NOBRE
FLORÂNIA
FELIX RIBEIRO CABRAL
(Ajudante)

FONTES GALVÃO (Professor)
FRANCISCO SOLANO LÓPEZ
FLAMENGO
FRANCISCO JOSEFA
DE OLIVEIRA
FERNÃO MENDES PINTO
FELIS PARDALIS, New.

FICALHO (Conde)
 FLORA EXÓTICA
 DE ANGOLA
 FURA-BOCA
 FRANCISCO TEIXEIRA
 SEIXAS (Ten.-Cel.)
 FRANCISCO CARVALHO
 VALCAGER
 FRANCISCO FERNANDES
 DE SOUZA
 FLORES DO VOSSURUBU
 FILIX HERBACEA
 FELIX FERREIRA DA SILVA
 (Cap.-Mor)
 FRANCISCA CORRÊA
 FERREIRA
 FELIS CONCOLOR
 FUNCHAL
 FERREIRA CHAVES
 FERNÃO CARDIM (Frei)
 FRANCISCO ADELINO
 DE BRITO DANTAS
 (Padre)
 FRANCISCO GUEDES
 DA FONSECA
 FRANCISCO FERNANDES
 FRANCISCO SILVA
 CARDOSO
 FRANCISCO ADELINO
 DE BRITO DANTAS
 (Padre)
 FERNANDO DE NORONHA
 FRANCISCO BILAC
 DE FARIA (Cel.)
 FLORENCIO LUCIANO
 FREDERICO PASTORS
 (Padre)
 FRANCISCO PEDRO
 FÉLIX ANTÔNIO
 DE MEDEIROS
 FLORENÇA
 FLORENCIO DA COSTA
 PALMAS

FRANCISCA PAULINA
 DE OLIVEIRA
 FRANCISCO RAFAEL
 FERNANDES (Padre)
 FRANCISCO BARBOSA
 FAZENDA SÃO JOÃO
 FRANCISCO CORREIA
 DE SOUZA
 FRANCISCO GERMANO
 FELIPE BARROSO
 FRANCISCO PEDRO
 DANTAS
 FRANCISCO DINIZ
 DA PENHA
 FRANCISCO DE ARAÚJO
 CORREIA
 FRANCISCO ANTÔNIO
 DE MELO
 FAZENDA DA LUISA
 FUNDADOR DE SÃO
 VICENTE
 FRANCISCO DE OLIVEIRA
 LODO (Cap.-Mor)
 FRANCISCO FERREIRA
 LIMA
 FORTE DOS REIS MAGOS
 F. VERAS BEZERRA
 FLORES
 FRANCISCO AMINTAS
 DA COSTA BARROS
 FRANCISCO DE LIMA
 E SILVA (Cel.)
 FERNANDES DANTAS
 (General)
 FREDERIC MISTRAL
 FRANCISCO DE TÁVORA
 FRANCISCO GOMES
 DA SILVA
 FRANCISCO MAGALHÕES
 FRANCISCO CLEMENTINO
 DE VASCONCELOS
 CHAVES
 FÉLIX GOMES DE MELO

FELIPE GOMES DE MELO
FÉLIX GOMES DA SILVA
FAUSTINO DA SILVA (Ten.)
FRANCISCO JOSÉ PACHECO
FRANCISCO DE SOUZA
FALCÃO
FRANCISCO DE SOUZA
E OLIVEIRA (Ten.-Cel.)
FRANCISCO SEVERIANO
DE FIGUEIREDO
SOBRINHO
FELIPE NÉRI DE BRITO
GUERRA
FRANCISCO MARQUES
FLORES DO VOSSURUBU
FRANCISCO JOSÉ
RODRIGUES
FRANCISCO GURGEL
DE OLIVEIRA
FRANCISCO SOLON
FRANCISCO XAVIER
TÔRRES
FRANCISCO TRAJANO
XAVIER DA CUNHA
FRANCISCO PINTO
DA CRUZ
FRANCISCO DE PAULA
FELINTO ELISIO
DE OLIVEIRA AZEVEDO
FRANCISCO CASCUDO
FRANCISCO DA COSTA
DE VASCONCELOS
FRANCISCO PEDRO GOMES
DE MELO
FABRÍCIO GOMES PEDROZA
FRANCISCA ROSA
DA FONSECA
FRANCISCO CARVALHO
VALCACER
FRANCISCA ROSA
FORTIM DA ILHA DE
MANOEL GONÇALVES

FRANCISCO TRAJANO
XAVIER DA CUNHA
FRANCISCO MARTINS
RORIZ
FRANCISCO XAVIER
DA COSTA
FRANCISCO DIAS
MARTINS
FRANCISCO PINTO
FRANCISCO DE SOUZA
FALCÃO (Ten.-General)
FORTALEZA DOS REIS
FORTE DOS REIS MAGOS
FRANCISCO DE FRIAS
DA MESQUITA
FORTALEZA DOS REIS
MAGOS
FREGUESIA DE NOSSA
SENHORA
D'APRESENTAÇÃO
FRANCISCO SEVERIANO
(Cônego)
FIDALGO
FRANCISCO DE TAVORA
FELIPE DIAS
FÉLIX GOMES PEREIRA
FAYARD
FRANCISCO MARÇAL
FAZENDA PAU DOS FERROS
FREGUESIA DE N. S.^a
DA CONCEIÇÃO
FRANCISCO GOMES
D'ALBUQUERQUE
MARANHÃO
FRANCISCO BARRETO
MACIEL
GUARAHIRA
GONÇALO LEITÃO ARNOSO
GERALDO DE SUNY
GUAJU
GARCIA D'ÁVILA
GOIANINHA

GUAPORÉ
 GONÇALO DE CASTRO
 ROCHA
 GREGÓRIO DO VALE
 GAMELEIRA
 GASPAR VAZ DA COSTA
 GRUTA DO BODE
 GAMELEIRA DOS MACACOS
 GUARDADO
 GOIAS
 GUSTAVO BARROSO
 GRANJA
 GUARAPES
 GAMELEIRA
 GALINHOS
 GROSSOS
 GRECIA
 GUABIRABAS (OS)
 GUANABARA
 GONDINS
 GABRIEL SOARES
 DE SOUZA
 GASPAR VIEGAS
 GRASIA DO REGO
 GUAGERU
 GUAJIRU
 GUINÉ
 GUAMORÉ
 GUAMARÉ
 GUERRA DO GENTIO
 BARBARO
 GONÇALO ANNES
 BANDARRA
 GUARDA
 GULANDIM
 GULANDI
 GROAIRAS
 GUIANA FRANCESA
 GUAMORÉ
 GRAVATA
 GLAUCIDIUM
 BRASILIANUM G.M.
 GERONTICUS ALBICOLLIS

GANGORRA
 GANGORRINHA
 GARAPA
 GARATUI
 GARATUBA
 GARATIBA
 GUARATUBA
 GENIPAPO GERVASIO
 GERVASIO GUILHERME
 MARTINS
 GIRAU
 GITO
 GUAREA TUBERCULATA,
 Vell.
 GOIANA GRANDE
 GRAMACIO
 GRAMARÉ
 GRARARMINE
 GROARAIRAS
 GUIRAIRAS
 GOAIRAS
 GUABIRABA
 GUACIMICOARA
 GUAJIRU
 GUAJU
 GUAJU
 GUAICI
 GOACI
 GOAJU
 GOAJEI
 GUAPORÉ
 GUARAPORÉS
 GUARACI
 GUARAHUG
 GUARAMIRANGA
 GUARARAPES
 GUARATAMA
 GUARIBA
 GUAXINIM
 GALICTIS VITATA
 GURUPA
 GUERRA DOS CARIRIS
 GONGOLO

HISTÓRIA DO RIO GRANDE	IPA
DO NORTE	INSTITUTO HISTÓRICO
HISTÓRIA DO ESTADO	INÁCIO GOMES
DO RIO GRANDE	DA CÂMARA
DO NORTE	IBACUPARI
HISTÓRIA DO MUNICÍPIO	INÁCIO FERREIRA DE GOIS
DE SÃO JOSÉ	IMBOACICA
DE MIPIBU	IZOMBA
HISTÓRIAS QUE O TEMPO	ITÃES
LEVA	IMBURANA
HISTÓRIA DA CIDADE	IMBU
DO NATAL	INXU
HERACLIO PIRES	IGRAMANCIO IBIS RUBRA
HANRYS DER WOESTYNE	IANDU
HENRIQUE CASTRICIANO	IAPUÁ
CASTRICIANO Henrique	IBIAPABA
HERMOGENS LIMA (Cap.)	ICÓ
INHARÉ	ICÓS
ITAPASSAROCA	ICOZINHOS
ITAPÉ-ÇOROCA	ICU
ITAÚ	IGARAPE
ISABEL DA ROCHA	IMBE
IPANEMA	IMBUAÇUAPE
ICATU	IMUNA
ICARAI	INGA
IGUATU	INGAZEIRA
IPUEIRA	INHANDU
ITAÚ	INXUI
IPANGUAÇU	INXUHI
IMPERTINENCIA	IPIRANGA
ILHA DAS MOÇAS	IRACEMA
ITAGUABA	IRAPOÁ
IURUI	IRAPURU
IGREJA NOVA	IRIMUÁ
IGREJINHA	IRUMOGOA
IGAPÓ	IRUNAMONGUA
IELMO MARINHO	ITABAIANA
IPOEIRA	ITACOATIARA
ISABEL FRANCISCA	ITAMARATI
RODRIGUES	ITAPACURÁ
IGREJA CATÓLICA	ITARETAMA
IJAPARY	INTÃO

ITANHA
ITANIA
INTANHA
IITU
INDIA
ÍNDIAS ORIENTAIS
IGAPEBA
ÍNDIAS HOLANDESAS
IMPERATA BRASILIENSIS
INHAMBANE
IMBUAÇUPE
IBIXUNA
ITERONNE
ITERÔ
ILHA DAS OFICINAS
ILHA DO PISA-SAL
ILHA DE MANOEL
GONÇALVES
IPARARI
IBITIARA
IMBU
IPANEMA
ITINGA
ITAÍPI
INHARÉ
INSPETOR REGIONAL
DO I.B.G.E.
ILMA MELO DINIZ
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO RIO
GRANDE DO NORTE
IVO ABDIAS FURTADO
DE MENDONÇA E
MENEZES (Tel.-Cel.)
INÁCIO GOMES
DA CÂMARA
ITALIA
ICÓ
INÁCIO BEZERRA DE MELO
IMPrensa OFICIAL
INÊS FERREIRA DA COSTA
ILHA DO FLAMENGO
ILHAS BRITÂNICAS

IMPrensa PERIÓDICA
NO RIO GRANDE
DO NORTE (A)
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DO RIO
GRANDE DO NORTE
IRINEU JOFFLY
I.B.G.E.
INDEPENDÊNCIA
ILHA DO CASQUEIRO
INSPETORIA FEDERAL
DE OBRAS CONTRA
AS SECAS
ISABEL
ILHA DOS GROSSOS
IMPERATRIZ
IEHA GRANDE
IPUEIRA DE SÃO BRÁS
ITARETAMA
I.F.O.C.S.
ILHA DE MANOEL
GONÇALVES
ILHA DO AMARGOSÓ
ISABEL DA ROCHA
IGREJA DE N. S.^a DO Ó
IMPERATRIZ TEREZA
CRISTINA
JOSEPH LEITÃO ARNOSO
JERÔNIMO DA ROCHA
JIRÔNIMO SANCHEZ
DA SILVA
JUNDIAÍ
JAGUARIBE
J. CAPISTRANO DE ABREU
JOSÉ BARBOSA LEAR
JOÃO FERNANDES VIEIRA
JOSÉ VIEIRA AFONSO
A CARTA REAL DE D. JOSÉ
D. JOÃO (Príncipe Regente)
D. JOÃO III
JOÃO LEITÃO DE AZEVEDO
JOSÉ DE ALBUQUERQUE
SOUZA

JENIPAPEIRO
 JAPÃO
 JOSÉ DE MORAES NAVARRO
 JACU DA SERRA DAS ALMAS
 JOÃO DA COSTA GOMES
 JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA
 JOÃO DE SOUZA BANHOS
 JACU
 JULIAO BORGES DE BARROS
 JUCURUTU
 JANDUIS
 JACAUNA
 JAGUARARI
 JERICÓ
 JERUSALÉM
 JOÃO CÂMARA
 JOÃO DE LUCENA
 JOÃO DE BARROS
 JERÔNIMO VINGT-UN
 ROSADO
 JANUARIO CICCIO
 JAPI
 JUNCO
 JOSÉ DA PENHA
 JUREMAL
 JUAZEIRO
 JAÇANÃ
 JANDAÍRA
 JARDIM DE ANGICOS
 JARDIM DE PIRANHAS
 JARDIM DO SERIDÓ
 JOSÉ PEREIRA
 DE FONSECA (Cap.-Mor)
 JOÃO DIAS
 JOAQUIM CLARA
 DE OLIVEIRA
 JOÃO CORREIA DE SOUZA
 E OLIVEIRA (Alf.)
 JACÓ
 D. JOÃO V
 JOÃO DO VALE BEZERRA
 JARARACA

JOAQUIM DELINO
 DE MEDEIROS
 (Capitão Cocó)
 JUSTINO FERREIRA
 DE SOUZA
 D. JOÃO III
 JOÃO DE TIBA
 JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ
 JOÃO CARLOS WANDERLEY
 JOANA DE FREITAS
 DA FONSECA
 JOÃO MARQUES MOREIRA
 JOÃO LEITÃO ARNOSO
 JAPI-DE-BAIXO
 JAPI-DE-CIMA
 JOÃO GOMES
 JAN GOMES
 JOÃO GOMES (Major)
 JOÃO PESSOA
 JOSÉ LEÃO FERREIRA
 SOUTO
 JOSÉ VIEIRA AFONSO
 JOSEPH RIBEIRO DE FARIA
 JOSEJA MARTINS
 JACOB RABI
 RABI, Jacob
 JORGE DE FRANÇA
 JORGE FERREIRA DA SILVA
 JOAQUINA PEREIRA
 DE GUSMÃO
 JOSÉ DE ALENCAR
 JOÃO BRIGIDO
 JOÃO FERREIRA CARNEIRO
 JACARANDÁ PROCERA
 JACARANDÁ BRASILIANA,
 Pers.
 JOÃO GALAMASTRO
 JENIPAPO
 JITO
 JOÃO JOSÉ MACHADO
 (Alferes)
 JULIDEOS

JOÃO MOREIRA DA CUNHA
JACUMAÛBA
JACUMAÛMA
JOÃO DAMASCENO XAVIER
CARNEIRO (Pe.)

JABURU
JABIRU
JACARACI
JACARACICA
JACARÁ-MIRIM
JACARAMIRIM
JACARAU
JACARÉ
JACUHU
JACUZINHO
JACUMIRIM
JACUMÃ
JACUMAN
JACURUTÃ
JAGUARARI
JAGUARARIBE
JAMBEIRO
JANDIRA
JANDUIM
JANDOVÍUS
JAN DU WY
JANDOIM
JANGADAS
JANGA
JAPARANDIBA
JAPARANDUBA
JANDIPARANA
JAPECANGA
JAPIM
JOÃO CONGUINHO
JARACATIA
JARACATIA DODECAPHYLA,
D. C.

JARAMATAIA
JAÚ
JAVARI
JABOTÁ

JATAÍ
JENIPABU
JENIPAPEIRO
JENIPAPO
JIA
JICURI
JIQUI
JEQUI
JIRIMUM
JITIRANA
JUA
JUBA
JOÃO PATRÍCIO DA SILVA
JUCA
JUCAS
JUQUERI
JUCURUTÃ
JUCURUTU
JUNDIA
JUREMA
JUREMAL
JUREMINHA
JUREMENHA
JURUPARI
JURUTI
JABURU-MOLEQUE
JOÃO REMÍGIO
DA SILVEIRA
JARATICÁCIA
JARITACACA
JABITACÁ
JOHN GROSSWEILER
D. JOSÉ
JACQUES RAIMUNDO
JOSÉ INÁCIO MARINHO
JOÃO MOREIRA CORDEIRO
CASTELO BRANCO
JOÃO MANOEL
DE CARVALHO (Ten.)
JOSÉ GOMES DA COSTA
(Ten.)

JOSE ALVES DE OLIVEIRA
JOÃO CRISÓSTOMO
DE OLIVEIRA
JOÃO RODRIGUES COLAÇO
(Capitão)
JUÇARA
JACU
JUNDIÁ-PEREREBÁ
JUNDIÁ-DE-CIMA
JOÃO CARNEIRO
DA CUNHA (Cap.-Mor)
JACAÚNA
JOSE LOPES GALVÃO
(Sgt.-Mor)
JOÃO FRANCISCO RIBEIRO
JOÃO DE BARROS
JACQUINIA TINGUI
JÃO
JOSE PEGADO GALVÃO
JOAQUIM JOSE DA COSTA
D. JOAQUIM ANTONIO
DE ALMEIDA
JOSE FRANCISCO
BRANDÃO CAVALCANTI
JOÃO ATAÍDE DE MELO
JOSE BATISTA
DOS SANTOS (Major)
J. C. R. MILLIET
DE SAINT-ADOLPHE
JOSEPH FREIRE
FREIRE, Joseph
JOÃO DE PAIVA (Padre)
JATOBA
JOSE MATOS SILVA (Vigário)
JOSE SAMUEL DE ARAÚJO
JOÃO LÚCIO FONSECA
JOSE VIEIRA (Des.)
JOSE CLEMENTINO BESSA
JOÃO MOREIRA DA CUNHA
JOSE RODRIGUES DA SILVA
JOÃO FRANCISCO
DOS SANTOS

JOÃO DA PURIFICAÇÃO
(Frei)
JOÃO CLEMENTE (Padre)
JERÔNIMO DE QUEIROZ
CASTRO
JOÃO GUALBERTO
JOSE OLIMPIO
DO NASCIMENTO
JOSE PAULINO DE
OLIVEIRA GARROTE
JOSE MARIA DE SOUZA
LIMA
D. JOSE FRANCISCO
JOSE ANTONIO
DE CARVALHO
JOÃO FRANCISCO
DA COSTA (Cap.)
JOSE DA COSTA VILARINHO
JOSE GEORGINO ALVES
AVELINO
JOÃO DE OLIVEIRA
MENDES
JOÃO DE FREITAS
DA CUNHA
JOSE PACHECO
JOSE AUGUSTO
DOM JOSE I
JOAQUIM XAVIER DA
SILVEIRA JÚNIOR
JOAQUIM FERREIRA
CHAVES
JOSE AUGUSTO BEZERRA
DE MEDEIROS
JUVENAL LAMARTINE
D. JOÃO VI
JOÃO SAMUEL DE ARAÚJO
JOAQUIM RIDRIGUES
SERREIRA (Cap.)
JOSE COELHO DE SOUZA
JUSTINO FERREIRA
DE SOUZA
JUSTINO DA BOA
ESPERANÇA

JOSEPH BARBOSA LEAL
JOSÉ GONÇALVES
 DA SILVA (Ten.)
J. ULRICH GRAF
JOÃO GOMES DA SILVA
JOÃO MENINO
JOÃO FRANCISCO DE BORJA
JOÃO DO VALE BEZERRA
JOÃO DE ALBUQUERQUE
 MARANHÃO CUNHA
JOSE VIEIRA AFONSO
JOSE FÉLIX DO REGO
 BARROS
JACOCA
JOAQUIM PEREGRINO DA
 ROCHA FAGUNDES
JOSE FÉLIX RODRIGUES
JOÃO DEITADO DE BRITO
JOÃO SOARES DE MARIA
JOÃO PINTO
JOÃO ALFREDO PIRES
 GALVÃO
JOÃO PESSOA DE
 ALBUQUERQUE
JOSE JOAQUIM DA SILVA
JOAQUIM JOSÉ DE ARAÚJO
 MEDEIROS
JOSE VIEIRA DE MELO
JOSE AUGUSTO VARELA
JOAQUIM JOSÉ CORREIA
JOAQUIM BOI
JOÃO TIBÚRCIO DA CUNHA
 PINHEIRO
JOSE ANTÔNIO DE MARIA
 IBIAPINA (Padre)
JOSE DANTAS
JOÃO DE MELO (Padre)
JERONIMO ROSADO
JERONIMO DIX SEPT
 ROSADO
JOSE ALVES DE OLIVEIRA
JOSE DE BRITO MACEDO

JOÃO FRANCISCO
 DOS SANTOS
JOAQUIM ALVARES
 DA COSTA
JOÃO MARQUES DE
 CARVALHO (Ten.-Cel.)
JOÃO PATRÍCIO DA SILVA
 JUBA
JOÃO MANUEL
 DE MEDEIROS
JOÃO FERNANDES
 DA SILVA
JÁCIO FIUZA
JUVINO BARRETO
JOÃO BATISTA CONFESSOR
JULIÃO BORGES GOES
JAPI-DE-FORA
JAPI-DE-BAIXO
JACU-DE-CIMA
JOÃO SEVERIANO
 DA CÂMARA
JOÃO PINTO
JOSE DA PENHA ALVES
 DE SOUZA
JOSE AUGUSTO BEZERRA
 DE MEDEIROS
JOÃO BERNARDO
 DA SILVA
JOANA GOMES FREIRE
JOSE CORREIA
JOÃO ANSELMO
JOSE PINHEIRO TEIXEIRA
JOSE LUÍS PEREIRA
JOÃO FRANCISCO BORGES
JOANA MARIA DA FONSECA
JOAM FILGUEIRAS
 MONTEIRO
JOÃO MARTINS FERREIRA
JOSE INÁCIO BORGES
 (Ten.-Cel.)
JOSE VIEIRA AFONSO
 (Padre)
JOÃO FRANCISCO RIBEIRO

JERONIMO SANCHES
DA SILVA
JOSÉ DE OLIVEIRA LEITE
JERONIMO DE
ALBUQUERQUE
JOSE MOREIRA BRANDÃO
CASTELO BRANCO
SOBRINHO
JOÃO RODRIGUES CALAÇO
JUNQUEIRA AIRES
JOÃO LOSTOU-NAVARRO
JOSE GOMES DA NEVES
(Padre)
JUNDIA-PEREIRA
JOSEPH LE BRIX
JEAN MERMOZ
JAMES MOLLISON
JOÃO VICTOR
JANUARIO LUCAS
JANUARIO PEDRO DA SILVA
JOÃO LEITÃO (Cap.)
JOAM LEITAM ARNOSO
JOAQUIM FELÍCIO
DE ALMEIDA CASTRO
JUSCELINO KUBITSCHKE
DE OLIVEIRA
JOSE INACIO FERNANDES
BARROS
KIXUBU
KUXIBA
KILOMBO
KERGINALDO CAVALCANTI
KOSTER
LOURENÇO DE FARIA
LEITÃO
LUIS DE SOUZA FURNA
LISBOA
LUANDA
LUIS GOMES
LIVRE-ME-DEUS
LAJES
LOGO-TEM

LAGOA DOS CAVALOS
LUCRÉCIA
LAGOA DOS VELHOS
LAGOA DANTA
LAGOA DE PEDRAS
LAGOA NOVA
LAGOA SALGADA
LAGOINHA
LONG WAY
LUISA
LAJES PINTADAS
LAJEIRO DO CUMARU
LAPA
LEITE DE VASCONCELOS
LUIS SOARES CORREIA
LOURENÇA D'ARAÚJO
CORREIA
LOURENÇO JOSE DE
MORAES NAVARRO
LOURENÇO JOSE
LAMPILÃO
LUZIA
SANTA LUZIA
LIVRO QUE DA REZÃO
AO ESTADO DO BRASIL
LEIRIA
LAGOA DE ESTREMOZ
LAGOA DO GUAGERU
LAGOA DO PARI
LÍNGUA DE VACA
L(uís) da C(âmara) C(ascudo)
LUIS FERNANDES
(desembargador)
LANTANA CÂMARA
LUNDA
LIMOAL
LOGRADOURO DO JUBA
LOPTOPTILA RUFAXILA
LIMA
LUCALA
LUANGUA
LOGRADOURO

LICURI
 LAGOA COMPRIDA
 LAGOA BASA
 LAGOA DO FUMO
 LAGOA DAS PENDÊNCIAS
 LUCAS GONÇALVES
 LEPORINUS ESP.
 LEPORINUS CONIROSTRIS
 LEIRIA
 LUIS MANUEL FERNANDES
 SOBRINHO (Des.)
 LUIS DE CAMÕES
 LUSIADAS
 LYTOPODIUM
 GRUTINIFERUM, Badd.
 LADEIRA DO SUSPIRO
 LAGOA DE ITAPACURA
 LAGOA DO TIMBÓ
 LARANJEIRAS
 LUISA DE OLIVEIRA
 LUIS BARBALHO BEZERRA
 LEONEL ASSUNÇÃO
 LAMPIÃO
 LOURENÇO DA ROCHA
 LUIS GAZUZA DA SILVA
 LUIS CABOCO
 LUIS DE FRANÇA
 LUIS MARTINS
 DE OLIVEIRA BARROS
 LUISA MARIA
 DA CONCEIÇÃO
 LAGOA DAS BÉSTAS
 LÓPEZ DO PARAGUAI
 LAGOA DE PEDRAS
 LONDRES
 LUIS BARBOSA DA SILVA
 LUIS PEREIRA TITO
 JACOME
 LUIS GOMES DA SILVA
 LAGOA DA PANELA
 LEANDRO DA CUNHA
 BEZERRA CAVALCANTI
 LEANDRO BEZERRA

LUIS MANOEL FERNANDES
 LULA GOMES
 LUIS CARLOS PRESTES
 LIVRAMENTO
 LUIS DE SANTA
 TEREZA (D.)
 LUIS FERNANDES
 DE SOUZA
 LUIS DA FONSECA E SILVA
 LAGOA DOS ESPINHEIROS
 LUIS GOMES DE MEDEIROS
 LOMBARDIA
 LEONARDO TAVARES
 DE MELO (Padre)
 LOURENÇO DE FARIA
 LEITÃO
 LUIS DE SANTA TERESA
 (Frei)
 LUCIO MENDONÇA DE SÁ
 (Padre)
 LEONARDO BEZERRA
 CAVALCANTI (Sgt.-Mor)
 LAGOA DO JABOTÁ
 LUCAS GONÇALVES
 LAURENTINO PEREIRA
 NETO
 LATECORERE
 LUIS TAVARES GUERREIRO
 (Cap.)
 LEANDRO SARAIVA
 DE MOURA (Cap.)
 LUIS DA ROCHA PITA
 DEUSDARA
 LEANDRO RODRIGUES
 BRAGA
 LOPO ALBUQUERQUE
 CÂMARA
 MAXARANGUAPE
 MARCOLINO (Dom)
 MOSSORÓ
 MANOEL RODRIGUES
 COELHO

MANOEL GONÇALVES
DINIZ

MACAU
MANOEL GOMES TORRES
MALHADA VERMELHA
MILHÃ
MELANCIAS
MUCAMBO
MULUNGU
MANOINHO
MINGOTE
MASSAGANA
MATO GROSSO
MARROCOS
MAZAGÃO
MOMBAÇA
MATIAS CAVALCANTI
MAXINARÉ
MALHADA GRANDE
MÁRIO DE CASTRO
DA ROCHA

MICHEL BRÉL
MENDES
MARTINS
MOSSORÓS
MÃE LUISA
MÃE ISABEL
MORADA NOVA
MAVIOSE
MARAVILHA
MATO GRANDE
MAL-ASSOMBRADOS
MANHOSO
MONTE SANTO
MONTEVIDÉO
MOITA-DO-ANJO
MISERICÓRDIA
MILAGRE
MINAS GERAIS
MARANHÃO
MARCELINO VIEIRA
MANIHOT GRAZIOVIL, Mull

MORAES
MÉXICO
MINHO
MACAIBA
MONTE DAS GAMELEIRAS
MATA DE SÃO BRÁS
MATA
MANGABEIRA
MANIÇOBA
MONTAIGNE
MADEIRA
MONTE ALEGRE
MANOEL DE JESUS BORGES
(Padre-Mestre)
MANOEL DE ABREU
SOARES
MARIA SOARES CORREIA
MANOEL OSÓRIO
DE BARROS
MARCOLINO BESSA
MARIQUERÉ
MIGUEL CARLOS CALDEIRA
DE PINA CASTELO
BRANCO (Juiz)
MANOEL CORREIA
PESTANA
MANOEL NOGUEIRA
DA COSTA
MARIAS PRETAS
MARIAS (As)
MARIA GORDA
MARIA GOMES
MAJOR GOMES
MANJOGOME
MÁRIO MELO
MOÇAMBIQUE
MINEIRO
MANGANA
MANOEL PEREIRA
MONTEIRO
MAIACU
MEIO
MELANOXYLON BARAUNA

MANOEL RIBEIRO
DA FONSECA

MACACO
MAURITIA VINIFERA, Mart.
MUCEQUES
MORRO DO FLAMENGO
MOXICO
MONXORÓS
MEGALOPS ATLANTICUS
MARCGRAVE
MAIRAGIQUIG
MARAGOGIPE
MOREIA
MOREIRA
MALANGE
MANOEL RAMALHO
MISSÃO VELHA
MAMORÉ
MURIÚ
MIRIAPODES
MUÇUAPÉ
MYTILUS
MARTIUS (von)
MACACAÚ
MACUCAÚ
MACACA
MACAÉ
MACAÚBA
MACAIÚBA
MACAMBIRA
MACAPÁ
MACASSA
MACASSAR
MALÁSIA
MACASSÁ
MACAXEIRA
MANIHOT DULCIS, Pax.
MACEIÓ
MAMAMGUAPE
MANAIRAMA
MANDACARU
MANDIOCA

MANIHOT UTILISSIMA,
Pohl.

MANDU
MANOEL
MAND-U
MANDU-TOLO
MANGABEIRA
MANGANGÁ
MANGANGABA
MANGUARI
MAGUARI
MANIÇOBA
MANIHOT
MANIHOT GLAZIOVII, Mull.
MANIÇOBAL
MANINBU
MANOÍNO
MANUÊ
MANOÊ
MAPIRUNGA
MUPURUNGA
MARACAJAÚ
MARACANAÚ
MARACUJÁ
MARAÚ
MARAJA
MARAIA
MARI
MARIZEIRA
MARITACACA
MEPHISTIS SUFFOCANS
MARITAFEDE
MAROBÊ
MARRECA
MASSANGANA
MASSANGANO
MOÇAMBIQUE
MASSAPÊ
MASSARANDUBA
MIMUSOPS ELATA, Fr. All.
MAÇARANDIBA
MATURI
MOTURI

MUTURI
 MAXINARÉ
 MAXIXE
 MACHICHE
 MARROCOS
 MARAPUCU
 MENDOLIM
 MENDOBI
 MANDOBÍ
 MUNDOBI
 MENDOIM
 MIDOBIM
 MIDUIM
 MERAL
 MEREJO
 MIASSABA
 MBIAÇABA
 MILHÃ
 MINGOTE
 MIUNS
 MINHUS
 MOCÓ
 MOFUMBO
 MOLEQUE
 MOMBUCA
 MELIPONA CAPITATA
 MOMBUCÃO
 MONIN
 MORIM
 MONIN
 MUNIN
 MADRASTA
 MADAVAPALAM
 MOQUEM
 MINIM
 MORORÓ
 MONXORÓ
 MOUXORÓ
 MOXICO
 MUÇUAPE
 MULUNGU
 MOLONGO
 MUMBAÇA

MOMBAÇA
 MURICI
 MURIU
 MURZELAS
 MUSSUSSUAMA
 MUTAMBA
 MUTAMBEIRA
 MUTUCA
 MOQUILEA TOMENTOSA,
 Bent.
 MANUEL DE
 MASCARENHAS
 HOMEM (Capitão-Mor)
 MUGIL LIZA, Cuv.
 MANJUBA
 MENIDIA BRASILIENSIS
 Cuv. & Val.
 MANOEL MARTINS VIANA
 (Cap.)
 MANOEL GOMES TIÇÃO
 MATA-QUIRI
 MUSEU NACIONAL
 MEROXYLON LEAVE Hart.
 MANOEL GOMES DE
 AZEVEDO (Padre)
 MANOEL DE SAMPAIO
 COELHO
 MUGIL INCILES
 MARIA DA ANUNCIAÇÃO
 DE JESUS
 MANOEL DA CUNHA
 CAMELO
 MORRO DO TIBAU
 MANOEL RODRIGUES
 TABORDA
 MANOEL RODRIGUES
 COELHO (Cel.)
 MACLURA TINCTORIA,
 Endl.
 MARIZEIRA
 MARI
 MANUEL DANTAS

MANOEL ALVES BARBALHO
MANOEL GOMES
DA SILVEIRA
MARCOS PEREIRA
DOS SANTOS
MANOEL PINHEIRO
TEIXEIRA (Padre)
MATOS (Vigário)
MOISÉS VILAR
M. RODRIGUES DE MELO
MANOEL RODRIGUES
TABORDA
MATIAS DE LIMA
MANUEL SEVERIANO
DE MACEDO
MANUEL RODRIGUES
SANTIAGO
MALHADA DO TRARI
MANOEL JOSÉ DE MATOS
MANOEL FERREIRA
BORGES (Padre)
MARACAJÁ
MANOEL GALVÃO
MARCELINO GOMES
MOPPOBU
MOPEBI
MEPEBU
MARIA I
MATA DA BICA
MIGUEL BERTO
MILHARADAS DO GENTIO
MATRIZ DE N. S.^a
DA APRESENTAÇÃO
MANOEL BARBOSA
DE FREITAS
MANOEL PEREIRA
MONTEIRO
MARIZ
MATIAS MACIEL
MANUEL FERREIRA NOBRE
MUNICIPIO E VILA
DE CARAÚBAS

MANUEL DANTAS
MUNICIPIOS DO RIO
GRANDE DO NORTE
MUNICIPIO DE AÇU (O)
MONOGRAFIA HISTÓRICO
MANUEL JACOME DE LIMA
MUNICIPIO DE CARAÚBAS
M. RODRIGUES DE MELO
MARTINS (C. F. F. von)
MAIORIDADE
MANUEL DO NASCIMENTO
CASTRO E SILVA
MÁRIO LEOPOLDO
PEREIRA DA CÂMARA
MANUEL ESTEVES
DE ANDRADE (Sgt.-Mor)
MANOEL DE ABREU
SOARES (Sgt.-Mor)
MIGUEL BARBALHO
BEZERRA
MUQUÊM
MANOEL NEGRÃO
MATOS ALTOS
MATA DA "ESTRELA"
MANOEL PINHEIRO
TEIXEIRA
MANOEL SALUSTINO
GOMES DE MACEDO
MANUEL OSÓRIO
DE BARROS
MELÃO
MANOEL DE MEDEIROS
ROCHA (Sgt.-Mor)
MEREJO
MANOEL JOAQUIM CAMISA
MATO VERDE
MANOEL DO VALE
MACARITÁ
MANOEL DE MORAES
(Padre)
MANOEL LOPES
DE MENDONÇA

NHAMBITIJI
 NITERÓI
 NICTHEROI
 NASUA SOLITARIA
 NOMES DE AVES
 EM LINGUA TUPI
 NOSSA SENHORA
 DOS IMPOSSIVEIS
 NELSON DE SENA
 NAMBU
 N'ZAMBI
 N'GANGA ZAMBI
 N'ZUMBI
 N. S.^a DO DESTERRO
 N. S.^a DO PATROCÍNIO
 NOMES DA TERRA
 NOTÍCIA HISTÓRICA
 DA CIDADE DE SÃO
 JOSE DE MIPIBU
 NOÇÕES SOBRE A
 HISTÓRIA E
 GEOGRAFIA DO
 MUNICÍPIO DE AÇU
 NOÇÕES DE HISTÓRIA E
 GEOGRAFIA DO RIO
 GRANDE DO NORTE
 NOTAS E DOCUMENTOS
 PARA A HISTÓRIA
 DE MOSSORÓ
 NOTÍCIA HISTÓRICA DO
 MUNICÍPIO DE
 SANTANA DO MATOS
 NOMINATA ALFABETICA
 DOS MUNICÍPIOS
 NOSSA SENHORA
 DE FATÍMA
 DE ÁGUA NOVA
 NOSSA SENHORA
 DO SOCORRO
 NICOLAU MENDES
 NOTAS DE UM MÉDICO
 DE PROVINCIA
 N. S.^a DA CONCEIÇÃO

NOÉ
 OITICICA
 OLHO-D'ÁGUA DO ANJO
 OESTE
 OCO DA COBRA
 ORDENAÇÕES AFONSINAS
 OLHO-D'ÁGUA DO BORGES
 OLHO-D'ÁGUA DO MILHO
 OLHO-D'ÁGUA DO
 KATUNDA
 OLHO-D'ÁGUA DO ARARÉ
 OLHO-D'ÁGUA DA
 BORRACHA
 OLHO-D'ÁGUA DO BONITO
 OLHO-D'ÁGUA DA DORNA
 OLHO-D'ÁGUA DO BUGIO
 OLHO-D'ÁGUA
 ORIENTE
 OURO BRANCO
 OLINDA
 OLIVEIRA LIMA
 OUTEIRO DO MINHOTO
 OSCAR RIBAS
 OXINOUM
 OFICINAS
 O
 OURO BRANCO
 OFICINAS
 OITICICA
 OITIZEIRO
 OITI
 OURICURI
 OEDIPLEURA CORDATA
 OSÁ
 ORELHA DE NEGRO
 OLHO-D'ÁGUA DE
 FRANCISCO PEDRO
 OSSAU
 OURS-SAULT
 OLIVEIRA LEDO
 OLHO-D'ÁGUA
 DAS CAJAZEIRAS

OLINDA
 OLHO-D'ÁGUA
 OTON OSÓRIO DE BARROS
 OLIVEIRA LEDOS
 OLHO-D'ÁGUA PANATY
 OMAR O' GRADY
 GRADY O' Omar
 OLHO-D'ÁGUA DE
 FRANCISCO PEDRO
 OLHO-D'ÁGUA DO BREJO
 PIRANHAS
 PERNAMBUCO
 POTENGI
 PIRASSUNUM
 PAU DOS FERROS
 PARAIBA
 PIANCÓ
 PINHARAS
 PORTO DE TOUROS
 PASSAGEM VELHA
 PILÕES
 PITOMBEIRA
 PARAZINHO
 PARA
 PENDÊNCIAS
 PARATIUBA
 PIRITUBA
 PANEMINHA
 PANEMA GRANDE
 PIRAPORA
 POÇO DA CRUZ
 PEDRA PRETA
 PEDRA BRANCA
 PEDRA D'ÁGUA
 PEDRA GRANDE
 PEDRA BARBADA
 PATACORÓ
 PEGA-ARADIRÓ
 PACANHARÉ
 PUXI
 PARAÚ
 PAPACEIA

PASSA-E-FICA
 PELO SINAL
 PERDIÇÃO
 PEDRO AVELINO
 PAI DOMINGOS
 PATU
 PONTA FRANCESA
 PORTEIRAS
 PASTOS BONS
 POÇO DAS CABRAS
 PASSAGEM DO GADO
 PASSAGEM DA ONÇA
 PASSAGEM DO TAPUIO
 POUSA
 PANATIS
 PAU DO TAPUIO
 PAI JOSÉ
 PAI JOÃO
 PARAISO
 PROVIDÊNCIA
 POR ENQUANTO
 PALESTINA
 PARAGUAI
 PORTUGAL
 PARAÚ
 PASSO DO CAMARAGIPE
 PARANÁ
 PARNAMIRIM
 PASSO FUNDO
 PASSO MANSO
 PASSO LISO
 PASSO DO FIDALGO
 PIAUI
 PEDRO MALASARTE
 PASSAGEM DA CAATINGA
 PASSAGEM DA SERRA
 PASSAGEM DOS
 CAMBOEIROS
 PASSAGEM DA
 CONCEIÇÃO
 PASSAGEM
 PASSAGEM DO FREIJÓ
 PASSA TRES

PASSA QUATRO
PASSA DEZ
PASSA VINTE
PICADA HARTZ
PICADINHA
PICADA DE FRANCISCO

JOSÉ

PICADA DA GAMELEIRA
PICADA DAS OITICICAS
PICADA DO ROÇADINHO
PICADA DO LOGRADOR
PICADA DO OLHO-D'ÁGUA
PORTUGAL VELHO
PORTO
PEDRO GONÇALVES

DE NOVOA

PENINSULA IBÉRICA
PINHEIRO MACHADO
POÇO DA PEDRA
POÇO VERDE
POÇO REDONDO
POÇO SALOBRO
POÇO BRANCO
POÇO LIMPO
PORTO SEGURO
PORTO DOS MANGUES
PAU-FERRO
PUREZA
PEDRA D'ABELHA
PEDRA CUMPRIDA
PARELHAS
PITUAÇU
PANEMA
PARAÇU
PIATÓ DE CIMA
PAULISTA
PAIACUS
PRITUBA
PIRITUBA
PORTALEGRE
PACAVIRA
PAQUEVIRA
PRAQUEVIRA

PACOVA
PARACAURI
PAPAGAIO
PERO LOPES DE SOUZA
PARACAURI
PERCAURI
PERCUOARI (Cabo)

PERO CABRIM
PERO CAVARIM
PERO CAPARIGO
PERO CABARIGO
PERO CAPICO
PIRAJA DA SILVA
PARACAURI
PAPAGAINHO
PAJUÇARA
PAPARI
PAPARY
PARI
PILLOENS
PEDRO GONÇALVES

ESTÊVES

PARATURA
PLANTAS DO NORDESTE
PADBERG DRENPOL
PLINIO AIROSA
PATACHOCA
PONTA DOS TRÊS IRMÃOS
POÇO DA ANTA ESFOLADA
PODI
POTI
PAJACUS
PRIMEIRO
PEDRO VELHO
PORTULAÇA OLERACEA
PANATICUREMAS
POTIGI GRANDE
PEQUENO
PHYSALIS ANGULATA
PONTA NEGRA
PEDRA DE SAL
PANICUM MAGESTON
PANELAS

POLYBORO VULGARIS
 POÇO DA VAVAGEM
 PITADENIA MONILIFORMES
 PAULINO NOGUEIRA
 PARAGUAI
 PORTO-MIRIM
 PROCHILODUS
 RETICULATUS
 PIPA EURURU
 PLEIADES
 PIRANGI DO NORTE
 PIPA
 PEQUENA GUIANA
 PITIMBU
 PASPALUM
 PABUNA
 PHILODENDRON
 POLIDESMODEOS
 POUCOUMA MOLLIS
 PARRA JAÇANA
 POTIGI
 PENELOPE
 PORCOS
 PIPERI
 PLATYSTOMA
 PLATYSTOMA SPATULA
 POVOAÇÃO DO CUIÇÉ
 PAULISTA
 PSITTACUS NOBILIS,
 Illing.
 PASSIFLORA EDULIS,
 Linn.
 PORTO RICO
 PAU-FERRO
 PUREZA
 PLANTAS ÚTEIS DA ÁFRICA
 PORTUGUESA
 PITUAÇU
 PROMICROPS GUTTATUS
 PIAÇABA
 PIAÇÁ
 PAPA-TERRA
 PLATONIA

PITU-MIRIM
 PORTO FRANCO
 PORTO DAS OFICINAS
 PLERAGINA UMBROSÍSSIMA
 PABUNA
 PAVUNA
 PACATUBA
 PACAS
 PACÓ
 PACOBA
 PAJEÚ
 PAJUABA
 PAJUSSARA
 PANATICUREMAS
 PANON
 PAPACU
 PAPAICU
 PAPAYCU
 PARAGUAÇU
 PASPARY
 PAPARY
 PIRA
 PUREUA
 POTECA
 PAPEBA
 PAPEBINHA
 PAPIRANGA
 PAPITUM
 PAQUEQUER
 PARARACA
 PARATI
 PARATURÁ
 PARAÚ
 PATACHOCA
 PATAXÓ
 PATA-XOCA
 PATACORÓ
 PINTACORÓ
 PATAIRA
 PATANÉ
 PATURÁ
 PEGOARA
 PANGOÁ

PELEGO
PELONHA
PELONINHA
PEQUEÇABA
PIQUITABA
PEREREBÁ
PAU-PEREIRA
PERICÓ
PERIQUITO
PERIQUITINHO
PRIQUITO
PERNambuquinho
PEROBA
PIATÓZINHO
PIAU
PINDOBA
PINGUI
PINHARAS
PINTACORÔ
PINTACACHORRO
PEQUI
PIQUI
PIRACABU
PIRACINUNGA
PYRAMGYPEPE
PYGOCENTRUS
PIRAPIRA
PIRAPORA
PIRAQUIRÁ
PIRAQUEIRA
PIRARI
PYRARI
PIRIPIRI
PIRITUBA
PARATIUBA
PITANGUI
PITANGI
PITIMBU
PUTUMBU
POTUMBU
POTOMBU
POTÁOBU
POTIMBU

PITITINGA
PIQUITINGA
PITOMBEIRA
PITUAÇU
PITUBA
PITU-MIRIM
PONTA DE JACUMÃ
PITU
PIUM
PINHUM
PIXORÉ
POAÇA
PORAQUE
PIRAQUE
PORÉ
POROROCAS
PORTO-MIRIM
POTU-MIRIM
POTIGUAÇU
POTÓ
PRATAGI
PUNAÇU
PUNAHU
PUXI
PRÍNCIPE (Cidade do)
POMBAL
PINTO COUTINHO
PAULA MOREIRA BRABA
PONDA
PANICUM LATIFOLIUM ,
Linn.
PONTA DO SOL
PONSA
PAULÍNIA PINNATA
PULUGA, IL NOME PIU
DIFUSO DELLA
DIVINITA
PORTO DO MARI
POVOAÇÃO DO URUA
PENHA
PEDRO II (Imperador)
PIAPARA
PALMARES

PINTO MADEIRA
POVOAÇÃO DE LAJES
POVOAÇÃO DO COITE
POVOAÇÃO DA MACAIBA
POVOAÇÃO DE MACAU
PASSAGEM DO FREIJO
PORTO DO TOIRO
PEDRO DA COSTA

FALEIROS

PARA
PORTO DE TOUROS
PARAIBU
PONTA DO MEL
PASSAGEM DE PEDRO
PRAÇA DE ANDRÉ
DE ALBUQUERQUE
PRAÇA CARLOS GOMES
PARAWASSU
POVOAÇÃO DE NOVA CRUZ
PEDRA LISA
POVOAÇÃO DE PARAÇ
PIVOT
PICHARD
PARNAMIRIM-FIELD
POR ENQUANTO
PATU DE FORA
PAULA MOREIRA BRABA
PAO DOS FERROS
PEDRO CELESTINO DA
COSTA AVELINO
POVOAÇÃO DE PUREZA
QUIXABEIRA
QUIMQUE
QUINTOS DOS INFERNOS
QUINTAS (As)
QUINTA VELHA
QUINTA
QUIRAMBU
QUIMAYCOCO
QUIPAUA
QUIPEMBE
QUINTURURÉ

QUIXERAMOBIM
QUIMPORÓ
QUINTAS DO RODOLFO
QUATI
QUEBRA QUILOS
QUILOMBO
QUIMPORÓ
QUIMTRIMPOA
QUIMTRINPROHA
QUIRAMBU
QUIRIMBU
QUIRI
QUIXABINHA
QUIXERA
QUIXORE
QUIXODE
QUINCHORE
QUINGUA
QUILOMBO
QUERUBINA SILVEIRA
QUINTOS
QUIXABA DE SÃO BENTO
RIO GRANDE DO NORTE
ROQUE DA COSTA
BARRETO
ROCHA PITA
RIO DO PEIXE
RIO DO AÇU
RIO DE JANEIRO
RUFAM
ROÇAS DOS TAPUIAS
RIACHO DAS CAIÇARAS
RIACHO DO TAPUIO JOSÉ
RIACHO DO PAULISTA
RIACHO DO INGLÊS
RIO DO GADO BRAVO
RIACHO DO GARROTE
RIO DO VENTO
RIO MORTO
RIACHO DO TAPUIO
REMANSO
RETIRO
RAMADA

REJEITADA
RIACHO DO VÍDEO
RIACHUELO
RIACHO DOS NOIVOS
RIACHO DA CRUZ
RIACHO DE SANTANA
RIO GRANDE DO SUL
RECIFE
ROUTE ROYAL
RIO CLARO
RANCHO ALEGRE
RANCHO QUEIMADO
RANCHARIA
RANCHO
RANCHEIRO
RANCH
RANCHER
RIACHO
RUI BARBOSA
RABO DA BÊSTA
ROMA
REI DE PORTUGAL
ROTEIRO DA VIAGEM
REGIMENTO e CONESSENÇA
DA COSTA DO BRASIL
REDINHA
RIO DOCE
RIO DA REDINHA
RIBEIRA
REGISTRO DE RESUMOS
RENATO BRAGA
RAPE
RODOLFO GARCIA
REDINHA-DE-DENTRO
RIO PEQUENO
RABO DE BUGIO
RAFAEL GALANTI (Padre)
RIO MUDO
RIO DO JORGE
RIO ACARATA
RENATO BRAGA (Professor)
RABI (Jacob)

RIO DA PLATA
RIO DA PRATA
RIO DAS QUINTAS
REMÉDIOS
REHA AMERICANA
RAFAEL DE JESUS (Frei)
RENATO BRAGA
RIO NEGRO
ROCAS
RIO DA BICA
RIO DO MEIO
RIACHO DO FEITICEIRO
RIO DAS CONTAS
RIO PARDO
RIACHO QUIMQUEZINHO
RAPE
REGO MOLEIRO
RODRIGO MOLEIRO
RAYENALA GUYANENSIS,
Bent.
RIACHO
RUA DA PALHA
ROSSAURUBU
ROÇA DO URUBU
RIACHO DOS NEGROS
RIACHO DO LOGRADOURO
RIACHO
RIO DO GAVIAM
RIACHO DO GACIÃO
RIACHO DO MARY
REGINALDO PEREIRA
DE OLIVEIRA (Ten.)
RIACHO DAS ONÇAS
RUA DA PALHA
RIACHO DA VARZEA
DA CAATINGA
RIACHO VERA CRUZ
RIACHO DA FORQUILHA
REVOLUÇÃO DE 1817
RAFAEL FERNANDES
GURJÃO
RIACHO DO LOGRADOURO
RIACHO DO MACHADO

RIACHUELO
RIO GRANDE
RODOLFO FERNANDES
DE OLIVEIRA MARTINS
RIACHO DA RAPOSA
RAFAEL (Padre)
RUA DOS ALPENDRES
RIO DA BICA
RIACHO DE OLHOS D'AGUAS
DAS PEDRAS
RIACHO DAS MILHARADAS
DOS GENTIOS
RIACHO DAS CAISSARAS
RIACHO DA MALHADA
REFOLE
RIO DOS CAVALOS
O RIO GRANDE DO NORTE
ROCHA POMBO
RAIMUNDO SOARES
DE BRITO
RÔMULO C. WANDERLEY
REPÚBLICA (A)
RAFAEL FERNANDES
RIACHO DA CRUZ
RIACHO DE SANTANA
RIACHUELO
RODOLFO FERNANDES
RIACHO DO MEIO
RIO DO PEIXE (Ribeira do)
REDONDA
RIACHO DO BARRETO
RIO DO VENTO
RIO NOVO
RIACHO DO BARBOSA
RIO DOS CAVALOS
RYO SEARA
RIACHO DA RUA
RIACHO DO MUNDO NOVO
RIACHO DA VACA MORTA
RIACHO ENCANTO
RIACHO CONCEIÇÃO
RIACHO DO OLHO-D'AGUA
DAS PEDRAS

RIACHO DAS MILHARADAS
DOS GENTIOS
RIACHO DA LUISA
RIACHO FECHADO
DO ANTÔNIO
ROÇA DO URUBU
RIACHO SACO GRANDE
RIACHO DE SANTANA
RIO DO SAL
ROSA FERNANDES
DA CONCEIÇÃO
ROSÁRIO
RIACHO DOS BOIS
RIACHO DA GITIRANA
RIACHO DO SACO
RIACHO DOS PORCOS
RIACHO COITÉ
RIACHO DOS VELHOS
RIO NOVO
RIACHO PÉ DA SERRA
RAIMUNDO FERNANDES
RIACHO DO PANATY
RESUMO DAS DATAS
RUA GRANDE
RUA PADRE JOÃO MANOEL
RUA DA CRUZ
RUA DA PRAIA
ROSÁRIO
ROUEN
RIACHO FIDALGO
RIACHO DO PARAÍ
RIO PARAÍ DE BAIXO
RIACHO DA BÔLSA
RIACHO DA BELDROEGA
RIACHO DOS PREAS
RIBEIRO DE BARROS
RAIMUNDO BASILIO
RODRIGUES ALVES
CARNEYRO
RIACHO PAJEÚ
RIACHO DO MACHADO
RIACHO DO CRAVO

REGENTE
 SERIDÓ
 SALVADOR
 SERRA CAIADA
 SÃO FRANCISCO
 SOBRADO
 SOBRADINHO
 SEBASTIÃO NUNES
 COLARES
 SÍTIO DOS ALBUQUERQUES
 SÍTIO DA CONCEIÇÃO
 SÃO MIGUEL
 SÍTIO DOS PASSARINHOS
 SANTIAGO
 SÍTIO DA TELHA
 SANTO ANTÔNIO
 SÍTIO DE SÃO JOÃO
 SERRA DO DOUTOR
 SERRA BRANCA
 SACO
 SERRA DO TRAPIA
 SAMBAQUIABAS
 SETE ESTRELAS
 SERRAS NEGRAS
 SALVADOR FERNANDES
 DA COSTA
 SÃO RAFAEL
 SÃO BENTO DO NORTE
 SERRA BONITA
 SERRA DO ALEMÃO
 SERRA DO APODI
 SERRA FANHOSA
 SALGADO
 SÃO GONÇALO
 SABE-MUITO
 SERRA DE JOANA GOMES
 SÃO TOMÉ
 SÃO JOSÉ DE MIPIBU
 SERRA DO GERALDO
 SERRA DAS ALMAS
 SERRA DO FEITICEIRO
 SACO DOS VEADOS

SERRA DA APERTADA
 HORA
 SALTO DA ONÇA
 SERRA DO TAPUIA
 SERROTE DOS NEGROS
 SALVA-VIDA
 SANTANA DO MATOS
 SOSSÊGO
 SEIO DE ABRAÃO
 SERENO
 SOMBRAS GRANDES
 SOLIDÃO
 SOLEDADE
 SERROTE DA VELHACARIA
 SERRA DE SÃO BENTO
 SERRINHA
 SÍTIO NOVO
 SANTA CATARINA
 SAINT HILAIRE
 SÃO BENTO DO TRAIRI
 SÃO JOÃO DO SABUGI
 SÃO PAULO DO POTENGI
 SAPIRANGA
 SERRA DO BOQUEIRÃO
 SÃO FRANCISCO XAVIER
 SÃO PAULO
 SEVERIANO MELO
 SÍTIO DA PASSAGEM
 SERGIPE
 SANTA CRUZ
 SÃO VICENTE
 SANTA CRUZ DO INHARÉ
 SENADOR GEORGINO
 AVELINO
 SURUBAJÁ
 SÃO FRANCISCO DE ASSIS
 SANTANA
 SÃO FERNANDO
 SÃO GONÇALO DO
 AMARANTE
 SÃO JOSÉ DO SERIDÓ
 SÃO BENTO DO BOFETE
 SOCUÇARARA

SERNAMBITIBA
 SERNAMBITIBE
 SAMBAQUI
 SIMÃO DE TYBA
 SOBRADO
 SERROTE DA CAIMBRA
 SOUZA
 STRADELLI
 SÃO JOSÉ DE ANGICOS
 SABOGI
 SERRA DO ARAPOA
 SERIGADO
 SERTÃO
 SPONDIAS BRASILONIS
 SERRA DO CATOLE
 SANTA ROSA
 SEARA
 SYARA MINOR
 SYARA-DE-BAIXO
 SYARA-DE-CIMA
 SAMBA QUIXABA
 SERRA DE JOÃO DO VALE
 SÃO SALVADOR DO CONGO
 SOGUA
 SETESTRELO
 SERRA DOS GROSSOS
 SÃO MIGUEL DO GUAJIRU
 SERRA DO ICÓ
 SPONDIAS TUBEROSA
 SACRAMENTO
 SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE
 SMILE JAPICANGA, Griseb
 SOROBIM
 SURUBIM
 STRIX CLAMATOR
 SERRA DO LIMA
 SÃO MIGUEL
 SANTO ANTONIO DO ZAIRE
 SANTANA DO MAZAGÃO
 SYMBRANCHIOS
 MARMORATUS
 SERRA DO FEITICEIRO

SANTA MARIA
 SARRASALMUS
 SAPINDUS ESCULENTUS,
 St. Hil.
 SERRA DO FRADE
 SABE MUITO
 SABIA
 SERRA DO SABUGY
 SAGI
 SAGU
 SAGUIM
 SOIM
 SAUIM
 SONHIM
 SAUI
 SAMAMBAIA
 SAMANAÜ
 SAMANAÜ
 SEMANAYHU
 SERRA SAMANAÜ
 SAMHAROM
 SONHARÃO
 SONHAROM
 SANHAUA
 SECHARUM SAPE
 SAPARÓ
 SARIEMA
 SIRIEMA
 SIMENA
 SAUE
 SAJUBA
 SIBAUNA
 SIRI
 SERI
 SOROCABA
 SOROROCA
 SCOMBEROMUROS
 MOCULATUS
 SUQUATÃ
 SUCUPIRA
 SUCURU
 SURUBAJÁ
 SANTA CRUZ DA BICA

SERJANIA CUPISDATA
SAMBÁ
SOBAS
SÍTIO DO TAIPU
SÊCA GRANDE
SERRA DO CATOLÊ
SERRA DA MÃE-D'ÁGUA
SERRA DO MARTINS
SEBASTIÃO POLICARPO
DE OLIVEIRA (Cap.)
SEVERINO BEZERRA
(Monsenhor)
SÃO JOSÉ DOS GATOS
SERRA DO PINHÃO
SERRA DA FORMIGA
SANTA RITA DE CÁSSIA
SANTA CRUZ DO INHARÊ
SERRA DE SÃO PEDRO
SEBASTIÃO (Frei)
SAVANAROLA
SERRA DOS PONTES
SALTO DA ONÇA
SALUSTIANA DA SILVA
SÃO GONÇALO
DO AMARANTE
SÃO JOÃO DO PRÍNCIPE
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ
SÃO MIGUEL DE
PAU DOS FERROS
SANTA TERESA
SERRA DE D. ADRIANA
SÃO VICENTE
SURUBAJÁ
SÃO JOÃO BATISTA
SERRA DE SÃO BENTO
SERRA DO DEFUNTO PIRES
SERRA NEGRAS
SERRA DO ALEMÃO
SERRA DO GADO
SANTO ANTÔNIO DO
SALTO DA ONÇA

SÃO SEBASTIÃO
SÃO MIGUEL
DE JUCURUTY
SEVERINO BEZERRA
DE ANDRADE (Cel.)
ANDRADE, Cel. Severino
Bezerra de
SEVERIANO MELO
MELO, Severiano
SERRA DO SACO
SOUZA
SERRA CABOGY
SEBASTIÃO NUNES
COLARES (Cap. Mór)
COLARES, Cap. Mór Sebastião
Nunes
SÍTIO DAS AREIAS
BRANCAS
SERRA DA CIPILHADA
SERRA DE SÃO JOÃO
DO VALE
SERRA SEPILHADA
SERRA PINTADA
SÍTIO DE CAYCÓ
SERTÃO D'ACAUÃ
SÍTIO DE CAYCÓ
SACO DO URUA
SOUZA FALCÃO
FALCÃO, Souza
SABE MUITO
SERVULO PEREIRA
PEREIRA, Servulo
SENHORA SANTANA
SERRA DO PATRIMONIO
SEU DITO
SERRA DE CAMARA
SIMÃO GOMES
GOMES, Simão
SOSSEGO
SÃO MIGUEL DO GUAJIRU
"SÊCAS CONTRA A SECA"
SERRA DO QUIMQUE
SERRINHA DE ALAGOA

SEBASTIANÓPOLIS
SEBASTIÃO MACHADO
 DE AGUIAR (Cap.)
AGUIAR, Cap. Sebastião
 Machado de
SERGIPE
SERRA DOS GROSSOS
SUPREMO TRIBUNAL
 FEDERAL
SANTA LUZIA DO MOSSORÓ
SÍTIO DOS GROSSOS
SACRAMENTO
SERRA DO LOMBO
SOCIEDADE DE
 ASSISTÊNCIA
 HOSPITALAR
SERRA DE JOÃO DIAS
SERRA NEGRA
SÃO MIGUEL DE
 JUCURUTU
SACO DA INÊS
SERRA DO JUCURUTU
SAQUINHO
SOLEDADE
SÍTIO
SEVERINO BEZERRA
 (MONSENHOR)
SERRA DO PICAPAU
SERRA COCUNDA
SERRA DE SÃO PEDRO
SERRA DE LUIS GOMES
SANTA RITA GALATEIA
SERRA DE CAMPO GRANDE
SERRA DA CONCEIÇÃO
SERRA DO CAPITÃO
 FRANCISCO MARTINS
SEARA MIRIM
SUIÇA DO AGRESTE
SANTA LUZIA
SERRINHA DO MOSSORÓ
SOUZA MACHADO
SILVA NIGRA (Padre)

SERROTE VELHO
SERRA BRANCA
SERRA DO MACACO
SERROTE DO RIACHO
SERRA QUEIMADA
SERROTE MULUNGU
SEBASTIÃO GOMES
SARMENTO DE BEIRES
SÃO LUIS DO SENEGAL
SIMÃO DA FONSECA
SÃO JOSÉ ALTO
SERRA DO PODI
SERRA DOS DORMENTES
SERRA DA MARGARIDA
SERRA DO REGENTE
SERRA CAYADA
TOBAYARAS
TEODORO SAMPAIO
TAIPU
TAYPU GRANDE
TIBAU
TOMÉ DE SOUZA
TEOBALDO LINS DA SILVA
TARUMÃ
TRAPIÁ
TRAIRI
TEODORO DE GRACISMAN
TRAPIÁS
TOMAS DE ARAÚJO
 PEREIRA
TRINDADE
TOUROS
TERRA NOVA
TARADO
TERRA SANTA
TRANSWALL
TIROL
TABOLEIRO GRANDE
TAGUA
TAUÁ
TIJURU
TAGUARA

TIMBAUBA
TIMBAUBA DOS BATISTAS
TAMBORIL
TAMBORI
TIMBÓ
TINGUI
TINGUIJADA
TORORÓ
TOROROMBA
TRANGOLA
TUBIBA
TRIGONA TUBIBA
TUBIM
TUBI
TUBIBAL
TANTALUS AMERICANUS,
Lin.

TUJUJU
TUIUIU
TUPÃ
TORTO
TAIPU GRANDE
TAIPU DO MEIO
TEODORICO BEZERRA
TEODOSIO FREIRE

DE AMORIM

TRAJANO JOSÉ DE FARIAS
TRÊS IRMÃOS
TOMÁS DE AQUINO
MAURÍCIO (Padre)
TERESA TAVARES
DE JESUS

TAVARES DE LIRA
TRIUNFO
TRAVELS IN BRAZIL
TERTULIANO FERNANDES
TABOLEIRO DO BARRETO
TABEBUIA CARAIBA, Burn
TOMÁS PEREIRA

DE ARAÚJO

TOTORÓ
TIJURU

TESOURA
TABULEIRO
TAVARES DE LYRA
TOMÉ RODRIGUES
RODRIGUES Tomé
TOMÁS ANTÔNIO
DE VILANOVA
TRÊS IRMÃOS
TEODORICO DA ROCHA
BEZERRA

TABORDA
TOMÁS JOSÉ DE MELO
TERÇO DOS PAULISTAS
TAIPU-GRANDE
UPANEMA
UMARIZAL
UMARI DA SOMBRA
UMARI

UPAPARI
UPA
UAÇU
URTIGAL
URUCARA
URUGUAI
UMBURANA
URUAÇU

UMBU
UIRAPURU
URUMOÁ
URICURI
UBAEIRA
UBAIA

UVAIA
UBARANA
URIUNA
URTIGAL
URU

URUMUA
URUA
URUBU
URUCARA
URUQUARA

UIRAPURU
 UREIA
 URSI-SALTUS
 ULISSES TELÉMACO DE
 ARAÚJO GALVÃO
 URUBUPUNGA
 URUBUQUEÇABA
 URUBURETAMA
 ÚRSULA FERREIRA
 DE MELLO
 UIRAUNA
 ULISSES DE GÓES
 VALENTIM BARBOSA
 DE CARVALHO (Ten.)
 VENHA-VER
 VALHA-ME-DEUS
 VELHACARIA
 VACA BRABA
 VARZEA DOS BOIS
 VACA MORTA
 VISTA ALEGRE
 VIRAÇÃO
 VENEZA
 VERDE NASCE
 VARZEA DA CAATINGA
 VERA CRUZ
 VARNHAGEM
 VILA DE POMBAL
 VILA-FLOR
 VIZEU
 VALERIANO MARQUES
 (Professor)
 VOUZELA
 VEADOS
 VELOCITER
 VITEX GARDNERIANA
 VIGNA SINENSIS, Endl.
 VILA DO MAZAGÃO
 VITÓRIA
 VALCACER (Ajudante)
 VILA DOS PANATIS
 VILA DE SÃO JOSÉ
 VILA DO TRAIRI

VILA DE CANGUARETAMA
 VIDEO
 VOSSURUBU
 VOSSAURUBU
 VILA DE TANGARA
 VILA DE AREZ
 VOLTA
 VILA DOS TOUROS
 VILA DO TRAIRI
 VILA DO TRIUNFO
 VILA DO CAMPO GRANDE
 VARZEA DE SANTO
 ANTÔNIO
 VARZINHA
 VILA NOVA DE
 CUIZEIRAS
 WALDEMAR DE SA
 VINGT-UN ROSADO
 VILA DO TRAIRI
 VALE D'OSSAU
 VILA FELIPE CAMARÃO
 VILA DE SÃO JOSÉ DO RIO
 GRANDE
 VICÊNCIA MARIA
 DA CONCEIÇÃO
 VILA DE SÃO BENTO
 VALENTIM BARBOSA
 DE CARVALHO
 VIAGEM PELO BRASIL
 VILA NOVA DE ESTREMOZ
 VILA NOVA DE AREZ
 VILA DE PORTALEGRE
 VILA DE SÃO JOSÉ DO RIO
 GRANDE
 VILA DO PRÍNCIPE
 VILA NOVA DA PRINCESA
 VIRGEM PEREGRINA
 DE FÁTIMA
 VILA DE ANGICOS
 VILA DE PORTALEGRE
 VILA REGENTE
 VILA DO APODI
 VILA IMPERIAL DE PAPARI

VILA DE CANGUARETAMA
VARZEA DO ASSU
VILA DO CEARÁ-MIRIM
VITÓRIA
VILA NOVA DE ESTREMOZ
VILA DE FRUTUOSO GOMES
VICENTE DO SALVADOR

(Frei)

VILA IMPERIAL

DE GUAMARÉ

VICENTE FERREIRA

DE BULHÕES

BULHÕES Vicente Ferreira de

VILA DE BOA SAÚDE

VILA DE LAJES

VILA JARDIM

VILA DE GUAIANNA

VIDAL DE FRASCAROLO

(Frei)

VILA DO RECIFE

VILA DE BAIXA VERDE

VILA IMPERIAL DE PAPARY

VENANCIO MARIA

DE FERREIRA (Frei)

O VELHO CIRILO DO

"POÇÃO"

VILA DE LUIS GOMES

VACHET

29 BATALHÃO DE

CAÇADORES

VILA CRISTINA

VILA NOVA

VELHO LEITE

VILA REGENTE
VILA DE PORTALEGRE
VILA DA SERRA CAIADA
VILA DA PUREZA
VILA DE MAXARANGUAPE

XORÓ

XANGGAH

XANGADAM

XEXÊU

XORORÓ

XORÓ

XAMBA

XIQUEXIQUE

XORÓ

YWYG PANIN

WILHEM JOOST GLIMMER

(Ten.)

WANACES

WELWITSCH

WILSON PEREIRA

ZACHARIAS WAGENER

ZAIRE

ZIZIPHUS, J.

ZORRILHO

ZAMBEZE

ZAMBELE

ZAMBELADA

ZAMBA

ZAMBETA

ZANGARELHAS

ZAMBI

ZAMBA